

Nota Explicativa

Esta tese foi digitalizada a partir dos exemplares disponíveis na Biblioteca Florestan Fernandes e/ou no Centro de Apoio à Pesquisa em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Nenhum dos exemplares possui a página 80.

**O COTIDIANO DAS CLASSES POPULARES NA CIDADE DE
FORTALEZA DURANTE O ESTADO NOVO**

Erick Assis de Araújo

São Paulo
2003

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**O COTIDIANO DAS CLASSES POPULARES NA CIDADE DE
FORTALEZA DURANTE O ESTADO NOVO**

Erick Assis de Araújo

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Doutor em História.**

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Helena Rolim Capelato

**São Paulo
2003**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE HISTÓRIA SOCIAL**

BANCA EXAMINADORA

GRADECIMENTOS

Compartilhar este momento é mais do que seguir um ritual acadêmico. Na verdade, significa reconhecer que dentro da caminhada existe uma memória afetiva que nos chama ao compromisso para despertar nossa sensibilidade e gratidão.

Sou grato pelo apoio e incentivo do Prof.Dr. Eurípedes Funes e da Profa.Dra. Adelaide Gonçalves do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará que, no início desta jornada facilitaram o contato com minha orientadora.

Agradeço ao amigo e professor Antônio César Ferreira da Silva por sua recepção e convivência nos primeiros passos em São Paulo, onde a cidade, as pessoas, a tese e nossas vidas foram sempre alvo de muitas conversas, esta amizade de mais de 20 anos foi e será sempre renovada.

Agradeço aos amigos e professores Francisco José Gomes Damasceno e Marco Aurélio Ferreira da Silva, colegas da Universidade Estadual do Ceará que, gentilmente, leram e criticaram parte deste trabalho ainda no período de sua qualificação, suas contribuições foram importantes pela sinceridade e estímulo de continuar apostando no trabalho. Acredito que muitas aventuras nos esperam nesta vida, o encontro está sempre marcado.

Agradeço de forma especial à minha orientadora Profa.Dra. Maria Helena Rolim Capelato por ter tido uma postura carinhosa, criteriosa e profissional. Desde sua acolhida em São Paulo senti que havia uma identificação ao seu trabalho e como pessoa humana sou seu admirador. Sua sinceridade e inteligência nunca dispensaram uma abertura para o bom humor, onde tive a oportunidade de ouvir suas observações com leveza e serenidade. A crítica na hora necessária e a vibração no momento de algumas conquistas foram atitudes fundamentais para o bom andamento e conclusão deste trabalho. A você Capelato, meus sinceros agradecimentos e um grande abraço.

Agradeço à Profª.Dra. Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura e Profª.Dra. Maria Inez Garbuio Peralta pelas contribuições feitas enquanto participantes da banca de

qualificação, a forma e o conteúdo das críticas e sugestões foram pautadas num clima de muita cordialidade, apontando questões relevantes para o amadurecimento da tese.

Agradeço ao Prof.Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende da Universidade Federal de Pernambuco que ministrou juntamente com a Prof^a.Dra. Maria de Lourdes Mônico Janotti a agradável disciplina sobre História e Modernidade. As conversas com Rezende fortaleciam nossas experiências como nordestinos em São Paulo.

Agradeço à Adriana, minha companheira que não poupou paciência quando tive que adiar várias de nossas programações em função das ocupações com a tese, agradeço o incentivo, carinho e dedicação, principalmente quando estive no “exílio” gerado pelo processo de produção do conhecimento, A você Adriana, minha eterna gratidão e carinho.

Sou grato à minha família pelas inúmeras demonstrações de compreensão, meus pais, irmãos, irmãs e sobrinho foram essenciais na produção desta tarefa, um abraço fraterno a todos.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público Municipal na pessoa de Paulo Cardoso, André Frota. Agradeço ainda aos funcionários da Biblioteca Pública Menezes Pimentel: Elmadan, Gestrudes, Sr. Gerônimo, Renato e Raimundinha, Aparecida Lavor, bibliotecária e amiga de muitos momentos, sua contribuição foi indispensável na fase da coleta de dados. Destaco ainda a Madalena, funcionária do setor da hemeroteca, amiga e muito atenciosa no seu trabalho. A todos o meu abraço.

Agradeço aos colegas da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central em Quixadá por terem dado todas as condições para a realização deste trabalho, liberando-me das atividades de ensino durante a vigência do período regular do curso.

Agradeço aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do Departamento de História da USP, pela prestação de inúmeros serviços. Agradeço à CAPES, ao programa PICDT e principalmente ao povo trabalhador brasileiro dirijo meus respeitos e consideração por ter garantido minha bolsa de estudo durante os quatro anos de curso.

SUMÁRIO

Resumo/Abstract	5
Introdução	6

PRIMEIRA PARTE: CONTROLE SOCIAL

Capítulo 1: Fortalezas do Estado Novo	29
1.1 Os Planos Urbanísticos: do deslumbre ao descaso	32
1.2 Alternativas Urbanísticas em Fortaleza no Pós-1930	37
1.2.1 Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza – 1933	38
1.3 A Centralização Política e a Questão da Cidade	42
1.4 Relações Políticas com os Estados: o caso do Ceará	46
1.5 Ascensão do Conservadorismo	51
1.6 Multidões e Gestão Urbana	55
1.6.1. Descompassos Urbanos	59
1.7 Panorama Infra-Estrutural	65
1.8 Custo de Vida	75
Capítulo 2: Estado de Guerra	89
2.1 Polícia para Quem Precisa de Política	91
2.1.1 Arbitrariedades	95
2.2 Moldar Imagens e Modernizar a Máquina	97
Capítulo 3: Territorialização das Sociabilidades Perigosas	104
3.1 Espetáculo da Ordem	121
Capítulo 4: Moralidade Pública	130
4.1 Civilização: “a cidade avança e o povo não acompanha”	134
4.2 O Jogo de Bicho	144
4.3 Polêmicas em Torno das “Filhas de Eva”	150
4.4 Militância Católica	158
4.5 Política de Povoamento	162

4.6 Construção Social e Moral do Delito	164
---	-----

Capítulo 5: Vigilância e Repressão: Diversões populares e Festas Religiosas **168**

5.1 Diversões Populares	168
-------------------------	-----

5.2 Festas Religiosas	184
-----------------------	-----

SEGUNDA PARTE: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Capítulo 6: Resistência Passiva **197**

6.1 Cumplicidades	197
-------------------	-----

6.2 A Negociação	203
------------------	-----

Capítulo 7: Resistência Radicalizada **225**

7.1 Permanências e Mudanças	241
-----------------------------	-----

Conclusão	248
------------------	------------

Fontes	252
---------------	------------

Bibliografia	253
---------------------	------------

RESUMO

Este trabalho tenta articular as formas de controle social e as estratégias de sobrevivência observadas no cotidiano das classes populares durante o Estado Novo na cidade de Fortaleza.

A leitura de jornais, inquéritos policiais e processos judiciais permitiu fazer uma análise da complexidade da questão social neste período, considerando que a imposição das políticas de controle se depararam com formas diversas de enfrentamento a elas.

ABSTRACT

This work attempts to articulate the forms of social control and the strategies of survival observed in the daily routine of the popular classes during the new state in Fortaleza city.

The reading from newspapers, police inquiries and judicial processes allowed to make an analysis of the complexity from the social question in this period, considering that the imposition of the policy of control meet with several forms of facing them.

PALAVRAS CHAVE/KEY WORDS

Controle social, estratégias de sobrevivência, cotidiano, classes populares, Estado Novo/ Social control, strategies of survival, quotidian, popular classes, new state.

INTRODUÇÃO

Nos estudos mais recentes sobre as relações entre Estado e classes populares na república brasileira, especialmente durante o período de 1930-45, as abordagens historiográficas têm dado algum destaque aos aspectos da chamada história vista de baixo.¹ O universo popular é debatido enquanto um objeto de fecunda redefinição metodológica, haja vista o diálogo intrigante que se estabelece entre projetos políticos e seus efeitos no cotidiano da população mais pobre. Antigas e novas fontes são lidas com olhos atentos para as inúmeras formas de inserção do sujeito no processo histórico, trazendo outros elementos na polêmica discussão do que se entende por cultura popular². Neste sentido, tais perspectivas podem significar um passo importante na compreensão do complexo movimento de permanências e mudanças observáveis ao longo dos diferentes contextos da república brasileira.

Grosso modo, na Primeira República, especialmente no Nordeste, as oligarquias instituem relações de poder com as classes populares através dos elementos do apadrinhamento, da lealdade, da troca de favores, enfim de componentes que desprezam mecanismos racionais da lei. A descentralização política e as ingerências de grupos no “mando” político local favorecem a construção de uma noção domesticada do poder, onde as classes populares não teriam sentido sem a dependência ao fazendeiro proprietário e o respectivo apoio de instituições garantidoras de seus interesses.

De outro modo, a imagem construída pelo discurso oficial sobre as classes populares a partir da ascensão de Vargas ao poder é sustentada pela ideologia da outorga, do Estado demiurgo, paternalista e harmônico. Os pobres são percebidos como elementos

¹ Para análise deste tipo de construção ver Jorge Ferreira, *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

² Ao invés de considerá-la como um sistema simbólico coerente e autônomo, absolutamente alheia à cultura letrada, ou de outra forma, como inteiramente dependente e carente em relação à cultura dominante, prefiro conceituá-la nos parâmetros de Chartier: “O ‘popular’ não está contido em conjuntos de elementos que bastaria identificar, reportar e descrever. Ele qualifica, antes de mais nada, um tipo de relação, um modo de utilizar objetos ou normas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras. Tal constatação desloca necessariamente o trabalho do historiador, já que o obriga a caracterizar, não conjuntos culturais dados como ‘populares’ em si, mas as modalidades diferenciadas pelas quais eles são apropriados.” Cf. CHARTIER, Roger. “Cultura Popular”: revisando um conceito historiográfico. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº16, 1995, p.185.

indefesos e incapazes por si próprios de conduzirem e garantirem seus projetos. O Estado, mais do que organizar os trabalhadores servia como instância protetora, onde se desenvolve a idéia fundamental de cidadania outorgada, emprestada pelo Estado através do acesso dos pobres ao mundo do trabalho regulamentado.³ Este projeto pretendia dar soluções políticas ao problema do distanciamento entre governo e classes populares, instaurando um modelo de cooptação no gerenciamento das questões sociais.

A categoria trabalho tornou-se peça fundamental na confecção do perfil do cidadão brasileiro, definindo para as classes trabalhadoras uma agenda social tutelada pelo governo. As criações do Ministério do Trabalho e da legislação trabalhista seriam medidas que além da simples persuasão, provocariam, na prática, uma “proteção” ao trabalhador jamais experimentada na trajetória política entre Estado e sociedade no Brasil. Este empreendimento, por seu lado, teria um preço político que significou restrição de liberdade para a tentativa de desconstrução da memória dos movimentos sociais ocorridos na história daquele conturbado contexto Brasileiro.

O que chama atenção nesta passagem da primeira República para o governo de Vargas é o silêncio imposto às classes populares. Um dos problemas verificados neste trajeto é a tentativa de se forjar uma identidade estranha à vida das classes populares, tenta-se imputar a ela uma característica ora passiva, obediente, subjugada, ora selvagem e desordeira.

Cabe ressaltar ainda que o uso exclusivo de categorias como autoritarismo e populismo não permitem compreender como as classes populares filtram estes projetos no seu cotidiano. A leitura da realidade brasileira é aqui marcada pela história da longa duração,⁴ onde as estruturas econômicas e políticas formam o critério de entendimento deste Brasil, que vive a simbiose entre o tradicional e o moderno. Este traço tautológico de prescrever um tipo ideal de sociedade acaba por deixar de lado elementos que análises mais concretas sobre as

³ Uma detalhada análise do que significou a criação do Ministério do Trabalho e toda sua influência na construção de uma identidade política do regime ver GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

⁴ Um balanço de como surgiram críticas e inovações historiográficas ao uso do conceito de totalitarismo, populismo, classes populares e Estado Novo na historiografia brasileira pode ser visto em CAPELATO, Maria Helena R. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar(org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 183-212

historicidades vividas pelas classes sociais no Brasil permitem trazer à tona. O importante aqui foi o descompasso muitas vezes existente entre sistemas teóricos abstratos e as experiências específicas.

As teses que insistiam na fraqueza política e no equívoco ideológico dos trabalhadores, que incapazes de pensar por si próprios, delegariam ao Estado o direito de forjar uma identidade dessas classes têm sido contestadas fortemente. Neste sentido, a aproximação do regime com experiências totalitárias apenas confirma certa precipitação de comparar Vargas a regimes nazi-facistas, não considerando elementos específicos da cultura política brasileira do período, que historicamente ajudam a explicar a afetiva e efetiva aproximação dessa população com o governante que, embora tenha restringido a liberdade da classe, foi responsável pela realização de benefícios materiais aos mais desprestigiados socialmente.

Não se está com isso negligenciando a repressão e o monopólio da violência do Estado, todos sabemos que aqueles foram anos difíceis, onde a tortura e arbitrariedade campeavam nos mais diversos lugares, inclusive realizamos um capítulo para mostrar como o Estado Novo se instalou com todo seu aparato burocrático, institucional e repressivo em Fortaleza.

Levamos em conta também a eficiência da propaganda política que encontrou ressonância, nada desprezível, verificada nos espetáculos políticos que demonstram a reverência coletiva em inúmeras solenidades patrocinadas pelo Estado em vias públicas e estádios de futebol. De alguma forma a propaganda varguista teria tocado em regiões muito sensíveis do imaginário brasileiro, onde a proteção e a aproximação talvez desempenhassem um papel estratégico.

É evidente a capacidade do regime Vargas em mobilizar as massas através de imagens, símbolos e mitos veiculados por diferentes meios propagandísticos.⁵ Entretanto, a

⁵ Interessante estudo comparativo entre o Peronismo e o Varguismo enquanto forças políticas mobilizadoras de massas através do caráter autoritário de suas propagandas pode ser examinado em CAPELATO, Maria Helena R. Capelato. **Multidões em Cena**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

mitificação em torno do poder manipulador de Vargas vem sendo crescentemente questionada, a crença de que a propaganda política teria sido capaz de subjugar totalmente os trabalhadores começa a ser posta em dúvida, a história das classes trabalhadoras tem sido reescrita, mostrando que suas iniciativas tivessem como única referência a legitimação de um Estado “protetor” e a idéia de passividade vai cedendo lugar a idéia de que os direitos políticos eram uma reivindicação antiga dos trabalhadores, fato que explica a adesão de grande parte deles ao governo que atendeu a elas.

É também perfeitamente possível compreender que a sociedade una e harmoniosa proposta pelo discurso político não se concretiza na prática como mostram pesquisas recentes que estudam o papel das classes populares, suas experiências próprias e reivindicações particulares dos grupos dominados.⁶ Nesses casos, a dominação é filtrada por costumes, práticas e experiências pertencentes a um universo cultural, político, plural e diversificado, capaz até mesmo de produzir desvios e formas de resistências variadas.

Sobre estas questões a historiografia recente está a se perguntar até que ponto a política social do período conseguiu interferir na vida das classes trabalhadoras. Indaga-se quais outras possibilidades para se analisar a ação destas classes fora destes canais de controle. Sugere a possibilidade de se estabelecer uma dialética entre controle social e formas autônomas de vida. Nesta perspectiva, a análise poderia dar conta da complexidade da questão social deste período se se levar em consideração que a imposição de uma política de controle sempre se depara com formas diversas de enfrentamento a ela.

⁶ WOLFE, Joel. “Pai dos pobres”ou “Mãe dos ricos”?: Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. *Revista Brasileira de História, Brasil 1954-1964*. São Paulo: Marco Zero, v.14, n.27, p.27-59, 1994.. Ainda neste trabalho são citadas algumas pesquisas que analisam até que ponto as classes populares foram passivas consumidoras do discurso populista: Jorge Luiz Ferreira, “A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas”, *Estudos Históricos* 3,6 (1990): 180-95; Wilma Mangabeira, “Lembranças de Moscouzinho (1943-1964): Estudo de um conjunto residencial operário”, *Dados* 32-2 (1989): 225-240; José Sérgio Leite Lopes, *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade dos chaminés*. São Paulo: Marco Zero/ Universidade de Brasília, 1988 e Maria Andréa Loyola, *Os sindicatos e o PTB: Estudo de um caso em Minas Gerais*.Petrópolis: Vozes, 1980.

Construir um discurso de comportamentos estereotipados das classes sociais implica em suprimir outras formas de inserção social. Na cidade de Fortaleza, o exercício do controle através da representação estigmatizada dos pobres cria uma impressão do seu desaparecimento como sujeito histórico. Tal invisibilidade é reforçada quando percebemos as relações de poder como algo homogêneo, negligenciando situações conflituosas na esfera do cotidiano.

Uma interessante perspectiva do cotidiano está contida no trabalho de Maria Odila⁷, cujo percurso metodológico privilegia os espaços e papéis informais e improvisados das mulheres em São Paulo. Geralmente estes papéis estão relacionados ao consumo e à distribuição dos gêneros alimentícios nas ruas da capital paulista durante o Império. Foi desta atividade marginal que a autora descobriu a forma de inserção dessas mulheres, inclusive com “um sentido importante na desmistificação do tão discutido sistema patriarcal brasileiro”.⁸

O trabalho de Maria Odila levanta uma questão muito importante no trabalho sobre o cotidiano: a problemática das fontes. Suas considerações chamam atenção para a filtragem ocorrida “na consciência hegemônica das fontes escritas”. A fala dos pobres além de fragmentada é transcrita de forma desvirtuada por escrivães, autoridades policiais e jornalistas, o historiador deve estar atento como estas transcrições são articuladas aos diversos interesses em jogo na trama social. A autora lembra que os documentos escritos não se compatibilizam com cenas cotidianas, pois a natureza destas fontes é avessa à lógica do dia-a-dia de classes desprovidas de escolaridade, prestígio, terras, dinheiro....

O que se coloca como desafio é a desmontagem do argumento sutil de desqualificação da experiência dos mais pobres. Muitas vezes encontramos nas fontes a aquiescência de debates em torno do processo de modernização e urbanização das cidades através de temas “consagrados”, tais como: o espírito burguês nas remodelações urbanas, a inserção da cidade no novo sistema de organização capitalista e outras temáticas afins. Maria

⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁸ Idem, p.53

Odila considera que nesses casos a tendência da documentação é deixar na invisibilidade as classes populares.

“Testemunhos esparsos da presença de mulheres pobres no processo de urbanização da cidade de São Paulo se insinuam da tradição oral para os registros da Câmara Municipal, onde assinalaram menos a sua presença do que pinceladas pitorescas de uma passagem fugaz pela vida, pela história, como se fossem imobilizadas pela memória em cantos e desvãos: o valo da crioula Josefa, o beco de Inês Vieira, a ponte de Catarina Dias....⁹

Esta lógica aparece na documentação aqui investigada, os lugares são descritos com distanciamento e preconceito, porém no decorrer da pesquisa e na releitura paciente destas fontes, as informações casuais sobre as formas de vida das classes populares começam a remeter o pesquisador à presença dessas classes nos mais diversos conflitos.

O corpo documental aqui utilizado sugere uma investigação sobre o cotidiano enquanto espaço que envolve sua rotina e a própria experiência¹⁰ de vida das classes populares. É nesse vaivém que elas conseguem inserção, onde tudo pode ser válido: o poder do segredo das meretrizes em denunciar publicamente as traições conjugais ocorridas nas famílias moralmente impecáveis; os atos violentos da polícia sobre a população mais pobre; as festas improvisadas nas pensões do centro da cidade, nas vizinhanças destas famílias tradicionais, sugerindo a idéia de um espaço de vida que dribla a normatização, através de

⁹ Idem, p. 22

¹⁰ Utilizo este termo a partir do trabalho de E.P. Thompson. **A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros. (uma crítica ao pensamento de Althusser)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Em síntese, este termo é sugerido pelo autor como forma de estabelecer uma correspondência entre a dimensão estrutural – modo de produção, classe social – da análise e a complexidade do processo histórico. Aqui Thompson critica a negligência de Althusser em considerar a experiência humana reduzida aos parâmetros do “empirismo”. Importante reter neste aspecto a compreensão de Thompson quando afirma que as pessoas experimentam “suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos...”(p.182). Neste sentido, cria-se uma consciência e uma cultura complexamente diversificada sobre uma determinada situação, portanto, a estrutura das relações sociais e o processo histórico mantêm um intenso diálogo, onde os sujeitos históricos agem baseados nestas “condições experimentadas”.

códigos próprios de sociabilidade, pois a polícia era sabedora destas ocorrências, mas não conseguia desarticular este “incômodo”.

Portanto, é no cotidiano que a arte de fazer ganha força, basta o historiador estar atento às formas de inserção do sujeito histórico. Como afirma Maria Odila que, documentar o atípico não quer dizer apontar o excepcional, no sentido episódico ou anedótico, mas justamente encontrar um caminho de interpretação que desvende um processo importante até ali invisível, por força da tonalidade restrita das perguntas formuladas tendo em vista o estritamente o normativo.¹¹

Tal referência conceitual pode ser verificada se considerarmos o aspecto ideológico das classes dominantes como força mistificadora, capaz até mesmo de impor a dominação como uma espécie de máquina de exclusão planejada, sujeitando os dominados e desmantelando completamente suas reações. Neste sentido, Thompson alerta para a importância da investigação empírica como forma de desconfiar destas mistificações:

“Ao recusar a investigação empírica, a mente está para sempre confinada aos limites da mente. Não pode caminhar do lado de fora. É imobilizada pela câibra teórica e a dor só é suportável se não movimentar seus membros.”¹²

É importante apreender as diversas maneiras que as classes populares estabelecem para sua manutenção no jogo da exclusão x inclusão, aliás, a complexa rede de relações sociais faz com que a categoria de sujeito histórico seja percebida através dos parâmetros do

¹¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano.” In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINICORZ, Cristina (orgs). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, p.40.

¹² THOMPSON, E.P. **A Miséria** ...op.cit. p. 185.

pacto social, da rede de solidariedade, das formas de cumplicidade e de todo universo surpreendente do cotidiano.¹³

Apesar de se debruçar em um outro contexto, o trabalho de Maria Inez M. B. Pinto traz questões interessantes sobre como o historiador pode trabalhar a dispersa documentação referente ao dia-dia dos pobres em realidades urbanas. Analisando matérias jornalísticas, estatísticas criminais, legislação vigente e inquéritos policiais, a autora articula o fenômeno da miséria e marginalização dos pobres inseridos num processo de luta. Neste sentido, o trabalho trata - especialmente no 4º capítulo - do roubo, do furto, da delinquência, do meretrício, do jogo de bicho e da mendicância como práticas integrantes “da cultura de resistência das classes pobres, como um recurso necessário para não perecer na miséria absoluta”.¹⁴

É no terreno da ilegalidade que Maria Inez localiza as chances de o trabalhador pobre cobrir as deficiências do próprio salário e buscar melhores condições de vida. O ilícito, longe de representar degradação ética e moral, passa a ser expediente paralelo às formas do discurso burguês de se conseguir riqueza – o trabalho “digno”. Além deste aspecto, as relações de poder e a dominação são verificadas no interior das práticas sociais. Aqui se percebe uma perspectiva teórica aberta ao entendimento da heterogeneidade das classes populares, considerando as relações de poder e a luta pela exploração do outro não só entre classes sociais antagônicas, mas como recursos usuais mesmo entre os empobrecidos. Portanto, as classes populares e sua sobrevivência são discutidas como um processo tenso e conflituoso, onde cumplicidades, subterfúgios, disfarces, oportunismos e sutilezas servem como formas de impor determinados mecanismos de defesa à opressão.

É possível criar outros caminhos de análise a partir de outras formas de inserção. Segundo Inês Garbuio Peralta, a percepção do espaço urbano pelos que nele habitam, tem fornecido novos elementos para a cotidianidade e portanto para o fazer da história. A

¹³ Trabalho de fundamental importância neste aspecto pode ser analisado em PINTO, Maria Inez Machado Borges Pinto. *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

¹⁴ *Idem*, p. 187

especificidade da cidade foi sem dúvida alguma enriquecida por estudos que privilegiaram o papel da percepção que os homens tem de seu ‘mundo’ – cidade, bairro.¹⁵

Henri Lefbvre percebe que a vida cotidiana se situa no centro real da práxis. A produção da sociedade não vem das esferas mais “elevadas”: estado, ciência, filosofia, cultura, mas do cotidiano, onde as coisas ganham dinâmica para além da burocratização das relações e da lógica consumista. O que interessa a Lefbvre é ressaltar que o mundo moderno do consumo tenta se reproduzir de forma alienada no cotidiano dos indivíduos. Portanto, o que se propõe é uma análise filtrada por uma crítica à vida cotidiana.¹⁶

Para Agnes Heller o cotidiano também é o espaço onde as transformações estruturais ganham visibilidade, é no cotidiano que os indivíduos se apropriam do conteúdo dessas transformações. Segundo a autora o cotidiano não uma é realidade dada, prescrita, mas se configura num conflito, onde o exercício da liberdade é plenamente possível, pois aí também se produz a alienação. Este conflito pode levar à superação da dominação e à instalação de uma consciência emancipatória.¹⁷

Michel de Certeau aborda o cotidiano preocupando-se com o modo criativo e até subversivo da reação das pessoas comuns. Ele elege como núcleo da discussão a apropriação do cotidiano. Apropriação aqui se confunde com invenção, criação nas formas de ler, escrever, cozinhar, morar, crer, morrer, etc. Esta compreensão do cotidiano sugere o emprego de táticas de intervenção no dia-a-dia, surgidas de forma sutil, quase invisível, visto que as pessoas comuns se utilizam de maneiras próprias de conduzir os produtos da ordem econômica dominante. Estas táticas se manifestam numa rede de relações, que não são autônomas, mas obedecem a circunstâncias resultantes do jogo da sobrevivência. Para De Certeau as táticas são respostas a determinadas situações, o indivíduo aproveita as chances

¹⁵ PERALTA, Inez Garbui. “História e semiótica do espaço urbano”. IN: **Revista de Estudos Universitários**, v.4, n° 8, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1990, p. 29.

¹⁶ LEFVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991..

¹⁷ HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

que são ofertadas e decide de forma flexível como atuar. Neste sentido, tenta romper com a concepção de consumidor passivo.¹⁸

Outra abordagem de cotidiano está em Maffesoli¹⁹. A questão central aqui é pensar o cotidiano na sua dimensão subterrânea. A tese do autor é apostar na existência de uma vitalidade do social na relação deste com as instituições ou sistemas de valores impostos. Emana do social uma fecundidade capaz de criar solidariedades, tirando o indivíduo do seu isolamento, estimulando relações sociais mais profundas do que a simples associação racional. A isto Maffesoli chama de “a socialidade”. Para o autor o cotidiano pode gerar conformismo, mas até nestas condições é possível estabelecer uma situação de solidariedade. Com a presença do coletivo na experiência cotidiana, o social ganha dinamismo e produz uma base para se expressar: as novas formas de agregação. O legado do autor é pensar no cotidiano enquanto uma instância da qual emana solidariedade, porém sem dar pistas mais palpáveis na configuração política destas redes.

Não foram encontradas pesquisas sobre Fortaleza no período do Estado Novo com esta perspectiva de abordagem. As análises sobre o período são genéricas, e não tomam o cotidiano como perspectiva de estudo. Cabe ressaltar ainda que não há informações que comprovem a utilização da documentação que consultamos com os objetivos a que nos propomos. Enfim, o resultado destas constatações é que esta pesquisa procura mostrar a experiência das classes populares como sujeitos importantes na formação social da cidade.

A historiografia cearense que examina o período já deu passos importantes na análise das instituições políticas - partidos políticos, entidades eleitorais e religiosas, movimentos sociais - bem como no estudo da história das idéias - tradicionalismo católico,

¹⁸ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

¹⁹ MAFFESOLI, Michel. *O Conhecimento Comum*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

integralismo, os discursos, os intelectuais e a imprensa -,²⁰ porém, ainda não foram realizados estudos mais detidos sobre os efeitos destas práticas no cotidiano da cidade.

Influenciados por um quadro analítico de reflexões gramscianas, os trabalhos de MIRANDA e PARENTE estudam o integralismo e a Igreja Católica respectivamente enquanto organizações tipicamente partidárias, onde se observa ainda o uso de categorias como infra-estrutura e super-estrutura. As instituições são estudadas a partir da atuação dos intelectuais, agentes que promovem o consenso dado pelas grandes massas ao grupo dominante, que por sua vez garante coerção e disciplina ao resto da sociedade. Neste sentido, a ênfase desses estudos recai na capacidade das instituições em estabelecerem uma hegemonia.

Preocupado em caracterizar períodos históricos do Ceará através de sistemas filosóficos e ideologias políticas, o trabalho de MONTENEGRO valoriza o mundo das idéias na contextualização de acontecimentos. O destaque aqui é verificar como o tradicionalismo, elemento substancialmente ideológico, consegue definir perfis sociais e políticos.

Um trabalho descritivo e composto de inúmeras informações sobre a história política do Ceará, assim pode ser ressaltado a pesquisa de MOTA. Detido em aspectos evolutivos da vida política de partidos, governos e entidades, este livro traz uma análise factual do período que vai de 1930-45. Atos governamentais, formação de candidaturas e resultados eleitorais são alguns dos temas selecionados por esta obra que trata da política institucional.

Preocupada em estudar as relações políticas entre interventoria, oligarquia e operariado, o trabalho de SOUZA tenta articular a História Regional com a Nacional, procurando estabelecer a totalidade que permeia uma análise histórica. Três momentos de

²⁰ MOTA, Aroldo. *História Política do Ceará (1930-45)*. Fortaleza: Sttylus Comunicações, 1989; SOUZA, Simone. *Interventorias no Ceará: Política e Sociedade(1930-35)*. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 1982; MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Integralismo no Ceará: variações ideológicas*. Fortaleza: Imprensa oficial, 1986; MIRANDA, Júlia. *O Poder e a Fé: o discurso e prática católica no início dos anos de 1930*. Fortaleza: Edições UFC, 1987; PARENTE, Josênio. *Os Camisas Verdes no Poder: a Igreja e o Integralismo no Ceará*. Fortaleza: Dissertação de Mestrado, UFC, 1984;

análise definem este estudo: interventorias e forças políticas locais; a reorganização partidária no Ceará; a luta pelo poder estadual entre Liga Eleitoral Católica (LEC) e o Partido Social Democrático. Seguindo as trilhas da tradição gramsciana, esse trabalho aborda a política, privilegiando a hegemonia enquanto categoria de análise, assim os conflitos políticos e sociais durante 1930-35 são analisados no estrito espaço do partido, do sindicato e da entidade eleitoral.

De outro modo, alguns estudos regionais já se lançaram no propósito de repensar as interpretações mais generalizantes, questionando a uniformização de certas análises. Neste sentido é importante destacar um trabalho desenvolvido sobre o impacto da legislação trabalhista dos anos 1930-35 entre os trabalhadores urbanos do Nordeste.²¹ A questão central desta pesquisa é investigar as especificidades da experiência nordestina, analisar em que medida o projeto sindical varguista provocou resistências sob formas as mais variadas.

“Assim, há uma série de variáveis, amplamente utilizadas quando se pretende diferenciar a situação dos trabalhadores no nordeste – baixo nível de industrialização, origem rural, analfabetismo, coronelismo, relações paternalistas, ambigüidade entre os setores formal e informal – que são ignoradas quando se pretende produzir os grandes marcos interpretativos.”²²

Geralmente, pesquisas como a de FERREIRA tem tentado ultrapassar o espaço fabril e incluir os bares, os blocos de carnaval, a cachaça, o sindicato, a sensualidade, a família, o futebol, o namoro, o prazer, as doenças, a repressão, a escola, a casa, a cidade, a fome, o vestuário e a fé como outros lugares que podemos encontrar as classes populares. Porém, essas relações só podem ser articuladas quando os limites delimitados na pesquisa assim o permitirem, daí a idéia de se trabalhar na discussão sobre o cotidiano sem perder de vista o diálogo com as estruturas de poder, o que significa que ao se falar do referencial

²¹ FERREIRA, Brasília Carlos. **Trabalhadores, Sindicatos, Cidadania: os trabalhadores na Era Vargas**. São Paulo: Estudos e edições Ad Hominem, Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

²² Idem, p. 33

teórico do cotidiano não se eliminará o peso e os efeitos de toda uma história de dominação, principalmente de um período em que o social fora inserido na agenda política do Estado.

Tal perspectiva acabou por mostrar a importância do exame do cotidiano da população mais pobre, às quais incluiria não só os trabalhadores formais e informais, os desempregados, os mendigos, as meretrizes, setores considerados marginais que também foram alvo da ação do Estado protetor/repressor.

Cabe observar ainda que pretendo trabalhar a dimensão cotidiana do conflito como aspectos gerais da cultura. Alguns valores genéricos da sociedade impõem-se como discurso de verdade, penetrando persuasivamente em todo modo de vida e aí considera-se necessário tomar a questão como uma via de mão dupla. Como lembra Chalhoub:

“os significados sociais gerais muitas vezes revelam aos sujeitos históricos os “lugares” onde as lutas de classe ou outros conflitos presentes numa determinada sociedade se revestem de um caráter político mais decisivo – isto é, potencialmente transformador. Para o historiador, talvez haja aqui uma pista decisiva: no processo de definição de seu objeto, seria importante delimitá-lo na confluência de muitas lutas, no “lugar” onde não seria possível determinar com qualquer precisão o que seriam os aspectos econômicos, sociais, políticos ou ideológicos do processo histórico em questão”.²³

A complexidade das questões que cercam as relações de dominação no Brasil solicitam um exame mais detido sobre os delineamentos das práticas sociais. Exige que se faça uma leitura acurada de como se comportaram as classes sociais mais pobres nos conflitos, perceber como elas se lançaram e de alguma forma se aproveitaram de

²³ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p.25

determinadas circunstâncias para fazer valer seus interesses. Esta foi a inspiração básica que motivou a idéia da pesquisa, que resumidamente passo a delimitar.

Sem sombra de dúvida o leitor perceberá que este trabalho partiu dos “incômodos” já esboçados. Na historiografia cearense sobre o período não encontramos maiores preocupações com estas questões; as análises não se detiveram no problema da contrapartida da dominação, do diálogo entre o controle social e as diversas formas de participação política dos subalternos.

Pensar os anos 30 e 40 pelo viés do cotidiano é problematizar a lógica do controle social, é tentar incluir um argumento que perceba a dominação política a partir da complexa experiência dos pobres. Este é um outro trajeto que me aventurei a construir através das várias perguntas que foram se colocando na leitura das fontes.

Minha dissertação de Mestrado²⁴ focalizou o discurso tradicionalista através da imprensa católica e a imagem que a mesma fazia do cotidiano das mulheres fortalezenses durante o Estado Novo. A partir desse trabalho, meu interesse se voltou basicamente para o universo popular e sua relação com o poder instituído a partir das tensões sugeridas na intervenção policial, nos processos judiciais e em toda imagem veiculada pela imprensa local sobre o cotidiano desta população.

Inicialmente, a elástica periodização de 1930-45 demonstrou-se inviável para uma análise mais detida sobre o tema. A periodização se restringe ao Estado Novo. Na realidade, percebi que inúmeras perguntas sopravam em meus ouvidos a respeito do que teria acontecido com os outros segmentos das classes populares.

No instante em que estudava o comportamento da mulher frente aos preceitos moralistas e patriarcais percebi a riqueza de dados que as experiências cotidianas poderiam

²⁴ ARAÚJO, Erick Assis de. *Conservadorismo e Desordem na Cidade de Fortaleza (1940-45)*. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 1985.

sugerir para a compreensão de grupos dominados em dois níveis: da presença do poder da repressão nas relações micro-sociais e por outro lado as estratégias de resistência da população frente à autoridade e à política controladora do período.

Considerando que, para uma análise do cotidiano, os jornais constituem fonte privilegiada, optei por mergulhar nas fontes hemerográficas e esboçar uma análise de como era tratada a trajetória das classes populares na cidade. Basicamente, o levantamento inicial demonstrou fissuras e arranjos encontrados no dia-a-dia dos populares que apontavam para formas sutis de inserção política na defesa dos interesses e da sobrevivência destas classes. Complementar a esta atividade realizei uma pesquisa com inquéritos policiais e processos judiciais junto ao Arquivo Público do Estado no intuito de averiguar como o poder repressivo e judiciário tratavam a questão dos conflitos que envolviam membros das classes populares. Neste instante, a avaliação provisória era de que havia muito a dizer em relação às estratégias de resistência implementadas por estas classes.

Optei por tratar o material levantado de forma a verificar como os sujeitos históricos dominados dotados de capacidade e vontade de atuação e transformação social, atuaram frente àquela situação histórica que representou uma forma inovadora no que se refere às estratégias de controle social na sociedade brasileira.

O principal problema metodológico seria trabalhar a dimensão cotidiana do conflito, as cenas envolvendo polícia, religiosidade popular, lazer, delitos, disputas por espaços urbanos e articulá-las aos aspectos gerais da cultura, aos valores genéricos da sociedade conservadora de Fortaleza, às relações de mando e obediência muito marcantes nas tradições políticas do Nordeste. Na realidade, o desafio metodológico se constituiu em tomar a questão da dominação como uma via de mão dupla, ou seja, levando em conta tanto a dominação como as formas de resistência ativas ou passivas, sem desconsiderar as razões que levaram esses sujeitos a apoiar o governo autoritário.

De fato, é preciso frisar que nem todo conflito social aqui examinado significou necessariamente um rompimento com as formas tradicionais de poder, ao contrário, pequenas

vitórias não representavam a redenção da classe, mas conquistas de espaço para os de baixo que, na luta cotidiana pela sobrevivência inventaram artifícios inovadores de barganha política.

A respeito da imprensa cearense, de acordo com Adisia Sá, até a Primeira Grande Guerra, os jornais cearenses eram, a grosso modo, “folhas políticas”, permanecendo nas mãos dos políticos e o pessoal das redações era formado por afilhados desses políticos ou indivíduos desejosos de, também, fazerem carreira política.²⁵

Dos seis jornais pesquisados – **O Correio do Ceará, O Nordeste, A Gazeta de Notícias, O Povo, O Unitário, O Estado** - muitas matérias apresentavam, avaliavam e prescreviam os comportamentos adequados das classes populares. Criando estigmas sociais, higiênicos, criminais, morais e religiosos, cunharam denominações pejorativas tais como: vagabundos, sujos, delituosos, perniciosos, supersticiosos, etc. Estes periódicos, apesar de pertencerem a diversas forças políticas, eram unânimes em apoiar o regime do Estado Novo, não representavam qualquer ameaça à governabilidade na sua esfera federal, estadual ou municipal. De acordo com Adisia Sá, a imprensa cearense chega ao Estado Novo como *informativa*[sic] e nessa linha se mantém, dando ênfase ao noticiário internacional e policial.²⁶

A maioria destes periódicos situava-se na chamada grande imprensa, sem vínculos a uma categoria mais específica, tais como a imprensa operária, sindical, estudantil ou de qualquer organização de esquerda. Segundo Adisia Sá, os grandes problemas nacionais e as aspirações populares, bem como as denúncias necessárias sobre os desmandos do poder do Estado não são objeto da imprensa.²⁷ Estes periódicos eram pautados na cobertura de eventos políticos, sociais e acontecimentos cotidianos, “sempre ansiosos em estabelecer o controle e a ordem almejada.”²⁸

²⁵ SÁ, Adisia. “Os meios de comunicação de massa e os grupos dominantes no Ceará”. In: **Revista de Comunicação Social e Biblioteconomia**, v.12, nº1/2, Fortaleza: Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, 1982, p.9.

²⁶ Idem, *ibidem*.

²⁷ Idem, *ibidem*.

²⁸ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. “A História de Fortaleza através da Imprensa e dos depoimentos dos Idosos.” In: **Trajeto: Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará**, v.1, nº1. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2001, p. 46.

Segundo Geraldo Nobre, o decênio de 1930-1939 caracterizou-se por uma atividade bastante intensa do jornalismo, em Fortaleza, relacionada, de perto, com os acontecimentos mundiais, nacionais e locais, então, verificados, notadamente o surto das ideologias, as guerras da Etiópia e da Espanha, a campanha presidencial de 1937 no país, encerrada bruscamente com a implantação do Estado Novo e os reflexos da situação gerada por tudo isso na vida do povo cearense.²⁹

Até 1945, a Segunda Grande Guerra concorreu para que estes periódicos conseguissem maior tiragem. No entanto, como afirma Nobre, a situação nacional, com a vigência do Estado Novo impossibilitou a saída de novos órgãos jornalísticos, na capital cearense.³⁰

O jornal **O Nordeste**, órgão da Arquidiocese de Fortaleza criado em 29 de junho de 1922, era o que representava mais abertamente um segmento social, priorizando o caráter doutrinário, com uma forte militância da doutrina social da Igreja, na formação dos “bons costumes” e “protegendo as massas” da ameaça do comunismo e do liberalismo.

O jornal **O Povo**, fundado em 7 de abril de 1928, era, segundo Gisafran, um jornal que procurava firmar-se ante a concorrência de outros noticiosos, como os jornais dos Diários Associados, difusores da visão da elite local, na busca de um público leitor, que lhe garantisse o reconhecimento público. Ressalta ainda que:

“...a posição tomada ante os acontecimentos divulgados nem sempre seguia um mesmo roteiro, em prol da defesa das autoridades constituídas, variando de acordo com o teor do assunto tratado e da sua relação com os objetivos defendidos pelos diretores do Jornal.”³¹

²⁹ NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense Ltda, 1975, p.145.

³⁰ Idem, p.149.

³¹ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A História...**op.cit. p 46.

Surgido aos 24 de setembro de 1936, **O Estado**, foi, durante o Estado Novo, um divulgador dos diversos aspectos da administração do interventor federal Menezes Pimentel. O **Unitário**, restituído à circulação aos 16 de fevereiro de 1935, desaparecendo logo após, foi um periódico fadado a interromper por diversas vezes suas atividades. A partir de 1940, o jornal fora encampado pelo consórcio jornalístico dos “Diários Associados”, cuja presença, no Estado do Ceará, se verificou a partir de 13 de maio de 1937, com a aquisição do **Correio do Ceará**, existente desde 1915.³²

De forma geral, Gisafran considera que estes periódicos, mesmo trazendo informações relevantes sobre os diferentes aspectos da vida urbana da cidade, eles mantêm uma distância social com a realidade vivida na cidade de Fortaleza, em que o enfoque das questões não ultrapassava os limites do suporte ideológico de uma elite.³³

Por outro lado, a fonte do jornal é rica por seu sentido eminentemente plural, basta o historiador analisar de que maneira o jornal oferece espaços para a diversidade das falas e interesses em jogo. Segundo Capelato, a leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das idéias que circulam na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos.³⁴

A partir da leitura nestes periódicos verificou-se o encaminhamento de inúmeros conflitos a serem resolvidos na esfera dos mais de trezentos inquéritos e processos pesquisados, principalmente em situações que envolviam casos de disputas entre policiais e

³² NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução...** op.cit. p. 140.

³³ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A História...**op.cit. p 46.

³⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p.34.

moradores de bairros pobres, luta por espaço urbano, arbitrariedades, defesa de direitos e tantos outros mencionados com mais detalhe nos capítulos.

A imprensa, a polícia e o judiciário formaram o tripé político e cultural da trama que envolvia as classes populares. A posição que assumiram frente a essas instituições sugere pensar que apesar dos limites impostos por elas, mostra que sabiam aproveitar as brechas para mostrar os seus problemas e lutar pela defesa de seus interesses. Este comportamento sublinhou o caráter plural e heterogêneo de suas maneiras de agir.

É preciso considerar que devido à dispersão de dados, optei por dividir a tese em duas partes. Assim, a primeira contempla a questão do **Controle Social** e a segunda discute as **Estratégias de Sobrevivência**. Dessa maneira, considera-se em última análise, que nem o Estado nem as classes populares agiram separadamente, pois havia conexões entre esses sujeitos em luta o que permite entender os avanços e recuos nos confrontos cotidianos.

Na primeira parte procura-se analisar os parâmetros de atuação do Estado e demais instituições nas mais diversas formas de controle utilizadas durante o Estado Novo em Fortaleza.

O primeiro capítulo é um mergulho nas diversas cidades que Fortaleza abriga. Para isso é utilizado o exemplo da construção de um Forte pelos holandeses e que de certa forma indicou o núcleo urbano da cidade. A partir daqui trabalhou-se com a metáfora da solidez e da defesa para justificar o uso da pluralidade de cidades, onde se opõem, disputam, mas principalmente se entrecruzam: a cidade “moderna” e o seu outro onde se encontra a realidade vivida pelas classes populares.

Complementar a esta incursão, a cidade é avaliada inicialmente por seus planos urbanísticos, a influência da centralização política na gestão da cidade, a ascensão das forças conservadoras do Ceará e particularmente em Fortaleza. Serão detalhados seu panorama infra-estrutural e situação conjuntural.

O segundo capítulo consiste basicamente em apresentar a implantação do Estado de Guerra que antecedeu oficialmente o Estado Novo, análise detida na esfera local. A organização da D.O.P.S (Delegacia de Ordem Política e Social), o clima de denunciamento e terror na cidade, as arbitrariedades e o surgimento do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) como matriz da censura e da imagem do regime constituem outros elementos deste capítulo.

O terceiro capítulo apresenta a demarcação do controle territorial frente a uma sociabilidade perigosa no centro – coração - da cidade. Conversas de vagabundos, cafés de segunda categoria, retreta dominical vista como prática provinciana e a defesa da idéia de praça apenas como fluxo de mercadorias fazem parte de uma política de intervenção no espaço da cidade. Importa ressaltar que a cidade também é usada pelos governantes como teatro, palco de festividades políticas de caráter cênico e apoteótico, onde o regozijo coletivo é utilizado para consolidar a imagem de harmonia social.

O quarto capítulo procura estudar o papel da Igreja Católica, a Polícia de Costumes, as pregações do DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda) mostrando as preocupações em traçarem um perfil moral dos moradores da cidade, distinguindo quem, como e onde devem se comportar os indivíduos. O comportamento ideal indica quem deve ser perseguido e o que deve ser condenado: práticas do jogo de bicho, o comportamento da meretriz e da mulher “moderna”, o pobre perigoso. A apresentação do delituoso está inserida na construção de uma trama social e moral. É neste campo que florescem os estereótipos do ladrão incorrigível, a ilegitimidade das falas de pessoas inadequadas – meretrizes -, a imagem dos pobres como elementos indesejados, as ameaças e represálias às testemunhas, a proteção política às ações arbitrárias de policiais e referências aos antecedentes do delituoso.

O quinto capítulo aborda a vigilância e a repressão sobre as práticas de diversão e da religiosidade popular da cidade. Preocupados em estabelecer um lazer “saudável”, ordeiro e pacato, a polícia, a Igreja Católica e demais indivíduos incomodados com a proliferação de diversões “inadequadas” às tradições da Fortaleza do requinte e dos bons costumes, passaram a combater o futebol nas ruas, as noites de fandango, censura aos blocos carnavalescos,

algumas letras musicais, a exigência de autorização para festas dançantes e demais práticas. Para finalizar a primeira parte são analisadas as práticas de rituais afro-ameríndios do Brasil, com destaque para a macumba, o candomblé e o catimbó. Tais manifestações se submeteram a forte crítica jornalística, intervenção policial e judiciária, pois estas religiões eram acusadas de praticar exercício ilegal da medicina, além de criar uma “consciência ilusória e demoníaca”. Assim, todo controle social será analisado a partir das tensões e conflitos sociais.

A segunda parte tem como objetivo apreender as diversas formas que as classes populares adotaram para sustentar-se no jogo da exclusão x inclusão. A complexa rede de relações sociais permite pensar a categoria de sujeito histórico sob os parâmetros do conflito, do pacto, da cumplicidade, da solidariedade no universo do cotidiano. O sexto e o sétimo capítulo procuram dar conta das formas de inserção no jogo político do cotidiano.

O sexto capítulo destaca a resistência passiva, onde se desenvolvem práticas de cumplicidade e de negociação como formas complementares de barganhar direitos dentro das demandas das classes populares. É apresentada a prática de cumplicidade entre as classes populares. Esta era uma prática de difícil caracterização, pois a complexidade que cercava as relações de poder entre elementos influentes – advogados - polícia e classes populares era marcada por uma série de circunstâncias e disputas. Algumas situações que compreendem esta prática se referem à cumplicidade de populares na atividade policial – colaboração de indivíduos nas sub-delegacias dos bairros através de participações em investigações e capturas. Estas são atividades ilegais, porém usuais e recorrentes. Este tipo de recurso político demonstra uma vontade destas classes em jogar com as autoridades, no sentido de tirar proveito nas disputas de poder, mesmo que para isso tenham que correr os riscos de conflitos internos muito complexos, oriundos, muitas vezes, dos limites morais construídos no contexto da cultura dos pobres. Assim, o uso do termo cultura destaca-se enquanto elemento heterogêneo, pertencente às mais variadas formas de viver a experiência da classe social.

O segundo e último item deste capítulo discute as práticas de negociação, onde o infrator, o delituoso ou qualquer membro das classes populares em situação de ameaça pondera e negocia com a autoridade policial, com o redator ou articulista do jornal questões relevantes no processo de sobrevivência destas classes. É aqui que o improvisado surge como uma arte, uma maneira de desembaraçar-se dentro de uma rede de perdas e ganhos, onde o uso das táticas dos empobrecidos sugere pensar em barganhas consideráveis, que vão desde a um pedido de retratação pública em jornais até uma conquista mais organizada e previamente articulada por direitos às formas tradicionais de trabalho. Neste ínterim, a negociação obtém força suficiente para metamorfosear-se em resistência política, tema tratado no último capítulo.

O destaque do último capítulo da tese é a reflexão em torno da resistência radicalizada nas classes populares. Propositadamente, este capítulo deslocou-se do anterior para que fosse possível analisar práticas de reação à prisão, defesa e solidariedade entre pobres em casos de discriminação social, queixas contra abusos de poder da polícia, denúncia de população de bairros pobres contra agressão aos seus recursos naturais, combate ao alto preço dos produtos, denúncia de pobres contra perseguições, casos de insubordinação, conflitos entre policiais e moradores, enfim, práticas que resultaram de um confronto direto, com mínima intermediação de autoridades.

Mais uma vez a contribuição de E.P. Thompson sugeriu pensar nas características da ação popular: a anônima, o contrateatro e a ação direta. Todas elas podem manifestar-se em confrontos explícitos entre classes dominantes e classes populares. Outro debate interessante é a noção de justiça entre estas classes, aonde de maneira prática, ela vai vivenciando uma noção de direito que legitime a defesa de suas demandas, sem desprezar, em hipótese alguma, os veículos institucionais de justiça social.

Estas cenas cotidianas permitem questionar as afirmações da paz social pelos órgãos do regime, bem como a apregoada política de proteção aos pobres, pois o policiado mundo das classes populares se caracterizava por enorme desamparo. Este era o quadro geral frente ao qual foram se criando laços de solidariedade, de interação e atuação resistente dos

populares face à injustiça social. Muitas vitórias pontuais, porém significativas, estimularam reações individualizadas ou de caráter mais organizado.

O último item deste capítulo avaliará o ponto de onde lançamos nossas preocupações, trata-se em estabelecer uma relação dinâmica entre as permanências e mudanças engendradas nas práticas do controle social e das estratégias de sobrevivência. Na realidade, procura-se considerar que as variadas tentativas do Estado Novo em controlar os impulsos desordeiros esbarrava numa constante reformulação de “fazeres”, talvez esse aspecto tenha sido considerado o fio condutor de nossas considerações nesta introdução.

**PRIMEIRA PARTE:
CONTROLE SOCIAL**

CAPÍTULO 1

FORTALEZAS DO ESTADO NOVO

As contradições sociais e a diversidade cultural experimentada pela cidade de Fortaleza no período aqui estudado nos garantem uma leitura caleidoscópica do fenômeno urbano. Cidades diversas, lado a lado, coexistindo no mesmo espaço, esta é a imagem mais desafiadora de Fortaleza. Marcada por uma tradição religiosa conservadora, a sociedade local foi administrada por políticas públicas excludentes e repressoras. Apresentada por romancistas, poetas e memorialistas com candura e singeleza, a exclusão e o medo dos pobres, a segurança e conforto dos ricos, Fortaleza é sem dúvida uma cidade que precisa ser entendida no plural.

O Forte de Schoonenborch, fundado pelos holandeses em 1649 é um ícone interessante na formação da cidade. Ele foi a primeira grande construção que irradiou o núcleo urbano de Fortaleza. Além de sua importância estratégico-militar, ele foi o espaço do poder, centralizando atividades e vigiando os nativos rebeldes. Depois da expulsão dos Holandeses, em 1654, a coroa Portuguesa conquistou o Forte e rebatizou-o catolicamente de Fortaleza de Nossa Senhora D'Assunção. A metáfora da solidez, da invulnerabilidade, da defesa firme sugere a idéia de espaço “protegido” e “controlado”. É através da metáfora do Forte/Fortaleza que retrata o caráter político de defesa que a cidade pode ser aqui apresentada.¹ Classes sociais e instituições irão estabelecer relações tensas em Fortaleza durante o Estado Novo,

¹ Sobre as cidades coloniais no Brasil há uma interessante revisão que não se restringe à discussão epistemológica da urbanização, mas inclui um debate historiográfico que vai da colônia ao século XIX. Este estudo destaca a importância maior do Estado português na organização territorial e urbana da colônia. Grosso modo, desenvolve-se a idéia de que a criação de vilas e cidades no Brasil colonial não fora obra do acaso e da imprevidência, mas que se articulou a um amplo projeto de política territorial. Não foram apenas os critérios geopolíticos que orientaram essas ocupações, mas obedeceram também a um ordenamento, através “da intervenção direta que os ouvidores da Coroa faziam sobre os assuntos locais em suas correições (auditorias) anuais, exigindo a adoção de posturas urbanísticas as mais variadas...na delegação de poderes à Igreja para que essa legislasse sobre aspectos da vida religiosa e mesmo mundana...” Ver ABREU, Mauricio de Almeida. “Pensando a cidade no Brasil do passado”. In: SILVA, José Borzacchiello da, COSTA, Maria Clélia Lustosa, DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Org). **A Cidade e o Urbano**. Fortaleza: EUFC, 1997, p.35. Este balanço permite problematizar a difundida idéia de que não há rigor e planejamento na construção das cidades brasileiras em comparação ao resto da América Espanhola. É evidente que não nos deteremos nesta periodização no caso de Fortaleza, mas usaremos a idéia de Forte para designar os diversos cuidados do poder com os “territórios perigosos” da cidade.

cada uma defendendo e utilizando um tipo de referência estética, moral, social, política e econômica de cidade.

Lutas sociais cotidianas demonstram que, na cidade de Fortaleza, os paradigmas da ordem e da harmonia não garantem a efetivação do projeto político do Estado Novo de cooperação entre as classes sociais. Neste período a cidade cresce demográfica e geograficamente, os problemas urbanos intensificam-se inseridos no conhecido precário cenário das cidades brasileiras: falta de saneamento básico, alto custo de vida, habitações subumanas, segregação espacial, falta de planejamento urbano democrático e miséria social, tudo isso conduzido por um Estado que tenta manter um difícil equilíbrio entre Estado protetor e repressivo.

Por um lado, este Estado tenta definir um perfil de cidade em consonância com as diretrizes básicas do poder que se instaurava no país, tais como a integração nacional e a harmonização das classes sociais. Este é um Forte emblemático, com muros e regras normatizadoras. A defesa de uma Fortaleza “harmoniosa”, tinha como parceiros de sustentação grupos de grandes comerciantes, intelectuais, meios de comunicação, grandes proprietários e especuladores de imóveis, banqueiros, industriais, empresários, enfim todos aqueles que contaram com a hábil conivência do Estado em não contrariar seus interesses.

De outro lado, as classes populares² experimentam outras Fortalezas. À sua maneira, estas classes sofrem as conseqüências das más condições infra-estruturais e da espoliação. Denunciam e protestam contra tal situação, brigam entre si, mas acima de tudo negociam, estão sempre atentas para barganhar serviços, vantagens, proteções. Vivendo em subúrbios, dentro ou próximo ao centro da cidade estas classes participam da Fortaleza lutando pela sobrevivência, com as armas do senso de oportunidade.

² Procurando manter uma distância crítica do conceito genérico e idealizado de povo ou massa, prefiro utilizar a categoria de classes populares. O elemento popular indica um exame na questão da cultura: “O designativo de popular não se trata de um mero derivado de povo, mas a nosso ver, acrescenta um novo vies de abordagem; a questão da cultura”. Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os Pobres da Cidade: vida e trabalho – 1820-1920**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994, p. 14. Portanto, neste aspecto, é inegável a contribuição de outras pesquisas que se detiveram a este universo popular de forma dinâmica: GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987; BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

Cabe lembrar que sobre esta Fortaleza paira o olhar repressivo e controlador do Estado Novo, por isso as possibilidades cotidianas são importantes devido à falta de liberdade política para contestações partidárias, sindicais ou de movimentos sociais. Neste palco de tensões há de se considerar a inegável habilidade do Estado Vargas em estabelecer um mínimo de agenda social, negligenciada por décadas pelo Estado brasileiro.³

É importante considerar que a Fortaleza não é estática, mas dinâmica, nelas se movimentam diversos sujeitos que não vivem isoladamente. Quando surgem os conflitos, os atores sociais – classes populares – interagem com outros e conseguem abrir caminho para diversas formas de inserção social. Neste sentido é interessante lembrar a noção de circularidade que Ginzburg utiliza a partir do trabalho de Bakhtin.⁴ Basicamente, este termo - desenvolvido por Bakhtin no contexto da Europa pré-industrial - designa um influxo recíproco entre a cultura popular (subalterna) e a cultura hegemônica:

“..entre a cultura das classes dominantes e das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo (exatamente o oposto, portanto, do ‘conceito de absoluta autonomia e continuidade da cultura camponesa’ que me foi atribuído por certo crítico).”⁵

É fascinante desvendar o jogo da sobrevivência que permeia a atuação destas classes sociais nas encruzilhadas da cidade, tanto no momento do combate explícito à exclusão social como no caráter híbrido verificado nas relações sociais, em que a troca entre culturas é um dado importante a ser considerado.

³ Uma detalhada análise do que significou a criação do Ministério do Trabalho e toda sua influência na construção de uma identidade política do regime pode ser vista em GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção* op.cit.

⁴ BAKHTIN, Mikail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec.

⁵ GINZBURG, Carlo. Op.cit. p.12.

Antes deste mergulho na(s) Fortaleza(s), cabe uma pausa para fazer referência à formação arquitetônica da cidade, a fim de perceber como determinadas regiões tornaram-se privilegiadas para o controle social. Neste sentido, o centro da cidade é o grande cenário do poder. Sua importância fica evidenciada ainda no século XIX, através da embriaguez da “bellépoque” no imaginário das classes dominantes da cidade. A influência parisiense está presente no seu plano urbanístico, no apreciado “charme” francês que interfere no estilo e costumes dos habitantes, a construção de praças e bulevares para passeio deu à cidade uma configuração complexa e onerou os cofres públicos.

Posteriormente no Estado Novo, o acúmulo de problemas sociais como migração para a cidade de retirantes das secas, estrutura fundiária e alto custo de vida provocaram um processo de exclusão em que o cinturão de pobreza nos arredores do centro foi tratado com completo descaso do poder público. Uma multidão já habitava os arrabaldes, os areais, os subúrbios da cidade. Esse contingente novo localizou-se no centro, mas sua presença foi suprimida em nome do embelezamento da Fortaleza. Estas são questões que serão discutidas posteriormente, quando da análise do controle social e das estratégias de sobrevivência no período aqui delimitado.

1.1 Os Planos Urbanísticos: do deslumbre ao descaso

A partir do século XIX Fortaleza apresenta um delineamento urbano mais regrado e planejado. Espaços do comércio, do lazer, da moradia, da vida política e social foram moldados por um poder baseado num saber científico – médico - sobre a cidade.⁶ A

⁶ A partir de meados do século XIX surgiu a medicina social no Brasil. Preocupada em intervir de forma planejada e preventiva nos espaços sociais que causassem enfermidades. O saber médico avança no Brasil no ritmo do crescimento urbano de suas cidades. Eram os médicos que detinham a legitimidade de curar através da ciência, somente eles poderiam diagnosticar, prevenir e julgar as medidas normativas para uma vida mais “saudável”. A noção de saúde pública é a questão fundamental que conferiu tanto poder aos médicos na vida urbana, é esta questão que garante governabilidade e produtividade às cidades. A dimensão política deste fenômeno se dá na transformação do médico em um cientista social, reunindo conhecimentos da história, da geografia, da estatística, da demografia e de todo um complexo de informações que auxiliassem o discurso e a prática médica no reajustamento social e moral das aglomerações urbanas. Em Fortaleza, sabe-se que: “No momento em que a cidade inicia um movimento inédito de crescimento econômico e social, o saber médico local se estabelece com a volta dos médicos cearences formados nas academias de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, faculdades existentes desde 1832. Esse corpo médico...só se constitui como saber sócio-urbano a partir

consolidação de Fortaleza como entreposto comercial e seu contato com metrópoles européias proporcionaram um aquecimento na vida econômica e social da cidade:

“Se Fortaleza dependia de sua função comercial e se o contato com o mercado europeu tendia a se dinamizar, então a Cidade prescindia de novo porto, ferrovias, calçamentos e ordenação espacial. Tratava-se de estabelecer reformas, equipamentos e serviços urbanos que racionalizassem a circulação de mercadorias, transportes e pessoas.”⁷

A partir de 1812, Fortaleza vivencia a sua primeira expressão de projeto urbanístico com o Governador Manoel Inácio de Sampaio e seu engenheiro Antônio José da Silva Paulet. A cidade ainda era uma comunidade baseada no desenvolvimento de produtos agrícolas, através de referências geográficas do tipo: rios, vales, barrancas e suas sinuosidades, com ruas mal traçadas e edificadas. Paulet executa um plano que regulariza os alinhamentos, remodelando e ampliando a própria lógica do desenvolvimento urbanístico. Verifica-se aqui o propósito do engenheiro em retirar o estigma da desordem urbana através do desprezo ao sentido do “velho” crescimento da vila. Resolveu Paulet reorganizar a cidade pelo estilo quadrangular, que segundo seus estudos seria a opção mais adequada para a natureza relativamente plana do terreno.

A Câmara em sessão de 15 de maio de 1813 estuda a planta de Paulet. Nesta apreciação a planta é criticada por atender somente à parte oeste e sul da praça Carolina, principal logradouro público. Em 06 de agosto de 1813 aquela casa legislativa solicita outra planta que contemple a parte oposta da cidade.

da análise que passa a proceder sobre a vida urbana, por intermédio de seus recorrentes discursos e práticas relacionadas à saúde pública da Cidade.” In: PONTE, Sebastião Rogério da. **Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda, 1993, p.78-79.

⁷idem, p.78

Obedecendo a estas determinações, Silva Paulet encerra seu plano, e Fortaleza vai ganhando um padrão em suas construções sob o traçado delineado e é neste momento que surgem os primeiros sobrados (1825). Com tais construções,

“rasgava-se o preconceito de que o terreno da cidade não suportava edificações de mais de um andar. Até então as casas se enfileiravam monotonamente justapostas, estreitas e achatadas, construídas de taipa – madeira amarrada para trás e para frente, em beira e bica ou beira e sub-beira, paredes lisas, raros com platibandas ou frontões, sem orabescos decorativos, sem frisos, sem colunatas, sem azulejos, sem coisa alguma que a acusasse o menor gosto arquitetural.”⁸

Fortaleza nesse novo delineamento se estende da vila para os lados leste e oeste, faltando ainda um plano que dê mais unidade urbana. A partir da elevação a cidade em 17 de abril de 1823, Fortaleza daria passos mais acelerados dentro do quadro geral de urbanização das cidades no Brasil.

Na execução e o aperfeiçoamento do plano de Silva Paulet duas figuras se destacam: o presidente da Câmara Antônio Rodrigues Ferreira e seu engenheiro Adolfo Herbster contratado em 1855. O “Boticário Ferreira” assume o comando administrativo da cidade por 16 anos (1843-1859). Durante este período, Fortaleza chegou a contar em 1848, com cerca de 8.900 habitantes, ocupando 1.418 casas, das quais 571 de tijolo e telha, ao passo que 40 anos antes a sua população era pouco superior a 1.000 habitantes, havendo apenas 159 prédios. Neste mesmo ano é inaugurada a iluminação pública a azeite de peixe, contando com 44 lampiões.⁹

Adolfo Herbster executa três plantas para Fortaleza: em 1859, 1875 e 1888 respectivamente.

⁸ GIRÃO, Raimundo. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza: BNB, 1979, p.78

⁹ RIBEIRO, Saboya. “Memorial Justificativo do Plano Diretor para a cidade de Fortaleza”. In: *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. Fortaleza: V.57, 1943.

A primeira planta (1859) já destacava a obediência à geometria, ao traçado ortogonal retangular, porém esta **Planta Exata da Capital do Ceará** não avança, pois o conjunto urbano não vencera as areias que o cercavam, as ruas morriam rapidamente, deixando os passantes a mercê do cansativo percurso arenoso. No ano de 1863, Fortaleza, com base neste plano, já contava com 16 mil habitantes, apresentando 960 casas de tijolo e telha, ocupando unicamente oito ruas, ficando o subúrbio ocupado por palhoças. Acrescente-se a estes dados a existência de oito praças públicas com cacimbas e plantadas com arvoredos.

A segunda planta (1875) contou com um estudo decisivo para a capital dessa data para frente, pois ampliava o traçado para além do construído e conferia-lhe 3 boulevards - as atuais Avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manoel - margeando o perímetro central, cuja finalidade era num futuro breve, facilitar o escoamento do movimento urbano. Na realidade, esta **Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios** dava continuidade ao plano do traçado em xadrez de Silva Paulet; era a ocasião em que a cidade se definiria pelo longo enxadrezamento, em que algumas ruas mal dispostas tiveram que desaparecer para que prevalecessem os alinhamentos das quadras ou quarteirões projetados. Este traçado em xadrez traz uma preocupação histórica com a estratégia do controle social. Tal plano, utilizado em cidades do antigo Egito, representadas em hieróglifos, por uma malha ortogonal dentro de um círculo, é encontrado também em fundações etruscas e romanas, e mais tarde nas cidades de Alexandre, o Grande. Colonizadores romanos, ingleses e espanhóis constroem cidades coloniais baseadas neste modelo em xadrez. O controle social se expressa neste plano através da correção de becos, desvios e ruas desalinhadas que facilitavam a rebeldia urbana, substituindo-os por vias alinhadas, longas e cruzadas em ângulo de 90° que favoreciam o olhar do poder sobre as cidades.

Segundo Liberal de Castro, arquiteto e historiador da arquitetura e urbanismo, a disposição de três boulevards que Herbster inclui em sua planta seria uma imitação das reformas realizadas pelo Barão Haussmann em Paris, em meados do século XIX. Para Liberal tal sistema de grandes avenidas

“resultava da devastação de grandes áreas, tendo duplo objetivo de embelezar a cidade e o de antepor um sistema

seguro contra a organização de barricadas, que usavam o velho emaranhado das ruas .”¹⁰

Para constatar estas projeções sociológicas na arquitetura urbana é importante verificarmos as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais da província. A produção algodoeira crescia em exportação, contando com as melhorias de seu porto e a construção da estrada de ferro da serra de Baturité – Fortaleza (1873). Emergia na sociedade fortalezense uma burguesia constituída por cearenses e estrangeiros, sobretudo franceses e ingleses, bem como surgiam camadas médias formadas por profissionais liberais, além do crescente número de trabalhadores. Este fenômeno propiciava um quadro sócio-histórico composto de equipamentos institucionais e tensões sociais envolvendo forças políticas – intelectuais, proletários, desempregados... – nas quais a relação de dominação passava também pelo poder de um tipo de arquitetura.

“Neste contexto, o plano de Herbster, com boulevards e disciplinarização da malha urbana, surgiu como um dos itens centrais do conjunto de tentativas para remodelar a Capital, embelezando e racionalizando-a. A planta em xadrez, alinhando suas ruas, deixou-a mais transparente para a observação dos olhares e do poder e do saber urbanos e tornou-a mais aberta à circulação crescente de seus fluxos (de pessoas, mercadorias, policiais...).”¹¹

O último plano de Herbster (1888) tenta ampliar e consolidar ainda mais o enxadrezamento e a remodelação da cidade. A **“Planta da Cidade de Fortaleza Capital da Província do Ceará”** não teve prioridade por parte de outras administrações,

“prefeitos municipais realizadores como Guilherme Rocha, Idelfonso Albano e Álvaro Weyne ajardinaram praças e

¹⁰ CASTRO, Liberal de. “Arquitetura Eclética no Ceará”. In: FABRIS, Annateresa (Org). *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987.,p.214.

¹¹ PONTE, Sebastião. *Fortaleza...*op.cit. p. 28-29

construíram obras, porém foram alheios a qualquer pensamento em favor da sistematização imprescindível.”¹²

A fase do deslumbramento com a cidade racionalizada e sintonizada com as novidades francesas resiste, em tese, até os anos de 1930, quando se impõem outros debates sobre a questão urbana. Porém, esta discussão não produziu uma prática capaz de implementar amplos projetos em Fortaleza. Acabou, por esse motivo, deixando um déficit urbanístico de grandes proporções, principalmente no que se refere ao tratamento da população mais pobre da cidade.

1.2 Alternativas Urbanísticas em Fortaleza no pós-1930

A capital Alencarina no século XX não manteve o mesmo ritmo de urbanização da segunda metade do século XIX. Desde o início do século XX passaram-se mais de cinco décadas sem execução de qualquer plano. Sucessivos governos devido a sua impotência política não puderam comandar e fazer valer um plano amplo de urbanização. Oposições e pressões vindas de vários setores estão entre algumas justificativas para a inviabilidade dos projetos, em que a falta de consenso não permitiu um possível acordo no poder público. É apenas em 1962 que surge a aprovação por lei do “Código Urbano” e do “Plano Diretor de Fortaleza”, realizados por uma equipe coordenada pelo urbanista Hélio Modesto.

O Plano Diretor de Fortaleza, era o primeiro a se preocupar com o comportamento e organização social da população e a considerar as formas e as tendências de ocupação do solo. Apesar de estar baseado no senso de 1960, as diretrizes deste plano foram adulteradas com a indefinição de uma nova legislação, obrigando o arquiteto apresentar um plano incompleto.

Não cabe aqui avaliar todos projetos compreendidos e tentados neste período do século XX, embora a avaliação pudesse contribuir para o entendimento da evolução urbana da

¹² GIRÃO, Raimundo. *Geografia...* op.cit. p.80

cidade. Apenas um plano – e seus bastidores políticos - será analisado, porque ele sugere a retomada da sistematização e disciplinarização urbana ocorrida no passado. Trata-se do Plano de Nestor de Figueiredo em 1933. O interesse por este plano se define em função da tentativa insistente e oportuna de reestruturação do espaço urbano a partir da iniciativa do Estado. Desde sua elaboração até seu alcance prático, este plano criou polêmicas, pois interesses econômicos estavam em jogo. Fortaleza, evidentemente, não era mais a cidade pensada por Herbster em 1859, 1875 e 1888.

1.2.1 Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza - 1933

Em 1933 o então prefeito Raimundo Girão contrata o pernambucano Nestor de Figueiredo para executar uma nova planta para Fortaleza, visto que o projeto de Herbster estava desgastado e desatualizado.

Para o prefeito, era uma oportunidade única para viabilização deste projeto, pois a prefeitura contava com o apoio financeiro do interventor Carneiro de Mendonça, o qual auxiliou a prefeitura pagando 50% do valor do contrato firmado com o arquiteto. Nestor de Figueiredo, escolhido por confiança e mérito, pediu 120:000 \$ 000. Como a prefeitura já teria garantido 60:000 \$ 000 isto foi o bastante para motivar Raimundo Girão a seguir viagem para Recife e João Pessoa, a fim de examinar os planos das respectivas capitais para melhor julgar seu encaminhamento.

Para diminuir suas preocupações, Girão providenciou uma consulta ao Instituto Central de Arquitetos do Rio de Janeiro – a entidade máxima em assuntos urbanísticos do País -, ao qual pediu esclarecimentos e subsídios para uma decisão mais abalizada. Girão considerou que:

“A elaboração desse plano envolve questões transcendentais de ordem higiênica, econômica e estética que devem ser ou mesmo já deviam ter sido resolvidos para o bem-estar da

população, não há como cogitar-se de economia ou oportunidade em matéria tão relevante.”¹³

Em reposta, o Instituto dá seu aval favorável à capacidade e idoneidade técnica e profissional do arquiteto Nestor de Figueiredo, aconselhando também a inexistência de uma concorrência pública para a execução técnica deste plano em cidades antigas. Assim, Raimundo Girão se convence e endossa suas próprias projeções. Em síntese, o plano de Nestor de Figueiredo propunha:

- implantação de um sistema radial – concêntrico de vias principais, através de ruas periféricas e alargamento das radiais;
- traçado viário para áreas da periferia urbana observando o relevo do solo;
- retirada do ramal ferroviário da Avenida José Bastos;
- zoneamento urbano tendo por base as diretrizes da carta de Atenas.

Do ponto de vista técnico, o plano de Nestor de Figueiredo mostrava preocupação com o zoneamento urbano, preso às concepções dos paisagistas americanos. O plano já tinha que levar em conta o automóvel, introduzido em 1909, embora esse meio de transporte fosse ainda numericamente insignificante na cidade.¹⁴ Entre a cidade conceitual, planejada e a cidade vivida e efetivada é necessário compor uma unidade, através da racionalidade urbanística, que seja capaz de articular a diversidade dos espaços.

Nos bastidores políticos a guerra estava declarada entre o prefeito Raimundo Girão e o Conselho Consultivo do Município. O prefeito envia a proposta ao Conselho e, tem no primeiro momento, o projeto aprovado, principalmente porque contava com o apoio do conselheiro Eurico Salgado. No entanto, este conselheiro teve que viajar para o Rio de Janeiro, fato que enfraqueceu o apoio ao plano, que foi desaprovado pelo conselheiro Júlio Rodrigues.

¹³ GIRÃO, Raimundo. “Plano de Urbanização de Fortaleza: subsídios para sua História”. In: **Revista do Instituto do Ceará**, v.57. Fortaleza, 1993, p.105.

¹⁴ CASTRO, Liberal de. “Cartografia e Planejamento Urbano”. In: **A Administração** Lúcio Alcântara, março 1979/maio 1982.

O argumento do Conselho Consultivo foi que Fortaleza carecia, prioritariamente, de um instituto de menores abandonados e delinqüentes. Esta tese foi combatida por Girão, que entendia que tal empreendimento seria compromisso do Estado. Outro aspecto denunciado pelo Conselho era a falta de concorrência pública na execução do plano. Em sua resposta, o Prefeito baseava-se no argumento de que um plano de cidade é essencialmente técnico e artístico, não cabendo a qualquer concorrente o seu emprego, mas a profissionais idôneos e conhecedores das condições mesológicas da cidade.

Sabemos que a idoneidade destes profissionais da arquitetura “morre” no primeiro traçado que tente, em nome da racionalidade espacial, instalar um tratamento eliminatório de práticas “anti-modernas”, como bem testemunham as insistentes críticas jornalísticas à Fortaleza dos coretos, dos lugares não planejados, antiquados e arcaicos vividos por classes sociais desprestigiadas. Na realidade, o que o prefeito Raimundo Girão afirmava era reflexo da linguagem de um poder urbanizado, em que o administrador tenta se apropriar de uma tecnologia científica e política capazes de estabelecer um cálculo supostamente seguro sobre a cidade, que garanta uma margem de controle sob as condutas multiformes.

Insistia ainda o Conselho em considerar o projeto como suntuoso para as modestas condições de nossa “urbe”, ao mesmo tempo em que afirmava que Fortaleza estava muito longe de se equiparar em movimento ao tráfego de cidades cuja população orça por dois milhões de habitantes de almas. Essa afirmativa está baseada na própria análise de Nestor de Figueiredo em relação ao traçado em xadrez. Para o arquiteto esta disposição de ruas proporcionara uma dificuldade no aumento do tráfego e a deficiência na ligação da periferia com a zona central. Diante desta constatação, o Conselho Consultivo coloca o exemplo de Fortaleza como uma capital que ainda não tinha alcançado os excedentes urbanos como na Filadélfia e Buenos Aires, caracterizadas pelo saturamento desse cruzamento retangular.

O Conselho Consultivo confia no traçado “xadrez” para disciplinar a ampliação e o desenvolvimento sem a elaboração de altos custos, feita por grandes técnicos estranhos ao meio. Um último argumento se referia à proposta de Nestor de Figueiredo em determinar um zoneamento para localizar as diferentes atividades da cidade: zona residencial, comercial, industrial, universitária e hospitalar. Acima de tudo, esta proposta para o Conselho era

inexequível por tratar-se Fortaleza de uma cidade adulta e acostumada aos seus processos “naturais” de desenvolvimento e progresso, portanto, que obedecia a leis “naturais”, sem a necessidade de prescrições artificiais do poder público.

Juntamente com estes argumentos e com a justificativa de incapacidade financeira do município, fecha-se o cerco contra o investimento de Raimundo Girão. O projeto foi recusado. O Prefeito não se deu por vencido e encaminhou a proposta com obstinação. Percorreu todo o caminho que descrevemos, *nadou em águas agitadas e morreu nos interesses “obscuros”*. Sobre isso Liberal lamenta:

“É provável que nenhuma decisão Municipal tenha proporcionado efeito mais maléfico sobre a cidade do que a rescisão do contrato de Figueiredo –1935 -. Não apenas pelo fato em si, cuja aplicação teria começado a resolver, há meio século, alguns dos sérios problemas que afligem a cidade do presente, mas também, pelo momento histórico, caracterizado por total reformulação política, social e econômica do País e, portanto, inteiramente favorável a uma intervenção ordenadora na cidade.”¹⁵

A frustração do plano de Nestor de Figueiredo demonstra que o quadro político em Fortaleza era bem mais complexo do que o “sucesso” da Fortaleza de Herbster no século XIX. Mesmo assim, o aumento demográfico, as más condições de moradia, o sistema viário e a especulação imobiliária durante o pós-1930 foram crescendo na lógica Hausmaniana de Herbster, em que o centro da cidade é racionalmente pensado para proteger a circulação de mercadorias e dispor uma arquitetura de ruas e praças que melhor desempenhe o controle social.

¹⁵ Idem

Inventar panoramas e criar perspectivas sobre as cidades desencadeia uma ficção sobre elas. Os pintores medievais e renascentistas, por exemplo, representavam a cidade vista em perspectiva e “inventavam ao mesmo tempo a visão do alto da cidade e o panorama que ela possibilitava”.¹⁶ De Certeau fala de um olho totalizador, uma imensa texturologia, uma visão arquitetônica impulsionada por um artefato ótico, uma arte de colocar tudo à distância, sem a participação dos comportamentos humanos estranhos a esta projeção.

“A cidade-panorama é um simulacro ‘teórico’ (ou seja, visual), em suma um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento de práticas.”¹⁷

A arquitetura em xadrez estava em xeque, o centro da cidade ainda mantinha as características de um Forte, porém sem aquela pujança de outrora.

1.3 A Centralização Política e a Questão da Cidade

Muito pode ser dito do final da primeira República à efeméride de 1930, entretanto é inegável a capacidade que se forjou do Estado em centralizar as atividades políticas e administrativas do país.¹⁸ Aliás, a unidade centralizadora é uma proposta que está no bojo da Revolução de 1930, numa clara crítica ao federalismo, o qual possibilitara a hegemonia de alguns Estados sobre os demais. Neste sentido, é representativa a ação da queima das bandeiras estaduais promovidas pelo novo regime de 1937 como forma simbólica de destruição do modelo anterior.

¹⁶ DE CERTAU, Michel de. *A Invenção...* op.cit. p.170.

¹⁷ Idem, p.171.

¹⁸ As análises sobre o período coincidem na ênfase do caráter centralizador do Estado brasileiro, ressaltando principalmente “o fortalecimento do poder de Estado, aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e supervisão das diferentes esferas da vida social, bem como dos mecanismos de integração e consolidação do poder nacional”. Cf: DINIZ, Eli. “Estado Novo: Estrutura de Poder, Relações de Classes.” IN: FAUSTO, Boris(org). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano: Sociedade e Política(1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, t.3, v.3, 6ª ed, 1996, p.79.

Segundo Aspásia Camargo, o golpe de 37 foi longamente preparado pela lenta erosão das lideranças estaduais descomprometidas com as reformas políticas que a nova elite decidiu implantar. A queima das bandeiras estaduais, inaugurando o Estado Novo, foi o ponto culminante desse descrédito que degenerou em hostilidade contra o símbolo máximo da autonomia estadual, identificada com os interesses menores que impediam o Estado de se organizar como verdadeiro promotor do desenvolvimento nacional e do progresso.¹⁹

O Estado Novo adotou o centralismo político e cooptou as lideranças estaduais, dando poder de decisão aos seus interventores, mas com o cuidado em domesticá-los e ajustá-lo às novas diretrizes da centralização.

“A contribuição maior da era Vargas foi ter incorporado simbolicamente as regiões, absorvendo no plano nacional suas especificidades e tratando-as como atores relevantes, seja inserindo-as na dinâmica do processo político, seja acelerando seu desenvolvimento econômico.”²⁰

Tal fenômeno é fruto de uma orquestração política de Getúlio Vargas, na qual fundamentava o conceito de Revolução na idéia de construção, diferentemente das experiências de 1822 e 1889, em que se visava apenas a “destruição de estruturas obsoletas, sem conotação construtiva”. Esta era a maneira de Vargas estabelecer o corte, o diferencial, a ruptura com outros marcos revolucionários da história do país.

O discurso varguista entendia a situação da Primeira República como clara decomposição nacional, como desordem em todos os campos da realidade social. Decomposição pressupõe perda, então o que de fundamental o Brasil havia perdido? A tradição da nação. Esta era a imagem que Getúlio se preocupou em veicular através de toda sua propaganda política.²¹ O nacionalismo seria um elemento ideológico importante na crítica

¹⁹ CAMARGO, Aspásia. “Federalismo e Identidade Nacional.” In: SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge e PINEIRO, Paulo Sérgio (orgs). **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p.313-314.

²⁰ Idem, *ibidem*

²¹ CAPELATO, Maria Helena R. Capelato. **Multidões...** op.cit.

que se faria principalmente ao liberalismo, entendido como excessivamente objetivo e materialista, que dispensava o homem e o que era nacional.

A perda do sentido da nação se confundia com a perda da autoridade, a ameaça da anarquia e principalmente com a perda das tradições de ordem do país. Todo este "leque de ameaças seria provocado por uma interrupção da trágica experiência liberal no curso "natural" da evolução "normal" do país.²² As agitações políticas ocorridas antes e depois de 1930 no país eram resultado das idéias europeizantes de revolução – o anarquismo, o comunismo -, da inconsistência e irrealidade da legislação liberal e da ausência de um poder político centralizador. Eram valores estranhos ao ritmo de nossa história, que desconheciam as potencialidades do povo brasileiro. Este povo – genérico e homogêneo - guardava em seu subconsciente as tradições mais puras do país, assim, a busca desta autenticidade só poderia advir de um governo que mantivesse um contato harmonioso com este povo, esta era a unidade da nação, forjada politicamente através de mecanismos de um Estado forte e interventor nos conflitos.

Restaurar o curso dos acontecimentos "naturais" do país significava antes de tudo a fundação de um novo Estado, um novo começo, porém não se tratava de um retorno²³. A forma mais inovadora seria estabelecer uma simbiose entre governo e povo, fazer confundir-se um ao outro. Restaurar seria construir e explorar a rica terra brasileira e o homem bom que aqui morava. Tal sentido implicava introduzir um novo elemento condutor deste processo:

²² Azevedo Amaral pensa no sentido restaurador da revolução. Para ele a Revolução de 1930 e a instauração do Estado Novo fundamentaram-se na restauração dos sentidos da ordem e revolução, tradição e inovação. Em tese, a tarefa primordial do Estado Nacional seria interferir no divórcio entre a terra, o homem e as instituições políticas. Entretanto, a ameaça crucial era o descontentamento popular, que seria enfrentada com habilidade política através da chamada *questão social*. Portanto, o problema emergente no momento seria o controle da grande massa do proletariado que crescia em escala mundial desde o término da Primeira Guerra. Cf. GOMES, Ângela de Castro Gomes. **A invenção** op.cit...p.209.

²³ Castro Gomes, ao analisar as avaliações de Azevedo Amaral sobre o período, chama atenção para o aspecto do retorno, que aqui não tem relação com a procura de uma experiência política anterior do país. O Império, por exemplo, é exaltado apenas por sua estabilidade e aspectos positivos de seu poder político centralizado, ele era antes um símbolo do nosso passado político por suas tradições centralistas, mas não poderia ser um modelo revivido. Da Independência até 1889 ocorreria apenas um lento avanço de nossa nacionalidade, pois fora literalmente prejudicado com a Primeira República. Neste sentido, criava-se um vazio político que foi ocupado pela liderança de Getúlio Vargas, o qual estabelece um novo estilo de governar. Cf. Idem, p.212-213.

“...‘restaurar’ a sociedade brasileira era retirá-la do estado da natureza, isto é, organizá-la pela via do poder político.....A tradição a ser encontrada e revivida seria a junção da natureza e da cultura por intervenção da política, que acionaria o elemento integrador e produtivo do trabalho nacional..... A ‘restauração’ seria um verdadeiro ato de construção da terra e do homem, pela exploração da primeira e a formação do segundo. Ambos os processos seriam coordenados por novas elites políticas, que de fato se comunicariam com as massas e que interfeririam no curso da história, mobilizando o esforço transformador do trabalho humano.”²⁴

Getúlio Vargas representa uma revolução na medida em que funda uma prática política de reconhecimento de uma temática desprezada das preocupações políticas dominantes, ele iria conduzir a *questão social* para os fóruns da política do “bem-estar nacional e para realização do bem comum”.²⁵ Este fenômeno distingue-se do resto da história política brasileira. Ele iria afastar-se da retórica formalista e dos modelos jurídicos sobre a realidade de pobreza da grande maioria da população, provocando um tratamento mais “humanizado” da questão.

Dar visibilidade à *questão social* credenciava o papel do Estado como interventor. A solução para a grave situação das classes trabalhadoras no Brasil veio por meio de uma legislação social capaz de proteger o trabalhador. Assim, o Estado consegue ganhar legitimidade através da materialização da inclusão social. Os trabalhadores brasileiros encontrariam, principalmente no Estado Novo a realização de uma democracia, de feição “realista e humana”, que abandonava as doutrinas generalizadoras sobre cidadania presas às questões dos direitos civis e políticos. Configurava-se nesse ponto o cidadão identificado pela posse dos direitos sociais.

²⁴ Idem, p.211-212

²⁵ Idem, p. 213

O grande trunfo do Estado Novo foi produzir uma auto-imagem de democracia social. O elemento principal para este fim foi a criação de uma personalidade do trabalhador. Tal missão pressupunha uma crítica à estatização do operário nos regimes totalitários bem como à desintegração do trabalhador no liberalismo. Nem a hipertrofia do Estado, muito menos o abandono e abstração do homem, o Estado democrático nasceria da valorização do trabalho, era nele que o homem se realizaria como pessoa. A condução desta temática ganhou um tratamento prioritário durante o Estado Novo, é em torno do trabalho que o governo lança suas bases de legitimidade política, é através das imagens do cidadão trabalhador que Getúlio Vargas estrutura ministérios, sindicatos, órgãos de comunicação, comícios, desfiles, canções, monumentos, enfim uma memória institucionalizada da categoria trabalho.

Em síntese, o processo de centralização política durante o Estado Novo foi construído a partir dos aspectos da necessidade de um **Estado Nacional**, do enfretamento da **questão social** e do surgimento de um novo conteúdo de **democracia social**. Grosso modo, são estas questões que nortearam a instalação de um Estado do bem comum, promotor da justiça social, que tentava equilibrar “o valor da iniciativa individual na esfera econômica e ao mesmo tempo salvaguardasse os interesses da sociedade, sem atingir os excessos de coletivização proclamados por extremistas.”²⁶ Essa manobra seria realizada por uma engenharia política que não evitaria negociações contraditórias.

1.4 Relações políticas com os Estados: o caso do Ceará

As relações entre o Ceará e o novo regime mobilizaram inúmeras iniciativas de cooperação política. O interventor Menezes Pimentel, que desde 1935 assumira o governo, foi mantido como figura de confiança de Getúlio. Considerado um “bom cearense, moderado, que atende os amigos sem perseguir os adversários”,²⁷ um homem católico e ligado às forças políticas conservadoras, Menezes Pimentel conduziu o governo de forma discreta, sem comprometer as novas diretrizes políticas.

²⁶ Idem, p.221

²⁷ , O CEARÁ PRESTIGIADO, *O Nordeste*, 26 nov. 1937, p.1.

Outra referência é Waldemar Falcão, cearense que ocupou a pasta do Ministério do Trabalho.²⁸ Sua indicação é louvada como prestígio do Ceará na conjuntura nacional, principalmente por Waldemar possuir “cultura jurídica, formação católica” e “qualidades de caráter e de inteligência” que o credenciavam a prestar um serviço primordial naquela “delicada fase de transição.”²⁹ Este clima de euforia por parte de alguns cearenses favorecia a propagação de toda e qualquer iniciativa que tivesse a presença de um representante da terra alencarina:

“Rio, 22 - Causou boa impressão no meio catholico desta capital a attitude do ex-deputado pelo Ceará, dr. Olavo Oliveira, afirmando, em entrevista ao ‘O Globo’, que vae dirigir um appello, em nome do seu Estado, o mais catholico do Brasil, ao presidente Getulio Vargas, para que inscreva o nome de Deus na constituição e officialize o ensino religioso, como base espiritual da nova constituição politica do pais.”³⁰

Antes do golpe de 1937 Getúlio Vargas foi minando os focos oposicionistas de esquerda e direita, embora sua maneira de conduzir este processo nem sempre refletisse um rompimento radical com as forças perdedoras. Alguns exemplos no Ceará ilustram este processo.

²⁸ Falcão “havia sido constituinte em 1933/34 e deputado em 1935/37, ligado ao movimento da Liga Católica. Sua experiência política parlamentar demonstrou tanto vinculação com os assuntos trabalhistas quanto sua estreita relação com a orientação da Igreja Católica. Ele foi “encarregado de ‘adaptar’ o ministério à orientação e aos postulados do Estado Novo, consagrados na Carta Constitucional de 1937.” Consta que sua “exoneração em meados de 1941 é algo nebulosa, já que fica claro que ela não ocorreu sem certos atropelos. O ministro se retirou voluntariamente, mas é sabido que esta era a forma como Vargas fazia as substituições que julgava interessantes. Não era Vargas quem pedia o afastamento de seus colaboradores. Ele apenas sugeria dificuldades para o curso de um projeto, nomeava o renunciante para um novo posto e, com certa frequência, aguardava um tempo até tomar a decisão sobre a pessoa que ocuparia definitivamente o cargo.” Cf. Ângela de Castro Gomes. *A Invenção...* op.cit. p. 199.

²⁹ O CEARÁ...op.cit.

³⁰ AS REIVINDICAÇÕES CATHOLICAS COMO BASE DA NOVA CONSTRUÇÃO POLÍTICA, *O Nordeste*, 23 nov. 1937, p.1.

No governo Vargas estabeleceu-se uma prática de negociação com as oligarquias perdedoras após 1930.³¹ O período de transição foi marcado pelos benefícios oriundos das manifestações de lealdade ao chefe da Nação. O presidente procurou em cada Estado um conchavo entre representantes da “velha política oligárquica” e grupos novos de poder.³²

No complexo jogo de alianças políticas no Ceará é possível perceber um “desvio” na fidelidade ideológica aos compromissos assumidos, pois

“o período interventorial cearense mostra como o interventor-tenente, para manter-se no poder, chega a favorecer a recomposição dos grupos oligárquicos ‘decaídos’ em detrimento dos objetivos da ‘Revolução de 30’.”³³

As articulações políticas no Ceará no pós-30 sempre contaram com a presença de setores oligárquicos. Carneiro de Mendonça, por exemplo, segundo interventor do Ceará, pertencente ao grupo dos tenentes, legítimo representante da “neutralidade” política, somente consegue administrar com a participação de setores das oligarquias que foram afastadas do poder no período do primeiro interventor Fernandes Távora.

“Tal é o caso da Secretaria de Justiça e Negócios do interior, que é ocupada pelo magistrado Olívio Câmara, identificado com os grupos mais tradicionais do Estado. Este, nas

³¹ Apesar de alguns analistas apontarem para uma ruptura estrutural do sistema de dominação da oligarquia agroexportadora é necessário considerar que as formas de dominação tradicionais não iriam se decompor abruptamente, pois o poder local funcionaria com uma modalidade baseada em um sistema de cumplicidades e trocas de favor, em que essas forças políticas ainda predominavam. Para esta tese da ruptura ver IANNI, Otávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p.25.

³² Alguns autores vieram definir esta relação política através da tese da “política de compromisso”. Grosso modo, estes estudos revelam que antes do Estado Novo se estabelece uma crise de hegemonia política e ideológica, havia um acirramento nas oligarquias regionais e uma pressão contra a ascensão política da burguesia cafeeira, bem como de setores urbanos emergentes. Assim, ocorre uma reformulação da estrutura de poder, não mais caracterizada pelo revezamento entre as tradicionais oligarquias, mas pela acomodação de interesses e atores sociais em confronto. Portanto, deu-se um arranjo institucional pelo fortalecimento do Estado como força canalizadora destes conflitos. Ver principalmente: WEFFOR, Francisco. **Classes Populares e Política**, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968, p.72; FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**, São Paulo: Brasiliense, 1970, p.104/111.

³³ SOUSA, Simone. **Interventorias...** op.cit. p. II.

constantes idas do Interventor Carneiro de Mendonça ao Rio de Janeiro, o substitui na interventoria, o que facilita o acesso dos ‘decaídos’ ao poder.”³⁴

Por outro lado, Juarez Távora – cearense, Delegado Militar do Norte - tentou reduzir a força clientelista da Primeira República através da presença de um elemento militar e “neutro politicamente”, na tentativa de estabelecer uma racionalidade político-administrativa.

Um exemplo deste novo perfil estava no tratamento da “problemática” da seca, a começar pela seca de 1932. Uniformidade de comando e tratamento técnico aos problemas sociais foi a tônica da ação política. Em primeiro lugar, as decisões de assistência às vítimas da seca seriam tomadas diretamente pelo governo federal.

“A agilidade administrativa demonstrada pelas autoridades em 1932 contrasta com a hesitação comumente evidenciada em outros momentos. Talvez isso se deva à presença do paraibano José Américo de Almeida à frente do Ministério da Aviação e Obras Públicas num momento em que o Governo provisório necessitava demonstrar um amplo controle da situação política, especialmente em função da guerra civil em São Paulo.”³⁵

Verifica-se que a conduta do Estado prevenia ingerências políticas locais e procurava contornar os “respingos” da agitação sócio-política vivida naquele período. Além disso, a miséria era uma temática muito delicada se fosse associada às insatisfações oposicionistas, era mais oportuno tratá-la como um flagelo ocasionado pela ausência de um Estado protetor.

³⁴ Idem, p.22-23

³⁵ NEVES, Frederico Castro. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, Ce: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 155

O novo papel do Estado era proteger o homem contra a fome e a miséria, assegurando um meio de subsistência através do trabalho, contemplando assim a dimensão individual dentro de um desenvolvimento social. Além disso, a intervenção estatal iria produzir formas de controle sob a imensa mão-de-obra disponível nestes períodos de estiagem. Percebe-se que há uma preocupação em assegurar uma ordem social através da regulação dos exageros provocados pelas desigualdades econômicas. O Estado atuava como coordenador das riquezas, procurando dar um uso “racional” ao capital. Tal racionalidade significava desatrelar o agravamento da situação econômica a um patamar de ameaça à segurança nacional, fortalecendo o Estado como órgão supremo e o presidente como autoridade defensora do Estado Nacional.

O Estado cria em torno de si um dispositivo de defesa de seu poder, pois qualquer desequilíbrio entre interesses individuais e sociais desencadearia a perda da paz social, da proteção e da harmonização das classes sociais. Getúlio Vargas vai costurando esses interesses pela sedutora proposta de humanização do Estado, criando uma espécie de consenso espiritual e moral em torno da unidade nacional.

“A filosofia humanista de respeito à pessoa, segundo as tradições do cristianismo, possibilitava uma relação nova e mais profunda entre indivíduo e Estado/nação. O conceito de indivíduo foi transfigurado no de pessoa humana, que perdeu o atributo maximizador e egoísta do primeiro, recebendo a dimensão espiritual que o cristianismo lhe atribui. A coletividade nacional era concebida, segundo a metáfora orgânica, como *‘um todo homogêneo, vivo e harmonioso’*, capaz de solidariedade e produtividade.”³⁶

O Presidente estava disposto a dar um formato mais orgânico ao país, compactando as distâncias políticas e ideológicas dos estados e das cidades, utilizando um discurso centralizador e autoritário sobre a nacionalidade, incentivando práticas de civismo e

³⁶ GOMES, Ângela Castro....op.cit. p. 224

patriotismo. Numa cidade como Fortaleza, este ideário estadonovista floresceu com uma certa facilidade, devido a força do conservadorismo das elites locais.

Aqui cabe um parêntese na rápida caracterização das forças políticas que detiveram, de forma direta ou indireta uma influência na gestão pública da cidade. Em Fortaleza, os grupos conservadores tiveram uma militância dinâmica, estabeleceram suas atividades em constante interação, entre representantes da imprensa, da educação, do judiciário, da repressão policial, do trabalho, da religião e de diversas esferas do poder público. Esses grupos estavam afinados com o discurso da cidade ordeira e harmônica, o que era reforçado com um peculiar tradicionalismo político, moral e religioso que se solidificou durante o decorrer dos anos 30.³⁷

1.5 Ascensão do Conservadorismo

Durante as décadas de 1930-40, o Estado do Ceará experimenta uma crescente ascensão dos grupos políticos católicos. Esta façanha é liderada por D. Manoel da Silva Gomes.³⁸

A LEC (Liga Eleitoral Católica),³⁹ consegue eleger a maioria da bancada cearense (06 deputados) para a constituinte de 1933, com um total de 10.633 votos⁴⁰. Entre estes eleitos

³⁷ Neste aspecto, surgem estudos mais específicos sobre a conexão entre religião, política e controle social no Ceará. MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. *O Trono e o Altar: vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817-1978)*. Fortaleza: BNB, 1992, principalmente capítulos VII, VIII e IX; PARENTE, Josênio Camelo. *A Fé e a Razão na Política: Conservadorismo e Modernidade das elites cearenses*. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000, especialmente capítulo II.

³⁸ Enviado como novo bispo no dia 09 de Fevereiro de 1912, sua posse só se realizou em 08 de dezembro daquele ano. Já em 29 de junho de 1913 organizou o Círculo Católico de Fortaleza, contrapondo-se “às correntes secularizantes” e ocupando “espaços de fragilidade das elites civis”. Esta organização, formada por advogados, médicos, professores e personalidades que lideraram a política cearense na década de 1930, “funcionou como uma escola política de um grupo homogeneizado ideologicamente aos valores defendidos pela Igreja na Época. O Círculo Católico de Fortaleza (CCF) foi a escola política que posteriormente seria seguida por D. Leme, então arcebispo do Rio de Janeiro, quando cria o Centro D. Vital, em 1922”. Cabe ressaltar que D. Manoel ainda funda em 1915 o Círculo de Trabalhadores Católicos São José (CTC), numa clara oposição ao Centro Artístico Cearense, associação operária criada em 1904 e de orientação anarquista, mas que estava naquele momento sob o controle da maçonaria. Foi durante a década de 1920 que “o papa Bento XV elevou a diocese do Ceará à categoria de arquidiocese, sendo D. Manoel o seu primeiro arcebispo”. Preocupado em formar líderes e intelectuais católicos em outras regiões estratégicas do Ceará, D. Manoel cria neste período duas outras dioceses – Crato e Sobral - subordinadas à Fortaleza. Marcada não somente pelo “centralismo das decisões, mas pela descentralização espacial”, a administração de D. Manoel tenta difundir uma cultura política conservadora e orgânica. Cf. PARENTE, Francisco Josênio Camelo. *Idem*, p.87-88/90.

³⁹ Fundada em dezembro de 1932, sob a presença de D. Manoel da Silva Gomes, Arcebispo Metropolitano, esta organização partidária tinha dois objetivos básicos: a) formação de um eleitorado religioso e b) defender os

estava Waldemar Falcão, que na instalação do Estado Novo ocuparia a posição de ministro pela primeira vez no recém criado Ministério do Trabalho. A LEC ainda obtém a façanha de colocar no poder interventorial do Estado o professor de direito e fiel aliado do grupo católico o sr. Menezes Pimentel, cujo tempo de poder iria de 1933-45.

Por outro lado, a atuação da LCT (Legião Cearense do Trabalho)⁴¹, possibilita neutralizar o movimento operário cearense independente e mais combativo, conseguindo filiar inúmeros sindicatos sob a orientação vibrante de Severino Sombra. Intelectual católico, alimentado pelas idéias de Santo Tomás de Aquino e inspirado a iniciar suas atividades na Encíclica “Rerum Novarum” de Leão XIII, Sombra atuará com grande projeção nas lutas pela ordem católica integralista. Os círculos operários católicos que na cidade proliferaram, tinham uma organização favorável ao florescimento de uma política de massa.

Uma das críticas feita por essa corrente dirigia-se à modernidade e ao materialismo. Esta crítica vinha no sentido de denunciar seu vazio existencial, suas expressões frívolas. Para Severino Sombra, o modernismo significava frases desarrumadas; ele afirmava que o espírito era prioritário e deveria ir em busca do sentido da interioridade, do lado belo e desconhecido de cada ser. O domínio sobre o eu, portanto, se sobrepunha à vida exterior, material.

A tarefa de redimir o Ceará desta frivolidade seria trabalhada a partir do respeito à hierarquia social, respeito aos dogmas católicos e redefinição das instituições em relação ao social. Tal proposição abriria caminho para que outras idéias autoritárias encontrassem refúgio. Em decorrência disso, os princípios do integralismo católico passam a conviver em estreita relação.

interesses políticos da Igreja nos pleitos eleitorais. Sua articulação pelo interior do Estado era composta por diretórios em Beberibe, Boa Viagem, Jaguaribe-Mirim e Quixadá. Cf. MOTA, Haroldo. *História ...op.cit.* p.92.

⁴⁰ O segundo colocado foi o Partido Social Democrático (PSD) com 5.529 votos; em terceiro, o Partido Integral Nacionalista com 1509 votos; em quarto o Partido Republicano Democrata com 680 votos; em quinto o Partido Agrário com 204 votos; em sexto o Ceará Irredento com 138 votos; em sétimo o Partido Economista com 78 votos e em oitavo e último lugar a Coligação dos Funcionários Públicos com 08 votos. Cf. *Idem*, p.95.

⁴¹ Fundada em 23 de agosto de 1931, em ato público no Teatro José de Alencar, contando com a presença de 600 pessoas e o registro de 22 entidades já filiadas. Cf. *Jornal O Legionário*, Fortaleza, 01 mai 1933.

Padre Helder Câmara, cearense entusiasta do movimento legionário de Sombra e envolvido com a arregimentação de trabalhadores, coordenou o Movimento da Juventude Operária Católica, conseguindo forte aproximação com as classes populares. Este dado demonstra uma tendência na região Nordeste de aproximação entre Igreja e trabalhadores neste período.

“O que dá especificidade à atuação da Igreja no Ceará, entretanto, é que lá ela não elabora um projeto de intervenção e atuação independente, mas assume o projeto legionário, tanto no que diz respeito à concepção de sociedade, como em termos práticos, na organização dos trabalhadores em entidades legionárias. E a atuação deliberada da Igreja pode ser uma pista para entender o sucesso da empreitada. No Ceará, além de sindicatos, o movimento legionário também atuou nos bairros e organizou mulheres e jovens, sempre com a participação decisiva da Igreja.”⁴²

A AIB (Ação Integralista Brasileira) no Ceará formou vários núcleos no interior do Estado e se engajará na luta contra o liberalismo e o comunismo com passeatas e palestras. Por um bom período Igreja Católica e Integralismo desenvolveram uma certa afinidade discursiva:

“Nas páginas do diário católico (“O Nordeste”) de Fortaleza as idéias integralistas são plenamente aceitas, pelo menos com larga franquia até 1933, estampando artigos e manifestos da A.I.B. O que vem reforçar a tese de que se estabeleceria realmente no Ceará uma estreita comunidade ideológica, principalmente entre Integralismo e Catolicismo, sem afetar

⁴² FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores...* op.cit. pp. 234 – 235.

aqueles outros elementos doutrinários que também aí entravam.”⁴³

Tal panorama é acompanhado por uma intensa movimentação populacional, destacando-se a importância da cidade como núcleo aglutinador da economia capitalista. O processo migratório ocorrido no espaço-cidade é uma das características da segunda metade do século XX e com ele, sem dúvida, se desenvolveram contradições e impactos significativos.

“A partir da década de 60, no Brasil, por exemplo, o maior contingente populacional do país já se concentra na cidade. O censo demográfico de 1970 revela que 56% da população aí se localiza. Em apenas quarenta anos, de 1940 a 1980, a relação cidade-campo se inverteu.”⁴⁴

O processo de urbanização de Fortaleza e as transformações sócio-políticas da cidade foram conduzidas por setores identificados com a apologia à hierarquia social, à defesa da autoridade como imprescindível à manutenção da ordem, à idéia de liberdade “concreta”, (vinda das instituições “legítimas”, do repúdio à idéia abstrata e irreal de liberdade do liberalismo) ao individualismo e sobretudo ao comunismo. Enfim, propunha-se uma cruzada diuturna do combate à desordem social.⁴⁵

Em novembro de 1939 o DCDP (Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda), órgão oficial do governo realiza uma avaliação do último quinquênio administrativo do Ceará. Há um nítido otimismo nas realizações do Governo do Estado. Entre outras questões destacava-se o saneamento dos sertões, com o fim do “banditismo

⁴³ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O Trono e o Altar: As Vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará(1817-1978)**. Fortaleza: BNB, 1992, p. 202.

⁴⁴ PERALTA, Inez Garbuió. “História...p.25-31.

⁴⁵ São incontáveis as bipolarizações da ordem/desordem encontradas nos registros das fontes aqui utilizadas. É importante destacar o elemento imaginário que compõe este mito da desordem, ele é um argumento criado para deliberar planejamentos urbanos e toda uma política de intervenção institucional. Mesmo assim, essas interferências estão fadadas ao fracasso, pois trabalham com idealizações dissociadas da experiência cotidiana. Cf. PERALTA, Inez Garbuió. Idem p.27.

sistemático” (o cangaço), salvo alguns casos esporádicos tidos como inevitáveis até em meios cultos e mais policiados do mundo. Da agricultura ao ensino público é destacado o ritmo acelerado do desenvolvimento através da mecanização do trabalho e investimento de quase um quinto – sete mil contos - do orçamento total com a despesa anual em educação.⁴⁶

Em relação a Fortaleza o elogio recai na construção e reconstrução de edifícios públicos, tais como os da Faculdade de Direito, da Empresa Telefônica, os Quartéis da Guarda Cívica, da Polícia Militar e do início da construção do esperado Porto de Fortaleza. A avaliação encerra aludindo a um notável período de progresso atingido pela cidade:

“Fortaleza civilizou-se e aformoseou-se à altura das cidades modernas. Quase cinco anos de paz, de trabalho, de construção, de governo sereno e bom fizeram do Ceará uma unidade prospera, feliz e futura da federação brasileira.”⁴⁷

1.6 Multidões e gestão urbana

É relevante considerar que Fortaleza durante o período aqui estudado experimenta duas grandes correntes migratórias: da seca de 1932 e de 1942.

A primeira seca, apesar de estar um pouco recuada de nossa periodização, influenciará de forma substancial na formação social da cidade. A combinação de Justiça social e racionalidade administrativa preconizada no Estado revolucionário teve que encarar a fome na multidão. Na seca de 1932 a “alternativa” do Estado foi a organização dos campos de concentração.

“ A instalação dos campos se deu a partir de dois critérios básicos: 1) do ponto de vista da localização, as concentrações são espalhadas pelo estado, evitando o acesso à capital e às aglomerações urbanas; 2) do ponto de vista da organização, a

⁴⁶ CINCO ANOS DE PROSPERIDADE, *Unitário*, Fortaleza, 13 nov. 1939, p.3.

⁴⁷ *Idem*

conexão com o trabalho nas obras públicas deveria ser o princípio fundamental.”⁴⁸

Esta situação de controle demonstra o quanto as classes dirigentes na cidade estavam preocupadas com a proliferação de indivíduos de “maus costumes”, desapropriados à nova fase de ordem do país. São ilustrativas as marcas desta mentalidade na construção de um imaginário excludente expresso no confinamento dos pobres em um espaço de isolamento.

“Próximos a linha férrea, os campos impedem a circulação dos flagelados pela cidade, obsorvendo-os assim que chegam em grande número na capital, evitando assim a exposição da miséria, tal como o campo de concentração de 1915.”⁴⁹

A cidade de Fortaleza é aqui representada como um espaço ordenado, cujas atividades humanas sobre ele terão uma determinada intervenção.

“Em toda intervenção urbana cabe distinguir objetivos explícitos e implícitos. Não é difícil identificar os primeiros, na medida em que os encarregados de realiza-la com frequência assinalam que sua missão é a de combater o atrasado, o sujo, o bárbaro,...enfim, acabar com as disfunções e inserir a cidade no fluxo civilizatório. A questão reside então em seguir o caminho inverso, determinando sobre quem recaem tais qualificativos. Desentranhar – em suma – a definição de ordem que tais membros da sociedade tinham, e como procederam a sua implantação na cidade.”⁵⁰

⁴⁸ NEVES, Frederico Castro. “Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol.5, nº 29, p.108

⁴⁹ Idem, *ibidem*

⁵⁰ JOFRÉ, Gabriel Ramón. *A Cidade Ordenada: intervenção urbana e projeto político na Hispano-América: Lima na segunda metade do século XIX*. São Paulo: USP, 1997. Dissertação de Mestrado. PROLAM, Universidade de São Paulo, 1997, p.7.

A questão fundamental seria: o que fazer com uma enorme quantidade de famintos, maltrapilhos e desesperados? A forma encontrada foi o Estado intervir em duas frentes complementares. A primeira diz respeito ao mercado de trabalho, “através da criação de vagas ‘artificiais’ de trabalho em obras públicas destinadas a ‘ocupar’ uma mão-de-obra desocupada num momento de crise”. A segunda frente estava na organização do mercado de alimentos, “regulando os preços e o abastecimento de produtos de primeira necessidade.”⁵¹

Esta situação tensa de fome e miséria favorece a presença do Estado como força demiurga, capaz de se sobrepor de um lado ao caos social e de outro à concepção liberal de mercado. A condução dessa conjuntura foi uma combinação de intervenção na ordem econômica, centralização política e garantia da segurança nacional. O Estado ocupou um vazio político antes entregue inteiramente às oligarquias e introduziu o elemento da cooptação como prática de legitimidade perante sua base social. Os resultados da seca de 1932 atingiram intensamente o cenário urbano de Fortaleza.

Durante o Estado Novo Fortaleza tem um novo fluxo migratório, neste momento motivado pela seca de 1942. A presença de inúmeros retirantes faz com que o governo organize novo campo de concentração no bairro Alagadiço, com propósito unificador em relação aos demais bairros e de evitar a dispersão de retirantes pela cidade. Ao contrário de 1932, o governo não se limitou a uma solução doméstica e incentivou as migrações com a criação do SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia). Inserido no contexto bélico da 2ª Guerra Mundial este contingente mobilizado ficou conhecido como exército da borracha. O apoio do Brasil aos países aliados e a escassez da borracha em escala mundial fizeram com que o governo brasileiro fornecesse essa matéria prima.

Fortaleza - Amazônia transformou-se num roteiro movimentado através de ampla e forte propaganda nos jornais, rádios e desfiles cívicos dos “soldados da borracha”, além de

⁵¹ NEVES, Frederico Castro. *A Multidão*.....op.cit. p.138-139

ser “instalado em Fortaleza o escritório central da Divisão de Migração, sob a direção do Dr. Charles Wagley, professor de Sociologia da Universidade de Columbia (NY).”⁵²

Entretanto estes empreendimentos não diminuem o impacto social da seca na cidade. Na realidade, o tratamento técnico da questão não garantiu ações rápidas de combate à miséria. Havia uma hesitação dos órgãos do IFOCS/DNOCS em intervirem no mercado de alimentos, a não ser que a situação implicasse, como em 1932, numa ameaça à segurança.

“A irregularidade e frouxidão nas regras de abastecimento de víveres aos retirantes concentrados ou incorporados às obras públicas, além das dificuldades na fiscalização, favorecia a corrupção e o aproveitamento por parte dos pequenos e grandes comerciantes, timidamente denunciados na imprensa – amarrada por compromissos políticos e econômicos e, mais do que isso, controlada de perto pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e pelo DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda).”⁵³

Essa questão da ambigüidade do Estado em relação ao mercado e por outro lado sua ação incisiva no controle da população retirante provoca um descompasso entre Estado protetor e realidade social. Um dos resultados desse processo para o cenário urbano foi o estigma do medo da cidade invadida e saqueada.⁵⁴ Essa memória, antes de servir como um sintoma psicológico do temor das classes dirigentes, tem um efeito político de marginalizar a presença dos incômodos hóspedes da pobreza.

⁵² Idem, p.150

⁵³ Idem, p.155-156

⁵⁴ Nos estudos sobre o fenômeno da aglomeração urbana nas cidades industriais da Europa do século XIX há uma referência considerável em relação às imagens descritas pela literatura. Walter Benjamin se dedica ao tema do olhar, os longos trajetos pelas ruas, principalmente a pé, sugerem uma atividade de observar o movimento intenso de pessoas e objetos, é a dimensão do espetáculo do (des)encontro de anônimos, também representada pela inspiração poética do estado de solidão nas multidões de Baudelaire. Mas as metáforas concernentes ao caso de Fortaleza têm relações mais próximas ao caos pensado por Victor Hugo, da multidão indomada, da selva virgem, do oceano, do formigueiro, do inferno, da ameaça da multidão em tocaia a espreitar os passantes da cidade. “Movimentos de desempregados provocam, na década de 1880, o temor e o espanto entre os londrinos, trazendo de volta o velho espectro da *mob*, a multidão amotinada que nos anos posteriores às guerras napoleônicas havia promovido desordens consideráveis em Londres e Manchester.” Cf: BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.46.

Esta população pobre formará o cinturão de moradias precárias que cercarão Fortaleza. Intelectuais, jornalistas, líderes religiosos, órgãos públicos e privados estarão dispostos a “protegerem” o patrimônio material - praças, prédios, jardins, ruas – e cultural – “bons” costumes, moral cristã - da “ordeira e pacata” capital alencarina.

“Regulamentação rigorosa, imposição de atividades incessantes, controle de movimentos, adoção de novos hábitos higiênicos, fazem parte de um conjunto de ações destinadas a intervir no cotidiano destes homens concentrados nos campos e são elementos dessa disciplina que é, afinal, ‘uma anatomia do detalhe’, um biopoder. Modelar e adestrar o corpo são objetivos destes novos e pesados investimentos de poder.”⁵⁵

1.6.1 Descompassos urbanos

O crescimento demográfico alastra a área urbana, mas sem implicar em investimento em infra-estrutura, tais como calçamento, energia elétrica, água encanada, transportes coletivos.

“Esse ‘crescimento’ de forma espontânea e desordenada deu lugar a aglomerações de edificações precárias na periferia da cidade. Data do início da década de 30 a origem desses aglomerados com características de favelas. Entre 1930-1955 surgiram as seguintes favelas na cidade: Cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papoquinho (1950), Estrada de Ferro (1954)”.⁵⁶

⁵⁵ NEVES, Frederico Castro. “Curral...op.cit. p.111

⁵⁶ DA SILVA, José Borzacchiello. **Movimentos Sociais Populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo: 1986, p.39.

Alguns estudos apontam na direção de um novo momento para a realidade urbana brasileira. Impõe-se nesta conjuntura o divórcio entre cidade legal e cidade real. O Estado Novo tenta dotar a cidade legal de mecanismos de integração das camadas populares. É aqui que se verifica a monumentalidade da obra estatal, em que surgem as primeiras experiências de elaboração de planos urbanísticos, visando o conjunto da cidade.⁵⁷ É baseado no pressuposto integrativo que a cidade real das favelas, dos mocambos e das periferias, apesar de ser um fato, se transforma em realidade impensável, portanto, suprimida das análises que tinham no antiurbanismo sua maior expressão na época.⁵⁸

Em 1940 Fortaleza contava com 180.185 mil habitantes, dos quais eram 83.266 homens e 96.919 mulheres, distribuídos numa área de 360 km².⁵⁹ A partir das décadas de 1930-40, a cidade teve um crescimento urbano rarefeito, provocado por processos de separação entre núcleo central e áreas suburbanas. Populações pobres ocuparam espaços distanciados um dos outros, criando grandes vazios intermediários.

“Na verdade o crescimento de Fortaleza deu-se, quase que exclusivamente, ao longo dos antigos caminhos radiais de penetração da cidade, ficando as áreas entre eles praticamente vazias.”⁶⁰

A especulação imobiliária, elemento significativo da propriedade na economia capitalista, age de forma ofensiva neste período. Proprietários de capital acumulado durante o

⁵⁷ Baseado na proposta de Alfred Agache para o Rio de Janeiro, outras cidades implementarão seus planos urbanísticos: “...Porto Alegre e Curitiba...São Paulo implanta o seu Plano de Avenidas, e também Recife ganha um plano diretor. Cabe ressaltar que todas essas iniciativas se deram sob a égide de interventores nomeados pelo governo Vargas.” Ver RIBEIRO, Luiz César de Querioz. *Cidade, Nação e Mercado: Gênese e Evolução da Questão Urbana no Brasil*. In: SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge, PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs). **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 145.

⁵⁸ Rafael Xavier, teórico do municipalismo, inspirado nas idéias de Alberto Torres, diagnosticava em 1946 que “o crescimento urbano é gerador de problemas, porque concentra recursos provenientes do interior, utilizados de forma improdutiva. Além desse aspecto, a urbanização é vista como deletéria da nacionalidade”. Ver RIBEIRO, Luis César de Queiroz. *Idem*, *ibidem*.

⁵⁹ **Censo demográfico: população e habitação, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico, 1950, p.50

⁶⁰ MARQUES, Regina Elizabeth do Rego Barros. **Urbanização, Dependência e Classes Sociais: o caso de Fortaleza**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 1986, p.92-94 .

comércio de algodão oriundos de Recife se apropriam de terras periféricas de Fortaleza e iniciam um lento processo de valorização destes espaços no mercado imobiliário.⁶¹ Na medida em que estes loteamentos não permitiam o acesso à moradia para pessoas destituídas de dinheiro, a situação de marginalização espacial e social tendia a se acelerar.

Um novo mapa geográfico se impõe então com a caracterização de zonas para atividades comerciais – centro da cidade - e zonas residenciais – periferia urbana. Os bairros de Jacarecanga na zona oeste e posteriormente Aldeota na zona leste serão espaços residenciais das classes sociais mais abastadas. Por outro lado, o Arraial Moura Brasil, próximo a zona portuária, ao norte do Forte de N. S. da Assunção,

“estava destinado desde então e até recentemente, à exclusiva ocupação por edificações ligadas ao comércio de exportação (armazéns, depósitos, transportadoras, etc.) e por favelas ocupadas quer pelos trabalhadores do porto, quer por migrantes rurais, que freqüentemente expulsos do campo pelas secas têm sempre se instalado nos subúrbios da cidade.”⁶²

O mar, enquanto atrativo imobiliário ganhava novos investimentos, inclusive com o apoio estatal. A imprensa local publica um decreto – 03/01/1939 - baixado pela prefeitura, com o intuito de sistematizar o plano de construções na faixa litorânea da cidade:

“Art.1 – ficam proibidas as construções, reconstruções, modificações, alterações, acréscimos, reformas de prédios ou quaisquer obras nas faces norte e nas faixas

⁶¹ Guardadas as devidas proporções, este dado confirma a tese de que há uma relativa indiferenciação entre os interesses da elite rural e urbana no Brasil a partir de 1930. Em termos políticos e econômicos estes grupos agem com uma certa unidade, garantindo assim um consenso em torno de valores e metas essenciais de seus investimentos. Ver CARONE, Edgar. **A República Nova (1930/1934)**. São Paulo: DIFEL, 1974, pp.82/83 , **A República Nova (1930/1937)**, op.cit. p.83 e do mesmo autor **O Estado Novo (1937/1945)**, São Paulo: DIFEL, 1976, p. 3, p.109-110, p.113; FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**, op.cit. p.23 e p. 29/38.

⁶² MARQUES, Regina Elizabeth do Rego Barros. op.cit. p.96.

compreendidas entre elas e o oceano das seguintes ruas e trechos desta capital;

- a) Rua dos Tabajaras, compreendido o seu prolongamento, a partir do poço da Draga;*
- b) Avenida Getúlio Vargas até povoação do Mucuripe, inclusive, em direção ocidental, seguindo pelo perfilamento do Arraial Moura Brasil, que faz frente para o mar....*

Art. 2º - revogam-se as disposições em contrário.”⁶³

Lentamente, essa região vai perdendo seu ar sombrio de abandono, de local ermo, propício a delitos e crimes. A beira-mar vai modificando-se, não só como opção de lazer, mas pelo desimpedimento da área para a construção da extensa avenida beira-mar, de acesso ao novo porto, que somente naquele ano teria sua construção autorizada. Com esta ação, a Prefeitura prevê uma seqüência de “problemas” provocados pela ocupação indiscriminada de moradores pobres naquela região, evitando, em tese, a indisciplina nas formas de morar destas classes. Na realidade, tratava-se de um ato que garantiria a progressiva valorização imobiliária daquele espaço.⁶⁴

O que garante a suposta emergência e arbítrio do decreto é o vazio discurso do progresso, que não pretende ter face própria nem um lugar social de sua origem e de seu destino, mas somente “boas intenções” de incluir Fortaleza no oportuno desenvolvimento urbano. Mas é preciso considerar também que esses decretos sugerem pensar nas inversões do conteúdo da cidade planejada. Neste caso o progresso pode dá lugar à catástrofe, recurso discursivo das classes dirigentes quando estão prestes a perder o controle da situação social.

⁶³ IMPORTANTE DECRETO BAIXADO PELO PREFEITO, *O Estado*, 10 jan 1939, p.10.

⁶⁴ A partir da década de 1930, alguns brasileiros começaram a adotar uma solução “moderna” para enfrentar o problema da densidade populacional nas cidades, instalando-se no chamado arranha-céu, edifício que serviria para residências, escritórios comerciais e até mesmo repartições públicas. “Esta nova moda de morar no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, recebeu um grande incentivo da incipiente especulação imobiliária, que vislumbrou a grande demanda de clientes potenciais, desejosos de habitar a orla oceânica destas cidades, em bairros já definidos desde o início do século XX. Novos edifícios de apartamentos foram construídos em generosos lotes existentes, eliminando, paulatinamente, seus ocupantes originais, suntuosos palacetes ecléticos. Cf. VERÍSSIMO, Francisco Salvador et al. *Vida Urbana: a evolução do cotidiano da cidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, p.38-39.

“Os ministros do saber sempre supuseram o universo ameaçado pelas mudanças que abalam suas ideologias e os seus lugares. Mudam a infelicidade ou a ruína de suas teorias em teorias da ruína. Quando transformam em ‘catástrofe’ os seus erros e extravios, quando querem aprisionar o povo no ‘pânico’ de seus discursos,...”⁶⁵

Tal quadro é descrito por matérias que apelavam para o “deplorável e o degradante” aspecto das moradias. A insalubridade dos prédios é um dos argumentos principais que norteiam o discurso da imprensa em apoiar esta medida “estética” e “modernizadora”:

“Como se sabe, a maior parte das casas que [ali] se erguem não são dotadas dos necessários requisitos de higiene, para resguardo da população que se habita. No entanto, rendem lucros fabulosos aos respectivos proprietários.

É o caso de lançar a Diretoria de Saúde Pública suas vistas para aquêle setor, exigindo, de pronto, as medidas de salubridade indispensável – pelo menos para aquelas que venham a desocupar-se.

*Nessa hipótese, o habite-se não seria concedido sem os reparos, acréscimos e reformas imprescindíveis.”*⁶⁶

A imprensa acolhe, sem comedimento, estas projeções e reproduz a dimensão “educativa” e “justa” destas intervenções.⁶⁷ O governo, longe de resolver problemas da especulação imobiliária, de garantir melhores condições sanitárias resolve tangenciar esta sua omissão através de uma “sistematização” da vida das classes populares. Tal processo será detalhado quando enfocarmos questões referentes às formas de controle social.

⁶⁵ DE CERTAU, Michel. Op.cit. p.174.

⁶⁶ Jornal *O Estado*, “Pela Urbanização da cidade”, 11/01/39, p.1

⁶⁷ A função do jornal pode dar eco a estas projeções, popularizando estas “verdades” urbanas e complementando o trabalho de especialistas, na busca de obter um consenso adequado. Ver JOFRÉ, Gabriel Ramón. *A Cidade...*op.cit. p.24.

É nas margens das estradas de acesso ao núcleo urbano que a população pobre irá habitar em maior número. A tendência destas formas de habitar tem um sentido contrário ao litoral, caminham em direção ao interior através de três novas vias: Estrada do Soure (atual Av. Bezerra de Menezes), Estrada de Parangaba (atual Av. Capistrano de Abreu) e Estrada de Messejana (atual Av. Visconde do Rio Branco). Habitam nestes espaços moradores envolvidos com pequenos comércios oriundos da produção agrícola e pecuária do sertão cearense.

Em análise, produtos do universo rural fizeram a viabilidade econômica de Fortaleza. Em 1940, atividades de agricultura, pecuária e silvicultura somavam 5.895 postos de ocupações de trabalho em Fortaleza, da mesma forma que 10.905 pessoas se ocupavam da atividade de comércio de mercadorias.⁶⁸

Cabe ressaltar que depois do século XIX Fortaleza ocuparia um papel fundamental como liderança na rede interurbana do Estado, centralizando as funções administrativas e comerciais da província.

“Como a organização dos portos cearenses obedecia a regulamentações nacionais, estabelecidas por Rodrigues Alves, as outras cidades litorâneas como Aracati e Camocim, não tiveram condições de continuar com seus portos, que aliás haviam se tornado imprestáveis devido ao assoreamento de suas bacias, o que determinou não só sua decadência, como a de outras cidades a elas ligadas. Tal é o caso, por exemplo, de Sobral que, não podendo comercializar seus produtos agrícolas através do porto de Camocim, não teve condições de evoluir, arruinando-se definitivamente a partir de 1930.”⁶⁹

Centralização administrativa e comercial foram dois processos fundamentais na consolidação de Fortaleza como destino dos recursos do interior. A chegada do automóvel em

⁶⁸ Censo...op.cit. p.64

⁶⁹ MARQUES, Elizabeth do Rego Barros. *Urbanização...*op.cit. p.105

1909⁷⁰ proporcionou aberturas de estradas sobre os antigos caminhos de carros de boi, dando continuidade ao trabalho da rede ferroviária criada em 1882 como instrumentos infra-estruturais para o comércio de exportação interna através de vias terrestres. Pode-se dizer que economicamente o sertão invadia o mar.

O algodão, a cera de carnaúba e o couro foram matérias-primas que aproximaram Fortaleza da vida econômica de São Paulo durante a ascensão de seu parque de indústrias têxteis nas primeiras décadas do século XX. Esta política de substituição de mercadorias não se traduz, no entanto, em melhores condições de vida para a maioria da população. Não significou uma economia planificada, mas apenas uma outra lógica de enriquecimento das classes dominantes.

Houve, na verdade, um descompasso entre densidade demográfica, capacidade produtiva e oferta de trabalho em Fortaleza.

“Destaca-se nesse processo a ampliação do setor terciário, onde grande parte do contingente populacional migrante carente, encontra o emprego, ou subemprego, que garante sua subsistência.”⁷¹

Os resultados deste quadro se expressam na pauperização das condições de vida das classes populares. Morando em areais afastados ou mesmo na área central, sem saneamento, transporte, saúde e demais serviços, essas classes mantêm relações tensas entre si, e com instituições. Nesta Fortaleza cupada pulsava uma vontade de estar protegida e de atacar quem lhe ameaçasse.

1.7 Panorama Infra-Estrutural

⁷⁰ O primeiro automóvel de Fortaleza foi importado pela Empresa Auto-Transporte Cearance, de Meton de Alencar e Júlio Pinto. Ver ADERALDO, Mozart Soriano. *História Abreviada de Fortaleza e Crônicas sobre a Cidade Amada*. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1998, p.40.

⁷¹MARQUES, Elizabeth do Rego Barros. *Urbanização...* op.cit, p.112

Do alto, das nuvens, foi realizada, certa vez, uma leitura da cidade. Curiosamente este olhar é estrangeiro - de uma turista - capitaneado por jornais ávidos por uma inserção de Fortaleza nos trilhos da modernidade. Essa é a visão panorâmica da aviadora norte-americana Amélia Earhart, que de passagem por Fortaleza lhe confere comentários sobre os contrastes dos automóveis, dos burricos e tamancos que se entrelaçavam. No jornal, o articulista sugere o leitor “pousar” e notar que somos mais atrasados horizontalmente, de forma especial nos melhoramentos urbanísticos.

“O projeto de abastecimento dagua e esgotos de Fortaleza, feito por João Felipe foi executado 20 anos depois, pelo engenheiro Borges de Melo. Desde que fomos retardados 4 lustros no beneficio recebido. Toda a área construída depois do projeto primitivo, que não foi alterado, ficou com o atrazo dos vinte anos.”¹

Como se distribui este atraso para uma população de 180.185 mil habitantes compreendida numa área de 360km²? Esta é uma questão que somente poderá ser analisada de forma articulada com outros dados infra-estruturais.

Em 1943 foi realizado um levantamento dos serviços de Água e Esgoto nas sedes municipais do país, especificando o abastecimento d’água e esgotos sanitários. No caso de Fortaleza esta realidade é significativa na compreensão das “condições” infra-estruturais da cidade. Em primeiro lugar é feita uma amostragem daquilo que é objeto de desejo aqui nessas terras: o abastecimento d’água. Vejam-se quadros a seguir.

¹A CIDADE E A POPULAÇÃO, *O Povo*, 29 jan. 1940, p.4.

MELHORAMENTOS URBANOS

SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO, ÁGUA E ESGOTOS NAS SEDES MUNICIPAIS – 1943

ABASTECIMENTO D'ÁGUA

Unidade da Federação	Serviços existentes	Capacidade dos mananciais 24 horas (m³)	RESERVATÓRIOS		Logradouros servidos	Prédios abastecidos
			Número	Capacidade (m³)		
Ceará	6	1 111 906	13	31 691	189	12 122
Fortaleza	1	1 111 111	1	31 105	116	11200

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1941/45, p. 348, 1946

Em relação aos aspectos sanitários, o quadro se apresenta da seguinte forma:

MELHORAMENTOS URBANOS

SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO, ÁGUA E ESGOTOS NAS SEDES MUNICIPAIS

ESGOTOS SANITÁRIOS

Unidade da Federação	Número de serviço existente	Extensão da Rede (m)	Logradouros servidos	Prédios servidos
Ceará	2	42 759	94	5 206
Fortaleza	1	41 259	88	5 000

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1941/45, p. 349, 1946

Observa-se, inicialmente, que Fortaleza “devora” a maioria dos serviços básicos em comparação ao resto do Estado, demonstrando que ao longo das décadas 1930/40 o processo de urbanização no país deslocaria o cenário da produção, do consumo, das decisões políticas e das relações sociais para um território com novos padrões de acumulação.

“Estabeleceram-se então os contornos iniciais da implantação de um núcleo de indústrias de base, assim como a definição de um novo papel do Estado em matéria econômica, voltado para

a afirmação do pólo urbano-industrial enquanto eixo dinâmico da economia.”⁷³

Cabe mais uma vez lembrar das Fortalezas aqui mencionadas, inclusive a do poder centralizador e planejado do Estado Novo.⁷⁴ Porém, o destaque neste estudo é dado ao movimento de separação das classes sociais e suas funções na cidade. Tal processo está inserido em um duplo movimento do capitalismo mundial: a galopante transformação do espaço em mercadoria, o acirramento da divisão da sociedade em classes e a constituição de poderes centralizados na condução do cotidiano dos cidadãos.⁷⁵

O reflexo desta conjuntura nas cidades está no loteamento e especulação financeira de espaços, na separação dos locais de moradia e trabalho, daí um certo crescimento em Fortaleza de “bairros- dormitórios”, para onde parte das classes populares retornavam apenas para o descanso noturno.

“É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores.”⁷⁶

Tal processo não se constitui algo novo, desde meados do século XIX já estavam delineados estes padrões no Brasil, onde se estabelecia um loteamento das regiões mais

⁷³ MENDONÇA, Sônia Regina de. “As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida a internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda L. (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.243.

⁷⁴ A pesquisa demográfica e econômica aqui destacada foi realizada em 1940 pelo recém criado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1938). Assim, o sentido político-institucional das mudanças neste período revelam uma montagem complexa de intervenção, regulação e controle do Estado. Além disso, foi criado a nível estadual um sistema de Departamentos Estaduais, que iriam substituir o poder Legislativo Estadual, supervisionando os interventores e criando políticas administrativas, inclusive políticas urbanas.

⁷⁵ Da República Velha até 1937 o mercado brasileiro beneficiou-se das vantagens do café como produto de forte penetração em mercados regionais como é o caso da Paulicéia, a “locomotiva da nação”. Com o advento do Estado Novo esse “mercado foi unificado por um processo nacional em que as cidades adquiririam um papel fundamental...As migrações internas intensificaram-se, pois a atração exercida pelos centros regionais originava intensa troca populacional...Os setores secundário e terciário foram capazes de absorver grande parte desta demanda, inclusive uma porção significativa da mão-de-obra feminina, que ocupou seu lugar nas fábricas e no comércio, além de auxiliar nos consultórios, escritórios de profissionais liberais e repartições...” Cf. VERÍSSIMO, Francisco Salvador et all. op.cit. p.121-122.

⁷⁶ ROLNIK, Raquel. **O Que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.41

afastadas do centro das cidades. Juntamente a esta apartação geográfica e social era vislumbrada uma imagem, que lutava para se solidificar.

“...a imagem do cidadão morador da urbe era de alguém que tivesse propriedade para morar, dinheiro para pagar impostos, correto proceder na vida familiar e pública e saúde para não empestar a vizinhança com doenças. Quem não se enquadrasse, que demandasse às zonas mais afastadas.”⁷⁷

Para se ter uma idéia das implicações destas questões é preciso levar em consideração o número de domicílios, a natureza da construção das unidades domiciliares e sua tipologia dividida em particulares e coletivas.⁷⁸

UNIDADES PREDIAIS E DOMICILIARIAS DISTRIBUIDAS PELA NATUREZA DA CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS E A SITUAÇÃO

Município e Situação	Unidades prediais e domiciliares em construções da natureza indicada							
	Alvenaria				Madeira			
	Total*	Domicílios Particulares	Domicílios coletivos	Mista	Total	Domicílios particulares	Domicílios coletivos	Mista
Fortaleza	18 366	15 486	153	454	18.384	16 470	8	159
Quadro urbano	12 086	10 176	134	346	4.127	3 626	3	58
Quadro suburbano	5 078	4 363	13	96	8.055	7 300	4	78
Quadro rural	1 202	977	6	12	6.202	5 544	1	23

⁷⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Pobre...* op.cit. p.96.

⁷⁸ Por unidade classificada como domiciliária “compreende-se o lugar onde mora uma pessoa que vive só ou acompanhada de outras, residentes sob o mesmo teto ou em determinadas peças de um mesmo prédio, desde que esteja subordinado à responsabilidade, fiscalização ou direção de um chefe de família, gerente, administrador, etc....Domicílio particular é o de uma só família censitária, formada por uma só pessoa ou por duas ou mais pessoas ligadas ao *Chefe da família* – homem ou mulher que mantém a casa -, por laço de parentesco ou subordinação doméstica. Domicílio coletivo é o habitado por um conjunto de pessoas, entre as quais pode haver ou não laço de parentesco e desde que, embora vivendo em comum, compreenda mais de uma família censitária.”Cf. *Censo Demográfico...*op.cit. p. xxiii-xxiv. Manicômios, penitenciárias, quartéis e outros centros de habitação sujeitos a um regime disciplinar são considerados domicílio coletivo ou mais precisamente “famílias institucionais”.

Fonte: **Recenseamento Geral do Brasil (setembro de 1940)**, IBGE, Censo Demográfico – População e Habitação – parte Série Regional, VI – Ceará, Rio de Janeiro, p. 262, 1950.

*Estão incluídas aqui as unidades de aplicação não domiciliária e não declarada.

Além desses indicadores, são apresentadas construções de outra natureza e aquelas não indicadas. Elas totalizam em Fortaleza uma soma de 352 unidades distribuídas em 88 construções na rede urbana, com 5 domicílios particulares; no quadro suburbano temos 200 unidades, com 52 domicílios particulares e finalmente 64 unidades no quadro rural, com 3 domicílios particulares. Nenhuma construção coletiva foi recenseada neste tipo de levantamento.

Os números são contundentes na área suburbana. De acordo com as informações acima, os subúrbios da cidade perfazem um percentual de 56,81% das construções de outra natureza e aquelas não indicadas. Supõe-se que tais construções compreendam domicílios feitos com palhas de coqueiro, restos de metais como latas, alumínio e domicílios de taipa*. Sinônimo de desolação e tristeza para boa parte da imprensa, estes bairros:

“São em geral uma aglomeração de casebres hediondos, ludrosos infetos, deploráveis, em desalinho, formando vielas e alfurjos. O seu povo vive numa promiscuidade abjeta. As crianças crescem por milagre, mas desnutridas, defeituosas, imbecilizadas, sem instrução, sem civismo e sem fé.”⁷⁹

Esta é uma descrição típica da “cidade-mapa”, reduzida ao ver apenas a ordem dos lugares, que indica um traçado recoberto por uma série de unidades estáticas, numa observação totalizante. É assim que De Certau identifica as diferenças entre a descrição da cidade pelo mapa e pelo percurso. A primeira progrediu historicamente no sentido da colonização do espaço, eliminando outras figuras que circunscrevem as práticas do espaço, os

* “Parede de estacas e varas de barro socado. A armação de esteios e varas denomina-se enxameios. A casa de taipa geralmente é coberta de telha ou de palha e, se os esteios são de boa madeira, tem longa duração. É a casa do pobre. Parece ter origem no espanhol: *tápia*”. In: GIRÃO, Raimundo. **Vocabulário Popular Cearense**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p.337.

⁷⁹ A LÁPIS: BAIRROS POBRES, **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 14 jan.1939, p.3.

mapas apagam os itinerários, fornecem um “estado do saber geográfico”, na verdade a perspectiva dos mapas induz uma leitura teatral, onde os papéis dos lugares e atores são previamente estabelecidos.⁸⁰

Os percursos, ao contrário dos mapas falam de operações do “próprio” de cada lugar, dos movimentos, são relatos cotidianos fabricados numa possibilidade infinita de itinerários. O percurso permite organizar os espaços, os quais De Certau denomina “lugar praticado”⁸¹. Enfim, o percurso pertence à descrição de quem vive e caminha nas entranhas dos lugares. Estas questões serão mais bem trabalhadas no capítulo sobre as intervenções do poder nos espaços vividos pelas classes populares.

Para melhor compreender este leque de informações, é preciso insistir no cruzamento dos dados gerais inseridos em aspectos específicos. Entre o abastecimento d’água e unidades de construções o quadro se apresenta de forma deficitária. Enquanto o abastecimento d’água cobre 11.200 prédios, as unidades recenseadas apresentam um número desafiador. Os domicílios particulares e coletivos somam 36.750 unidades, portanto, de início, temos uma deficiência de 25 550 unidades sem abastecimento d’água.

No item esgoto sanitário a cidade “sucumbe” em deficiência. Os prédios servidos somam 5 000 unidades. Comparados estes números às 36.750 unidades recenseadas, o quadro apresenta uma soma de 31.750 unidades de construções sem esgoto sanitário.

O núcleo urbano de Fortaleza contava à época com 12 086 unidades prediais em alvenaria, portanto, de um custo maior e de estrutura arquitetônica mais sofisticada, onde residiam famílias abastadas e de uma classe média mais bem sucedida financeiramente. Já na área suburbana temos 8 055 construções de madeira, predominando um tipo rústico e simples de construção. Na área rural da cidade essas construções em madeira somam 6 202 unidades

⁸⁰ O mapa foi transformado pela geometria euclidiana, que justapôs os dados fornecidos por “uma tradição(a Geografia de Ptolomeu, por exemplo) e aqueles que provinham de navegadores (os portulanos, po exemplo).” Portanto, entre os séculos XVI e XVII os mapas ganham autonomia e os lugares heterogêneos foram juntados por um saber que instituiu espaços obrigatórios. Cf: DE CERTAU, Michel. *A Invenção...* op.cit. p.206.

⁸¹ Idem, p. 202.

prediais. Em tese, o subúrbio e a zona rural da cidade revelam um tipo de construção diferente das condições de outras zonas.

Mesmo assim, é preciso ter cuidado em não confundir estas construções com imobilidade social. O fato de existirem tais construções não determinam o lócus exato dos conflitos que foram levantados e analisados neste trabalho, o critério arquitetônico é apenas um indicativo da segregação social e espacial. Cabe lembrar neste aspecto que as pensões, botequins e demais prédios, apesar de muitas vezes encontrarem-se na zona urbana e serem de alvenaria, não impedem a participação das classes populares na vida da cidade, na verdade a presença destas classes demonstra uma certa fluidez de ação.

O perímetro urbano ainda é o espaço mais ocupado da cidade, ele acumula as funções de moradia e trabalho, é aqui que interagem os trabalhadores do comércio, das repartições públicas, donas de casa, vendedores ambulantes, prestadores de serviços, instituições públicas, instituições religiosas, instituições de ensino, instituições de repressão, instituições de lazer, mendigos, desempregados e todo um leque de sociabilidade. Esta hegemonia populacional conferida ao espaço urbano pode ser melhor visualizada na pesquisa complementar aos quadros anteriormente discutidos, com a inclusão do número de pessoas por cada espaço:

DOMICÍLIOS EM CONSTRUÇÕES DA NATUREZA INDICADA

Município e situação	Alvenaria				Madeira		
	Totais				Totais		
	Domicílios	Peças	Alcovas e dormitório	Pessoas	Domicílios	Peças	Alcovas e dormitório
Fortaleza	16 430	101026	44 669	99 197	16 959	60 590	32 425
Quadro urbano	10 879	74 560	31 733	69 350	3 754	14 569	7 110
Quadro suburbano	4 547	21 747	10 633	24 037	7 536	26407	14 541
Quadro rural	1 004	4 719	2 303	5 810	5 669	19 614	10 774

Fonte: **Recenseamento Geral do Brasil (setembro de 1940)**, IBGE, Censo Demográfico – População e Habitação, parte Série Regional, VI – Ceará, Rio de Janeiro, p. 270, 1950

Mesmo desconsiderando os domicílios em condições não declaradas, este quadro confirma a concentração demográfica no espaço urbano. Esta situação não é nada confortável para as classes dominantes, que viam neste espaço a possibilidade de uma mistura indiscriminada e uma clara frouxidão nas hierarquias. A proximidade preocupava.

“Para os membros da classe dominante, a proximidade do território popular representa um risco permanente de contaminação, de desordem. Por isso deve ser, no mínimo, evitado.”⁸²

A concentração demográfica urbana ganha acréscimos significativos se for considerada a população flutuante, que circula, usa e reinventa este espaço durante boa parte do dia e retorna aos seus dormitórios nos subúrbios. Esta “invasão” sugere pensar além dos mecanismos de controle, esta tensão implica dizer que

“o próprio processo de segregação acaba por criar a possibilidade de organização de um território popular, base da luta por trabalhadores pela apropriação do espaço na cidade”.⁸³

Do ponto de vista econômico este conflito vivido por Fortaleza aponta para indícios de uma crescente monetarização dos bens produzidos na vida cotidiana. A vida na cidade torna-se mais dispendiosa, produtos que antes eram adquiridos por encomendas pelos artesãos em suas próprias casas, agora são comprados no mercado; alimentos produzidos e vendidos por pequenos agricultores que circundavam a cidade, agora são entregues a atravessadores que triplicavam seus preços. A terra e a vida urbana transformaram-se, então, em mercadoria.

Maria auxiliadora De Decca assinala que nas décadas de 1930 e 1940, na questão da habitação operária e popular em São Paulo não se teve mudanças substanciais. Os poderes

⁸² ROLNIK, Raquel.op.cit. p.51

⁸³ Idem,ibidem

públicos municipais, estaduais e federais, baseados neste quadro de pauperização incentivou a iniciativa privada de várias formas no sentido de construir vilas higiênicas e baratas. Se esse processo atingia a mais rica capital do país, o que dizer de outras regiões:

“Não era diversa a situação da moradia do proletariado em outros centros urbanos ou capitais dos estados brasileiros: os mocambos de Recifes ou os cortiços cariocas podem constituir exemplo nesse sentido...nas grandes cidades ou capitais dos estados brasileiros, a construção de moradias populares foi se tornando um grande negócio e não implicou melhoria do padrão habitacional para a grande massa de trabalhadores urbanos e industriais.”⁸⁴

O contexto remonta ao período em que o país mergulhava no caminho da industrialização. Nesta política econômica foi implantada uma visão de conjunto e planejada do Estado para beneficiar, entre outros setores, a burguesia industrial. Ainda que setores das oligarquias tivessem seu espaço político no Estado Novo, isso não significava marginalização do caráter burguês deste projeto. Na realidade, o novo regime procurava estabelecer um difícil equilíbrio entre interesses burgueses e setores das atividades agroexportadoras.

Nos anos de 1930-40 a indústria como elemento propulsor do desenvolvimento ganhou projeção política, fazendo com que inúmeros esforços fossem canalizados para esta alternativa. As primeiras medidas visavam neutralizar os regionalismos políticos e favorecer uma institucionalização estatal das atividades ligadas ao mercado interno.

“Ilustram essa afirmação criações como: a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial(1937); o conselho Técnico de Economia e Finanças(1937); o Instituto de Geografia e Estatística(1938); a Carteira de Exportação e Importação(CEXIM – 1941) etc. ,

⁸⁴ DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **Indústria, Trabalho e Cotidiano: Brasil – 1889 a 1930**. São Paulo: Contexto, 1991, p.49-50.

que abrigavam representantes de segmentos sociais distintos.”⁸⁵

Distante de uma solução mais emergencial, a especulação imobiliária é a demonstração de que o Estado Novo não conseguiu controlar totalmente o mercado, força “invisível” pregada por liberais e criticada, apenas na retórica oficial, pelo governo Vargas. Neste aspecto percebe-se uma importância política do Estado em impedir essa licenciosidade do liberalismo.

1.8 Custo de Vida

No início do Estado Novo o custo de vida para as classes populares já despontava como um sério problema social. A cada ano as perspectivas tornavam-se mais sombrias, o acesso à alimentação, por exemplo, não reproduzia a mesma imagem de geração robusta, saudável e feliz pregada pelos órgãos do regime.

*“(...) ser brasileiro – são as palavras do Chefe do Estado Nacional – não é somente respeitar as leis do Brasil e acatar as suas autoridades. Ser brasileiro é amar o Brasil. É possuir o sentimento que permite dizer: ‘O Brasil nos deu o pão; nós lhe daremos o nosso sangue’ ”.*⁸⁶

O pão garantido pela grandeza e fartura do solo brasileiro era uma imagem recorrente para se apresentar um Brasil de vigor e exuberância a enfrentar seus desafios.⁸⁷ O

⁸⁵ MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases...op.cit. p. 245

⁸⁶ PERDIGÃO, Edmylson. “Política eugênica”. In: *Ciência Política*, ago.1941.

⁸⁷ Uma imagem recorrente a esta questão estava no desenho de um país grandioso, com uma flora exuberante, protagonizado pelo jovem artista Roberto Burle Marx, “responsável por um dos mais significativos projetos paisagísticos desta fase, na opinião do próprio autor, a Praça Salgado Filho, diante do recém-construído Aeroporto Santos Dumont, no fim dos anos 30. Este espaço.....proporcionava ao passageiro que se dirigisse ao terminal a sensação de uma rápida viagem pelo Brasil através de espécimes da flora brasileira e de seus ambientes, reproduzidos naquela exígua praça urbana. Cf: VERÍSSIMO, Francisco Salvador et all. op.cit. p.82-83.

sangue prometido era o sacrifício pela prosperidade da Pátria, esse era o brasileiro idealizado. Em contrapartida, as imensas contradições sociais revelam outro cenário:

“A crise tremenda em que se debate a população de Fortaleza, no tocante a gêneros alimentícios, precisa ter imediatamente um paradeiro ou pelo menos uma providência, sequer, realmente minorativa da situação da maioria.

....

Nos armazéns que compram em grosso, quem quiser banana paga a \$ 100 e duas por \$ 300....

Feijão a 1\$400, açúcar a 1\$600, arroz, idem: farinha a 1\$000, xarque a 5\$000. porco, idem....E nada disto é especial, tudo é bem trivial. Depois, a Saúde Pública a doutrinar o povo: TENHA VIDA FRUGAL, ALIMENTE-SE DE FRUTAS, CONSUMA VITAMINAS!

....

Positivamente, a situação é dolorosa, E, se não chegamos ao excesso de um dos confrades, que a comparou à Nankin e Shangai, onde se aliam `a fome, a peste e a guerra, uma coisa, pelo menos, não podemos negar: Fortaleza passa fome.”⁸⁸

O acesso aos alimentos básicos era dificultado por uma política econômica que não conseguia de forma efetiva intervir nos altos preços dos produtos. Segundo De Decca, a situação alimentar dos trabalhadores no Nordeste era seguramente pior que a de outras regiões brasileiras.⁸⁹ Acompanhar, panoramicamente, o comportamento de alguns preços entre Fortaleza e o restante das capitais do Nordeste poderá dar melhor visibilidade a este aspecto. É o que se pode ver a seguir.

⁸⁸ FORTALEZA PASSA FOME, *O Nordeste*, Fortaleza, 24 mar. 1938, p.4.

⁸⁹ DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *Indústria...*op.cit. p.55.

**PREÇOS MÉDIOS DE ALGUNS GÊNEROS NO COMÉRCIO VAREJISTA
DOS MUNICÍPIOS - 1940/44**

CAPITAIS	FARINHA DE MANDIOCA					FEIJÃO				
	1940	1941	1942	1943	1944	1940	1941	1942	1943	1944
	Cr\$ por kg									
São Luís	0,84	0,94	1,10	1,20	1,35	1,66	1,37	1,70	2,13	2,38
Teresina	0,53	0,54	0,78	1,05	0,97	2,37	1,35	1,44	3,60	3,63
Fortaleza	0,70	0,62	1,14	1,41	1,29	1,60	1,82	1,84	3,50	3,11
Natal	0,37	0,57	1,22	1,33	1,16	1,52	1,35	1,82	2,04	2,67
João Pessoa	0,22	0,39	0,81	0,90	1,43	1,50	1,85	2,08	2,95	2,90
Recife	0,60	0,78	1,14	1,25	1,53	1,97	2,05	2,34	2,46	3,45
Maceió	0,27	0,47	0,93	1,24	1,16	1,69	2,11	2,26	3,07	3,92
Aracaju	0,31	0,53	0,91	1,08	1,61	2,23	2,35	2,36	2,23	3,57
Salvador	0,58	0,49	0,89	1,20	1,72	1,12	1,46	1,58	1,97	2,83

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Ano VI, 1941/1945, p. 322, Rio de Janeiro, 1946.

**PREÇOS MÉDIOS DE ALGUNS GÊNEROS NO COMÉRCIO VAREJISTA
DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS - 1940/44**

CAPITAIS	AÇUCAR					ARROZ				
	1940	1941	1942	1943	1944	1940	1941	1942	1943	1944
	Cr\$ por kg									
São Luís	1,45	1,53	1,76	2,27	2,74	0,73	1,20	1,33	1,29	1,28
Teresina	1,69	1,83	1,90	2,74	3,02	0,83	1,06	1,64	1,30	1,30
Fortaleza	1,40	1,50	1,75	2,13	2,30	1,40	1,60	2,08	2,28	2,36
Natal	1,31	1,45	1,58	1,92	2,37	1,48	1,83	2,52	2,56	2,61
João Pessoa	1,21	1,24	1,48	1,78	2,01	1,05	1,70	2,27	2,33	2,38
Recife	1,28	1,27	1,45	1,75	2,20	1,30	1,52	1,78	1,72	2,00
Maceió	1,13	1,21	1,38	1,66	1,90	1,39	1,65	2,08	1,95	2,09
Aracaju	1,11	1,21	1,40	1,54	2,05	1,14	1,41	1,78	1,79	2,23
Salvador	1,17	1,33	1,58	1,64	2,02	1,33	1,71	2,37	2,83	3,26

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Ano VI, 1941/1945, p. 320, Rio de Janeiro, 1946.

CAPITAIS	CARNE VERDE					CHARQUE				
	1940	1941	1942	1943	1944	1940	1941	1942	1943	1944
	Cr\$ por kg									
São Luís	2,00	2,00	2,33	2,83	3,75	4,23	4,96	5,80	7,22	8,50
Teresina	1,85	1,95	2,52	4,10	5,00	3,60	-	-	-	-
Fortaleza	2,60	3,29	4,69	4,08	4,83	3,60	4,58	5,58	8,50	10,04
Natal	2,40	2,43	2,77	4,15	7,58	4,67	4,88	6,01	7,43	8,17
João Pessoa	2,20	2,53	2,83	3,04	4,83	4,14	4,68	5,71	7,60	9,38
Recife	2,38	2,53	2,98	3,08	6,00	4,31	4,94	5,60	6,65	8,65
Maceió	2,33	2,41	2,98	4,50	5,38	4,41	4,93	5,86	7,83	9,72
Aracaju	2,18	2,36	2,64	3,42	4,98	4,53	5,37	6,23	8,34	11,48
Salvador	2,48	2,60	2,83	3,20	3,85	4,31	5,30	5,91	7,50	8,95

Fonte: **Anuário Estatístico do Brasil**, IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Ano VI, 1941/1945, p. 322, Rio de Janeiro, 1946.

CAPITAIS	PÃO					OVOS				
	1940	1941	1942	1943	1944	1940	1941	1942	1943	1944
	Cr\$ por kg									
São Luís	1,97	2,00	2,03	2,40	2,80	2,43	2,93	2,83	3,00	4,35
Teresina	2,00	2,17	2,08	3,09	3,83	2,43	2,83	3,60	3,62	4,20
Fortaleza	2,40	2,14	2,50	2,75	2,80	2,40	2,23	2,76	3,60	4,55
Natal	2,15	2,40	2,67	3,81	3,60	2,43	2,70	3,92	4,73	6,20
João Pessoa	2,00	2,15	2,12	2,70	3,15	2,30	2,32	2,94	4,81	5,90
Recife	2,00	2,00	2,40	2,50	2,79	2,40	3,09	4,30	5,60	9,10
Maceió	2,00	2,01	2,60	3,10	3,10	2,40	2,74	3,25	3,23	5,88
Aracaju	2,00	2,00	2,37	2,77	3,42	1,83	2,15	2,34	2,84	4,05
Salvador	1,65	1,84	2,08	2,20	3,00	2,23	2,35	2,47	3,10	5,10

Fonte: **Anuário Estatístico do Brasil**, IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Ano VI, 1941/1945, p. 322, Rio de Janeiro, 1946.

Basicamente, estes são dados referentes à chamada “cesta básica” do Fortalezense mais pobre. Note-se que na maioria dos casos a cidade apresenta razoáveis índices de elevação de preços no quadro comparativo a outras capitais do país, porém se for considerada essa majoração para a realidade específica de Fortaleza, observa-se uma disparidade ainda

maior entre os preços e o poder de compra, pois as condições de emprego e renda na cidade eram desfavoráveis, como mostra o quadro demonstrativo logo mais adiante, em que observa-se a distribuição da população segundo a ocupação no mercado de trabalho.

Interessante salientar que nos óbitos registrados no triênio 1939/41 para a cidade de Fortaleza o número mais expressivo está entre as causas de doenças do aparelho digestivo que, surge em primeiro lugar com 4.536 óbitos, num percentual de 34,97%. Em segundo lugar vem o grupo de causas de doenças infecciosas e parasitárias com 3.309 óbitos, correspondendo a um percentual de 25,51%. Entre este segundo grupo se destacam a tuberculose com 1.539 óbitos, a gripe com 490 óbitos e a disenteria com 223 óbitos⁹⁰.

Apesar de não especificar quais seriam as doenças do aparelho digestivo, estes dados sugerem uma situação alimentar de baixíssima qualidade, pois estas são doenças tipicamente oriundas de uma deficiência protéica e imunológica, comuns em quadros miseráveis de vida social.⁹¹

Aumenta-se, pois, a distância entre este perfil “drástico” de brasileiro e a propaganda eugênica implantada no regime.⁹² A ênfase regeneradora deste discurso projeta

⁹⁰ **Anuário Estatístico do Brasil**, Movimento da População: Nascimentos e Óbitos. Ano VI-1941-1945. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE. 1946, p. 40.

⁹¹ Nos anos de 1930 a cidade de São Paulo indicava uma alimentação popular de altos custos, “o que limitava a possibilidade de despesas com outros itens, mas também uma dieta alimentar quantitativamente insuficiente e qualitativamente inadequada.” Cf. DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **Indústria...** op.cit. p.54.

⁹² A metáfora do Brasil com um corpo humano é alusiva ao projeto corporativista a partir dos anos de 1930. As partes que compõem a sociedade foram pensadas como órgãos do corpo humano, absolutamente integradas e harmônicas. Um dos efeitos dessa referência foi a criação de uma pedagogia do corpo, com destaque para a produção teórica e prática da Educação Física. “O que mais choca é o endereçamento religioso que esse tratamento recebe. Modelado para o trabalho, o corpo é disposto valorativamente enquanto oblação litúrgica; cada cidadão é convidado a dar sua vida, verter seu sangue para a salvação do corpo maior da pátria, se necessário.” Cf. LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. Campinas: Papyrus, 1986, p. 18. Vargas também pode ser considerado como o “terapeuta do povo brasileiro”, tratando das doenças do organismo brasileiro: infiltração comunista (1935) e agressão integralista (1938), fruto de uma perversão política localizada no inconsciente coletivo. Neste sentido, o povo era um enfermo, “descendente de raças inferiores, e também decorrência do descaso com a saúde por parte das autoridades do regime deposto”. Essa imagem reforça uma outra, repetida desde o início do século XX: de que “o Brasil é um grande hospital”. No caso dos anos 30, Vargas complementa da seguinte forma: “o Brasil é um grande hospital psiquiátrico”, “o que altera consideravelmente o significado da representação”, pois considera o povo incapaz de se auto-representar, um alienado, sem autonomia, imaturo para gozar dos direitos políticos, enfim, “o povo brasileiro precisaria ser antes teraputizado pelo líder para, no futuro, de posse de sanidade mental, adquirir o direito de participação política”. Cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões...** op.cit. p.260-261.

O pobre, coitado, tem de contentar-se com o básico cangulo, isso mesmo quando o peixeiro está de boa vontade ou não encontre quem dê mais pela mercadoria.

Por esse ligeiro pano de amostra, pode-se, muito bem, avaliar o quanto se sofre nesta terra, onde o dinheiro escasseia dia a dia, enquanto as despesas tomam vulto em gigantescas proporções. E, a despeito de tudo, troca-se o interior do Estado pela Capital, aumentando-se destarte, o numero de sofrendores e desiludidos.”⁹⁴

A média do salário industrial do operário no Ceará correspondente ao mês de julho entre 1942/44 ficou em Cr\$ 206,00, Cr\$ 286,00 e Cr\$ 372,00 respectivamente para os três anos. Em 1942, por exemplo, dos 37 estabelecimentos industriais pesquisados a maioria dos operários, cerca de 3 519 trabalhadores recebiam um salário fixo entre Cr\$ 200,00 a 399,00.⁹⁵ Mesmo depois da instalação do salário mínimo, a correlação entre os salários operários e o custo de vida pareceu inalterada. Foi assim que médicos avaliaram a situação em São Paulo durante um encontro lá realizado.

“[...] Não percamos tempo e vamos aos fatos. Pelo Boletim da Associação Comercial da Capital de São Paulo, divulgado por um matutino desta cidade, o aumento geral tomando-se como base um decênio, isto é, de 1935 a 1944, foi de 101,7% no custo das mercadorias. Para enfrentar este aumento tiveram as classes operárias, e os trabalhadores em geral, um aumento de salários de cerca de 20%[...]”⁹⁶

Acrescente-se a estas informações a taxa de ocupação de empregos na cidade para se perceber o número significativo de desempregados ou em situação de subemprego, como se pode ver no quadro a seguir.

⁹⁴ VIDA CARA, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 11 jan. 1939, p.2

⁹⁵ *Anuário Estatístico do Brasil*, Empregados da Indústria e do Comércio Atacadista dos Municípios das Capitais, segundo Classes de Salários, Ano VI-1941-1945. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE. 1946, p.328

⁹⁶ F.C. ARAÚJO, Francisco Apud DE DECCA, Maria Auxiliadora, op.cit. p.47.

**POPULAÇÃO DE FATO SEGUNDO OS PRINCIPAIS CARACTERES INDIVIDUAIS
MUNICÍPIO DE FORTALEZA**

CARACTERES E RESPECTIVAS MODALIDADES – ATIVIDADE PRINCIPAL	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Agricultura, pecuária, silvicultura	5 895	5 763	132
Indústrias extrativas	1 318	1 300	18
Indústrias de transformação	10 250	8 053	2 197
Comércio de mercadorias	10 905	9 980	925
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	534	496	38
Transportes e comunicações	4 420	4 299	121
Administração pública, justiça, ensino público	3 642	2 836	806
Defesa nacional, segurança pública	1 455	1 446	9
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	1 218	689	529
Serviços, atividades sociais	11 403	4 933	6 470
Atividades domésticas, atividades escolares	61 565	11 324	50 241
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	22 135	9 108	13 027

Fonte: **Recenseamento Geral do Brasil (setembro de 1940)**, IBGE, Censo Demográfico – População e Habitação – parte Série Regional, VI – Ceará, Rio de Janeiro, p. 128, 1950

Homens e mulheres que estão em atividades domésticas, escolares, nas condições inativas, atividades não compreendidas ou mal definidas ou não declaradas somam um número de 83.700 pessoas. Já as atividades mais definidas e regulares somam um total de 51.045 pessoas. Essa situação implica dizer que em Fortaleza a maioria dos habitantes não recebia regularmente um salário para o sustento diário. Tal quadro favorece discutir o Estado Nacional Brasileiro com mais visibilidade social, evitando referências abstratas, tais como a integração nacional.

O aumento dos aluguéis em Fortaleza é outra faceta do complexo problema urbano. Habitar na cidade é um desafio, principalmente pela indiferença do poder público em

corrigir as especulações dos proprietários. Não foi possível detectar nenhuma postura mais austera do Estado nesta questão. O Estado deixava o inquilino, principalmente o mais pobre, em situação de desamparo.⁹⁷ No máximo, a austeridade ganhava fôlegos impactantes dos primeiros dias de publicações de decretos ou medidas administrativas.

“ - Isto é simplesmente um assalto!

*- Isto é, em duas palavras, um atentado à nossa economia!
Esperamos que as autoridades vejam isso!*

*.....São os humildes sapateiros que ocupam pequenas saletas
e barbeiros desprotegidos que se entregam afamosamente à
sua espinhosa tarefa e que protestam.*

.....

*Mas, os proprietários de casas daquele trecho não querem
saber de onde vem o dinheiro do engraxate ou do barbeiro.
Continuam indiferentes, aos rogos e suplicas que lhes são
feitas.”⁹⁸*

Mesmo com a promulgação da Lei do Inquilinato em 1942, os poderes públicos, a legislação e as modalidades de enfrentamento do problema não conseguem reverter o quadro de pauperização da maioria do brasileiro pobre, prevalecendo assim um “modelo de ocupação periférica”, o qual se estende até o final da década de 1970:

“Loteamentos irregulares e clandestinos, situados em áreas de declive acentuado ou próximo de locais sujeitos a inundações, lotes mínimos subdivididos entre duas ou mais famílias e vendidos em prestações de longo prazo constituíram a tônica de todo esse período.”⁹⁹

⁹⁷ Em termos de política habitacional para as classes populares no período destacam-se iniciativas tais como: “a Liga Nacional contra o Mocambo, planos de financiamentos da moradia operária, a Fundação da Casa Popular etc.” Ver RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. op.cit. p.143.

⁹⁸ *Unitário*, 26 mar. 1939, p.3.

⁹⁹ BRESCIANNI, Maria Stella M. “História e Historiografia das Cidades, um percurso.” In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p.248.

Para o cenário urbano, os efeitos desta ambigüidade política estão localizados no abandono de bairros pobres em toda uma infa-estrutura.

“No Urubu, na Praia Formosa, nos areais de Jacarecanga, em Mocuripe, em tantos outros bairros e choupana que mal se distingue de uma latada improvisada e precária. Os mocambos da Praia Formosa tem à frente um amplo ‘lençol’ de dejeções devolvidos à praia pelo mar. Lá vivem inúmeras pessoas, inúmeros trabalhadores com suas mulheres e filhos...Eles reclamam,...o preço relativamente elevado dos alugueres. “Casas” que não valem nada alugadas a vinte, trinta, quarenta ou cinqüenta mil réis. Como se observa, são preços inacessíveis a homens que percebem de cem a duzentos mil por mês, mantendo famílias geralmente numerosas.”¹⁰⁰

Esta descrição “anti-estética” e fatigante sugere pensar que o caráter rude destes ambientes só comprovaria sua separação da casa idealizada como conforto e da cidade como projeção coletiva da segurança.¹⁰¹ Esses espaços não pertenciam à cidade “Fortificada” pelos serviços de infra-estrutura básica, eram apartados da noção de acolhimento, se perdiam nas suas tortuosas e obscuras realidades.

A estilização excessiva do progresso material, das construções de prédios suntuosos, dos monumentos, dos logradouros públicos registrados na imprensa, nos órgãos oficiais de divulgação e de forma mais sutil no interior dos inquéritos e processos policiais deixam de fora realidades “sórdidas”, locais “deploráveis”, proporcionando uma perspectiva asséptica de espaço.

¹⁰⁰ AUMENTA O ALUGUER DOS CASEBRES, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 19 set. 1941, p.3.

¹⁰¹ BRESCIANNI, Maria Stella M. Op.cit. p.240. A autora lembra aqui como a cidade foi projetada pelos viajantes, a sensação da chegada em solo seguro depois de jornadas com perigos incessantes, enfim a certeza de se estar entrando num espaço protegido como a casa e a caverna.

“Fortaleza como cidade, tem alguma coisa que possa ser considerado como seu rival no Brasil? Certamente que não. É isso excessivo para nós, que ainda não perdemos os limites provincianos. Mas a negativa de existir se se trata apenas do Norte e se a pergunta refere-se unicamente ao momento atual.

Em todo setentrião brasileiro, por exemplo, não é possível encontrar-se um cinema da classe do nosso “Diogo”, com o seu luxo, o seu conforto e sua requintada distinção...

Também não se encontrará no norte, e talvez mesmo no Rio ou São Paulo, uma loja de modas da apresentação da “A Cearence”, que mais parece, na conformidade do seu “Slogan”, um pedaço de Nova York transplantado para o Ceará.

....

E que dizer da futura catedral de Fortaleza, já em construção? Esse será um dos mais magestosos templos do país, com suas torres rasgando os espaços em mais de cem metros, ou seja, numa altura do ‘Excelsior-Hotel’.

Pergunte-se ainda: em alguma capital do norte brasileiro existirá bairro residencial mais bonito e rico que o bairro da aldeota?”¹⁰²

Essas imagens de cidade tentam apaziguar e traduzir racionalmente as agruras da vida cotidiana, mas na realidade, são avaliações monumentais do desenho urbano, dispostas de maneira teatral. Assim como aquela vontade febril das classes dominantes no passado em querer respirar uma *Belle Époque* no Brasil, durante o Estado Novo a referência muda de eixo e faz intensificar o modelo norte-americano de vida para alguns setores das cidades brasileiras. A vontade de encontrar um pedaço de Nova York em Fortaleza é antes de mais

¹⁰² PROBLEMAS DA CIDADE: ALTOS E BAIXOS, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 15 dez. 1941, p.2.

nada um símbolo da influência dos EUA no jornalismo, na publicidade, na moda brasileira, enfim nos costumes que chegavam principalmente pelo cinema.

“Não se pode esquecer que os anos 40 marcam uma mudança na orientação dos modelos estrangeiros entre nós. Os padrões europeus vão ceder lugar aos valores americanos, transmitidos pela publicidade, cinema e pelos livros em língua inglesa que começam a superar em número as publicações de origem francesa...Os padrões de orientação vigentes são, portanto, os do mundo do *star system* e do *american broadcasting*. Nos rádios, este é o período em que a música americana se expande, e se consolida uma forma de se tocar ‘boa música’, a orquestral, que se constitui tendo por modelo os conjuntos americanos, dos quais Glenn Miller foi talvez a expressão mais bem acabada”.¹⁰³

Acrescente-se a este quadro o fato de na década de 30 ocorrerem fenômenos típicos que apontavam na direção de uma sociedade urbano-industrial e de uma provável sociedade de massa tais como: a introdução dos rádios de válvula, o que vem baratear os custos de produção dos aparelhos e ampliar o público ouvinte; a mudança na legislação em 1932 que permitiu a publicidade no rádio e a garantia de uma fonte de financiamento mais duradoura, em que empresas americanas como a Colgate veiculariam através das rádionovelas (1941), seus produtos para o público feminino; a ampliação do mercado de publicações, com o aumento de jornais, revistas e livros e um crescimento das casas editoras entre 1936 e 1948.¹⁰⁴

É preciso ter cuidado ao transpor estes dados a uma caracterização de uma suposta sociedade de massa no Brasil neste período. O Estado Novo cumpre um papel fundamental na formação do Estado Nacional, mas isso não significa uma unificação cultural baseada na

¹⁰³ ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 71.

¹⁰⁴ Idem, p.39-40/42/44.

sociedade de massa¹⁰⁵. Tal hipótese pressupunha pensar a sociedade brasileira agrupada e integrada a um padrão cultural, com valores capazes de unificar as diferenças regionais. É bem verdade que o Estado detinha uma concentração da iniciativa unificadora através do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), do sistema educacional com a ideologia da moral e cívica com Gustavo Capanema,¹⁰⁶ mas isso não garantiu uma padronização do mercado consumidor, principalmente se tratando das classes populares em Fortaleza, que tinham um perfil sócio-cultural muito complexo.

Em Fortaleza, os grupos religiosos e intelectuais tentam apresentar uma imagem ambígua de cidade, enaltecendo os avanços e vantagens do mundo moderno, os inventos, o conforto, as facilidades, mas desatrelando o vínculo político deste discurso através de críticas ao comportamento desordeiro das novidades do cinema, das diversões, da vida da mulher moderna, da neurastenia da rotina urbana moderna. As classes populares entram neste cenário como “maus exemplos”. Elas são representadas como despreparadas para a modernidade, sem perfil moral, sem laços comportamentais com a ambiguidade da Fortaleza que embora moderna, progressista, pautada na conservação dos valores da obediência, do recato e das tradições dos bons costumes.

A cidade que surge na análise das fontes hemerográficas, policiais e judiciárias é diferente. Talvez sua revelação esteja nos escombros da memória deste imaginário excludente. Foi necessário absorver melhor todo peso conservador, a predisposição política cearense ao conservadorismo, a efetivação de novas bases de dominação da administração do Estado a partir de 1937, tomando este cenário como pano de fundo e a partir daí tentar descortinar tensões oriundas da relação entre poder e classes populares.

¹⁰⁵ Apoiado na análise frankfurtiana, Renato Ortiz argumenta que para a existência da sociedade moderna é necessário uma racionalidade capitalista que se estenda num mesmo sistema padronizado de produtos culturais. A sociedade industrial poderia ser esse espaço integrador, em que o consumo seria imposto por um centro de instituições que agregaria a dispersão dos indivíduos no capitalismo avançado. Ortiz conclui que há uma debilidade na caracterização deste centro no caso brasileiro, durante o período aqui analisado. Na realidade, mesmo com o processo de centralização varguista, a sociedade brasileira é fortemente marcada pelo localismo. Cf. Idem, p. 49.

¹⁰⁶ SCHWARZMAN, Simon et alli. **Tempos Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Tais classes são apresentadas de forma estigmatizada, seu cotidiano é percebido como instintivo, sem sensatez. Neste sentido, os pobres não são civilizados, não respeitam regras, são excessivamente violentos, idolatram mitos e entidades diabólicas, não têm princípios morais, vivem em desarmonia familiar. Enfim, precisam integrar-se à grande família da nacionalidade. Apesar de parecer simplório, este é um quase consenso no discurso classificado nos jornais e que a partir deste ponto é complementado através das fontes judiciárias com processos e inquéritos.

Há algo de estimulante neste universo. São pessoas comuns, empobrecidas, vivendo entre ameaças e tensões provocadas por um cotidiano policiado, porém surpreendentemente criativo no interior das tramas e decisões do poder. A população controlada atua neste jogo de poder com estratégias e táticas que compõem um repertório de escolhas de alternativas para melhor enfrentar suas difíceis condições de vida.

O impasse político dessa situação é o difícil enquadramento do cotidiano dos pobres no controle social. Este é um descompasso que não nos parece fácil de responder por raciocínios mecanicistas de dominador-dominado. Seria necessário levar em consideração o modo como a população mais pobre experimenta valores, sentimentos e ações dentro deste projeto controlador. O morador mais pobre de Fortaleza não atende passivamente as intervenções do poder instituído, ele vivencia esta realidade através de tensões e lutas, pois experimenta social e contraditoriamente as mudanças e permanências no mundo em que vive.

Tratamos até aqui de questões gerais a respeito do momento político e das condições infra-estruturais no período do Estado Novo, especialmente alguns dados sobre as classes populares em Fortaleza. No próximo capítulo destacaremos o aparato repressivo institucional que antecedeu a montagem do novo regime, mais conhecido como Estado de Guerra.

CAPÍTULO 2

O ESTADO DE GUERRA

Ainda em outubro de 1937 a sociedade brasileira iria experimentar a repressão política do Estado Novo com o chamado Estado de Guerra, período em que foram executadas medidas de cerceamento dos direitos políticos, civis e até religiosos. Prisões, dissolução de partidos, intervenção no poder executivo, fechamento das assembléias legislativas e de diversas entidades caracterizaram este momento. Assim noticiou a imprensa local sobre o episódio:

“A Câmara aprovou o estado de guerra. Rio, 2(Gazeta). Em sessão convocada para esse fim, a Câmara Federal aprovou, por 138 votos contra 52, o projeto autorizando o governo a decretar o estado de guerra por 90 dias.”¹

“O Senado aprovou por 22 votos contra 3 o Estado de Guerra”.²

Baseado no argumento do terror da ameaça comunista no Brasil o decreto presidencial solicitava plenos poderes de polícia ao Estado brasileiro, falava-se de um suposto plano de ação comunista, arquitetado meticulosamente com uma preparação psicológica das massas para o terrorismo. Dizia-se ainda que:

“A Polícia do Distrito Federal, por seu turno mesmo após a vitória da lei sobre o levante de 1935, não deixou nunca de acompanhar de perto a ação subversiva dos comunistas.....o Direito é pela vida e não pela morte das nações, pelo

¹ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 03 out. 1937, p.1.

² *O Povo*, Fortaleza, 03 out. 1937, p.1.

*equilíbrio e não pelo descalabro, pela segurança e não pelo risco inútil. O Estado de Guerra representa uma mobilização, defesa e salvaguarda oportuna e indiscutível pela sua precisão e efeito.”*³

A escolha do dia 03 de outubro para a vigência do Estado de Guerra estabelece um reencontro das efemérides de “brasilidade”, são datas significativas que fazem brotar um sentimento de “vitória”. A 3 de outubro de 1930 o inimigo interno das oligarquias fora vencido, em 1937 o adversário era o comunismo, força externa, feroz e avassaladora, a ser derrotado como bem noticiaram jornais locais. Cabe ressaltar que a evocação de tais datas fez parte de uma ampla estratégia de instalação de uma memória oficial do regime. Nos anos seguintes ao golpe, as comemorações referentes a estas datas não dispensaram um complexo aparato propagandístico, com desfiles, inaugurações e inúmeros eventos que apelavam para a unidade nacional.

A Junta do Estado de Guerra no Ceará foi composta pelo Governador do Estado, pelo comandante da Guarnição Federal, pelo diretor do Colégio Militar e pelo comandante da Capitania dos Portos. Antes mesmo de terminar o mês de outubro, todas as lojas maçônicas foram fechadas, interditadas e seus arquivos foram transportados para a Delegacia de Ordem Política e Social. Na seqüência vieram as livrarias:

*“Hoje, pela manhã, autoridades militares e civis vistoriaram a ‘Livraria José de Alencar’, do sr. José Estolano Maia, e a Agência de jornais e revistas do sr. José Edésio Albuquerque. Consta que foram apreendidos vários volumes, que a policia examinará demoradamente”*⁴

³ DECRETADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA O NOVO ESTADO DE GUERRA, **O Povo**, Fortaleza, 04 out. 1937, p.1.

⁴ AS ATIVIDADES DA DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL, **Correio do Ceará**, Fortaleza, 27out. 1937, p.1.

2.1 Polícia para quem precisa de política ⁵

As idéias consideradas extremistas que vinham se verificando em novembro de 1935, nos Estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco e no Distrito Federal, com irradiação em várias outras unidades da República, e em maio de 1938, na capital do país, mereceram medidas preventivas e repressivas em nome da segurança do novo regime.

No Ceará, uma primeira reação a esta militância política foi a criação de uma secção na ex-Delegacia Auxiliar, à época chamada de Delegacia de Investigações e Capturas, com a incumbência de:

“...proceder ás devidas investigações, acompanhando, de perto, as atividades dos elementos agitadores e semeadores de doutrinas estrangeiras de inexecúvel aplicação em nossa formação social.”⁶

Na prática, o volume de trabalho acumulado numa única Delegacia não permitiu que se prestasse um serviço de investigação mais minucioso. Disso resultou a criação em caráter oficioso, em dezembro de 1935, da Delegacia de Segurança Social, cujo quadro de pessoal se compunha de alguns Inspetores de Segurança e de guardas civis “à paisana”, sob a direção do dr. Antonio Barros dos Santos.⁷

A partir desta reestruturação foi apurada a participação de pessoas do Estado do Ceará que, direta ou indiretamente, tivessem subvertido a ordem social, ou que mantivessem atividades de caráter extremista. O resultado desse trabalho foi um extenso inquérito constituído por autos de 56 volumes, enviados ao Tribunal de Segurança Nacional. A partir daí, os “maus brasileiros” residentes no Ceará, contaminados por idéias “extravagantes” seriam vistos como “nefastos” às “massas menos avisadas” e teriam sua constante vigilância

⁵ Subitem inspirado na letra da música “Polícia” de Arnaldo Antunes do grupo Titãs.

⁶ Estas e outras informações compõem o **Relatório Apresentado ao Sr. Interventor Federal pelo Cap. Manuel Cordeiro Neto, Secretário de Polícia e Segurança Pública, no período de 27 de Maio de 1935 a 27 de Janeiro de 1941**. Imprensa Oficial: Fortaleza-Ce, 1941, p.11.

⁷ Idem, ibidem

feita pela Delegacia de Ordem Política e Social (D.O.P.S.) consubstanciada na lei nº 130, de 30 de julho de 1936.⁸

Decretos do executivo estadual autorizavam crédito especial para as despesas com pessoal e instalação da D.O.P.S. A partir de janeiro e setembro de 1938 o quadro de pessoal duplicaria seu efetivo, nele aproveitando-se remanescentes da Delegacia de Investigações e Capturas. Duas seções formariam a D.O.P.S: Investigação em Geral e Fiscalização de Armas, Explosivos e Munições. A primeira sugere ser a mais relevante para esta discussão, suas atribuições contemplavam uma vigilância às inúmeras atividades dos fortalezenses:

“...controle da entrada e saída de hóspedes nas casas de pasto, hospedarias e estabelecimentos do mesmo gênero; do movimento de passageiros; do registro das associações sindicalizadas e das classes em geral, com investigações em torno de suas atividades; do serviço de prontuário; finalmente, do registro de alterações diárias mediante boletim.”⁹

Acrescente-se a isso o fato desta polícia especializada ter registrado até mesmo os aparelhos de rádio na cidade. A Seção de Investigações e Segurança Pessoal fez um levantamento entre os anos de 1937 a 1940 e constatou que em Fortaleza havia 8.201 aparelhos.¹⁰ A preocupação com o rádio se justifica tendo em vista seu poder de gerar idéias e sentimentos numa época em que a televisão ainda não existia no Brasil. Não é por acaso que o Departamento de Divulgação e Propaganda do D.E.I.P produziu durante o período de 1938-1940 um total de 428 programas de 15 minutos na Ceará Rádio Club C/A (P.R.E. 9) e irradiou 2.587 artigos e notas sobre os mais diversos assuntos.¹¹

Em pleno vigor de suas atividades a D.O.P.S. efetuou em um só dia a prisão da escritora Raquel de Queiroz e o fechamento de alguns centros espíritas: “Pedro, o Apóstolo;

⁸ Idem, p.12

⁹ Idem, p.13.

¹⁰ Idem, p.19.

¹¹ Idem, p.80.

Gabriel; Marga; Auxiliador dos Pobres; Bezerra de Menezes; Allan Kardec; Amor e Caridade; Ismael, Caridade e Luz; Fé, Esperança e Caridade; Deus e Fé e Leon Diniz.”¹²

Os partidos políticos foram dissolvidos no dia 03 de dezembro de 1937, através de decreto presidencial que anulou todas as inscrições junto ao Superior Tribunal Eleitoral, transformando-os em associações recreativas e esportivas. No Ceará, o Partido Democrata se converteu em “Clube dos Democratas”, cujas atividades deveriam ter finalidades culturais; a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fechada na noite da referida data, através de um telegrama do capitão Felinto Muller endereçado ao chefe de Polícia do Estado, o então capitão Cordeiro Neto. Na sede da entidade foram arrancados emblemas, distintivos, quadros e inúmeras bandeiras. Soldados do Corpo de Bombeiros retiraram as “taboetas” da fachada do edifício, bem como foram arrolados e apreendidos todos arquivos.

“Determinado o fechamento da Ação Integralista Brasileira, o sr. Getúlio Vargas deu aos brasileiros a demonstração mais evidente de que o Brasil continúia como nação livre e que em nossa pátria o regimen vigente é o democrático.”¹³

No cotidiano da cidade era exercida uma vigilância sobre aqueles que demonstravam simpatia ou adesão ao movimento Integralista, qualquer sinal de proximidade com o “credo verde” era duramente combatido. Este parece ter sido o destino da datilógrafa do Serviço da Febre Amarela, Zuila Barbosa Lima, que no dia 21 de janeiro de 1939 foi conduzida à D.O.P.S. para prestar esclarecimentos pelo fato de ter pregado, à gola de seu vestido, um distintivo integralista, e por ter manifestado adesão ao movimento dentro de um ônibus em que viajara da Praça do Ferreira ao fim da linha da Aldeiota. Pelas fendas deste inquérito é possível ter uma noção da ação do Estado em manter práticas de espionagem, o clima de denunciamento e a censura.

¹² O ESTADO DE GUERRA NO CEARÁ, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 23 dez. 1937, p.2.

¹³ A DISSOLUÇÃO DOS PARTIDOS: OCORREU EM PERFEITA ORDEM A EXECUÇÃO, EM TODO PAÍS, DA MEDIDA DECRETADA PELO GOVERNO DA REPÚBLICA, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 04 dez 1937, p.1.

De acordo com o auto de declarações, a DOPS ficou sabendo das relações que Zuila mantinha com o movimento em nível nacional através de correspondências trocadas com seu irmão previamente monitoradas pelo órgão repressor. Seu irmão, o Dr. Raimundo Barbosa Lima, médico residente à rua Voluntários da Pátria nº 180, Rio de Janeiro, era um dos líderes da intentona de maio de 1938.

Consta nas declarações de Zuila e de outras testemunhas que quando se dirigiam ao local de trabalho, a bordo de um ônibus, mantiveram um diálogo sobre assuntos da festa de carnaval. Em dado momento alguém brinca com Zuila, afirmando que a mesma já estava fantasiada para a festa momina, pois seu vestido já reunia todas as cores da bandeira brasileira, tendo uma das pessoas respondido que faltava a cor verde, que incontinentemente Zuila teria respondido:

“...que o verde estava no coração e em seguida mostrou o distintivo que fora apreendido, que o distintivo em apreço pertencia ao departamento feminino da A.I.B.”¹⁴

A polícia surge, então, inesperadamente e detém a entusiasmada Zuila. Além disso, ainda foi apreendido um recorte de jornal contendo o retrato do ex-tenente Severo Fournieur, um dos líderes da referida intentona de maio de 1938, bem como a fotografia do irmão da “contraventora”, material, aliás, suficiente para incriminá-la, segundo os policiais. No relatório do Capitão Ponce de Leão é confirmada a participação da acusada através de sua filiação à A.I.B., é confirmado também que a mesma exercia função de destaque na sede integralista na capital cearense, “instruindo menores a respeito dessa ideologia.” O Capitão responsável pelo relatório do inquérito conclui:

“...tratar-se de um elemento contrario às instituições vigentes do paiz, acrescentando-se a acusada uma propagantista do integralismo.”¹⁵

¹⁴ **Inquérito Policial** instaurado pela DOPS no dia 21 jan 1939. destacamos que, pela total desorganização em que as fontes policiais e judiciárias se encontram no Arquivo Público do Estado, não é possível fornecer as informações detalhadas com nome e número de pacotes da documentação.

De certa forma, este inquérito ilustra a memória integralista na cidade e neste caso não seria muito dizer que pela persistência e articulação, o Integralismo no Ceará teria fortes relações com a trajetória conservadora da política do Estado e da cidade. A D.O.P.S registrou um número razoável de prisões no Estado do Ceará durante o período de 1936 a 1940, em que se pode verificar a existência de uma certa agitação política. Comprova-se com o quadro abaixo.

Movimento do Serviço de Prontuários e Fichas no período de 1936 a 1940

Integralistas e comunistas presos	1935	1936	1937	1938	1939	1940	TOTAL
	14	250	32	63	3	3	371

Fonte: Delegacia de Ordem Política e Social, Seção de Investigações e Segurança Pessoal, Secretaria de Polícia e Segurança Pública do Estado do Ceará, 1941.

Por outro lado, percebe-se que a censura não obedecia a um nível apenas institucional, mas atuava na esfera do cotidiano da população, em que até uma simples conversa sobre o carnaval dentro de um ônibus provocaria um desdobramento inusitado no trajeto de Zuila. A provocação sobre as cores do vestido da acusada, elemento simbólico importante, desencadeou um “mote” para emergir sua convicção ideológica ao integralismo, numa demonstração de que a polícia fazia vigilância.

2.1.1 Arbitrariedades

Coube à Delegacia do 1º Distrito a superintendência de três Sub-delegacias de Polícia: Antonio Bezerra, antigo Barro Vermelho; Porangaba e Mondubim. Além disso, em subúrbios da capital existiam ainda os postos policiais de Otavio Bonfim, Arraial Moura Brasil e Matadouro Modelo. Esta distribuição é avaliada como plenamente satisfatória, inclusive por seus “indiscutíveis” benefícios de tranquilidade e amparo, na “segurança pessoal e coletiva, na manutenção da boa ordem e da moral pública.”¹⁶ No cotidiano, o funcionamento desta infra-estrutura de sub-delegacias articulava-se a uma complexa rede de relações entre população suburbana e polícia.

¹⁵ Idem

¹⁶ Relatório apresentado...op.cit.p.35.

De acordo com as fontes policiais e judiciárias consultadas, o elemento da arbitrariedade, da ameaça e da represália às testemunhas era bastante usual. Geralmente, sub-delegados, sub-inspetores, delegados, guardas e ex-guardas cívicos lançavam mão do recurso do terror para amedrontar as pessoas que se pronunciassem na justiça em casos que envolvessem denúncias contra estas “autoridades”. Dependendo do percurso, da intensidade e dos desdobramentos das denúncias, a testemunha, principalmente a mais humilde, poderia decidir o destino de um acusado. É neste espaço que o aliciamento corria a passos largos.

No inquérito que apurou denúncias contra o ex-guarda cívico Manoel Soares e Silva o expediente da ameaça foi usado com frequência. Acusado de caluniar, ofender, e perseguir o comerciante Sr. Flavio Soares de Lima, o ex-policial passou a ter sua vida exposta de maneira generalizada pela população, inclusive em detalhes do cotidiano que não se relacionavam diretamente ao conteúdo específico da denúncia. Daí a atitude do acusado em procurar impor um poder de intimidação nos depoimentos das testemunhas.

Uma das atitudes do ex-guarda cívico foi divulgar à população do bairro da Madame, precisamente na rua Pe. Ibiapina que a água vendida no poço do comerciante Flavio era totalmente inadequada para o consumo humano. Delineiam-se então uma série de acusações de intriga e maltrato com a vizinhança, um leque diversificado de abusos provocados pelo ex-policial. Na verdade abriu-se a caixa de Pandora do acusado. Esta foi uma batalha de muitas estratégias, porém, o que nos interessa é verificar como o poder de polícia se impõe nestas situações.

No depoimento do Sr. Alexandre Cardoso soube-se que o ex-guarda cívico quis amedrontar a Sra . Isabel por esta ter-lhe denunciado por calote de uma dívida de cem mil réis(100\$000). Mesmo dentro da Delegacia do 1º Distrito observa-se a audácia do Sr. Manoel Soares:

“...ali naquela Delegacia, Soares ameaçou a referida senhora de uma surra, caso ela ainda insistisse em cobrar aquela dívida...”¹⁷

Na realidade, das nove testemunhas arroladas, todas foram unânimes em denunciar a prática de ameaça, em depoimentos em juízo, nos quais narraram a ação perversa do ex-policiaI no cotidiano do bairro. Nisso o Sr. Francisco Ferreira da Silva, a Sra. Marcionilia Ferreira da Silva e o Sr. Cosmo Joaquim de Santana nos confirmam em seus depoimentos, respectivamente:

“...que agora mesmo, ou dias atrás, o Sr. Manoel Soares andava dizendo que o pessoal que depuzesse contra si, iria se dar mal;

....que agora mesmo o sr. Manoel Soares andou ameaçando as testemunhas que porventura viessem depor sobre o caso levado a conhecimento do Sr. Secretário de Policia.

...que o sr. Manoel Soares tem costume de hostilizar seus vizinhos e as vezes de infama-los; que presentemente o mesmo sr. anda ameaçando o pessoal que vier depor contra si...”¹⁸

Verifica-se, assim, que as práticas policiais não só atuavam nas esferas da militância política, mas exerciam forte pressão na condução da tensa convivência nos arrabaldes da cidade.

2.2 Moldar imagens e modernizar a máquina

Destituídos os partidos, detidas as lideranças, presos os suspeitos de subversão e saneada a ordem pública, restou “o povo”. Nas vezes em que apareceu nestes episódios a população é percebida como “massa popular ordeira”, capaz de entender os imensos esforços

¹⁷ Inquérito policial instaurado em 23 set de 1940.

¹⁸ Idem

do Estado em assegurar o bem estar social. Esta imagem da relação harmônica entre povo e governo é reiterada com afinco na estrutura política e administrativa do regime. A orfandade democrática sentida pela extinção dos partidos era algo de que o Estado tiraria proveito, por isso forjou uma idéia de que o povo precisava ser adotado, ocupando um espaço político de forma paternalista, em que a moeda de troca desta relação deveria ser a obediência.

Alguns valores da ideologia da autorga, do Estado protetor e demiurgo impõem-se como discurso de verdade, penetrando persuasivamente em todo modo de vida, inclusive no cotidiano das cidades. Neste sentido, é evidente a capacidade que teve a política do período Vargas de mobilizar as massas através de imagens, símbolos e mitos veiculados por diferentes meios propagandísticos.¹⁹ Há um modelo regulador dos comportamentos através do uso exemplar da figura do chefe da nação, estabelecendo-se assim uma referência matricial da representação da harmonia social.²⁰

Na essência, a maioria dos teóricos concorda que a representação é uma mediação discursiva e gestual irradiada por imagens, símbolos, palavras e linguagens mobilizadoras de comportamentos, afetos, emoções e desejos coletivos. Este fenômeno é particularmente observado nas relações que Vargas instituiu em sua prática política de aproximação com as massas. O presidente redefiniu o político através de sua habilidade em criar uma representação de poder político, estimulando comportamentos generosos, afetivos, religiosos nos receptores das mensagens.

A imagem de Getúlio criada pela propaganda tinha um caráter mobilizador. O chefe era representado como homem predestinado a proteger os pobres, personagem símbolo da bravura do brasileiro. Desta forma, a representação obtém força e eficácia no domínio das práticas de dominação política. É neste ponto que Bourdieu assinala a importância do

¹⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões...** op.cit.

²⁰ No terreno da história política o conceito de representação, apesar de sua complexidade, já se tornou usual nas análises de fenômenos implicados à natureza do poder, o exercício do poder político e sua relação com a vida social. Autores como Ferdinand de Saussure, Cornelius Castoriadis, Claude Lefort, Pierre Bourdier, Nibert Elias, Roger Chartier e Bronislaw Baczko são alguns referências importantes na abordagem epistemológica dos historiadores sobre esta questão. Ver CAPELATO, Maria Helena Rolim e DUTRA, Eliana Regina de Freitas. "Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira". In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs) **Representações: Contribuição a um Debate Transdisciplinar**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

político se instaurar como uma luta de representações do real, impondo-se como imagem forjada, sombreando as fronteiras entre representação e realidade, estas seriam diferenças tênues, capitaneadas pela habilidade de quem detém o poder da fala.

“Dessa forma, impõe, legitima ou transforma uma visão de mundo. A representação é, assim, adjetivada como um discurso performativo, cujo ato de enunciação garante, pela autoridade de quem enuncia, a sobrevivência do que é enunciado. É nisso que consiste o poder simbólico.”²¹

O relativo “sucesso” deste modelo foi garantido através da instalação de uma eficiente máquina administrativa de controle da censura. Um exemplo que substancializa esta investida reside na fundação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) por Lourival Fontes em 1939. A estrutura deste órgão reforça o intuito de se dar unidade à centralização política, porém com base em conquistas personificadas.

A divisão de divulgação deste órgão veiculava e controlava os discursos. Assim, fazia-se presente em grandes eventos locais, promovia relações cordiais entre sociedade e Estado Novo. Outras divisões comprovam este investimento: divisão de rádio, que era uma espécie de comando central das áreas de comunicação de massa; divisão de cinema, com a vigilância de expressões críticas; e divisão de imprensa, com controle de informações diretas - jornais, revistas e livros em todo país.

Difundia-se uma imagem onipresente do presidente, uma imagem sacralizada do regime, destacava-se a preocupação com a biografia do chefe da nação, ressaltando sua figura “excepcional”, sua afeição aos jovens e crianças. A ênfase na juventude está muito bem sintonizada com a ideologia do período, simbolizada pelo novo, uma imagem substancial na reprodução do regime.

²¹ Idem, p. 235.

Os argumentos presentes nos discursos do DIP são classificados em três grupos fundamentais: a) o da fundamentação pelo modelo - difusão da imagem do presidente que procurava garantir e antecipar um paradigma de comportamento - ; b) o argumento pela ilustração, demonstrando a eficácia da ação estatal, no sentido de endossar a prática dos “verdadeiros fatos”; c) o argumento pela autoridade, que buscava comprovar a validade do discurso e a legitimidade do poder institucionalizado.²²

Esses argumentos estariam exemplificados em alguns momentos que se vinculariam à pessoa do presidente. O primeiro momento seria o do Getúlio menino, do bom estudante, bom companheiro, inteligente e ativo. O segundo, seria o de Getúlio líder e herói, o ponderador de sua agitada época de recém-formado e estreante na carreira política. O terceiro seria do Getúlio realizador, sábio, homem de caráter, chefe atual e presente, especialmente muito amigo das crianças. Depois viria o reforço da imagem pública, com os desfiles de jovens. A propaganda insistia na representação de uma sociedade harmônica. O símbolo do nós, integrado pela família, pátria, nação, todos conduzidos pelo líder, em suma, ela traduzia a fala do Estado legitimando a si próprio.²³

Na esfera estadual o decreto lei nº 735, de 22 de outubro de 1940 denominou o antigo Serviço de Censura, Divulgação e Propaganda para Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). Além de prestar um serviço regulador este órgão procuraria moldar as opiniões e interferir na educação cívica, instaurando um perfil oficial da memória e da história. Tal investimento opera uma ampla tarefa de convencimento através da rememoração dos nossos fatos históricos, no desdobramento dos princípios constitucionais, na defesa do patrimônio vernáculo, na campanha contra as ideologias perniciosas e na disseminação intensa do espírito que norteia a política do Estado Novo.²⁴

²² PAULO, Heloisa Helena de Jesus. “O DIP e a Juventude – Ideologia e Propaganda Estatal (1933-1945)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, nº 14, Instituições, mar/ago. 1987.

²³ Este fenômeno ilustra bem o que Castoriadis e Lefort postulam sobre o “paradigma da auto-instituição do social”, em que as imagens em torno do poder político seriam criadas continuamente por significações imaginárias, num movimento permanente de criação e instituição de significações. Cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim e DUTRA, Eliana de Freitas. *Representações...* op.cit.

²⁴ *Relatório...* op.cit. p.77.

Em relação à censura na imprensa o relatório citado não detecta maiores problemas, “não se tendo ainda registrado caso algum de infração que mereça referência.”²⁵ Apenas certa copia de livro de cunho subversivo fora apreendido e depositado nos arquivos privados do Departamento. O mesmo tom ameno é usado no caso das estações de rádio e difusoras, onde nenhuma anormalidade fora encontrada.

O DEIP abrangeria quatro setores principais: Cultura, Divulgação, Propaganda e Censura. Interessante observar que o órgão não se deteve apenas aos subversivos de plantão, mas a todo um modo de vida, vasculhando e moralizando os costumes da população, numa insistente campanha diuturna no combate aos maus costumes nas casas de diversões e em todos setores da vida urbana,

*“...campanha que a Polícia tomou na mais alta consideração, agindo com a maior severidade, no inabalável intuito de reprimir, de modo absoluto e radical, os abusos que se vinham verificando da parte duma minoria de recalcitrantes, perniciosos à boa representação social da cidade.”*²⁶

Era em Fortaleza que a máquina do Estado se concentrava, os órgãos iriam passar por uma reformulação na sua natureza, principalmente no tocante à centralização administrativa, com o implemento de novas atribuições. Exemplo disso é a Secretaria de Polícia e Segurança Pública.

Desde 1932 funcionava com atribuições de Secretaria de Estado a Chefatura de Polícia, que por força de decreto perdia força integradora, remetendo apenas ao Chefe de Polícia a incumbência de referendar atos, prevalecendo assim a descentralização administrativa. A partir de 1937 é restaurada a Secretaria de Polícia e Segurança Pública,

²⁵ Idem, p.78.

²⁶ Idem, p.79.

criada em lei nº 2576, de 23 de julho de 1928.²⁷ Algumas providências são tomadas a partir deste fato.

O primeiro destaque desta reformulação administrativa repousa nos aspectos concernentes à Secção de Identificação, que foi capaz de organizar mais eficientemente o serviço de estatística criminal, centralizando as informações referentes aos crimes cometidos, principalmente no Serviço de Registro de Estrangeiros, decretado pelo Governo Federal em 10 de dezembro de 1938,

*“encerrando todos os delinqüentes existentes no Estado, com a indicação do inciso penal em que incorreram e com dados outros interessantes á sua identificação.”*²⁸

Outras áreas ganham inovações. O registro de menores internados no Instituto Carneiro de Mendonça foi uma prova de que o Estado tentaria acompanhar com mais presteza a trajetória do delito, realizando desde cedo um discernimento das características de cada menor, dividindo-os em abandonados ou delinqüentes. Complementar a estas medidas cria-se uma galeria de fotos de gatunos, bem como um cadastro de meretrizes, em que seria possível se determinar o paradeiro de qualquer delas dentro do Estado.²⁹

Na realidade, ocorre uma modernização nos serviços burocráticos. Foi criada a Secção de Contabilidade e o necessário aumento do quadro de pessoal, remanejado da extinta Secretaria da Assembléia Legislativa. O serviço de protocolo, considerado antiquado, lento e imperfeito, seria substituído pela nova modalidade de fichas, facilitando a segurança, presteza e agilidade nas informações de qualquer documento, organizando ainda um cadastro nominal de todas as autoridades policiais, bem como de todo quadro funcional da repartição, através de nome, cargo, filiação, endereço residencial, data de nascimento, além de quitação com o serviço militar, a impressão digital do polegar direito e a respectiva fotografia. A compra de máquinas de escrever, a criação da estação de rádio-telegrafia e a construção de um novo

²⁷ Idem, p. 7.

²⁸ Idem, p. 6.

²⁹ Idem p. 25.

prédio para abrigar a Secretaria de Segurança complementaram assim, o surto de modernização da polícia a partir de 1937.

Esta referência de sociedade vigiada e controlada ganha fisionomia no cotidiano, onde aspectos específicos da forma de poder de cada cidade singularizam as tentativas de moldar opiniões e comportamentos. Fortaleza, por exemplo, não pode ser analisada sem perder de vista a força e o peso de setores conservadores, portanto, temas norteadores do regime são articulados às demandas políticas, culturais, religiosas e sociais de cada espaço. Nesta dinâmica, algumas questões podem ser destacadas, tendo em vista a maneira como são apresentadas na leitura das fontes, principalmente como os pobres são representados e tratados, demonstrando certo grau de importância no processo de controle social.

CAPÍTULO 3

TERRITORIALIZAÇÃO DAS SOCIABILIDADES PERIGOSAS

Um dos recursos utilizados para se exercer o controle é a demarcação do território das “sociabilidades perigosas”. Como numa estratégia de guerra, alguns espaços da cidade são mapeados e classificados por critérios que obedecem ao índice de desordem.

Inicialmente é preciso reter o conceito de território para facilitar a compreensão da diversidade entre práticas sociais na cidade.¹ A prática política do Estado Novo pressupôs, ao nível do controle social, uma produção territorial, exatamente no sentido de definir uma forma institucionalizada diretamente oposta às formas espontâneas latentes no cotidiano das classes populares. Esta ação traduziu-se em uma abordagem afetiva entre o espaço e a coletividade, de forma que praças, ruas e bairros se transformassem na expressão de uma identidade una e harmoniosa, daí a importância em estabelecer um controle afinado com os princípios das práticas cívicas, do espaço como espetáculo da ordem e da capacidade do poder em moldar formas de sociabilidade.

O território assim compreendido pode representar uma desnaturalização das relações entre a coletividade e o espaço, o território assume uma faceta social e política, pertencente não mais ao “desconhecido, ao incomensurável, à ordem natural, mas ao conhecido, ao comensurável, à ordem cultural.”² Neste sentido, ordenar o território da cidade significa transformá-lo em função de objetivos políticos e coletivos, condicionar o funcionamento das práticas sociais nos espaços públicos, “impregnar a população com as características desse território.” Em síntese, o ordenamento territorial pressupõe a existência de um projeto social e político que dê unidade à diversidade cidadina a partir de um centro gerador de identidade.

¹ “...o território é produzido por um sistema cultural, vale dizer, que é a projeção de uma cultura sobre o espaço terrestre. Enquanto projeção de uma cultura, o território constitui uma gravação concreta, abstrata ou mental dos signos culturais e da forma de organização de uma sociedade sobre o espaço terrestre. O território estabelece, então, um tipo de relação afetiva e cultural entre os indivíduos e a terra.” Ver VIDAL, Rodrigo. A Cidade e seu território através do ordenamento urbano em Santiago do Chile. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo: nº 14, Fev/1997, p.184.

Numa perspectiva genérica, a tentativa de disciplinar os espaços na cidade obedece a um conceito racionalizado de espaço. Uma das primeiras tarefas desta concepção é oferecer visibilidade ao poder, indicar o local onde e como as classes sociais devem habitar. Alcançando este objetivo, a racionalização espacial precisa definir as relações sociais produzidas nos diversos **lugares** da cidade. A discussão do que seja lugar implementa novos elementos de análise. Tanto nas formas de controle como na ação cotidiana dos habitantes esta categoria do lugar é revisitada.

A compreensão de lugar pode ser recuperada da seguinte forma:

“O lugar é base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade *habitante-identidade-lugar*. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.”³

Os vários artigos jornalísticos aqui analisados percebem o lugar como uma ambiguidade: primeiro ele é **usado** indevidamente por desordeiros; ao mesmo tempo em que situa-se, geralmente, num espaço que abriga “distintas” famílias e clubes frequentados por “respeitáveis cavalheiros”. Assim, pensando com Ana Fani, o lugar é definido pelo uso que se faz dele, o que implica dizer que há uma preocupação política quando se pensa no controle territorial em Fortaleza. Há aqui um viés maniqueísta que estabelece o vínculo entre lugar da vergonha e lugar da moralidade, provocado por uma leitura degeneradora do espaço. O que se pretende ao rechaçar e disciplinar o convívio de classes populares é desencadear um processo de ocupação que leve em conta a forma e a função do lugar.

A definição de novas formas de deslocamento e convívio dos moradores na cidade passa por uma intervenção educativa e repressiva, designando os espaços para sua restrita tarefa de

³ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Lugar no/ do Mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.20

locomoção mais eficiente. Este movimento na ação do poder pode ser traduzido como a criação de uma lógica controladora, com possibilidade de acompanhar e regular a complexidade da “urbe” alencarina.

“Assim é que, sendo Fortaleza um núcleo em que vivem e se movem, na mesma esfera, um aglomerado de quase duzentas mil pessoas, mister se fazem regras de trânsito e de locomoção mais eficientes.

.....

Ao Serviço de Censura, Divulgação e Propaganda cabe a tarefa de aplainar o terreno de entrar em contato com o povo de educar e instruir e de agir, empregando os meios nacionais, e de cooperar com a polícia na Nação, quando se fizer precisa.”⁴

Ancorados na ação policial do Estado, estes órgãos impõem decretos e medidas sob a ameaça da repressão policial, criando uma atmosfera punitiva aos transgressores. Em tese, estes decretos são maniqueístas, nestes discursos existem sempre desordeiros que não se enquadram nos critérios da “boa” socialização. Assim, o trabalho de “instruir” neste momento é relegado a segundo plano, intervindo outras medidas para quem não se submetia às “novas” diretrizes:

“Os costumes, que não condizem com as exigências modernas, serão substituídos, transformados ou postos à margem, para que se estabeleçam uma nova disciplina, uma nova ordem de coisas.

Na ordem, no método, na disciplina está a origem do êxito. Da ordem, portanto, partirá o princípio em que se fundamenta esta campanha, de renovação e de progresso.

(Comunicado do Serviço de Censura Divulgação e Propaganda).”⁵

⁴ ORDEM E DISCIPLINA, *Unitário*, Fortaleza, 07 dez. 1938, p.7.

⁵ *Idem*

(Comunicado do Serviço de Censura Divulgação e Propaganda).”⁵

Controlar racionalmente o fluxo de pessoas é antes de tudo produzir sentido nos/dos espaços. Esta é a ordem da burocratização, da repressão e da coação, associadas a uma hierarquia social que segrega e desloca atividades e habitantes. Pode-se dizer que acompanhado destas questões está o enfoque no tema já anteriormente citado da militarização das classes populares neste período. Como já abordada no primeiro capítulo, esta questão tem haver com docilidade política e ordenamento espacial, onde o controle dos espaços passava por uma concepção eugênica do social e que o interesse do governo era transformar, metaforicamente, as classes populares em fiéis soldados defensores da Pátria.

“Vargas fala em nome da classe e, ao interpelar os operários, afirma-se como patrão de todos eles. Do ponto de vista em que se coloca, Vargas ataca a subjetividade do operário, acoplando à visão da sua própria condição uma dimensão ético-militar, que originalmente ela não comporta..Nessa oportunidade, assim como na relação soldado-trabalhador, Vargas associava o industrial ao operário – patrão e empregado - , todos trabalhadores, enquanto unidos no esforço construtivo da Nação”.⁶

Assim, os órgãos repressores do Estado Novo em Fortaleza estão ocupados em inibir costumes desordeiros. O centro da cidade é constantemente lembrado como um espaço desregrado, sem disciplina e que merece intervenção repressora.

“Nem por ser o coração da cidade, a Praça do Ferreira é tratada como devia.... Não tem recaído sobre ela, realmente....as vistas das

⁵ Idem

⁶ LENHARO, Alcir. *A sacralização...*op.cit. p.86

autoridades competentes, encarregadas de zelar pela conservação e embelezamento das ruas e praças, como também da sua adaptação para o futuro, considerando-se as mil e umas exigências do urbanismo moderno.

.....

COSTUMES ABOMINAVEIS

Começemos esta relação pela comunicação de alguns costumes que transtornam a vida social da Praça do Ferreira e chegam até a desviar a sua função de escoradouro, de passagem, de centro de trânsito.

O maior deles, talvez, é a incrível vagabundagem que ali se observa durante todas as horas do dia, da manhã à noite, estirando-se pelos bancos e derramando-se pelas sombras dos “ficus-benjamins” e das esquinas...existem os cinemas etc e os cafés. Estes são os grandes responsáveis, a causa próxima da vagabundagem preguiçosa que se verifica no nosso logradouro principal. Em certas horas, quem passe ali adquire a desagradável impressão de que somos uma cidade parada, que não trabalha mas que conversa muito.

...Mas parece-nos que a retirada dos cafés populares da Praça do Ferreira seria uma boa maneira de se evitar as aglomerações de desocupados naquele local. Que se estabeleça uma categoria de cafés de luxo para a Praça, de acordo com a sua condição, botando os cafés de segunda categoria para fora do seu perímetro. Cadê que a “Cristal” ou a “Nice” favorecem a vagabundagem? Mas o “Café Emidio”, o “Avenida” etc., botando nos radios as últimas criações de Carmem Miranda e Francisco Alves é um Deus nos acuda. Uma legítima chocadeira da inércia.”⁷

⁷ A PRAÇA DO FERREIRA, *Unitário*, Fortaleza, 27 jan. 1938. p.5.

Despovoar a praça de “vagabundos” é mais do que normatizá-la, é conferir ao público uma presença do cidadão/trabalhador, ordeiro e cumpridor de seus deveres - o trabalho. Rodrigo Vidal salienta que o ordenamento territorial constitui uma dialética entre um território que condiciona a estratégia de desenvolvimento e uma estratégia que transforma o território,⁸ assim, a tentativa do jornal em vocacionar a praça ao trabalho era confinar inteiramente seu uso ao ditames valorativos do trabalho e combater a idéia de vadiagem.

“Pelo Código Penal de 1941, a vadiagem e a mendicância passaram a ser classificadas não mais como crime (Código de 1891), mas como contravenção. A pena era de multa ou prisão simples de 15 dias a, no máximo, três meses. Considerava-se vadio todo aquele que se entregava habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter nada que lhe assegurasse meios bastante de subsistir ou prover a própria subsistência mediante ocupação lícita. Os mendigos eram condenados por ociosidade ou cupidez, com a pena igual à dos vadios.Estes prazos e este tratamento dispensado aos vagabundos e mendigos indicavam estranhamente, que mesmo tendo perdido a categoria de crime e passado à de contravenção – cuja atribuição, por definição, é de um delito menos sério - , os castigos haviam se tornado mais severos.”⁹

O artigo sugere que a cidade conversa demais. Esta “conversa” é típica de uma cidade com forte marca dos hábitos oriundos do campo, onde a informação circula com a oralidade e o gestual como complementos da rede de comunicação. Câmara Cascudo salienta que o gesto é anterior à palavra, ele é a comunicação essencial, neste sentido, ele funciona como documento vivo individual e coletivo, pois ao longo do tempo o homem vai registrando e ajustando condutas que se transformam em sistemas comunicativos. Em muitas circunstâncias, os

⁸ VIDAL, Rodrigo. “A Cidade...op.cit. p.187.

⁹ CANCELLI, Elizabeth. **O Mundo da Violência: a polícia da era Vargas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993, p. 34 - 35.

gestos podem ser priorizados no lugar da fala, era essa preocupação que, de certa forma, orientava os preceitos do controle social em Fortaleza, pois como afirma Cascudo:

“...o homem liberta e exterioriza o pensamento pela imagem gesticulada, com áreas mais vastas no plano da compreensão e expansão que o idioma”.¹⁰

O que é proposto é a mecanização das relações sociais na rua, dividir funcionalmente os gestos no espaço público, numa intenção de reiterar uma geografia convencional e mecanizada predisposta a estimular, como diz Cascudo, uma mímica. Assim,

“...a rua acaba reduzindo-se à função de passagem, de ligação entre lugares – desta forma organizada para o consumo do lugar: regularização da velocidade de proibição/liberação de estacionamento, liberação ao tráfico quando se torna “olhar as vitrines” e comprar produtos expostos, e não a apropriação para o uso.”¹¹

Parte significativa das matérias jornalísticas insistiam na questão do controle dos corpos, com críticas e sugestões de como e onde o transeunte deveria parar, atravessar, enfim em torno do saber estar na rua. Tal saber é recorrente de precauções higiênicas, sanitárias, morais e políticas, na realidade todos estes aspectos formam uma cumplicidade em torno das condutas civilizatórias do corpo na esfera pública.¹² A interiorização destas condutas implicou um processo gradual de imposições de regras ao nível do cotidiano, afirmando-se assim, uma “economia política do corpo”.¹³

¹⁰ CASCUDO, Luis da Câmara. *História dos Nossos Gestos*. São Paulo: EDUSP/Editora Italiana Ltda, 1987, p.19.

¹¹ CARLOS, Ana Fani. *O Lugar...* op.cit. p.96-97

¹² Ainda no Antigo Regime observa-se uma nova orientação para moldar o corpo, no sentido de civilizar a aparência a partir do espetáculo corporal dos Reis, da ostentação de seus gestos. “Governar o próprio corpo é condição para governar a sociedade. O controle sobre o corpo é, portanto, indissociável da esfera política. Não apenas uma gestão eficaz e elegante da aparência, mas por meio dela, o que se pretende é demonstrar uma administração refinada dos afetos, um domínio irrepreensível das emoções em nome da distinção social.” Cf. SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Corpo e História*. In: *Cadernos de Subjetividade*, PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 1996, p. 246.

¹³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Vozes: Petrópolis-RJ, 2000, p. 25.

Foucault considera que ao longo da história da justiça penal no ocidente ocorreu uma nova teoria da lei e do crime, uma nova justificação moral ou política do direito de punir, enfim uma intensa supressão dos costumes. Neste processo, as sentenças violentas sob o corpo, as cenas espetaculares de castigos feitos por carrascos são substituídas por uma punição mais velada, a justiça redistribui aos condenados a responsabilidade do castigo, agora de forma a criar técnicas de reeducar, corrigir e “curar” o criminoso. A idéia não é mais aquela de oferecer dor e sofrimento ao corpo, mas a punição dirigir-se-á à alma.

“À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições.”¹⁴

Muito sutilmente, a base puramente biológica do corpo será submetida a um campo político. Mais do que estudar patologias demográficas ou sistemas epidêmicos, a ciência atuará na docilidade e submissão dos corpos, num esforço político em organizar e calcular a utilidade dos corpos em processos de controle social. Aqui a prioridade é estabelecer uma sujeição técnica dos corpos, pensar de maneira multiforme e difusa o exercício do poder político sob os gestos.

Neste raciocínio, Foucault esboça o sentido de uma microfísica do poder, estabelecida a partir de uma estratégia de controle. Esta modalidade política supõe que o poder não deve ser encarado como uma propriedade, mas como uma estratégia, interessa muito mais as manobras, as táticas e as técnicas de funcionamento desta apropriação, pois o que está em jogo é o estabelecimento de uma rede de dominação e não simplesmente uma posse de privilégios.

“...esse poder se exerce mais que se possui, que não é o ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados”.¹⁵

¹⁴ Idem, p.18.

¹⁵ Idem, p.26.

Este percurso teórico sugere pensar politicamente a questão do corpo, desmembrando-o da metáfora da propriedade, inserindo-o no modelo da conquista. Assim, acompanhando Foucault, entendemos o papel da imprensa fortalece no sentido de enquadrar os gestos cotidianos das ruas em um corpo político, habitado por uma “alma” harmoniosa, multifacetado nas técnicas de controle social, que tenta submeter os corpos humanos a um poder-saber que dão sustentação a esta rede de dominação.

É necessário considerar que estes apelos divulgados pela imprensa contaram com o apoio de uma parte da população, enviando cartas, avisos e sugestões através das colunas dedicadas às queixas e reclamações.¹⁶ De forma anônima ou não esta seção apresentava uma variedade de textos a respeito dos usos do espaço urbano, essencialmente matérias que reforçassem o combate à desordem. Por muitas vezes, a polícia, além de atender tais solicitações, considerava a reincidência como agravante, provocando novas providências repressoras. Depois de ter chamado atenção da polícia para o combate à malandragem através do futebol e outras “inconveniências”, um queixoso morador da rua Santa Izabel, no trecho entre as ruas Senador Alencar e Castro e Silva vem a público novamente dizer:

“ O capitão João Bastos, delegado do 1º Distrito, atendendo o meu pedido, tomou todas as providências cabíveis no caso, destacando um policial para fazer o policiamento daquele trecho de rua. Entretanto, logo que esse guarda se ausenta os malandros voltam novamente a imperar...É de notar-se, ainda, que a maioria desses malandros é constituída de rapazes maiores, sem emprego e sem família e que, por isso mesmo, bem podia ser aproveitados nos serviços agrícolas no sertão, onde há carência absoluta de braços”.¹⁷

¹⁶ Neste aspecto, considera-se aqui mais uma vez que os micropoderes engendram práticas difusas, seus efeitos ultrapassam a estrita dominação do Estado com os cidadãos ou a fronteira das classes sociais. Cf. FOUCAULT, Michel. Op.cit. p. 26.

¹⁷QUEIXAS E RECLAMAÇÕES, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 01 ago. 1940, p.6.

Alguns casos como esse demonstram um certo efeito contínuo da vigilância ao ócio, onde moradores acompanham os procedimentos policiais e reforçam o mapeamento da malandragem. Em outros casos, o próprio jornal oferece sugestões de combate às rodas nas calçadas e ao agrupamento de torcedores de futebol nas vias por onde circula, aos domingos, a católica família fortalece. Além de solicitar uma educação pelo rádio, através da hora do “Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda”, o jornal sugere:

“Designa a polícia, guardar à noite e onde tiver uma roda na Calçada, o milicante anotar a rua e o número da residência, sem procurar saber o nome da família, e, no dia posterior, envie-lhe um cartãozinho adrede impresso em termos, chamando a atenção para o cumprimento da lei ou decreto que veda aquele direito e assinado pelo Delegado do trânsito. Para os torcedores da praça, a irradiadora e a guarda.”¹⁸

Não foi possível perceber a acolhida total ou parcial desta sugestão por parte dos órgãos governamentais, fica apenas o registro da tentativa de coerção, elemento fundamental nas práticas de controle social. Na realidade, campanhas contra “maus” hábitos eram muitas vezes reivindicadas por leitores e desenvolvidas por jornais, na tentativa de auxiliar a polícia de costumes, que frequentemente perseguia as pistas de flagrantes levantadas nas diversas matérias sobre o cotidiano da cidade.

Outra queixa comum era a de continuar caracterizando o comércio dos pobres como um constante caso de intervenção, procurando confinar as ocupações e os locais populares como degradantes.

“Vendedores de aves, de frutas, de doces, de tudo, enfim, se aboletam nos passeios, exatamente nos pontos de maior movimento das vias públicas e, ali, além de obstruírem o espaço,

¹⁸ UMA FALTA DE POLÍCIA, *O Estado*, Fortaleza, 23 mai. 1939, p.6.

que deve ser livre, estabelecem uma cuspidreira publica e um deposito de lixo espalhado em um raio de largo alcance.

.....

*Contra essa subversão da ordem urbana, pedimos a atenção do dr. Raimundo Araripe.*¹⁹

De fato, regulamentar o chamado comércio ambulante tornou-se um desafio para qualquer administração, principalmente pelos dados apresentados no primeiro capítulo a respeito da maioria da população estar ocupando trabalhos informais, aumentando assim as variações do mercado de trabalho. Entretanto, estas questões não ganham visibilidade estratégica, não se estabelece um tratamento planejado para corrigir equívocos urbanísticos.²⁰ Ao contrário, percebe-se uma visão estritamente punitiva, onde caberia ao Estado a responsabilidade de garantir um fluxo “higienizado” do capital, relegando aos pobres sua inadaptação ao “bom” comércio.

Caso interessante é do leitor cujo pseudônimo obedece a alcunha de “Lince”. Seu propósito é enfileirar-se entre aqueles que desejam uma Fortaleza “digna”. Aborda com admiração o “frisson” da agitação do comércio, o acotovelamento dos passantes e coisas do gênero. Em seguida, eis que lhes surgem as mágoas. Suas palavras começam a discorrer sobre cenas que nos envergonham perante os que nos visitam. Até aqui nenhuma novidade. Porém, neste percurso capitaneado por um privilegiado olhar felino de Lince, o leitor alerta para o fato de que nosso movimento é fictício, não passa de uma ilusão. Na verdade, os “admiráveis” aglomerados são na sua grande maioria:

“...provocados pelos vagabundos e viciados na ‘douradinha’ e que encontram prazer especial ‘batendo papo’ pelas calçadas e

¹⁹ COM VISTAS À PREFEITURA, *O Povo*, Fortaleza, 02 jul. 1940, p.3.

²⁰ Neste caso é preciso lembrar da tentativa do plano de Nestor de Figueredo, durante a administração Raimundo Girão em implementar um mínimo de organização nas questões urbanas. Sem entrar nos fundamentos e limites do plano, é importante considerar a completa indisposição dos setores dominantes em querer discutir e apostar nesta iniciativa, sinalizando assim para a manutenção da ordem social e urbana estabelecida. CF. Capítulo 1, p.11.

*importunando o próximo com as suas impertinências insistentes.*²¹

O leitor chama de deploráveis e abomináveis essas reuniões estacionadas em grande número em frente às bibocas*, impedindo “a real” visibilidade da progressista Praça do Ferreira, coração da urbe.

*“As portinhas alugadas para a venda de bebidas e aperitivos baratos, artigos diversos e ordinários, atravessados por tabiques.... formam o que a Praça do Ferreira tem de mais abominável em assunto de progresso e higiene.”*²²

Na seqüência, Lince não deixa de apelar para as conhecidas comparações de Fortaleza com outras capitais do país, onde segundo ele reina uma população apreciável, que freqüenta cafés e restaurantes de primeira ordem. Diz, por exemplo, que as pipocas não são feitas como em Fortaleza, próximos aos cafés sofisticados como o café Emidio ou Rotiserie, onde exala um cheiro irritante da banha derretida e que irradiam um forte calor. Em outras cidades do Brasil essas pipocas são fabricadas fora do centro da cidade e devidamente acondicionadas para as casas de vendas.²³ O atento e magoado leitor constata que aqui:

*“...as espeluncas e as bibocas se multiplicam, desaparecendo o que havia de menos ruim, dando lugar a que, como chamariz natural, acorra ao centro da cidade uma população de pés rapados, indesejáveis, sujos e inconvenientes quase sempre.”*²⁴

²¹ COUSAS DA CIDADE: AS BIBOCAS E ESPELUNCAS DA PRAÇA DO FERREIRA, **O Povo**, Fortaleza 11 mar. 1939, p.7.

* Buraco, ruga ou cicatriz no rosto = Grotas=Lugar que serve de esconderijo...Casa pequena, apertada...Corrutela de **ibibog**, em tupi: de **ibi**, terra, e **bog**, rachada, fendida. IN: GIRÃO, Raimundo. **Vocabulário**.op.cit. pp. 94-95.

²² **O Povo**, op. cit.

²³ COUSAS DA CIDADE: PIPOCAS E VENDEDORES AMBULANTES NA PRAÇA, **O Povo**, Fortaleza, 13 mar. 1939, p.2.

²⁴ AS BIBOCAS.... op.cit.

Decepções individuais à parte verifica-se de forma mais ampla nos registros dos jornais um esforço em identificar e denunciar cenários que expressassem a imagem de um Brasil estacionado em bibocas e espeluncas, ofendendo o movimento do “nobre” comércio e a vocação do país para o trabalho como forma de cidadania.

Cabe lembrar que a Delegacia de Investigações e Capturas, criada em setembro de 1938, tinha entre outras atribuições, a repressão à mendicância. Os considerados “falsos” mendigos eram compelidos a mudar de profissão, enquanto os “verdadeiros” inválidos, enfermos, órfãos, pessoas em estado de senilidade, desamparados etc, eram encaminhados aos asilos e a outros estabelecimentos de caridade.²⁵

Por outro lado, a cidade é apreendida de forma diversificada, não há um quadro estático na percepção dos moradores em relação ao espaço urbano.

“Interferem na percepção do espaço inúmeros elementos (necessidade de ir para casa, escolha de melhores caminhos, localização dos pontos de satisfação das necessidades de educação, alimentação, lazer, etc.) que necessariamente compõem o mundo urbano. (Não entendemos cidade como um amálgama de objetos materiais, nem como um conjunto de estruturas que desagregam e desintegram o homem).”²⁶

Portanto, nesta cidade representada pela idéia do “caos”, da “necessidade” do controle, da coesão forçada, é possível que tenhamos processos interativos entre outros grupos que experimentam a cidade. Tentarei dar maior visibilidade a este aspecto quando tratar dos elementos estratégicos de reação das classes populares neste contexto.

Como já podemos verificar, estas matérias estão carregadas do sentido da rua como normatização do cotidiano. Isto significa dar funções específicas ao sentido da rua: evitar que os

²⁵ Relatório apresentado...op.cit. p. 26.

²⁶ PERALTA, Inez Garbui. História...op.cit. p. 29

contatos do dia-a-dia sejam fortuitos, que predomine o ritmo do trabalho ou da troca de mercadorias.

“Outro costume abominavel. Garapeiros na Praça, algumas do ultimo calão....somos é adeptos da ausencia de garapeiras sujas, sem higiene ‘trescalando um ar em que se percebe bafios de paratifo e de outras complicações estomaco-intestinais.....

...A familia é que tenha a coragem(é o termo!) de atravessar a Praça do Ferreira depois que partem os ultimos bondes, terá de passar pelo desprazer de se deparar com homens trazendo apenas a cueca sobre o corpo. Não se assuste o leitor, imoralmente vestido, que o empregado dos cafês de Fortaleza fazem a limpeza do seu estabelecimento no coração da cidade, mal os ultimos bondes dão as costas, o que se verifica às 11 horas da noite!

....

Uma vergonha, que os poderes municipais ainda não tiveram a ideia de reprimir, a bem da moralidade da familia conterranea e dos fóros da cidade civilizada.”²⁷

Estas ofensas morais no território do centro da cidade são um testemunho do relaxamento dos costumes civilizados. Esta regressão nos costumes precisa ser reparada através da idéia de vergonha.

“A vergonha é um sentimento produzido socialmente, não existe entre os animais na natureza. É um instrumento de disciplina, o regulador primário da socialização, que embora seja inata ao homem, pode ser internalizada a ponto de a julgarmos

²⁷ A PRAÇA, Unitárioop.cit.

natural. O sentimento de vergonha exprime o desvio e a transgressão do sistema de conduta da comunidade.”²⁸

Às vezes a vergonha pode surgir fora do campo da moralidade pública e se instalar enquanto instrumento de redefinição da identidade cultural, numa tentativa de se fazer uma leitura pejorativa dos costumes e lugares.

“Mais, tem muito mais cousa que não podemos citar. A citar todos, talvez essa relação consumisse edições consecutivas do jornal, mas queremos citar ainda um costume que se observa na Praça do Ferreira e bem merece também o qualificativo de abominável. A cabulosa retreta dominical.

Parecemos uma aldeia do interior que acóde aos domingos à praça principal, convocada pelo bombo da banda de musica, para se ver, conversar, passear e namorar. Retreta na Praça do Ferreira? Mas é esse um traço demasiado provinciano para uma capital como nós constituimos. A Praça do Ferreira é um lugar de transito que não pode ser congestionado com multidões diletantes. As retretas, que fujam para as outras praças, para as avenidas mais distantes e mais apropriadas para esse mister, para a Lagoinha mais romantica, para o Passeio Publico mais tradicional. O sentimento da Praça do Ferreira é pratico, absolutamente pratico. Não se presta para namoricos, o seu ambiente, que é severo, impregnado de movimento, que é a realidade viva da vida.

Os amôres precisam se desenvolver dentro de um ambiente mais seu, mais propicio pelo socego e quietude romanticas, sem ranger de bondes nem buzinar de automoveis. Para as outras avenidas, as retretas.

²⁸ PIMENTA, Melissa de Mattos e OLIVEIRA, Régia Cristina. “Os Constrangimentos do Corpo na Interação Social: O Nojo”. In: MARTINS, José de Souza de. **Vergonha e Decoro na Vida Cotidiana da Metrópole**. São Paulo: HUCITEC, 1999, p.153.

A Praça pertence, ou devia pertencer, aos que trabalham, aos que se movimentam para produzir e devem ter caminho limpo à sua frente.”²⁹

Afastar a retreta dominical para ruas mais “românticas” é redefinir a composição da multidão disforme e reordená-la em espaços mais controláveis. As retretas ao serem representadas como um passado “provinciano”, sem estilo “moderno”, revelam que os lugares da cidade devem ser melhor disciplinados. O paradoxo da retreta não se encerra aqui, ela é por outro lado, o ponto de encontro, onde conversas e sentimentos são renovados, ela assume um valor de uso diferente ao do capital, onde a moeda principal é a relação passado-presente. É na retreta que o indivíduo pode fazer uso do lúdico, e a música é uma motivação fundamental.

“Lefbvre chama atenção para o fato de que a música é mobilidade, fluxo, temporalidade e se fundamenta na repetição de motivos, temas, combinados, intervalos melódicos e através dela há o surgimento de sentimentos desaparecidos, uma recordação de momentos acabados, evocação de ausências.”³⁰

Na ante-sala dessa discussão os apelos à modernidade e à anti-modernidade são discursos utilizados bem ao gosto dos interesses de grupos que desejam estabelecer o controle social. Para isso, basta que se tenha a presença das classes populares em determinados lugares da cidade para se enquadrar suas práticas como pertencentes ao universo ambíguo de moderno ou anti-moderno. A quem interessa esse dilema? Na realidade, o uso que se faz das retretas é o que importa, só ele irá definir o significado deste local. A retreta dominical pode provocar o rompimento da continuidade do ritmo da normatização, mobilizando a espontaneidade daqueles que vivem a polifonia que caracteriza o cotidiano criativo e inusitado das ruas.

É preciso considerar ainda o universo das pensões. Geralmente, as pensões ofereciam atrativos como festas dançantes, bebidas alcoólicas, apresentações musicais e é claro o encontro

²⁹ A PRAÇA, Unitário...op.cit.

³⁰ LEFEBVRE, Henri. Apud CARLOS, Ana Fani Alessandri. op.cit. p. 99.

sexual de muitos casais. Seu funcionamento induz a se fazer uma análise mais atenta do fenômeno. Indistintamente, as pensões recebiam diversas pessoas dos mais amplos setores da cidade, os freqüentadores mantinham uma aproximação afetiva, era lá que muitos maridos iam revelar suas infelicidades conjugais, suas carências matrimoniais e o que é mais interessante, era neste ambiente que muitos senhores “bem casados” ficavam, de certa forma, como reféns de mulheres de vida “airada”, pois elas funcionavam como uma “caixa preta”, sabedoras de segredos, infidelidades e deslizes de seus ilustres clientes.

Ao morar em uma cidade de contatos muito próximos, os fortalezenses se lançavam no jogo dos olhares e falas; quem detivesse o privilégio de determinadas informações tornava-se uma ameaça. Entretanto, não cabe aqui entrar em terreno tão movediço, esta seria uma pesquisa bem mais detalhada, de um fôlego maior que os limites impostos nesta tese.

Importa destacar aqui as relações entre polícia e pensões. Era comum encontrar nas fontes uma prática repressiva e corruptora nestes espaços, onde inspetores de polícia faziam devassas de pertences das moradoras destes locais. Eram freqüentes “inspeções” realizadas por diligências, no intuito de desvendar roubos e demais delitos. Um inquérito policial que investigava a conduta desonesta do inspetor Artur Bezerra Neto demonstrou que as pensões além de espaço vigiado eram também uma fonte de enriquecimento ilícito de policiais.

No auto de declarações de um ex-parceiro do acusado é possível perceber como era o tratamento dado a estes espaços. Afirma o mecânico Cícero Roberto de Oliveira que na investigação de um roubo de 200\$000(duzentos mil réis) na pensão da Madame Dondon, o inspetor Artur teria feito uso da prática de furto. Suspeita de hospedar uma mulher tida como a principal envolvida no roubo, a pensão é “visitada” por Artur para averiguar algum vestígio do delito:

“...que por ocasião da busca que o Inspetor Artur dera na dita pensão, este subtrairia de um certo lugar, um cordão de ouro que estava numa caixa, e sendo observado e denunciado por uma das mulheres da dita casa, negara procurando corrigir o furto

jogando o cordão, sorrateiramente, detraz de uma mala, sendo visto neste ato por todos os presentes, que no mesmo dia e em presença do Inspetor Artur, um estudante reprovou, na Delegacia, o procedimento deshonesto de Artur que não teve palavras de protesto, de vez que esse estudante falava convicto do que presenciara na pensão.”³¹

A delimitação dos espaços perigosos representava uma prática perniciosa dos policiais; eram eles que muitas vezes circunscreviam a incidência, a suspeita, os indícios do universo delituoso e as pensões, neste casos, eram alvos da chantagem e do aliciamento.

3.1- Espetáculo da Ordem

Construir o espaço urbano e a sociedade urbana nos moldes de um Estado centralizador é tentar homogeneizar as diferentes áreas e temporalidades. Todos esses empreendimentos tomam a rua como referencial, porque é na rua que se socializam os hábitos e costumes, é aqui onde se separam, se diferenciam e se articulam o público e o privado, enfim é na rua que há o (des)encontro.

Tal discussão aponta numa trajetória específica do que significou a inserção de Vargas, figura produzida por uma imagem de homem carismático, “confiável”, de predicados pertencentes a esfera da intimidade, à sua marcante personalidade, mas que paradoxalmente, ocupa um lugar precioso no público, sua biografia pessoal catapulta-o em direção aos interesses coletivos.

“Essa ‘credibilidade’ política é a superposição do imaginário privado sobre o público e, também neste caso, surgiu no século

³¹ Inquérito instaurado em 08 set. 1940.

passado, como resultado de confusões comportamentais e ideológicas entre os dois âmbitos.”³²

Neste período, os órgãos públicos e entidades estimulam também as festas oficiais através de comemorações e desfiles triunfantes, que passassem a idéia de uniformização e sujeição da sociedade. É inegável a força política obtida nestes eventos, onde multidões são envolvidas num grande teatro de regozijo coletivo. O que está em jogo é a legitimidade do Estado Novo junto às classes sociais, lançando uma carga simbólica de intensa representatividade na construção do mito da harmonia entre governante e povo.

Os temas do trabalho e do natalício de Getúlio Vargas são referências que mobilizavam operações movimentadas de desfiles e inaugurações. A satisfação, a festa, a quebra da monotonia são sentimentos alimentados nestes momentos de fascínio teatralizado, traço marcante em festas oficiais de regimes autoritários. Sennett ao estudar os papéis sociais retoma uma das mais antigas concepções ocidentais da sociedade, que é vê-la como se fosse um teatro. É a tradição do “*Theatrum mundi*”, a vida humana como espetáculo, que passa por vários significados, mas que apresenta, segundo este autor, três propósitos morais constantes: o primeiro diz respeito a ilusão e a desilusão como questões importantes na vida social; o segundo separa a natureza da ação social, a crença seria o elemento condutor para que o homem não perdesse suas esperanças, daí a tarefa de se criar um ambiente em que os homens renovem suas crenças e que possam envolver-se em projetos coletivos, afastando a dispersão das ações; o terceiro propósito se refere à arte de representar, ao desempenho de papéis, seria justamente as imagens do *Theatrum mundi*.³³

A título de esclarecimento, estas considerações podem servir como referência, mas levá-las às últimas conseqüências seria apostar alto no poder ilusório do teatro nas relações sociais. O grande risco que se corre é negar que haja engajamento, resposta consciente do auditório que vê o espetáculo, portanto, não seria prudente imaginar que o sucesso dos eventos políticos em locais públicos neste período fossem apenas obra de uma engenharia propagandística.

³² SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p.41.

³³ Idem, p.53.

Toda preparação tinha como meta criar canais, estabelecer comunicação. Isto fica claro nas comemorações do aniversário de Vargas – 19 de abril – quando recai uma grande preparação, entre as quais destacam-se: reuniões com diversos representantes de sindicatos, torneios de futebol no campo do Prado; programas de rádio na PRE-9 através de seu diretor João Dumar, recrutando os principais artistas populares para uma vasta programação musical. Observa-se ainda a contribuição do Inspetor Regional do Ministério do Trabalho o Sr. Raul Domingues Uchoa e a participação do Sr. Francisco Falcão como presidente da campanha em prol da construção do busto de bronze do presidente da República, na Praça do Ferreira.

“O governo e o povo – através das representações de classes – movimentam-se, desde já, no sentido de conseguir as projetadas solenidades se revistam de um brilhantismo fora do comum. Festejando publicamente o natalício do presidente Getúlio Vargas, os cearences, mais uma vez, expressarão ao eminente chefe do governo brasileiro a sua imensa gratidão por todos os benefícios que este Estado tem recebido no decorrer de sua renovadora administração.”³⁴

Duas questões se apresentam neste preparativo. A primeira diz respeito ao ambiente “fora do comum” que sempre se esperava numa festa catalisadora de todas emoções presentes, nestas oportunidades o apelo simbólico dos gestos era fundamental. Capelato discorre sobre a elaboração do celebrativo no regime varguista, discutindo a importância da festa no processo de convencimento político:

“Normas, regras e doutrinas não são suficientes para fundamentar o consenso social. Aí faltam o calor da emoção, a força mágica do mito que floresce em todas as ideologias, o movimento de símbolos e de gestos que subentende toda organização social...Excitação e devotamento provocam liberação, mas se trata de um desregramento regulador posto que

³⁴ VILA OPERÁRIA NO URUBU, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 02 abr.1940, p.6.

a descarga que ele autoriza reforça inconscientemente a dependência do pequeno homem em relação ao promotor do espetáculo.”³⁵

Dessa forma, os espetáculos comemorativos no varguismo são construídos a partir de uma estética apoteótica, referendada pelo DIP. Segundo Capelato, todas as datas nacionais eram comemoradas em grande estilo; as festas eram realizadas nos estádios desportivos: Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, Palestra Itália e Pacaembu, em São Paulo (este último foi uma realização do Estado Novo no estilo da arquitetura fascista).³⁶

Uma segunda questão refere-se à gratidão como forma de exaltação da imagem do bem estar social. No conteúdo da propaganda política do regime do Estado Novo há também um viés pragmático, os órgãos buscavam enfatizar as obras como prioridade para a “concretização do progresso”.³⁷ Isto se confirma no momento em que são incluídas na programação festiva a inauguração de benefícios às classes populares na cidade:

*“Em homenagem ao presidente Getulio Vargas, como parte do programa de comemorações do dia 19, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos empregados da Rede Viação inaugurará, em presença das altas autoridades do Estado, uma vila operaria, com um total de 60 residencias, destinadas aos seus associados.”*³⁸

Esta iniciativa é revestida de vantagens materiais, ela ultrapassa os fundamentos estritamente políticos e ideológicos da dominação, revestindo o papel do Estado como promotor de políticas públicas, garantidor de bens materiais. Cria-se aqui o sentimento da dádiva, a princípio desprezioso, mas sutilmente comprometedor, pois implicava um comportamento generoso por

³⁵ DOMINIQUE Apud CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões*op.cit. p. 58.

³⁶ Idem, p.59-60.

³⁷ A experiência peronista demonstra segundo Capelato um uso mais forte do universo simbólico na sedução das massas argentinas. De acordo com este estudo comparativo, o varguismo, por outro lado, apresenta uma preferência pela representação que enfatiza as realizações materiais. Cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim. Idem, pp.50-51.

³⁸ VILA OPERÁRIA...op.cit.

parte do Estado Novo, elemento que inibiria as mobilizações reivindicatórias das classes populares, solicitaria uma atitude de agradecimento, de retribuição e instauraria o conceito de cidadania vinculado à promoção da justiça social por parte do Estado. Grosso modo, estas são características da ideologia da outorga, onde o Estado cumpriria a dupla função de garantir a ordem social pela viabilidade das necessidades materiais e interagiria com o povo por vínculos morais implícitos da retribuição.³⁹

Além das conhecidas manifestações do 1º de Maio, o tema do trabalho era fonte de inspiração para instituições como a Igreja Católica, que não dispensava um ritual de fisionomia espetacular. Foi assim nas comemorações do cinquentenário da “Rerum Novarum” em Fortaleza no dia 14 de abril de 1941. A força desta comemoração tem sua razão de ser. Era a Igreja Católica que a partir do início dos anos de 1930 organizaria um novo perfil de sindicatos, desatrelando-os da influência anarquista e vinculando-os às teses do novo catolicismo social, principalmente com a criação dos Círculos Operários Católicos.

Dentro da programação estava prevista Missa Campal na Praça Cristo Redentor, apostado do retrato de Leão XIII nas sedes das Delegacias do Trabalho e da Justiça.

“Em outros estados da Federação como em São Paulo, onde se promove o 1º Congresso de Direito Social realizam-se nesta efeméride, grandes solenidades e não seria justo que o Ceará deixasse de festejar tão importante acontecimento . Por isso, com o apoio pleno das autoridades locais, a Federação dos Círculos Operários e a Junta Arquidiocesana de Ação Católica estão cumprindo, desde o dia 11 do corrente, um vasto programa de comemorações, que culmina, hoje, com a realização de uma imponente sessão solene, á noite, no teatro José de Alencar.”⁴⁰

³⁹ GOMES, Ângela Castro. *A Invenção...* op.cit.

⁴⁰ FORTALEZA COMEMORA COM VARIAS SOLENIDADES, O CINCOENTENÁRIO DA ‘RERUM NOVARUM’, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 15 abr.1941, p.6.

Ocorrida a missa em plena praça pública, numerosos operários, liderados pelo Arcebispo Metropolitano Dom Manoel da Silva Gomes, se dirigiram ao prédio da Delegacia Regional do Trabalho e inauguraram um salão nobre do edifício. Este cenário, carregado de um rico universo simbólico, sugere a harmonização da relação capital e trabalho de forma ritualisticamente mística, contando com o gesto da benção eclesiástica, de forte apelo conciliatório. A benção coroava o projeto circulista de organização dos operários, além de pretender demarcar uma superação à influência do anarquismo e do comunismo na conturbada vida política do país no passado recente.

As comemorações também contaram com o lançamento da pedra fundamental da Vila Operária Leão XIII em Santo Antônio da Floresta, promovida pelo Departamento Estadual de Estatística e com o apoio da Junta Nacional de Estatística, do Serviço Nacional de Recenseamento e da Diretoria de Geografia.

“Um trem especial conduziu, daqui, numerosos operários para o local onde será construída a vila sob os auspícios da Federação dos Círculos Operários do Ceará.”

Passeios de trens com autoridades e operários trazem a sensação de proximidade entre Estado e sociedade, fortalece a metáfora de se estar andando no mesmo “trem da história”, de que todos são participantes de uma locomotiva do progresso – o trabalho do operário –, da satisfação das carências materiais – a entrega da pedra fundamental da vila operária – e da paz e da harmonia social – todos juntos sem conflitos ou divergências. Tais festividades cumprem seu papel de celebrar a nova democracia brasileira, regida agora pelo comando intervencionista do Estado no estabelecimento da ordem social.

Outro evento foi o dia da Bandeira, comemorado certa vez com o apoio das “lideranças” sindicais dos trabalhadores do porto de Fortaleza. Tais lideranças através da imprensa tornaram pública a decisão de:

“... parar todos os serviços portuários naquele dia, ordenando a todos os marítimos que comparecessem às manifestações aludidas.”⁴¹

Interessante episódio orquestrado simbolicamente pelo Estado foi na chegada dos quatro jangadeiros cearenses que se aventuraram à capital federal falar pessoalmente com o presidente no propósito de reivindicar direitos trabalhistas para a categoria. A jangada “São Pedro” saiu do litoral de Fortaleza em 14 de setembro de 1941. Na pesquisa desenvolvida por Neves é feita uma leitura e análise do diário de bordo do “raid” cearense, demonstrando que desde a cerimônia de batismo da embarcação, na sua primeira aparição pública formal – 08 de setembro – já podia ser percebida a preocupação do Estado em legalizar a travessia:

*“Na descrição do evento, é ressaltada a participação de diversas autoridades e demais componentes da sociedade local, como a do Interventor Federal Sr. Menezes Pimentel e de sua esposa, Sra Brígida Pimentel, que foi designada a madrinha do *raid*. Há referências aos discursos de algumas autoridades presentes, tendo sido a solenidade abrilhantada com uma apresentação da Banda de Música do Batalhão Militar.”⁴²*

Recoberto por esse clima de apadrinhamento, a autora considera que a intenção era “colocar o episódio dentro da ordem e da legalidade, já que consentido, apoiado e prestigiado por autoridades locais”.⁴³

Daí em diante a jangada navegaria por muitas águas. Por onde passou, esta embarcação ganhou um caráter mais heróico do que político.⁴⁴ A chegada ao Rio de Janeiro,

⁴¹ OS MARÍTIMOS E O DIA DA BANDEIRA, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 19 nov. 1937, p.5.

⁴² NEVES, Berenice Abreu de Castro. *Do Mar ao Museu: A saga da jangada São Pedro*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001, p. 24.

⁴³ Idem, *Ibidem*

⁴⁴ Analisados alguns jornais do período, Neves conclui que a imagem marcante da imprensa ressaltava o fato como bravura e prova de coragem, comparando os pescadores ao destemor de um Dragão do Mar ou a uma confirmação da assertiva de Euclides da Cunha de que “o sertanejo é antes de tudo um forte”, deixando o caráter reivindicatório sombreado pela memória oficial. Cf. p.27-28-29.

marcada inicialmente para o aniversário do Estado Novo – 10 de novembro – teve de ser modificada devido a percalços da travessia, sendo uma outra data confirmada para o dia da Proclamação da República – 15 de novembro -. Depois de 61 dias, a Baía de Guanabara recebe festivamente a jangada e seus tripulantes. Estes participam de uma série de encontros com a imprensa, com o presidente, o ministro Gustavo Capanema, Federações de Pesca e demais interessados em tirar proveito do evento.

Neste momento já era evidente a ampla projeção política do episódio dos jangadeiros cearenses, portanto, seu retorno seria tão importante quanto a entrega das reivindicações ao presidente. E isso foi confirmado. A imprensa local não economizou interesse em cobrir a “volta vitoriosa” dos intrépidos Jacaré, Tatá, Jerônimo e Manuel Preto. Retornando - desta vez de avião - os pescadores foram efusivamente recepcionados no aeródromo do 6º Corpo da Base Aérea em Fortaleza. Com a presença do Interventor e demais autoridades, dos familiares da embarcação e de uma grande massa popular, os pescadores foram aclamados e colocados num cortejo de automóveis para uma visita simbólica ao lugar de onde partiram, na praia de Iracema.

Foi diante do “Jangada Clube” que ocorreram as primeiras falas oficiais diante do público.

“Como interprete do Governo do Estado, usou da palavra o Sr. Luis Sucupira, Inspetor da Alfândega, que lhes exaltou a intrepidez, o extraordinário mérito de seu triunfo, conquistado pela audácia, pelo esforço, pela tenacidade.”

Jacaré agradeceu, por si e por seus companheiros, lembrando, comovido, o apoio que recebera no Rio, do Presidente Getulio Vargas.”⁴⁵

O discurso do heroísmo orientou a saga dos pescadores, ofuscando as questões solicitadas, quais sejam: auxílio e amparo legal ao pescador; denúncia de práticas ilícitas como os “currais de pesca”, atividade em que os peixes ficavam presos em bancos de areia, trazendo

⁴⁵ A VOLTA DOS JANGADEIROS, *O Estado*, Fortaleza, 02 dez. 1941, p.7.

prejuízos às pequenas embarcações; o sistema de “meia”, que dava direito ao dono da jangada de ficar com a metade do pescado, além de pedirem providências em relação aos atravessadores “que se colocavam entre os pescadores e o fruto de seu trabalho”.⁴⁶ A intrepidez e audácia eram valores que se sobressaiam nas falas das autoridades e reforçadas pela imprensa. A imagem do cortejo com carros compostos de autoridades e pescadores voltando ao lugar da partida consagrava e devolvia o sentido de simpatia e apoio que o Estado tinha com as classes populares.

As comemorações completam-se à noite na Feira de Amostras do Ceará. O locutor Paulo Cabral da PRE-9 irradia a festa, oferecendo a palavra à liderança do Centro Estudantil Cearense, à “representante” da mulher cearense e ao Ministério do Trabalho. Jacaré, falando pelos pescadores, enaltece o apoio e auxílio do Interventor. É notório que estas festas tentam apropriar-se do feito dos jangadeiros, principalmente quando o jornal enfatiza o coroamento da saga:

“O Sr. Interventor Federal fez a entrega aos jangadeiros das medalhas com a seguinte gravação: ‘O Governo do Ceará aos bravos tripulantes da jangada S. Pedro’.”⁴⁷

As imagens veiculadas dos pobres nestes eventos sugerem que o maior espetáculo público é o da parceria e sensibilidade do governante com a situação das classes populares, onde mais uma vez a justiça social seria monopólio da iniciativa monumental do Estado.

⁴⁶ NEVES, Berenice de Castro. *Do Mar...* op.cit. p.18/ 62

⁴⁷ A VOLTA...op.cit.

CAPÍTULO 4

MORALIDADE PÚBLICA

Outro aspecto que evidencia a presença de controle social refere-se ao campo da moralidade pública. Esta questão será discutida pelo viés político, a partir de tensões sociais verificadas entre o projeto de cidadão do Estado Novo e o comportamento transgressor das classes populares. Tal desencontro ocorre em situações de combate aos trabalhos informais – jogo de bicho - , os quais sem a chancela moral – o dever ser da coletividade - sofreriam constantes intervenções do Estado e de outras instituições mantenedoras da ordem. Destacam-se ainda situações de combate à vadiagem e ao comportamento desviante das classes populares. Assim, é interessante verificar como algumas instituições tentaram impor à sociedade uma carga moral, visando à formação do “bom cidadão”.

Mais uma vez a Igreja Católica serve de exemplo nesta discussão. O tema da modernidade versus tradições serviu de fundamento à tese referente aos perigos da modernidade. Ela combateu a indesejável convivência entre o “despojamento” dos comportamentos modernos e as tradições do recato e da obediência. O aspecto efêmero e aleatório do moderno servia de referência para as pregações moralizantes e genéricas dos católicos, através dos quais a sociedade era atingida por uma espécie de “varredura moral”. Entretanto, este não é o foco da questão política a ser aqui discutida; a modernidade é o pano de fundo, de uma discussão sobre os efeitos da militância católica entre as classes populares que poderá fornecer elementos para se entender de que forma o controle social afeta os costumes populares.

O discurso da Igreja e do Estado sobre estas questões tem um pressuposto básico: a idéia de família. A ênfase desta prática é endossar a defesa do social a partir da

família.¹ É na família que se produzem os sentimentos cristãos e patrióticos, é nela que se cultiva o dever da fidelidade, da obediência, do dever, da docilidade, da sujeição à autoridade e à chefia, da eternidade do casamento, da divisão pacífica das tarefas (quem manda e quem obedece), fortalecendo as tradições patriarcais. O matrimônio deveria ser garantido como exemplo de relação permanente. Por isso, a Igreja foi eminentemente contra o divórcio nos anos 30, utilizando em seus discursos elementos simbólicos pertencentes à representação harmoniosa de sociedade. Na verdade, o casamento exemplar era defendido pelo Estado e pela Igreja Católica, pois desta união harmônica deveria resultar as “boas” esposas, os “bons” maridos, os “bons filhos”, os “bons patriotas”, o “bom cidadão”. A manutenção da ordem social passava pela questão da moralidade.

O que fundamentava a idéia de família eram os dogmas do sacramento, regulamentos que prescreviam as regras para a vida privada e pública. O ponto fucral desta regulação era conter os impulsos, as paixões, a sexualidade.

“Assim, combatendo a sexualidade a Igreja pensa em manter uma representação familiar predominante (lugar privilegiado da reprodução da moral cristã) e, com isso, manter a ordem no campo simbólico e particularmente no campo religioso, bem como manter, de maneira mediada, a ordem social e política.”²

O que supostamente autoriza o jornal a fazer esta leitura “indecorosa” da realidade é a transgressão do decoro público. A não utilização do espaço público de forma normativa era rotulado como vergonha, elemento introjetado nas regras sociais, costumes e hábitos. Nobeit Elias chama nossa atenção para a relação existente entre o processo civilizador e o crescimento das situações tidas como vergonhosas.³

¹ Aspectos psicanalíticos e políticos da sedução da imagem de Vargas como uma entidade interligada à multidão e como chefe da família brasileira são analisados enquanto fortes instrumentos de controle exercido pelo Estado neste período. Ver LENHARO, Alcir. *A Sacralização...* op. cit.; CAPELATO, Maria Helena. *Multidões*. op. cit..

² FARIAS, Damião Duque de. *Em Defesa da Ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: HICITEC-HISTÓRIA SOCIAL, USP, 1998, p. 162.

³ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador (Uma história dos costumes)*, Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p.123.

Segundo o autor, as maneiras de se portar à mesa, as formas de falar, de olhar, de relacionamento entre os sexos foram se modificando ao longo do tempo. O outro passou a ser visto com um maior distanciamento e formalismo. A preocupação em não incomodá-lo, fez com que os gestos se tornassem mais discretos. Na realidade, Nobert Elias refere-se a uma economia dos afetos, onde as emoções e os gestos foram se tornando comedidos.

“Esta *délicatesse*, esta sensibilidade, e um sentimento altamente desenvolvido de embaraço, são no início aspectos característicos de pequenos círculos da corte e, depois, da sociedade de corte como um todo.”⁴

Alguns dados ilustram como era entendida a questão do decoro público na cidade de Fortaleza. Foi possível levantar um material referente ao registro de queixas que permitem analisar a questão. Entre 1941 e 1945 foram encontrados 21 queixas: 17 queixas envolvendo ofensas morais; 02 de invasão domiciliar; 01 de apropriação indébita e 1 por maltratos de marido e conseqüente pedido de separação. Este material foi selecionado e organizado com base no conteúdo que expunha a importância da questão moral no cotidiano. Ofensas morais, por exemplo, envolviam uma série de práticas de calúnias, difamação, agressão verbal e ofensas à honra. Em todos os casos havia referência a exposição pública que criava em situações de constrangimento.

Curioso observar que neste item referente a ofensas à moral, todos os casos apontam queixas envolvendo mulheres, seja como queixosa ou acusada os dados mostram que, no caso da moralidade pública, o comportamento feminino baseado no decoro constituía uma referência fundamental. As queixas sobre invasão domiciliar e apropriação indébita tendo como vítimas as mulheres que se separam de seus maridos mostram como elas recebiam constantes “visitas” dos inconformados varões para apropriação de pertences ou atos de vandalismo realizados em relação a pertences particulares da ex-esposa. A falta de decoro e de respeito à privacidade também é salientada nestes casos.

⁴ Idem, *ibidem*.

Havia casos em que os populares denunciavam brigas de casais à polícia, numa demonstração de rompimento com as regras entre o público e o privado. As separações destas esferas são estabelecidas pelos populares no momento em que eles se sentem ameaçados por uma “invasão” de intimidade, é justamente aqui que o adágio popular que diz: “na briga entre homem e mulher ninguém mete a colher”.⁵ Esta ação revela um dispositivo de defesa dos populares para o clima de denunciamento estabelecido entre polícia e alguns moradores. O Sr. José Bonifácio da Silva é um exemplo típico destes denunciadores de plantão.

Raimundo Borracha e sua mulher, moradores do popular bairro de Arraial Moura Brasil estavam em discussão no interior de casa. O vizinho, Sr. Bonifácio, ficando a espreita do movimento resolveu ir até a sub-delegacia do bairro para “dar parte” do casal. Convocados pelo sargento Bruno o casal foi “habilmente” interrogado pela autoridade, a qual não via motivos para a denuncia, concluindo que o casal:

“estava discutindo dentro de casa, não ofendendo a quem quer que seja.”⁶

O aspecto interessante é saber que o denunciante, na intenção de aderir às práticas controladoras da polícia, é surpreendentemente detido na sub-delegacia por incomodar as autoridades através de denúncias sem fundamento. Intrigado com esta ação, percebi que no conjunto da matéria jornalística se tratava de um denunciante sem legitimidade para a polícia, o Sr Bonifácio era considerado um “lunfa”, freqüentador das notícias policiais, um homem de reputação duvidosa. Este tipo de caso revela a necessidade de saber as circunstâncias sociais do denunciante. Por outro lado, o Sr. Bonifácio não pode ser descartado na análise, ele tenta prestar um serviço de informações que compõe a rede de controle social. Com respaldo moral ou não, o denunciante fez o casal sofrer o constrangimento de ter sua vida conjugal

⁵ Entendendo a cultura como todo modo de vida, Thompson considera que os sentimentos agem na forma de experimentar o vivido, assim, as pessoas experimentam com sentimentos e lidam com eles na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, como valores... Na verdade, alguns impedimentos morais são criados na cultura popular através da formação de uma consciência moral inserida em determinados limites do processo histórico. O citado adágio popular talvez seja fruto desta consciência. Cf. THOMPSON, E.P. **A Miséria...** op.cit. p.189.

⁶ O FEITIÇO VIROU CONTRA O FEITICEIRO, **Unitário**, Fortaleza, 08 ago. 1939, p.4.

investigada com o fundamental auxílio do olho da disciplina e do controle, como bem afirma Foucault ao estudar a formação da sociedade disciplinar:

“As disciplinas ínfimas, os panoptismos de todos os dias podem muito bem estar abaixo do nível de emergência dos grandes aparelhos e das grandes lutas políticas. Elas foram, na genealogia da sociedade moderna, com a dominação de classe que a atravessa, a contrapartida política das normas jurídicas segundo as quais era redistribuído o poder. Daí sem dúvida a importância que se dá há tanto tempo aos pequenos processos da disciplina, a essas espertezas à-toa que ela inventou, ou ainda aos saberes que lhe emprestam uma face confessável.”⁷

4.1 Civilização: “a cidade avança e o povo não acompanha”

Um longo processo de padronização da civilidade é desencadeado a partir das “cartilhas” de como se comportar. A contribuição da escola, do trabalho, da imprensa, da Igreja na formação do comportamento adequado, foi muito importante. Em Fortaleza, tais instituições contribuem para reforçar todo processo de controle social. A questão central deste empreendimento junto às classes populares é a internalização de padrões de moralidade. O discurso da ordem impõe-se como “natural”. A força deste controle reside na vigilância da conduta do outro. Os órgãos governamentais se encarregavam disso.

Um exemplo desta postura era o incentivo à vigilância do vizinho. Era fundamental observar o seu vizinho e neste sentido, foi criada a imagem maniqueísta do “bom” e do “mal” vizinho. Para tal definição órgãos públicos solicitavam que cada um observasse quem “estava a sua direita ou à sua esquerda, do lado ou na fila da frente ou detrás.” Além desta hercúlea tarefa, seria importante lançar um olhar em direção ao detalhe do gesto, desnudando como o vizinho se portava em locais públicos, em ambientes fechados

⁷ FOUCAULT, Michel. *Vigiar...* op.cit. p. 184.

como teatros e cinemas. O panfleto “O Mau Vizinho” publicado pelo Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda através do jornal **Unitário** em 28/11/1939 é revelador dessa iniciativa.

Comportar-se em tais locais exigia cuidados especiais, pois todos eram observados em seus movimentos. A “boa” conduta pressupunha movimentar o corpo sem deixá-lo “espalhar-se”, falar com descrição, sem “pilhérias grosseiras”, compreender e sentir “os efeitos da arte”, não rir de tudo, “grosseiramente, com gargalhadas capazes de escandalizar um boi”, não aplaudir “lances inferiores”, enfim, o “mal” vizinho era defendido como

“um bárbaro com vernizes de civilização, transplantado como elemento exótico às esferas de elite.”⁵

O exótico para as elites era o pobre, portador de uma deficiência congênita à sua classe social, somente uma reação regeneradora poderia elevá-lo. É necessário ressaltar que dentre estas reações estava a atuação da Polícia de Costumes e a específica Polícia Estudantal, acompanhando e vigiando a presença dos estudantes em diversos ambientes de lazer na cidade. Depoimentos da época referem-se à existência de órgãos vigilantes. Pessoas eram encarregadas de fiscalizar a conduta de estudantes, por exemplo, no interior dos cinemas. Recomendava-se à população receber a polícia com serenidade e acatamento, sabendo interpretar as ações policiais, nunca recebê-la com hostilidade ou atribuir-lhe motivações pessoais no cumprimento do dever. O que se esperava da população que interpretasse os atos policiais como parte do cumprimento da lei e da ordem. Exercendo atividades de caráter impessoal, o policial era simplesmente um agente “intermediário” da legalidade.

“ O agente de policia, embora fardado,.....é também humano. Muitas vezes é o primeiro a compreender o infortúnio daqueles sobre quem deixar cair o peso duma

⁵ O MAU VIZINHO (DCDP), **Unitário**, Fortaleza, 18 nov. 1939, p.3.

*ordem legal. Mas o dever o faz sereno e inflexível. Agredir, portanto, esses agentes da ordem, é cometer injustiça sobre injustiça, crime sobre crime. É agravar a situação, fazendo vítimas sem culpa.*⁶

Era importante “docilizar” a relação entre população – polícia. Documentos mostram que esta não era uma convivência pacífica, principalmente porque o policial no combate ao “bárbaro”, ao “deslocado”, em nome do fiel cumprimento da lei agia com violência, intolerância e arbitrariedade. No plano do cotidiano da população mais pobre da cidade a manutenção da ordem se baseava nos ditames restritos da legalidade; ações abusivas eram praticadas com o objetivo de causar temor e, conseqüentemente resignação. Voltaremos a estas questões adiante.

Além da ação policial propunha-se, no seio da comunidade, uma “guerra surda ao mal vizinho”, uma guerra de “indiferença e de força moral”.

O Departamento de Comunicação, Divulgação e Propaganda do Estado (DCDP) publicou vários artigos nos diversos jornais da cidade a respeito do que seria a conduta “civilizada”. Sobre a vagabundagem, por exemplo, há uma espécie de classificação por modalidades. Identificava o vagabundo típico, profissional, incorrigível, com tendência hereditária ao ócio, mas nem por isso menos pesado à sociedade; o malandro desordeiro, insolente, perigoso, indivíduo que vivia profissionalmente de ameaças e calotes. Existia ainda o gatuno, totalmente improdutivo e prejudicial à vida econômica do país. A lista se completava com os ébrios contumazes, que provocam libertinagem, valentões, trapaceiros, alcoviteiros e mistificadores. Todos eram tidos como inimigos da ordem e do decoro; esses personagens “parasitas” eram reprimidos pela Secretaria de Polícia que de alguma forma zelava pelo cumprimento da “lei universal do trabalho”.

“Em vez de ficarem apodrecendo...amarelos e inchados, sem nenhum proveito para a sociedade, saindo muitas vezes

⁶ O ERRO DE OPOSIÇÃO À POLÍCIA (DO DEPARTAMENTO DE CULTURA, DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA), *O Estado*, Fortaleza, 28 fev. 1939, p.11.

dali para os hospitais, onde iriam fazer ainda maior carga com seu peso morto, são conduzidos diariamente ao trabalho, que uns recebem como castigo, e outros acabam encarando como um grande meio de reabilitação”⁷

A pecha de inimigo e pernicioso ao Estado contribuía para criar uma imagem aterrorizante dos desocupados. O tratamento regenerador, seletivo e sistemático da polícia para com esta “categoria” confirma a absorção da idéia de uma sociedade asséptica. Metaforicamente é como se a cidade fosse um grande e complexo organismo vivo, mas povoado incomodamente por parasitas que impediam o aproveitamento das energias. Este fenômeno parasitário desencadearia o vício da improdutividade; tornava-se, portanto, necessária a identificação e expulsão destes membros nefastos. Somente uma espécie de “limpeza”, ou melhor, uma “desintoxicação” reabilitaria o bom funcionamento do organismo social.

No âmbito do judiciário o tratamento aos sem trabalho era marcado pelas idéias lombrosianas de elementos viciados e incorrigíveis. Impressiona como o desocupado é conduzido numa “peça” judiciária ou policial, principalmente quando o caso envolve representantes das classes mais abastadas de Fortaleza.

Há um inquérito policial que se instalou para elucidar o crime de roubo de combustores e seus materiais ricos em cobre da “The Ceará Gaz Company Ltda”. Esta empresa teria denunciado o comerciante Francisco Matos, proprietário da firma Matos Portela & CIA como receptador do material roubado. Um terceiro grupo foi incluído na trama deste inquérito, acusado de executar o delito: José Antônio de Sá Roriz, Abdon Luiz Pereira e José Rodrigues de Oliveira. O interessante é que as testemunhas arroladas se resumem a quatro inspetores de segurança, que participaram da captura dos gatunos e mais dois comerciantes, um funcionário público e um enfermeiro, todos na defesa do comerciante Francisco Matos.

⁷ REPRESSÃO À VAGABUNDAGEM, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 16 abr. 1940, p.2.

Tal cenário já sugere algumas hipóteses. Em primeiro lugar, todos inspetores de segurança foram unânimes em assegurar a culpabilidade dos gatunos, mas aliviavam a acusação sobre o comerciante, ao considerarem que apesar de ser o receptor de material roubado, foi considerado uma pessoa de

“bons costumes, homem distinto, honesto, direito, que usou de boa vontade para o andamento das investigações, sem impor nenhum obstáculo.”⁸

Em segundo lugar as opiniões sobre o trio participante do roubo eram totalmente desfavoráveis. As provas materiais e as impressões sobre a conduta e os antecedentes dos gatunos lhes descredenciavam perante a justiça.

Na verdade, a condução do inquérito minimizou a culpabilidade do receptor e o julgamento se fixou na má fé dos executores do roubo. No inquérito foi enfatizado a vida pregressa dos gatunos. No depoimento do “folguista” José Rodrigues de Oliveira, vulgo “Domingos”, percebe-se que sua trajetória, apesar de justificada pela necessidade de sobrevivência, foi considerada moralmente grave nos argumentos do relatório final. Ao expor de como roubou o material da empresa, José Rodrigues afirmou:

“que... juntara esse cobre, na praia, quando era substituído o revestimento velho das lanchas, por outro novo; que também tirava dos combustores da antiga iluminação a gás, que achavam-se caídos na via pública, aquele metal; ..tambémdos combustores que se achavam de pé...”⁹

As razões deste ato são justificadas por José pela falta de dinheiro.

⁸ Estas são falas de todos as testemunhas participantes do **Inquérito Instaurado pelo 2º Promotor de Justiça da Capital no Cartório Criminal**, Fortaleza em 23 fev 1939.

⁹ Idem

“que...vendia aquele metal afim de apurar dinheiro para seu sustento, sendo que, quando empregou-se na Brasil Oiticica, deixou de assim proceder; agora há pouco tempo, tendo se desempregado, tornou a praticar aquela ação, vendendo uns três (3) quilos daquele metal, até quando foi preso no dia 4 (quatro) deste.”¹⁰

Tanto o padeiro Abdon Luiz Pereira como o engraxate José Antonio de Sá confirmaram a autoria do delito, completando assim, os depoimentos dos acusados.

Interpelando, em nome do comerciante acusado de receptação de roubo, o advogado Raimundo Gomes Guimarães, defendeu a tese de que não houve dolo na compra do material apreendido pela polícia, ressaltando que o negócio fora feito às portas abertas, no horário comercial, na presença de testemunhas, enfim que não houve a mínima intenção criminosa. Entretanto, sobre os gatunos abriu um leque de argumentações morais.⁸

O que chama atenção neste caso é o relatório do Promotor de Justiça no qual ele afirma que todos os indícios o levavam a incriminar o comerciante por cumplicidade de art.330 do código. As sucessivas transações feitas, as circunstâncias financeiras dos meliantes, pessoas que não estavam à altura de possuir mercadoria vendida, evidenciavam uma convivência delituosa. Mas a defesa do comerciante pesou mais forte. O representante da justiça levou em conta o fato de que o cobre era uma mercadoria facilmente encontrada nos depósitos de lixo e até mesmo nos pontos mais afastados da praia, vendidos em pequenas partes, sendo impossível presumir-se sua procedência. Neste sentido, a lei não poderia ultrapassar seus limites e obrigar o conhecimento real ou presumido em torno de uma mercadoria tão vulnerável à ação criminosa, sem condições de diferenciá-las quanto à idoneidade de sua origem. O fato é que o Promotor absolveu o comerciante por ter usado de

¹⁰ Idem

⁸ “Pessoas vulgares”, “gatunos”, “viciados e incorrigíveis” são alguns adjetivos utilizados na fala do advogado de defesa, promotor público e policiais. Idem.

boa fé nas transações feitas com os gatunos, acrescentando tratar-se de proprietário de uma firma de largo conceito.⁹

Avaliar os antecedentes de pessoas influentes era uma tarefa usual nos processos e inquéritos examinados, este poderia ser um aspecto decisivo na tomada de decisões. Os pobres envolvidos nos delitos deste caso eram freqüentemente empurrados para uma espécie de desajustados sociais, elementos “viciados e incorrigíveis, sem profissão lícita nem domicílio certo”, como afirma o relatório do inquérito. Na verdade, indefesos jurídica e socialmente, estes indivíduos eram trucidados pelas argumentações judiciais, envolvidos numa teia de exclusão: eles não possuíam cidadania formalizada e garantida, não se inseriam nas oportunidades de trabalho, de segurança habitacional, de direito de ir e vir, de se divertir e muito menos de subverter-se.

O trabalho, além de meio terapêutico era visto como força geradora de boas condutas.

As “recomendações” não cessavam, principalmente pela forma como os órgãos representavam o “progresso” de Fortaleza. Exigia-se uma conduta condizente com o novo rosto da cidade, associando-se beleza arquitetônica a educação urbana. Dizia-se que a cidade já tinha superado a fase de “casulo provincial”, com bondes puxados a burro, de noites de fandangos, de sobrados de tijolo. Fortaleza, naquele período, era uma cidade “limpa”, “luminosa”, elegante, bem traçada e o que é mais interessante, de encantadores subúrbios. Este último aspecto além de maquiagem a realidade, apresenta uma omissão importante, pois o que constatamos através da documentação hemerográfica e judiciária é que o cotidiano destas áreas, marcado por um paupérrimo quadro sócio-econômico não aparecia nos discursos registrados nessas fontes. Esta atmosfera exigia “civilidade”, portanto, imposição de uma credencial para viver na cidade.

⁹ São insistentes as referências ao comerciante como pessoa “idônea, honesta e direita”, inclusive testemunhas de defesa, tais como policiais encarregados na investigação do caso e comerciantes como Pascoal de Castro Alves. Idem.

“Urge que nos tornemos sempre e cada vez mais dignos da nossa grande cidade. Comprometemo-nos, cada dia a cada hora do nosso papel de povo culto, de habitantes duma urbs suficientemente dotada de tudo que se exige para um meio civilizado..... E a nossa obrigação, o nosso maior dever, é nos apresentarmos decentemente, com o Maximo de polidez e urbanidade, por amor a nossa terra, a nós mesmos e a civilização moderna, de que somos participantes.

...Não quebremos, portanto, as linhas de harmonia....

Foi o que nos informou o Departamento de Publicidade.”¹¹

A pessoa civilizada, segundo o Departamento de Propaganda, não se deixa influenciar por ambientes desfavoráveis, em quaisquer circunstâncias deve-se manter a firmeza de ânimo e a sua linha de conduta fincadas numa vigilância. É necessário estar atento para não deixar-se trair num gesto, numa palavra, num ato qualquer. Os sentidos do organismo devem preparar-se para distinguir os “verdadeiros dos falsos civilizados”.¹² Este dispositivo de controle remonta a mecanismos de controle já observados na formação da sociedade industrial do século XIX.¹³

A relativa eficiência destes mecanismos é explicada pela influência que teve a ciência do trabalho no processo de docilidade no operário. O corpo do trabalhador foi objeto de estudo, visando equacionar o interesse dos patrões em fazer com que se produza uma

¹¹ PROGRESSO E PROGRESSO, *O Estado*, Fortaleza 11 jul. 1940, p.5.

¹² COSTUMES, *Idem*, 21 jul. 1940, p.17.

¹³ Preocupados em combater os furtos de matérias-primas e controlar a qualidade dos produtos os donos das primeiras manufaturas francesas fornecem os fundamentos da prática de vigilância aos operários. Já nas grandes manufaturas integradas ocorrem procedimentos mais complexos, que atendem a um tipo de organização espacial, a saber: a) princípio político, que enaltece a beleza das construções, enfatizando as fachadas, o poderio do rei e o privilégio do industrial; b) princípio técnico, que racionaliza o espaço para a fácil circulação de matérias-primas; c) vigilância das idas e vindas das pessoas e mercadorias através de pátios fechados e portas como pontos estratégicos de controle. O que define o sistema é o regulamento, que ao longo do século XIX se multiplica, fixa horários, valor de multas e atinge sobretudo as prescrições morais. “O regulamento sugere uma imagem reflexa do trabalhador e sua turbulência, ao mesmo tempo em que revela sua dupla finalidade: econômica decerto, mas também profundamente política – disciplinar o corpo do operário, seus gestos e comportamento”. Cf. PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.68.

grande quantidade de trabalho mecânico em determinado espaço de tempo. Para esse fim foi fundamental a contribuição de engenheiros e médicos que se lançaram à tarefa de definir a ergonomia, ou a ciência da fadiga.¹⁴ Uma racionalização dos gestos é esboçada e implantada para combater, como afirma Perrot, a “matação de tempo”. Assim, toda uma literatura da tecnologia da “eficiência” no trabalho foi desenvolvida, nos primórdios da industrialização.¹⁵

Voltado para imposição de costumes “civilizados” o Departamento de Propaganda elege a rua como a pedra de toque para caracterizar as qualidades de cada um. Pequenos incidentes na rua eram observados.

“Num pequeno e vulgar incidente de rua.....por exemplo, pode-se distinguir o operário modesto, mas correto, atencioso, prestativo, do moço de família mal educado que se comporta mal, tornando a sua presença antipática e desagradável.

Como população duma cidade civilizada, que somos, nós, os habitantes de Fortaleza, devemos voltar as nossas vistas mais cuidadosamente para o assunto, corrigindo-nos quanto possível, dos maus hábitos, dos costumes provincianos, dos defeitos inerentes a todo povo em formação.”¹⁶

Do operário se espera um comportamento comedido, sob ele especula-se a modéstia, caracterizando-o e diferenciando-o de outras classes sociais, em torno dele cria-se uma expectativa de polidez nas atitudes, considera-se que o seu principal patrimônio seja sua capacidade de representar ações civilizadas, apesar de sua condição de “inferior” e “sem

¹⁴ Idem, p. 78.

¹⁵ Taylor foi um expoente neste sentido, utilizando técnicas para definir, segundo ele, o soldado trabalhador, capaz de obediência e dedicação exaustiva ao trabalho. A grande utopia do taylorismo foi introjetar uma espécie de relógio moral no coração do trabalhador, pois desta forma a fábrica dispensaria a utilização de sanções disciplinares, tais como o cronômetro, o vínculo entre salário e produção e deixaria a vigilância para dentro dos gestos do operário. Ver RAGO, Margarth. **Que é Taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, Col. Primeiros Passos, 1987; DE DECCA, Edgar. **O Nascimento das Fábricas**. São Paulo: Brasiliense, Col. Tudo é História, 1989.

¹⁶ COSTUMES, **O Estado**,...op.cit.

formação”, às classes populares resta representar bem e superar os “defeitos” de formação moral.

Muitos dos memorialistas, escritores e observadores da paisagem urbana declinaram suas impressões sobre a cidade. Embriagados por uma tradição do romantismo do cearense José de Alencar na literatura, a cidade de Fortaleza ganhou títulos associados à figura feminina, cujo formoseamento não permitia a presença de

“pessoas maltrapilhas e sujas que se imiscuem em toda parte, viajam em veículos, ao lado de senhoras, fumam e cospem atôa, como se isso fosse a coisa mais natural do mundo.”¹⁷

Fortaleza era vista como uma dama, desejada pela sua formosura de mulher de “bom tom”, meiga e que não deveria descuidar da “saúde do espírito”. Assim deveria ser a “loira desposada do sol”, cidade que funciona como a complexidade do corpo feminino, exigindo cuidados detalhistas. Segundo tal metáfora, seria incompatível uma mulher ricamente vestida, de rouge, batom pisar deselegantemente, descuidando de seus gestos. A cidade era elogiada por seu “adiantamento” físico, mas lamentada pelos hábitos de sua população. O “flaneur” fortalezense irritava-se quando estrangeiros ao visitarem a cidade comentavam que ela era

“...linda e moderna; no entanto, fica-se com a impressão de que ela está mais de vinte anos adiantada do seu povo.”¹⁸

O descompasso entre a cidade desejada e os hábitos de sua população permite focalizar uma pluralidade de vozes: as informações dos apaixonados observadores sobre a terra de Iracema expõem algumas tensões sociais. A presença da molecagem de vendedores de balas, sujos, maltrapilhos e sem licença nas praças “elegantes”; a travessia de peixeiros

¹⁷ PSIU (RAIMUNDO GIRÃO), *O Estado*, Fortaleza, 04 ago. 1940, p.2.

¹⁸ Idem, *Ibidem*

com grandes cordas de peixes em plena “coluna da hora”; o relógio fincado no centro da Praça do Ferreira e que de certa forma é o termômetro da “elegância” do logradouro; são meninos menores “vagabundos” a morcegarem os bondes, futuros “pervertidos”; a iluminação “provinciana” das Praças aparentando “candeeiros de azeite”, de pouca visibilidade.¹⁹

Viajar de bonde para os pobres não era tarefa fácil. Na defesa dos cavalheiros de “fino trato” e das senhoras e senhoritas de condições sociais mais elevadas foi promulgado um decreto regulamentado pelo interventor Estadual, proibindo terminantemente o ingresso nos bondes de indivíduos embriagados, maltrapilhos, grosseiros e carregadores de embrulho. A letra C do referido decreto chamava atenção para as demais proibições e cogitava-se a intervenção policial em casos de abuso:

“...fazer cumprir a proibição de fumar nos três primeiros bancos e não permitir que nos bondes viajem pessoas que não estejam decentemente trajadas, salvo nos três últimos bancos, devendo, para tal, si preciso, pedir o auxilio da policia.”²⁰

4.2 O Jogo de Bicho

Nas inúmeras matérias colhidas, especialmente nos jornais, eram enfatizados de elementos de dignificação do trabalho, de regeneração do trabalhador e no cuidado em sua conduta moral.

“Os padrões de moralidade e sociabilidade requeridos dos trabalhadores são articulados de modo a criar uma vergonha de classe, posta em ponto baixo e distante de uma escala

¹⁹ CALMA SOARES (RAIMUNDO GIRÃO), *O Estado*, Fortaleza, 11 ago. 1940, p.2.

²⁰ COUSAS DA CIDADE: OS BONDES E OS COSTUMES, *O Povo*, Fortaleza, 03 abr. 1939, p.2.

pedagógica de longo alcance para se atingir o patamar burguês de civilização”.²¹

Concorria para este propósito o combate ao “jogo do bicho”²².

A sobrevivência impelia aos empobrecidos da cidade a buscarem meios alternativos de trabalho. O jogo do bicho, por exemplo, representava uma opção para as classes populares. Várias campanhas são levantadas para a repressão a essas práticas em Fortaleza durante o período do Estado Novo.

“ O chamado jogo do bicho, tido como mantenedor da subsistência de centenas de chefes de família, está pedindo, contudo, uma rigorosa fiscalização afim de coibir-se o escandalo que o mesmo vem provocando na cidade. A Praça do Ferreira, o coração da cidade, e as ruas centrais estão contaminadas de toda sorte de esconderijos para cambistas. Por trás de qualquer encanada ou tabique verdadeiramente imorais, ou “poulistas” se aboletam de manhã á noite, para exercer a sua profissão. A miseria, nesse particular, chega a tal ponto que, em Fortaleza, há duas extrações que, quando falta a da Loteria Federal, são processadas em aparelhos que só Deus sabe se são honestos ...

Quanto ao jogo de azar, o Codigo Penal, que não foi revogado, exige sua extinção radical, e com referencia ao

²¹ LENHARO, Alcir. **Sacralização...**op.cit. p. 100.

²² Criado em 1892 no Rio de Janeiro por João Baptista Vianna Drummond, futuro barão de Drummond, então proprietário do primeiro Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, o jogo do bicho percorre um caminho tortuoso entre legalidade e ilegalidade, principalmente o incômodo que criava em torno da Companhia das Loterias Nacionais – criada em 1896 -, que acompanha repressivamente o sucesso e o alastramento do jogo do bicho no país. Ver MATTA, Roberto da e SOÁREZ, Elena. **Águias, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

*jogo do bicho, a moral pública exige mais decencia e menos escandalo.*²³

Como a própria matéria afirma, esta prática de jogo tinha presença marcante de classes populares. Este era um fato preocupante, pois a idéia de atmosfera social empobrecida contrastava com a imagem redentora de Brasil trabalhador patrocinada pelo Estado:

“O brasileiro ordeiro e trabalhador tinha direitos decorrentes do cumprimento dos deveres para com o coletivo – Brasil. O primeiro dever era o trabalho que era também o seu primeiro direito.”²⁴

Esta concepção de trabalhador eleva-o à condição de cidadão, ou melhor, o cidadão era aquele que trabalhava ordeira e honestamente pela grandeza do país. Encontrar vários pais de família sustentados pelo jogo de bicho era ofender a imagem de uma moral do trabalho “cívico”, “produtivo” e “dignificador”. Por isso, o jogo de bicho era um corpo estranho na grande “família trabalhadora brasileira”.²⁵

Sabe-se que em Fortaleza, cambistas, banqueiros e demais envolvidos distribuíam as “poules” secreta e cotidianamente. Tudo leva a crer que a repressão ocorria quando a contravenção ultrapassava determinados limites, nesses momentos a imprensa, insistia nas denúncias. Se não ocorria uma tolerância com o jogo, pelo menos é possível falar de uma ambigüidade por parte das autoridades, pois as campanhas antijogo existiam mais como um apelo discursivo. A extinção total do jogo era uma incógnita. Certa vez, um leitor escreveu a um jornal dizendo ter ouvido conversas de ocupantes da linha de bonde do Farias Brito sobre o assunto. Entre outras questões o leitor sublinha o questionamento das pessoas sobre a incoerência de Getúlio Vargas em proibir e depois permitir o funcionamento do jogo.

²³ A JOGATINA NO CEARÁ, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 25 nov. 1937. p.3.

²⁴ CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões*.... op.cit. p. 177.

²⁵ O jogo do bicho foi intermitentemente proibido e definitivamente posto na marginalidade em 1944, quando o governo federal decidiu proibi-lo em todo território nacional. Cf. MATTA, Roberto da e SOÁREZ, Elena. *Águias*...op.cit. p.37.

No meio da polêmica surge um defensor do Presidente concordando com o acerto e critério de Getúlio, afirmando que:

“Idéia fixa deixa-se para os doidos!”²⁶

As prisões de cambistas e até de banqueiros eram saudadas como grande proeza da Delegacia de Ordem Social. As denúncias concentraram-se na entrega de “poules” aos compradores.

“Um banqueiro e vários cambistas, pois, se achavam envolvidos, e estes eram respectivamente os Srs. Raimundo Nonato, Raimundo Acrisio, Raimundo Alves Maia e Vicente Lopes.”²⁷

Encaminhados à respectiva Delegacia, os presos afirmaram inocência e declararam não entenderem os motivos da acusação. Os detidos foram soltos no mesmo dia. Esta “frouxidão” no tratamento ao jogo de bicho demonstra que o Estado tinha dúvidas sobre como atuar em relação a essa prática.

A “devoção” à construção do Estado Nacional varguista passava pela intervenção no “jogo de azar”, que viciava e proporcionava um desvirtuado investimento de dinheiro dos pobres. Assim, quem sabe o que é bom para as classes populares é a retidão da lei e da ordem.

“Tal como ocorreu com as religiões afro-brasileiras, a proibição do jogo do bicho foi um fator essencial para sua difusão, aceitação, penetração e generalização na consciência popular. Como se soubesse que tudo que é formalmente proibido tem um alto potencial transformador,

²⁶ JOGO DO BICHO, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 15 jan. 1939, p.5.

²⁷PRESOS, NESTA CAPITAL, ONTEM, UM BANQUEIRO E VÁRIOS CAMBISTAS, *Unitário*, Fortaleza, 20 abr. 1939, p.8.

a sociedade manteve o jogo do bicho nos seus interstícios – em suas ‘matas’ sociais e ideológicas -, essas zonas a salvo das normas burguesas.”²⁸

Até a proibição do jogo de bicho em 1940, era comum o Estado estabelecer uma apreciável fonte de renda através das cotas arrecadadas pela polícia, a fim de ser investido em atividades como diligências policiais, auxílios a pessoas necessitadas, contribuições para construção do campo de aviação, auxílio aos vitimados pela malária, manutenção de 40 escolas proletárias, inclusive com o pagamento das professoras, aquisição de estação de rádio telegrafia da Secretaria de Polícia e Segurança Pública, auxílio para instituições de caridade: leprosários, dispensário dos pobres, asilos de mendicidade e alienados, Santa Casa de Misericórdia, orfanatos, conventos, além de contribuir no pagamento aos “serviços prestados por elementos estranhos ao órgão policial.”²⁹

Hábitos ordeiros exigiam um investimento pedagógico, uma educação através da reafirmação de regras e condutas. Sem dúvida, o governo Vargas tinha no trabalho regulamentado um forte aliado para cooptar os trabalhadores. Foi neste aspecto que o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) tentou criar uma imagem de Estado protetor. O preço cobrado pela proteção era o saneamento ideológico, que implicava, inclusive, na destruição da memória de tradições de lutas do movimento operário, do Partido Comunista. Mas, a implementação da nova nacionalidade, que pressupõem paz social e sentimento cooperativo, não se impôs de forma homogênea; ela era confrontada com práticas de resistência que arranhavam a imagem do trabalhador obediente e passivo.

A autoridade repressiva era presença garantida nestes ambientes, revelando uma certa sintonia aos apelos de alguns jornais, mas as práticas consideradas “desordeiras” ou “subversivas” não deixaram de ocorrer. O caso do jogo do bicho explicita isto muito bem, embora cada ato de repressão fosse festejado com alarde como mostra o texto que se segue.

²⁸ MATTA, Roberto da e SOÁREZ, Elena. *Águias...* op.cit. p.38.

²⁹ *Relatório...* op.cit. p.127. Informações mais detalhadas podem ser examinadas no balanço das arrecadações de diversas cotas de jogos neste mesmo documento. Em termos genéricos o Estado arrecadou do jogo em 1938 a quantia de 173:096\$100, em 1939 subiu para 281:360\$700 e em 1940 chegou ao montante de 642:185\$000. O que chama atenção é a progressão dos lucros obtidos com o jogo do bicho nos anos aqui verificados.

“A policia acaba de tomar a medida altamente elogiavel de não permitir o funcionamento de agencias do “jogo do bicho” na Praça do Ferreira e imediações.

Ontem, em cumprimento dessa determinação, foram fechadas todas as casas desse genero, causando o fato a melhor impressão.

- Por sua vez foi determinado o fechamento imediato da secção de jogos do balneário da Praia de Iracema.

...

Sabemos tambem que o sr. dr. Chefe de Policia, em circular telegrafica há dias expedida para todos os delegados do interior do Estado determinou a proibição absoluta do exercicio do jogo, qualquer que seja a natureza.

A opinião publica recebe com os mais vivos aplausos as moralizadoras providencias das autoridades policiais.³⁰

Ângela Castro Gomes³¹ tenta caracterizar a idéia de cidadão trabalhador a partir da idéia de doação realizada por Vargas. Assim como um bom pai que dá aquilo que seus filhos mais necessitam, o presidente presenteou a população trabalhadora com uma legislação social. Este ato protetor não significava investimento altruístico, mas implicava ordenamento social e buscava adesão política dos trabalhadores. Buscava-se criar o sentimento de gratidão para com o “pai dos pobres”. A cidadania neste caso, representaria a retribuição dos trabalhadores através da defesa do regime e de seu chefe. Esta foi uma medida de persuasão e sedução, pois integrava a dimensão política – a cooptação –, a dimensão jurídica – a proteção da lei –, e a dimensão moral – o dever e o bem coletivo.

³⁰ MEDIDAS MORALIZADORAS DA POLICIA CONTRA O JOGO, *O Estado*, Fortaleza, 30 nov. 1937, p.15.

³¹ CASTRO GOMES, Ângela. *A Invenção...* op.cit.

Na prática cotidiana, a sociedade não se mostrava tão harmônica quanto o governo pretendia.

4.3 Polêmicas em torno das “Filhas de Eva”

O trabalho e a moral tornaram-se credenciais de cidadania e quem não as tinha era considerado perigoso e ameaçador da ordem social. Esta situação se agravava mais quando envolvia o sexo feminino, cujo imaginário era recoberto por preconceitos. A mulher Fortalezense se afastava do universo familiar através de sua ida ao mercado de trabalho, recebendo um “bombardeio” de críticas, principalmente da Igreja Católica que construiu sua imagem associada à figura de “Rainha do Lar”. Por outro lado, uma documentação referente às queixas-crime demonstra certa alteração neste quadro. Destaca-se, por exemplo, o aspecto da denuncia, muitos casos de agressão de ex-maridos, eram denunciados nas delegacias por mulheres que não aceitavam mais viver maritalmente com seus esposos. Interessante notar que esses casos de exposição pública das separações referiam-se na sua grande maioria às classes populares. Talvez, mulheres de classes sociais mais privilegiadas não quisessem correr o risco do escândalo e mantivessem sua infelicidade em segredo.

Alguns inquéritos e processos indicam reações das mulheres às agressões e humilhações praticadas por homens. À título de ilustração, temos um inquérito policial que se transformou em processo judicial sobre o caso que envolveu a doméstica Maria Laura Bezerra e seu desafeto Lourival Souza Araújo. Esbofetada e moralmente ofendida, Maria Laura resolveu se vingar de Lourival com um golpe de faca em plena praça pública, no centro de Fortaleza, nas imediações do cine Magestic. No auto de prisão é possível perceber pelos depoimentos algumas razões que motivaram tal agressão: tensões entre vizinhos antecederam o fato delituoso.

Por motivos de pendengas envolvendo ofensas morais o caso teve uma primeira etapa desenvolvida no âmbito da Vila Vicente no bairro do Benfica, onde todos residiam. Em seguida o caso pararia na Delegacia do 1º Distrito, porém sem maiores conseqüências em termos de providências. Na realidade, o que complicou a situação foi além

da omissão da polícia, o fato do agressor Lourival ter divulgado na vizinhança que daria um novo bofete em Laura quando a encontrasse novamente.

Ofendida e encorajada a se vingar, Laura arquitetou um plano e o executou precisamente em frente ao Rotisserie, no café Globo, locais de intensa movimentação da cidade. De faca em punho, a agressora:

“...cravou-lhe nas costas, dizendo antes: ‘bandido tu ainda dá em cara de mulher?’, que a declarante agiu, assim, movida por um ímpeto de ódio , pelos insultos...à sua pessoa.”³²

Este “acerto de contas” na via pública demonstra que mesmo com toda tradição de cidade pacata e de mulheres cordatas, os tempos de opressão à mulher estavam sendo resolvidos por uma ação direta, sem a espera da intervenção lenta e tendenciosa da polícia nestes e em outros casos que envolviam pobres e mulheres. Percebe-se que a intenção de Laura foi apenas responder às pilherias do agressor, impondo um “troco” à altura do que esperava. Acrescente-se a esta análise que Laura não reagiu contra sua prisão, confessando e reafirmando em detalhes na Delegacia as razões de seu ato, inclusive que só não matara Lourival por esse ter corrido em praça pública, era a famosa sensação de “alma lavada”.

Por fim, no resultado do processo judicial observam-se dois momentos. Em primeiro há a condenação de Laura a reclusão de grau mínimo do art 304, combinado com o art 409, ambos da Consolidação da Leis Penais, que previa a pena de um ano e dois meses. O argumento principal é que não se caracterizou a tentativa de homicídio, não ficou comprovada se a agressora agiu voluntária ou involuntariamente no prosseguimento da execução do crime, o ferimento demonstrou que a agressora não quis matar, o ato não fora consumado. Estas circunstâncias mudam a classificação do crime para lesões corporais.

³² Inquérito instaurado em 14 set de 1939.

No segundo momento ocorre o inusitado. Atendendo a um requerimento da condenada o juiz suspende a pena e acata a alegativa de Laura ser ré primária, condenada à pena mínima e não ter revelado caráter perverso ou corrompido na sua ação. Portanto, todo esforço de Laura para impor sua resposta feminina à humilhação de seu vizinho fora confirmada pela instância jurídica. Certamente isso não era comum, a realidade cotidiana das classes populares era repleta de preconceitos, tradições machistas e ações violentas, sem o apoio jurídico, sem a proteção do Estado. Neste sentido, o caso representa uma exceção pois, nesse período a mulher era vista como modelo de virtudes, recato e submissão.

No que se refere ao mundo do trabalho nota-se, no período a presença da mulher. Nesse ambiente exigia-se um perfil adequado, incompatível com comportamentos desviantes:

“Não é sem interesse o caso que hoje narramos. A mulher saíra de Porangaba para empregar-se em uma casa de família. Desejava trabalhar, porque só no trabalho é que se aprende a construir o futuro.

Pensando dessa forma, ontem à tardinha, quando passava o horário em Porangaba, ela dirigiu-se ao guicher da estação local, comprando a respectiva passagem para Fortaleza.

DESVIANDO A ROTA

Chegada a Fortaleza, porém Maria José facilmente, desviou a rota que se traçara. Entrou num bar, onde bebiam homens e mulheres, pediu aguardente, em quantidade, procurando assim esquecer as vicissitudes da vida.

Logo depois, devido a grande quantidade de álcool que ingerira, Maria José caiu embriagada no bar.

*Um guarda, de serviço nas proximidades, chamado para atender o caso, resolveu conduzi-la para a 2ª Delegacia onde hoje fomos encontra-la.*³³

A ênfase de matérias como essa não é algo acidental ou esporádico, ela estava calcada na manutenção dos papéis para homens e mulheres. O Estado Novo neste aspecto, sustentava-se numa argumentação tradicional, no qual as mulheres serviriam como mães ou manufatureiras domésticas.

“Vargas e seus partidários apresentavam a participação nos sindicatos e o trabalho assalariado como atividades claramente masculinas. Mulheres trabalhariam em casa, criando os seus filhos e cuidando de seus companheiros. Trabalhos na fábrica eram descritos como atividades essencialmente masculinas não apenas pelos propagandistas do regime como também pelos sindicatos do governo”.³⁴

O lar e o feminino são imagens ligadas a uma perspectiva machista de mercado. Esse aspecto tinha como fundamentação básica a idéia de que a ida da mulher ao trabalho provocaria dissolução da unidade moral da família.

Pelas mais variadas formas, as fontes apresentam a inadequação da mulher no mercado de trabalho: falta de objetividade, ausência de virilidade, excesso de subjetividade são alguns dos argumentos que indivíduos, grupos e até entidades defendiam. O processo de inserção feminina no mercado de trabalho batia de frente com o forte patriarcalismo, onde as mulheres eram confinadas a uma vida de reclusão. Para muitas famílias oriundas do campo a cidade representou significativas mudanças. O pai, por exemplo, ao ver seus filhos buscando trabalho em fábricas sentia sua autoridade diminuída.

³³ IA EMPREGAR-SE COMO DOMESTICA MAS A CACHAÇA DESVIOU-LHE DO RUMO. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 02 dez 1937. p.8.

³⁴ WOLFE, Joel. “Pai dos...op.cit. p.36.

“Acostumado a dar a última palavra em todos os estágios do trabalho, o pai percebe-se ignorante na nova ocupação e se envergonha de não ter a mesma destreza e de não conseguir adaptar tão facilmente seu corpo experimentado às novas cadências, ritmos e movimentos, como o fazem seus filhos”.³⁵

O “abandono” do lar é uma acusação alicerçada na imagem de pátria como uma grande família, a mulher no trabalho representaria vazio moral, desarmonia.

“A ausência do lar da figura materna e de sua vigilância é responsabilizada pelo abandono dos filhos e pelo seu desencaminhamento moral. O trabalho feminino aumenta a probabilidade de abortos; certas ocupações tipicamente femininas atuam como meros canais camuflados de prostituição feminina”.³⁶

Importa destacar que no caso citado anteriormente, Maria José é representada, primeiro, como mulher cumpridora dos seus direitos e deveres (o trabalho), mas ao ir a cidade caiu no desvio. O que faltou à Maria segundo o jornal foi unir vicissitudes da vida com decoro, ou seja, ser uma mulher equilibrada e domesticada socialmente. Foi no ato banal de beber cachaça que Maria transpôs as regras estabelecidas para a conduta da mulher na sociedade ordeira.

Inúmeros casos de bebedeira em mulheres são percebidos na cidade, isto evidentemente preocupava as instituições, pois a situação de embriaguez representava transgressão social e moral.

“Ao transpor com facilidade as barreiras entre o permitido e o interdito, o bêbado fomenta o constrangimento alheio.

³⁵ BRASÍLIA, Carlos Ferreira. *Trabalhadores...* op. cit. p.99.

³⁶ CESARINO JR apud LENHARO. *A Sacralização...* op.cit. p.102.

Embriagado, o ator suspende em parte a censura que o ajusta às regras de conduta apropriada e, ao abandonar as convenções sociais, deixa de representar e de se preocupar com elas, não se esforçando para ser aquilo que ele gostaria ou que os outros gostariam que ele fosse, desacreditando assim uma definição prévia de sua pessoa. E, por extensão, desacreditando os que com ele, voluntariamente, contracenam.”³⁷

A embriaguez manifesta um desejo de escapar à regra, sair da normatividade.

“Eles vinham brigando há muito tempo. Ela com ciúmes dele. Por qualquer cousa, “estava” um frêvo dentro de casa. Era uma vida insuportavel aquela que o casal levava nos ultimos dias. Um dia, porém, resolveram separar-se. Uma separação que atingia a felicidade dos proprios filhos, porque são os filhos, no caso, os unicos, afinal, que mais sentem a tragedia do lar.

FRANCISCA MARIA DA CONCEIÇÃO

Francisca Maria da Conceição é uma pobre operária. Casada, há quatro anos, com o Sr. Joaquim Pedro, mais conhecido por “Santos”, que possui uma oficina de ferreiro no Beco das Trincheiras, onde tambem trabalha um seu filhinho

menor, a pobre mulher vem lutando contra os revezes do destino.

Operaria, pois mourejava na fabrica de tecidos, que fica atrás do Dispensário, no Bemfica, pertencente ao cap.Moisés, Francisca Maria leva uma vida humilde e agitada, porque, no trabalho, que é mal remunerado, ela

³⁷ BUCCINI, Alexandre(et.al). “O Bêbado e a Festa”. In: MARTINS, José de Souza. *Vergonha e...*op.cit. p.160.

disperdiça todas as energias moças que ainda lhe restam, sacrificando a sua saúde, o seu viver.....Ela é, antes de tudo, uma sacrificada!

ONTEM

Ontem, cerca das 17 horas, a operaria, que reside à rua Major Facundo, 2532, vendo-se sem alimentação e, sobretudo, desprezada pelo próprio esposo, se dirigiu a uma mercearia e pediu um trago de cachaça. Queria esquecer a sua infelicidade íntima, o seu drama interior.... Pois, dizia-se: “não estava só no mundo?”

NO BECO DAS TRINCHEIRAS

Ingerida a bebida, que atuou logo em seu organismo, a pobre operaria rumou para a cidade.

E foi parar no Beco das Trincheiras, onde o marido possui, como já dissemos, uma oficina de ferreiro.

Interpelou-o asperamente: “Então, fulano, você já não me quer?”

Você já não me possui amizade? E os nossos filhos.....

Você internou a Lourdes no Bom Pastor, só para que eu não a visse? Você é um homem ruim.....”

UM GUARDA

Intrigado com as “insinuações” da mulher que estava provocando uma briga, o ferreiro calmamente, despreocupadamente, foi à esquina e chamou o guarda 190, Delmar de tal, o qual, ato contínuo, deu voz de prisão à operaria, que reagiu, sacando um “bruto” canivete tipo americano, marchando para o policial com o objetivo de alijá-lo.

O policial, entretanto, cautelosamente, tomou-lhe a arma, conduzindo a incontinenti à 2ª Delegacia. Ai, outra vez, a

operaria reagiu, não se sujeitando a entrar para o cubículo da Polícia. Embora desarmada, ela gritou a um guarda:

- "Não venha que você morre".

SOBRE O FATO

*A 2º Delegacia, em face do ocorrido, ao que nos consta, vai processar a operaria.*³⁸

Maria da Conceição, o que ela representa? Operária, mal remunerada, separada do marido e da filha, sofredora, porém delituosa. Este é o ritmo da matéria, apresenta uma imagem de pauperização do quadro social e conclui com uma condenação ao ato "tresloucado" de Maria. Esta imagem desconstrói o imaginário católico harmonioso de família, desmente a tradição de mulher obediente, cordata e rainha do lar, responsável pela célula mater da sociedade – a família. O discurso moralista reforça a idéia da patologia social: Maria agiu de maneira excepcional, menos frequente dentro dos modos de agir institucionalizados, considerados normais. Sua atitude de afronta à polícia acompanhada da embriaguez resultou numa ação criminosa.

A condição de delituosa é reforçada por tratar-se de uma pessoa pobre: Pobreza, miséria, promiscuidade e alcoolismo são universos que se estabelecem na vida de Maria, mesmo voltando para o lar essa atitude a condenaria para sempre. A ação de Maria não se coadunava com os padrões de comportamento esperados pela "boa sociedade". definitivamente não pertencia ao imaginário dominante,

"a representação imaginária do trabalhador pobre estrutura-se em função da imundície. O pobre é o outro da burguesia: ele simboliza tudo o que ela rejeita em seu universo, portanto, ele é feio, animalesco, fedido, rude, selvagem, ignorante, bruto, cheio de superstições. Nele, a

³⁸ PROCURANDO ENCRENCA FORTALEZA, *Unitário*, Fortaleza, 22 fev. 1938. p.8.

classe dominante projeta seus desejos psicológicos; ele representa seu lado negativo, sua sombra”.³⁹

A mulher, neste período, era alvo de uma censura cotidiana por parte da Igreja. A ida progressiva e sistemática da mulher ao mercado de trabalho, as relações de bigamia, as uniões conjugais extra-oficiais, o índice de mulheres separadas de seus conjugues e os costumes femininos influenciados por uma cultura norte-americana preocupavam a instituição católica. Estes aspectos, a princípio, não trazem nenhuma novidade, pois a Igreja Católica era tradicionalmente repressora em relação à mulher e, neste sentido, não se constitui aqui uma temática específica do Estado Novo em Fortaleza. Porém é interessante destacar o peso de setores conservadores nesse momento. Eles contribuíram muito na definição do perfil moral da população, atingindo parcela importante das classes populares nas mais diversas formas de militância católica na cidade. A mulher que, nesse período, já se dirigia com maior intensidade ao mundo do trabalho, foi alvo privilegiado do discurso moralista dos conservadores, católicos essencialmente.

4.4 Militância Católica

Para os católicos, a instauração do Estado Novo por si só não garantiria o estabelecimento da ordem social. Era imperativo pensar a dimensão cotidiana do novo modelo de controle. As preocupações católicas se direcionavam no equivoco cometido por muitos liberais por terem sido incapazes de enfrentar, com firmeza, os perigos de uma revolução ou desordem como ocorrera nas experiências da revolução bolchevique. O aspecto de maior ameaça estava na “intenção oculta” dos costumes que provocavam insubmissão aos princípios de Deus, Pátria e Família. Portanto, era necessário identificar, caracterizar e combater uma série de comportamentos que iam desde uma publicação literária “perniciosa”, um uso “inadequado” dos espaços até a repressão de ações de maior periculosidade.

A Arquidiocese, proprietária de um jornal local, tentava censurar inúmeras exhibições de filmes que “denegrissent a mentalidade cristã do povo cearense”. O filme “Só

³⁹ RAGO Apud LENHARO. *A Sacralização...* op.cit. p.103

para mulheres” foi amplamente combatido devido seus apelos imorais e “atrevidos” às consciências de nossas “cordatas” mulheres. Noticiou-se que os católicos do Rio Grande do Sul protestaram contra esta película, fazendo com que a Juventude Católica enviasse um telegrama ao Ministro Gustavo Capanema:

*“ Juventude Católica Rio Grande do Sul protesta respeitosamente junto Censura Nacional contra passagem filme ‘Só para mulheres’, afrontoso sentimentos família brasileira. Outro sim pede providencias maior rigor censura cinematográfica, confiando alto critério vossencia’.”*⁴⁰

Por tratar-se de uma instituição preocupada em moldar a opinião pública, a Igreja tinha na sua organização interna a Associação dos Jornalistas Católicos que articulava as orientações e atividades da censura da instituição, demonstrando um certo grau de influência nas campanhas moralizadoras. Além disso, ainda era editado em São Paulo, o Anuário Católico, informando sobre o movimento da “Boa Imprensa” no Brasil, artigos, notas, dados e ilustrações.⁴¹

Certa vez, os católicos de Fortaleza se vangloriaram por terem impedido a exibição do filme “Lábios Pecadores”, principalmente pelo alto investimento de dinheiro que cercou sua divulgação, patrocinado pela empresa Luiz Severiano Ribeiro, que monopolizava o setor naquele período. Esta interferência era fruto do bom relacionamento que a Igreja tinha com as autoridades.⁴²

A Igreja detinha uma linguagem militarizada no enfrentamento da moralidade pública. Algumas festas comemorativas eram organizadas no clima de “esforço de guerra.”

⁴⁰ CONTRA FILMES IMORAIS, *O Nordeste*, Fortaleza, 18 ago. 1938, p.2.

⁴¹ ANUÁRIO DA IMPRENSA CATÓLICA, *Idem*, 02 set. 1941, p.7.

⁴² Durante o período de 1938-1940 o Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda subordinado ao D.E.I.P registrou 1.823 fiscalizações sobre programas de cinema, impróprios para menores de 10 a 18 anos de idade. Ver *Relatório...* op.cit. p. 80.

Assim ocorreu na preparação da festa de Cristo Rei.⁴² Convocadas para uma cruzada para a “conquista das almas e para o reinado social de Cristo”, a Juventude Feminina Católica é solicitada para a luta “do bem e da verdade”, enaltecido nas palavras do Arcebispo D. Manoel: “as iniciativas práticas, as realizações objetivas, para que o ideal de perfeição não esmoreça, mas consiga elevar-se à altura das deslumbradoras abnegações.” A programação contava com Semana de Estudos para “vivificar as virtudes morais desta parcela cristã da Pátria”, deixando claro que só através da atividade e da técnica seria possível “vencer a invasão dos arautos da desordem, que tão profundos estragos realizam nos corpos e nas consciências.”

A Igreja entendia que aquele era o momento de reforçar a formação moral pelo viés da persuasão e da repressão. Para esse fim ela não dispensava uma política de boa vizinhança, como pode ser lembrado na inauguração dos Serviços de Censura, Divulgação e Publicidade do Ceará. Este evento foi enaltecido nas páginas do periódico católico como iniciativa de “inofuscável importância” do Secretário de Polícia e Segurança Pública.⁴³ As “convocatórias” eram carregadas de um sentimento de reação em defesa de nossa “integridade cívica” e de combate ao “paganismo”. Neste sentido, os católicos tentaram tirar proveito dos primeiros anos do regime e impor suas reivindicações.

“A consolidação dos princípios do regime atual deve começar pela reforma severa e intransigente dos métodos condenáveis do liberalismo da República passada.

*A censura das diversões populares representa um dos pontos de partida de renovação do sentimento das camadas sociais”.*⁴⁴

De certo, a reação contava muito mais com o engajamento da militância. As pregações, e os discursos cuidavam, num primeiro instante, da enunciação, porém as interferências e ações mobilizavam maiores chances de convencimento. Nas resoluções

⁴² MOBILIZAÇÃO DE FORÇAS, *O Nordeste*, Fortaleza, 19 out. 1938, p.1.

⁴³ A INAUGURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CENSURA, DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE, *Idem*, 15 out. 1938.

⁴⁴ FONTES DE CULTURA, *O Nordeste*, Fortaleza, 24 out. 1938, p.1.

aprovadas na Semana de Ação Católica realizada em 1942 torna-se claro, já na primeira das onze resoluções, a preocupação da Igreja em articular-se com setores considerados prioritários. Dizia a primeira resolução que era indispensável aumentar o número dos militantes para trabalharem

“nos meios carecidos de qualificação: estudantes e trabalhadores – conquistar o meio pelo meio”.*⁴⁵

Para isso os católicos priorizaram o investimento em cursos para dirigentes e líderes.

Sobre a mulher, a Ação Católica era enfática. Na 9ª resolução da Semana o texto diz que as

*“organizações femininas procurarão reagir contra a moda pagã e os modos ditos modernos, caracterizando-se pela modéstia cristã que observarão na vida social.”*⁴⁶

A Juventude Feminina Católica ainda em 1942 fez o levantamento das atividades do ano, podendo-se constatar um amplo campo de sua atuação. Organizaram catequeses em paróquias – Patrocínio, Catedral e Carmo - ; controlaram um centro catequético, com a participação de 130 catequistas; viabilizaram o funcionamento de um Curso Superior de Religião para moças; fizeram retiros no carnaval, com 60 participantes;

* Grifo nosso

⁴⁵ RESOLUÇÕES APROVADAS NA SEMANA DE AÇÃO CATÓLICA, Idem, 03 nov.1942, p.1. Nos Estatutos Provisórios da Juventude Feminina Católica aprovados pelo Arcebispo Metropolitano informam que a J.F.C. compreendia a Juventude Estudantil Católica, para a mocidade do Curso Secundário, Juventude Universitária Católica e Juventude Operária Católica. A diretriz de atuação se pautava em “educar os jovens na obediência, docilidade e dedicação à Santa Igreja ...no espírito de zelo, reunião e disciplina para o apostolado na Ação Católica.” Interessante observar que a Igreja tinha campo aberto para ocupar o espaço de partidos políticos e entidades proibidas de funcionarem no regime. Cf. ESTATUTOS DA JUVENTUDE FEMININA CATÓLICA(J.F.C) APROVADOS PELO EXMO.SR. ARCEBISPO METROPOLITANO, O Nordeste, Fortaleza, 24 out. 1938, p.4.

⁴⁶ Idem, ibidem

realizaram a páscoa de professoras, comerciários, estudantes, doentes e domésticas; moveram uma campanha das modas e modos com publicações pela imprensa, palestras nas escolas e nas sessões da J.F.C.; reforçaram o acervo da biblioteca com 150 volumes; publicaram uma página no “O Nordeste” uma vez por mês; conquistaram novas sócias através de duas tardes mensais de recolhimento para estranhos; fecharam o ano com 332 sócias, 214 estagiárias, 109 simpatizantes e 42 dirigentes.⁴⁷

Além deste panorama a Igreja atuava com inúmeros cursos de educação social, onde eram preparadas moças para a instrução doméstica, trabalhos junto ao Dispensário dos Pobres através de assistência material e cultural, o que sugere dizer que mesmo com todas as restrições ideológicas que se possa registrar, a Igreja tinha um trabalho junto à formação das classes populares, possibilitando assim, uma influência nas políticas de controle social.

4.5 Política de Povoamento

A partir de 1938 o Estado Novo reabre a polêmica do “imposto sobre os celibatários”. Interessado em implementar uma política de povoamento, o Estado retoma uma discussão cogitada ainda em 1933. O governo pretendia assinar um decreto-lei que estabelecia ônus para os maiores de 25 anos que se mantivessem solteiros e casais que não tivessem filhos.⁴⁸

O decreto previa ainda amparar as famílias pobres e numerosas, apoiando assim os “matrimônios férteis”, concedendo facilidades como o não pagamento de impostos para o caso da moradia, estudos gratuitos nos estabelecimentos oficiais, assistência médica, prêmios especiais, entre outros.⁴⁹ Estavam ainda isentos da taxaçaõ aqueles que ganhassem menos de 500\$ mensais ou ter mais de 64 anos, a durabilidade do imposto estabelecia uma vigência de 25 anos de existência. O estímulo aos novos matrimônios era viabilizado pela concessão de empréstimos a longo prazo e a baixos juros na medida em que o casal aumentasse a prole,

⁴⁷ BALANÇO DAS REALIZAÇÕES DA JUVENTUDE FEMININA CATÓLICA, CADERNO JUVENTUDE FEMININA CATÓLICA, ANO IV, Nº 46. Idem. 30 out. 1942.

⁴⁸ É importante lembrar que as mulheres eram isentas desta taxaçaõ.

⁴⁹ AGORA A LEI DOS CASADOS, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 04 jan.1939, p.3.

sendo que sua autorização total estaria definitivamente submetida ao nascimento do quinto filho.

A Lei estabelecia ainda uma espécie de proteção aos lares com o estímulo da prática da queixa policial por parte das mulheres que fossem abandonadas por seus maridos, instaurando assim a vigilância ao “mau pai”.

No interior desta polêmica é levantada mais uma vez a discussão da mulher no mercado de trabalho. Um jornal local veiculou a questão da volta da mulher ao lar, sugerindo seu afastamento para ser ocupado por homens maiores de 25 anos, pois só assim seria possível para os que optassem pelo celibato pagarem as taxas previstas no decreto. Desta forma, forjava-se uma argumentação legal para reforçar o discurso da degradação moral do lar provocada pela participação inadequada da mulher no mercado de trabalho.

“Homens validos atravancando as ruas, devido o desemprego. Moças ricas atrapalhando o serviço publico e levando a dissolução aos lares menos afortunados com o exemplo deplorável e o luxo excessivo. Alterada a mulher para o lar, como determinam cristãos preceitos, e compelindo homens economicamente capazes para manter uma prole, está o governo de parabéns, pois vai atender altas finalidades patrióticas.”⁵⁰

A defesa do decreto pelo vieis conservador pautava-se nas condições degradantes de homens desempregados e quiçá humilhados pela presença feminina em escritórios, lojas, repartições públicas e privadas. Imputar uma culpabilidade nas mulheres pelo desvio de conduta na sagrada vocação materna talvez tenha sido uma estratégia já desesperada de instituições na manutenção da ordem moral estabelecida. Na realidade,

⁵⁰ “IMPOSTO SOBRE OS CELIBATÁRIOS” (ADONAI DE MEDEIROS), *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 01 jan. 1939, p.1.

esperava-se um retorno do mito “mulher-sacrifício”, que suporta com ternura e docilidade a missão de mãe, esposa e doméstica.

Esta política de povoamento do Estado Novo levantava a questão da eugenia social. Pela imprensa⁵¹, alguns entusiastas da política nazista acenavam para a formação de uma “jornada etnológica” para a nação brasileira. Questionava-se se o Brasil teria material humano “apto” para esta empreitada. A resposta consistia, em síntese, numa devassa aos desclassificados sociais.

“É preciso eliminar, portanto, da tabela nupcial que estamos preparando, os degenerados de toda espécie, os doentes, os bêbados, os freudianos, os lombrosianos, os sádicos, os inúteis, os incapacitados, os imbecis, os escravos do tóxico, os patifes, todos aqueles, enfim, que venham onerar o país com a carga teratológica duma prole indesejável.”⁵²

As teses racistas impregnaram os discursos da época e quando se tratava das classes populares, seriam de reforço a critérios de exclusão, ajudando a selecionar os “maus” e os “bons” brasileiros. Povoar o Brasil neste momento era uma prioridade do Estado que não deixava de ver relacionada às várias formas de controle social marcada pela exclusão dos considerados inferiores do ponto de vista racial, também.

4.6 Construção Social e Moral do Delito

Na análise de inquéritos e processos judiciais têm-se a nítida noção de como era delimitada a imagem de uma cidade moralizada, através do que podemos chamar de construção social do delito. O uso do discurso moralizador tenderia a enquadrar as classes populares numa atmosfera circunstanciada de “agravantes sociais” que ofendiam os costumes

⁵¹ A LÁPIS: SOBRE O CASAMENTO, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 03 jan.1939, p.3.

⁵² *Idem*

locais. Este recurso era utilizado principalmente para diferenciar um ato cometido por gente mais influente dos desclassificados sociais, onde sempre eram inventados argumentos a fim de amenizar um deslize das pessoas que gozavam de maior status.

No emaranhado de contradições e argumentações jurídicas a fonte judicial é possível desvendar um processo de exclusão social. Muitas vezes é possível perceber o peso que as tradições exercem sobre o julgamento de casos rotineiros de violência praticados no cotidiano da cidade.

Maria Terêsa Araújo, 30 anos, analfabeta, dona de casa, casada com cabo do exército, é acusada de crime de ferimentos leves com o salto do próprio sapato em Ângela de Araújo Viana, 18 anos, “serviçal” em “casa de família”, quando esta foi vista em companhia do marido de Terêsa numa festa dançante no carnaval de 27 de fevereiro de 1938 no Clube Santa Terezinha no bairro do Arraial Moura Brasil.

No auto de declarações e principalmente no relatório do delegado do inquérito observa-se uma insistente tentativa de inocentar o ato violento de Maria Tereza. O quadro, grosso modo, se apresentou da seguinte forma: a agressora era casada, mãe de família e seu marido era estabilizado, empregado como cabo do exército brasileiro, portanto com todas as credenciais de bons antecedentes.

Em seu relatório, o Delegado evita falar em crime, tangenciando a agressão como “fato”, que a princípio, acena para uma conotação de menor gravidade ao caso, amenizando sutilmente a violência praticada. Em seguida, o raciocínio fica mais declaradamente tendencioso. Em primeiro lugar, surge um argumento científico para corroborar as conclusões da autoridade policial sobre as razões do ato praticado:

“Sabemos todos nós que a excitação externa levada à medula pelos nervos centripetos, após uma curta elaboração, reflúe com a realização defensiva.”⁵³

⁵³ Inquérito Policial instaurado em 28 fev.1938, p.78.

A defesa de que se fala não é um dado isolado ocasionado pelas motivações do sistema nervoso, certamente, onde se queria chegar era na proteção da integridade do casamento. Maria Tereza, apesar da “sapatada”, defendeu inconsciente da gravidade, a honra de sua família, por isso merecia indulgência nos critérios de julgamento, principalmente pelo fato da vítima tratar-se de uma “serviçal”, pobre e mulher “corruptora” de maridos. Este é o núcleo da tese do Delegado.

“A tendências de atração ou de repulsão, constituem motivos de consciência ou de descargas de repulsão, que por um ato inconsciente de sua vontade, supoz haver recebido uma ofensa à dignidade de uma mulher casada menosprezada no seu matrimônio.”⁵⁴

Enfim, em nome do casamento tudo é justificável. Mas é claro que isso não explica a complexidade dos fatos, é preciso considerar o lugar social que uma pobre e “desclassificada social” ocupava no enfileiramento dos argumentos fincados nas “sólidas” tradições da cidade. Além disso, a manipulação dos argumentos jurídicos tentam aproximar os vínculos(implícitos?) entre moral social e formação do ato delituoso.

Como desfecho desse caso temos algumas surpresas. Em primeiro lugar, a acusada não conseguiu absolvição e foi condenada a pena de três meses de prisão celular. Porém, esta pena sofreu o dispositivo da prescrição – extinção de direito, por não se ter exercido em tempo determinado – assim é sugerido que a desqualificação social da vítima, a posição ré – casada civilmente com um militar do exército – tenha sido utilizado no retardamento e posterior prescrição da pena. Tal suspeita se baseia na observação da data limite para prescrição, ou seja, depois de um ano a pena sem condenação sofrerá prescrição.

Em segundo lugar, logo após o período de um ano e um dia a parte da acusada entrou com a prescrição da ação. Como não houve nova contrapartida da promotoria a decisão do Procurado Geral do Estado confirmou o alíbe da prescrição.

⁵⁴ Idem, ibidem

Estas situações colocavam o “currículo” das classes populares numa espécie de desordem social, onde, se instalaria, por exemplo, uma vigilância e um controle sob os entretenimentos populares, momentos que envolviam descarga, paixões e desregramento, bem como uma perseguição à religiosidade popular, tida como supersticiosa, selvagem e socialmente “inadequada” às nossas tradições, como veremos no próximo capítulo. ⁵

CAPÍTULO 5

VIGILÂNCIA E REPRESSÃO: DIVERSÕES POPULARES E FESTAS RELIGIOSAS

5.1 Diversões populares

Foi a partir de algumas metáforas sobre a cidade de Fortaleza que nasceu meu interesse por pesquisar a cidade nos anos 30 e 40. Marciano Lopes¹, um memorialista local apresenta a cidade destes tempos como uma encantadora província, com ares aristocráticos, com pudores de donzela e tão francesa no seu acultramento, onde donzelas prendadas conversavam em francês e tocavam piano nos fins de tarde nas moradas senhoriais do centro. Descreve o requinte das famílias abastardas, os cafés que freqüentavam, as lojas de vitrinas de auto nível, o romantismo do passeio de bonde, as pomposas procissões católicas com dramaticidade teatral, uma verdadeira ópera ao ar livre dos rituais Medievais europeus. O autor destaca a influência de Hollywood no comportamento dos moradores imitando seus ídolos, Marlene Dietrich, Joan Crawford, Bette Davis, Rita Hayworth, Ida Lupino, Lizabeth Scott e muitos outros com penteados e modos de andar. Refere-se também à construção de suntuosos bangalôs em bairros bucólicos, réplica da mansão de Thara, do filme “E o Vento Levou”. Enfim, a cidade é percebida como uma grande festa que merecia ser bem curtida, idéia, aliás, que faz o autor se remeter à “política de boa vizinhança” criada pelo presidente norte-americano Roosevelt.

Esta cidade de lazer refinado perde o encantamento no momento em que se revisita, com outros olhos a cidade metafórica, do requinte e do esbanjamento, percebendo outras cidades no interior dela, onde pulsa uma experiência cultural dinâmica heterogênea e conflituosa.

¹ LOPES, Marciano. **A Fortaleza dos Anos 40**. Fortaleza: Tipoprogresso, 1986.

Como afirma Inês Garbuiu Peralta, o espaço, enquanto produção social pode ser traduzido, não apenas em uma, mas em várias linguagens, através de diferentes sistemas de códigos e signos.²

Os condutores do Estado Novo em Fortaleza tinham em mente a idéia de que o controle social deveria ser exercido cirurgicamente, na “fonte” do ato desintegrador. As delegacias instauraram inquéritos, o judiciário se debruçava sobre processos e os jornais acompanharam e julgaram determinados tipos de diversão que não se coadunavam com as tradições e costumes desta cidade “harmoniosa”. Esta prática ganha outros contornos quando se trata do lazer dos pobres, pois suas diversões fortemente praticadas na rua tornaram-se alvos privilegiados do controle dos costumes populares. Alguns casos podem ilustrar a tentativa de normatização de determinados tipos de sociabilidade, principalmente na utilização do que se entende por espaço da rua³.

“Os moradores da rua Tristão Gonçalves, trecho Castro e Silva – Senador Alencar, queixam-se dos desenfreados jogos de pião nos passeios daquela via pública.

Pela manhã e à tarde as famílias ali não tem sossego.

A meninada, solta e vadia, criada na rua, inicia o detestável passatempo em meio enorme algazarra, às vezes degenerado em brigas e descomposturas.

Seria conveniente destacar-se um guarda para pôr termo a esse abuso.”⁴

De fato, esta não era a imagem forjada pelo Estado em relação à formação de “bons” e “saudáveis” entretenimentos. Constantemente, as fontes apontam significados mais idílicos em relação ao lazer, algo mais próximo do lado “puro” do amor, uma imagem sagrada

² PERALTA, Inez Garbuiu. História...op.cit. p. 30

³ Algumas considerações sobre a rua serão remetidas às reflexões de MATTA, Roberto da. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

⁴ COM VISTAS ÀS AUTORIDADES POLICIAIS, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 23 nov. 1937, p.2.

das brincadeiras, que canaliza as energias sempre em função de uma pátria formada por características “positivas” da inocência.

“Vistos principalmente na qualidade de adultos em formação e, portanto, numa projeção futura, crianças e adolescentes não devem ficar expostos às influências do meio pernicioso das ruas, à deriva pela cidade, mas devem ser resgatados do mundo da marginalidade social, recuperados, transformados em elementos socialmente sadios, produtivos.”⁵

A rua é percebida como o domínio dos estranhos, do passatempo desgovernado, sem delimitação da ordem. Este tipo de lazer é perseguido por causa de seu caráter espontâneo, visto como ameaça/perigo à ordem constituída.

“Como um rio, a rua se move sempre num fluxo de pessoas indiferenciadas e desconhecidas que nós chamamos de ‘povo’ e de ‘massa’. As palavras são reveladoras. Em casa, temos as ‘pessoas’, e todos lá são ‘gente’. Mas na rua temos apenas grupos desarticulados de indivíduos – ‘a massa’ humana que povoa as nossas cidades e que remete sempre à exploração e a uma concepção de cidadania e de trabalho que é nitidamente negativa”.⁶

O futebol nas ruas era atacado de forma mais intensa. Acusada de estar embriagada pela copa do mundo, a prática do futebol nas ruas estaria com os dias contados segundo o comissário Walmir Silva, responsável pelo policiamento na Praça do Ferreira, que procurou implementar uma solução mais rigorosa, ou seja, as conhecidas ameaças de prisões.⁷

⁵ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. “Meninos e Meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha”. IN: *Revista Brasileira de História* : São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, v.19, n°37, p.94, 1999.

⁶ MATA, Roberto da. *O que...op.cit.* p. 29.

⁷ CAMPANHA CONTRA OS MAUS COSTUMES, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 13 dez.1941, p.6.

Na secção de Costumes e Jogos da Delegacia de Investigações e Capturas há um registro do movimento das atividades que envolviam as diversões de populares no período entre 1937-1940:

Ano	1937	1938	1939	1940
Bolas, patins e outros objetos apreendidos em poder de menores vadios	57	68	97	93

Fonte: Delegacia de Investigações e Capturas, Secretaria de Polícia e Segurança Pública do Estado do Ceará, 1941.

A solução para a defesa das “casas de família”⁸ está associada à intervenção policial, não há contornos que possam ser estabelecidos, somente o peso da autoridade pode inibir as descomposturas. As matérias jornalísticas não solicitaram outra medida a não ser a presença da polícia. Até no caso de brincadeiras mais infantis como o peão a recorrência ao aparato policial era indispensável. Esta é uma perspectiva da rua enquanto espaço do medo:

“A identidade perversa da rua é construída, assim, a partir de identidades múltiplas, de personagens que parecem estar à espreita em cada esquina, que povoam, enfim, as crônicas e as estatísticas policiais da cidade.”⁹

Tal temor incluía, é claro, as formas despojadas que os populares praticavam nas diversões:

“Indivíduos moradores à rua Gonçalves Lêdo, imediações da Vila Monteiro, tiveram por bem promover, agora, umas noitadas de fandango.”*

Para dar maior animação à brincadeira, saem a soltar foguetões a tordo e a direito, incomodando, assim, as

⁸ Os valores que recobrem uma tradicional casa de família brasileira são a honra e a vergonha. Dessa forma, esses locais carregam um sentido coletivo, atuam como uma personalidade coletiva bem definida, algo que age unitária e corporativamente, daí o alto sentido de defesa e proteção das fronteiras da casa. Cf. MATTA, Roberto da. p.24.

⁹ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. *Meninos...* op.cit. p.88.

* Auto ou diversão popular, relacionado com as lutas entre cristãos e mouros. IN: GIRÃO, Raimundo. *Vocabulário...* op.cit. p. 204.

familias ali residentes, muitas das quais com crianças recém-nascidas.

Pais de família, que ali moram vieram nos pedir chamássemos as vistas das autoridades policiais para esta justa reclamação”¹⁰.

Analisar o significado do lazer é importante para entender a desqualificação das formas de diversão que não se enquadram com a noção de tempo útil da sociedade do trabalho - a vadiagem -, articulada a uma concepção de cultura relacionada à cultura culta. Para o imaginário conservador a cidade harmoniosa é a que apresenta o lazer como forma de conservação dos “bons” costumes, que geralmente estão associados a regras de conduta estabelecidas por uma sociedade que se organiza sob a égide da ordem.

Esta perspectiva induz a se fazer uma leitura negativa dos entretenimentos populares. Como bem mostra Magnani,

“Descobrir festas, lendas, folguedos e objetos de antigo uso; descrever e registrar a indumentária, os gestos e instrumentos que os acompanham; preservar sua “autenticidade” e denunciar as contaminações a que estão sujeitos – eis a tarefa daqueles pesquisadores para os quais toda mudança é vista como deturpação de uma forma já fixada em sua pureza original e considerada como elemento de desagregação. Apresentam-se como defensores de uma cultura popular, mas paradoxalmente são os que mais passam atestados de óbito a essa mesma cultura, por recusar-se a assimilar suas transformações. A mudança de uma vestimenta, a substituição de um instrumento ou a adaptação de um antigo costume são vistos como sintomas da progressiva diluição das tradições populares. É, pois, uma visão estática e “museológica”, que

¹⁰ COM VISTAS À POLÍCIA, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 25 nov. 1937. p.2.

encerra a cultura como um acervo de produtos acabados e cristalizados, alheios às mudanças das condições de vida de seus portadores.”¹¹

A vigilância sobre o divertimento obedece à lógica da integração social. O divertimento que se constitui à margem das tradições de cidade “pacata” pode significar diluição do pacto da ordem. No instante em que pessoas se juntam para extravasar as dificuldades da vida e celebrar o prazer, se instaura um “perigo”: a construção de novas sociabilidades como quebra de uma tradição congelada no tempo e no espaço.

“O indivíduo socialmente desinserido escapa à influência de outrem e perde facilmente o sentido da medida.”¹²

É justamente nestas implicações políticas que as diversões populares podem ser representadas como incômodo aos projetos do Estado Novo em Fortaleza.

Na leitura dos inquéritos e processos judiciais estas questões também são levantadas. Nos autos de declaração que formalizam as falas de testemunhas, observam-se alusões ao lazer popular como um “problema”. Festas organizadas em bairros pobres tinham uma licença previamente estabelecida pela polícia de costumes, a presença policial nestes casos era ostensiva.

No bairro Arraial Moura Brasil inúmeras ocorrências resultavam em inquéritos. As festas aqui eram freqüentes, fazendo com que houvesse uma insistente “visita” das autoridades repressivas. No caso já citado anteriormente em que uma mulher agrediu a outra por motivos de ciúme podemos aproveitá-lo também para analisar outros aspectos aqui pertinentes ao assunto. Entre outras questões, verifica-se um determinado perfil de como estes eventos em clubes

¹¹ MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco: Cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Hucitec/ UNESP, 1998. p.26.

¹² CUSSON, Maurice. Desvio. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p.433.

populares eram tratados. No depoimento do inspetor da guarda cívica de Fortaleza, encarregado de fiscalizar a festa e intermediar o conflito, observa-se o seguinte esclarecimento:

*“.....que pouco depois convidou a Dudu, para irem até a sede do Clube Santa Terezinha, onde estava realizando uma festa dançante, devidamente licenciada; que em ali chegando subiu a fim de fiscalizar a mesma e como tudo corresse em ordem, dizzera afim de fazer a fiscalização nas imediações”.*¹³

Bem vigiados¹⁴, estes entretenimentos tinham geralmente, a presença “onipotente” de policiais, que se arvoravam em autoridades “intocáveis” e impunham um clima de ameaças, inclusive sob a condição de tirar proveito do uso indiscriminado de armas e todo abuso de poder. No caso citado acima o depoimento de Ângela de Araújo Viana, vítima da violência, afirma que o cabo do exército Raimundo Manoel da Silva usou a ameaça bélica para intimidá-la e a qualquer um que lhe flertasse. Depois de ter chamado, sem sucesso, Ângela, três vezes para dançar, o cabo retrucou-lhe:

*“então você não dançará mais com pessoa alguma e se dançar eu lhe atiro...dizzera-lhe que não se afastasse dali, pois se assim o fizesse mataria a depoente e o ‘macho’ que acompanhasse; que depois Manoel pediu o seu quepi, a um rapaz, e saiu arrastando a declarante por um braço.”*¹⁵

Acima de tudo, estes bairros e suas festas eram vistos como inóspitos, que necessitavam da regulação moral. A Igreja Católica trabalhava nessa direção a partir de campanhas moralizantes, mas a cultura popular, por sua vez, também já se apropriara de situações de lazer, enquanto um elemento de descarga das agruras da vida. E.P. Thompson chama este fenômeno de capital emocional, um momento importante para reforçar o direito à desordem, ao descontrole.

¹³ Inquérito Policial instaurado em 28 fev.1938.

¹⁴ Na maioria das vezes estas festas eram autorizadas através de licenças expedidas pela polícia. Ver Idem p. 23.

¹⁵ Idem, p.9.

“Significativamente, era para estas ocasiões que os homens e as mulheres viviam. E se a Igreja tinha uma participação pouco significativa na organização dessas festas, é porque deixara bastante de se envolver com o calendário emocional dos pobres”.¹⁶

Outro caso interessante é quando se tenta justificar controle e repressão como corretivo de costumes desordeiros. Um inquérito instaurado pela Secretaria de Polícia e Segurança Pública tenta apurar agressões de oficiais da corporação a civis. O ambiente se desenrola numa festa no Bairro Açude João Lopes. O indivíduo agredido fisicamente, um chauffeur apelidado por Galalau, é posto para fora do recinto festivo realizado na casa do Sr. Manduca, homem de boas relações com a polícia. Em um dos autos de declaração do inquérito, pronuncia-se o capitão Abelardo Rodrigues:

*“....que quando se aproximava do local donde partia os gritos, o tal chauffeur já vinha em discussão com um filho do dono da casa; que o chauffeur Galalau saiu da casa aos empurrões por muitas pessoas que ali estavam presentes, que no fim de toda luta ou questão foi que o declarante veio a saber que Galalau tinha dito que ia embora da casa, porque ali era uma festa de capitães frouchos e escrotos; que tem a dizer, que a festinhanão era um forró como se costuma dizer, mas sim um meio onde se faz representar varias pessoas de destaque
....”¹⁷*

O resto do inquérito se pauta por uma continuada argumentação dos declarantes reforçando a distinção do que seria uma festa de gente representativa e um simples forró. No relatório do inquérito fica clara a intenção de enquadrar “Galalau” como um desordeiro, um

¹⁶ THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum: estudos sobre Cultura Popular Tradicional** . São Paulo: Cia das Letras, 1998. p.52.

¹⁷ Inquéritoop. cit.

indivíduo sem “vestes alinhadas”, onde sua presença incomodara ao capitão Abelardo, um dos ilustres convidados da festa:

“O cap. Abelardo, parece-me, não gostando do tal individuo ou não querendo com o mesmo se hobrear, convida ao tenente Assis a saírem, entrando, em seguida, num quarto da casa em apreço...”¹⁸

Embora já resolvida a contenda, os policiais resolveram prender o “intruso”.

Cabe reforçar que a parceria entre Estado, polícia e Igreja Católica em Fortaleza era, neste aspecto, de fundamental importância. É inegável a vigilância exercida pelas instituições católicas, com o apoio de intelectuais, educadores e lideranças operárias no papel de convencimento e controle da ordem instituída. Instituições de ensino, imprensa escrita e entidades operárias católicas tentavam moldar o comportamento social. Já ao Estado cabia a tarefa de reprimir através da intervenção policial. Muitas das solicitações feitas na imprensa eram atendidas de forma enérgica e rápida. Sem dúvida, o enquadramento da categoria de “desordeiros” encontrava maior identificação nos hábitos da população mais pobre da cidade.

O tratamento dado às festas populares no Brasil nem sempre seguiu uma linha intolerante. Estudos apontam que durante o período da Monarquia se observa uma convivência das práticas culturais dos negros com a cultura branca, principalmente nos espetáculos oferecidos pelas procissões, onde o profano e o sagrado interagiam. Tanto a descida de santos dos altares como o bater dos tambores eram estimulados pelo poder no sentido de prevenir calamidades, afastar epidemias. Na verdade estas cenas sugerem uma proteção das autoridades com a profanação destas festas, tais como o Rancho das Baianas à frente da Quaresma e do Santíssimo Sacramento.¹⁹

¹⁸ Idem

¹⁹ SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **O Lazer, a contraface do dever: As Linguagens do poder na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República.** Tese de Doutorado defendida na FFLCH da USP, orientada pela Profª Drª Vera Lúcia Amaral Ferlini, 1995(exemplar xerografado), p.244-245.

O que define a tolerância Monárquica é o perfil aristocrático de suas relações sociais, onde a sociedade escravista marcava uma posição de “aproximação” teatral do senhor aos homens e mulheres comuns. O momento das festas se constituía numa concessão dos aristocratas para que os escravos despejassem as agruras do trabalho. Deve-se considerar neste contexto que o trabalho era atividade inferior, marca de castigo e o ócio era símbolo de fidalguia. O tempo livre era sinônimo de superioridade, pressupunha reconhecimento social, no qual era comum fazer demonstrações de prestígio através do mundo fantástico das festas.

Entretanto esta frouxidão monárquica não significava abstenção ao combate das desordens sociais. Meeiros, feitores e demais homens livres e miseráveis eram tratados na condição de marginal, desviante jurídico e econômico.²⁰ O tão alardeado ócio era prerrogativa de poucos, já que não era intenção da aristocracia socializar a ociosidade.

Foi no período do pós-primeira guerra mundial que o lazer passou a ser discutido como um prolongamento do cotidiano da vida do operário. O interessante processo que se estabelece é a recusa da preguiça como um direito, agora ela seria um dever, algo em que os especialistas iriam se empenhar para criar técnicas de “melhor” aproveitamento do tempo livre. A rotina dos trabalhadores passaria por um controle técnico e educativo e o lazer seria controlado.

“O lazer seria, portanto, a preguiça institucionalizada, fetichizada e convertida em mercadoria. Associado a tirania do trabalho, começava a se construir uma tirania do lazer.”²¹

A articulação entre trabalho, dever e civilização foi introduzido, principalmente, no período da instalação da ordem republicana no Brasil. Foi neste momento que os republicanos procuram desescravizar o conceito de trabalho e transformá-lo em sinônimo de dignidade, numa tentativa de docilização dos trabalhadores. Neste sentido, o lazer apresentou-se como atividade complementar ao trabalho, como aprimoramento pessoal e social, recomendada como atividade obrigatória para a moralização dos comportamentos, enfim, o

²⁰ Idem, p. 203.

²¹ Idem, p. 191.

lazer além de cumprir sua função capitalista ligada ao consumo, seria também um mecanismo de controle social para o enquadramento do ócio na ordem pública.

Ao longo dos anos republicanos, e nos mais diversos contextos do capitalismo, o discurso da ordem procurou definir os espaços do lazer como instância do lícito, do legal e separá-lo das diversões públicas. Este percurso sugeriu o uso do discurso do Direito para legitimar as intervenções nas práticas consideradas como delituosa e criminosa. Disto surgiu uma trajetória de organização de fiscalização, licença e avaliação técnica dos entretenimentos comuns, implantando-se severas restrições ao seu funcionamento. Nos dispositivos sobre o lazer, nota-se a interferência do saber e do poder da polícia, de arquitetos e reformadores urbanos. Estes controlavam os espaços e a polícia, as ações ocorridas neles.

Durante o Estado Novo as diversões populares foram enquadradas num conceito de lazer institucionalizado, cabendo ao Estado o papel de construir uma imagem “saudável” das diversões, procurando eliminar a noção de espaço desregrado.

O carnaval era alvo de especial atuação. A partir do período republicano o carnaval como mascaradas populares passou a ser regulamentado.²² Assim, o carnaval popular passou a ser visto como uma anti-festa, pois exortava a loucura, perpetuava a crítica social, invadia as ruas com sarcasmo, enfim era povoada por gente da “raia miúda”.

No Estado Novo, segundo Cláudia Schemes, a imagem do “povo alegre” e da “sociedade feliz” era induzida pelos órgãos oficiais em grandes festas cívicas, que não dispensavam a participação obrigatória de escolas particulares e públicas, Forças Armadas, Corpo de Bombeiro, Polícia Militar e Especial, bandas, corais, grupos de dança, grupos de teatro, escoteiros e sindicatos. Há uma liberação das emoções nestas festas, onde o clima de

²² As práticas populares durante o carnaval veiculavam imagens distorcidas, de inversões e contestações. No Rio de Janeiro há um processo de regeneração do carnaval através de editais governamentais modificando a data da festa em nome da prevenção contra as epidemias, bem como estabeleceu-se ameaças e multas aos infratores que praticassem o entrudo, a guerra de objetos contendo fezes e outras similitudes, procurava-se reinventar o carnaval com a batalha das flores pela Prefeitura, reforçando seu caráter educacional e abrindo espaço para “gente nobre”, de festas “chic”, ancoradas na visão europeia de lazer. Ver SILVA, Marilene Rosa Nogueira. *op.cit.*

entusiasmo, cordialidade e afetividade simbolizava a possibilidade de realização da “sociedade feliz”.²³

Em Fortaleza, a Delegacia de Ordem Política e Social estabelecia restrições ao registro dos blocos canarvaescos. Todas as agremiações eram obrigadas a vincular-se aos imperativos legais do Serviço de Censura do Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda através do uso da licença, elemento burocrático que imprimia legalidade política e ideológica ao evento solicitado. No triênio de 1938-40 foi realizado um demonstrativo do recém Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda sobre os blocos carnavalescos:

Registro de Blocos Carnavalescos

Movimento	1938	1939	1940	Total
Blocos carnavalescos registrados e censurados	2	19	22	43

Fonte: Relatório Apresentado ao Sr. Interventor Federal pelo Cap. Manuel Cordeiro Neto, Secretário de Polícia e Segurança Pública, no período de 27 de Maio de 1935 a 27 de Janeiro de 1941. Imprensa Oficial: Fortaleza-Ce, 1941, p.11.

A licença era uma forma de poder, que estabelecia as regras do divertimento. O Estado preocupava-se fundamentalmente em canalizar a festa popular como reverência ao regime, impondo uma política de vigilância e integração dos trabalhadores ao Presidente. Estas licenças, além de regulamentar, eram dispositivos mobilizadores de adesão permanente aos interesses do Estado. A D.O.P.S exigia diagnóstico detalhado das atividades das agremiações carnavalescas, levantando informações sobre a denominação do bloco, sede, endereço, número e nome dos respectivos componentes, declaração dos cargos na diretoria, dia e hora das reuniões ou ensaios, uma exposição completa dos seus programas, em que deveria constar a letra de todas as canções, descrição dos trajes e danças a serem executadas,

²³ SCHEMES, Cláudia. *As Festas Cívicas e esportivas no populismo. Um estudo comparado dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955)*. São Paulo, USP, 1995, Dissertação de Mestrado.

desenho colorido do estandarte, idade e sexo de todos membros. Sem estes dados o bloco, cordão, maracatu, clube ou qualquer organização carnavalesca estaria proibida de funcionar.²⁴

Estabelecia-se rigorosa campanha contra as marchinhas ou sambas veiculadas nas rádios e executadas nas festas populares. A música, foi, para o regime, uma forma de forjar uma linguagem educativa, capaz de delimitar o perfil de um Brasil que crescia com o sacrifício, trabalho e alegria de nosso povo. Tratou-se o quanto antes de eliminar nas letras das canções as “orgias” e o aspecto da malandragem do tipo brasileiro pobre.

“O DIP obrigou, através de sua secção de censura das musicas populares, subordinada á Divisão de Rádio, os compositores de Sambas e marchas a se despedirem da ‘orgia’ e a se reconciliarem com o “batente”. Nada de glorificar a ociosidade, ou melhor dito, a malandragem. Dai já terem aparecido algumas composições francamente otimistas, com respeito ao trabalho, que é um dever social e não pode, por isso mesmo, sofrer a contra propaganda do samba. Em ‘Bonde de São Januário, já há esta estrofe:

*‘O bonde de São Januário
Leva mais um operário
Sou eu que vou trabalhar’”²⁵*

O trabalho e o lazer foram pensados no Estado Novo como temáticas intimamente relacionadas, o que as articulava era o dever, a ordem pública. A população era motivada a comemorar o trabalho, característica essencial da nova cidadania.

As medidas de censura sobre os sambas seguiam, em tese, uma lógica branda. O regime não queria eliminar o samba, mas dar-lhe uma alma conciliadora, o rigor com as letras

²⁴ EXIGÊNCIAS PARA BRINCAR O CARNAVAL DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL E DO DEPARTAMENTO DE CULTURA, DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 17 jan. 1940, p.6.

²⁵ ADEUS Á ORGIA! *Unitário*, Fortaleza, 16 fev. 1941, p.5.

chegou a ser entendido como uma maneira de aperfeiçoar a inspiração do sambista; falava-se de uma essência pitoresca presente nos sambas. As “boas intenções” da censura eram garantir o “feito agreste” destas canções, que dispensavam um pluralismo rigoroso de linguagem, um gramaticalismo tirano. Como exemplo de generosidade do regime foi apontado o caso do uso indiscriminado do verbo “desmilinguir”, encarado oficialmente como uma das melhores contribuições dos morros para a linguagem pitoresca da cidade. A censura se apropria deste verbo dando-lhe um sentido “delicioso”, afastando de seu significado qualquer possibilidade de desordem.²⁶

Outro exemplo de reapropriação “positiva” da censura sob as letras foi o caso singular de “Poleiro de Pato”. A trajetória desta música serve como prova do trabalho dos censores em moldar opiniões. Inicialmente esta canção intitulava-se “Vida de Pobre”, que foi apresentada à censura com a seguinte composição:

*“Ai, ai, ai,
A vida de do pobre é penar.
Ai, ai, ai
A vida do rico é gozar*

*Palitó de casemira,
Calça de brim remendada,
Suspensório de uma tira.
Meia de seda furada
Todo pobre que se bote
Para ser rico e não consegue
Vai pedindo a Deus que o mate
E ao diabo que carregue*

*Quem me dera que eu tivesse
Um bungalow á beira-mar*

²⁶ Idem

*O meu bem talvez quizesse
 Ir prá lá também morar
 Isto é sonho e nada mais
 É melhor eu acordar
 Pobre não tem namorada
 Nem direito de sonhar... ”²⁷*

De imediato a letra foi criticada pelo tom “derrotista”, pelo ceticismo, suas nuances subversivas. Entretanto, a censura aproveitou a melodia para dar-lhe uma nova roupagem, inclusive substituindo o título original para o já citado “Poleiro de Pato”:

*“ Ai,ai,ai,
 O galo é que esta com a razão.
 Ai,ai,ai
 Poleiro de pato é no chão*

*Mestre pato fez poleiro
 No coqueiro do quintal.
 Mas o rei do galinheiro
 Achou isso natural*

*Pois diz ele que o terreiro
 É pro galo vadiar.
 Pato se quizer poleiro.
 Peça a pata pra arranjar ”.²⁸*

A segunda composição é considerada mais carnavalesca, portanto integrada à felicidade “pitoresca” do povo pobre do Brasil. Este caso permite dizer que as formas de controle sobre as diversões populares não seguiam uma linha ostensiva e inteiramente

²⁷ O autor desta música é o pugilista Rubens Soares, autor de alguns sucessos carnavalescos tais como “Por que bebes tanto assim, rapaz”? Idem.

²⁸ Idem

repressiva; era necessário considerar o complexo sentimento de carnalidade das classes populares, de tudo “desmilinguir” em ironia, inversão, comicidade, algo já percebido nas realidades cariocas durante a instalação republicana, na configuração do comportamento dos bilontras²⁹. Neste sentido, a função do Estado Novo era conduzir os temas no caminho da docilidade política, procurando na música uma forma de “elevação” e entusiasmo espiritual, afastando qualquer concessão aos instintos “grosseiros”, sem polidez de comportamento, enfim, fazendo uma releitura das contradições sociais do país.

A regeneração das diversões dos pobres passava por uma idéia de conforto, alimentada por uma utopia do mundo burguês europeu e norte americano, onde viver confortavelmente pressupunha higienizar os espaços e os gestos. No centro da cidade de Fortaleza reinava um número considerável de estabelecimentos de diversão “sem classe”. Este dado além de constrangedor para as elites, era vergonhoso para os fóruns “adiantados” que a cidade apresentava. Neste sentido, era comum diagnosticar cirurgicamente estes locais através das “roupas sujas dos garçons, o péssimo estado de conservação das louças, a ambiência geral “festejada” pelas moscas na ‘orgia’ de sujeiras inqualificáveis”³⁰ e realizar comparações com ícones de diversão civilizada nas capitais do mundo ocidental.

O discurso higienista empurrava a diversão popular para a ilegalidade, impondo costumes submetidos aos rigores da moral burguesa, aos trâmites judiciais e à repressão policial. Propunha-se uma intervenção pública no sentido de apoiar financeiramente as casas de “alta classe”:

“...já era tempo,...de se procurar melhorar as condições de Fortaleza em relação a tal problema, o que, certamente, não levaria os cofres municipais ou estaduais a uma catástrofe de proporções...”³¹

²⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Cia das Letras, 1983.

³⁰ TÓPICOS: OS CAFÉS DA CIDADE, **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 13 jul. 1940, p.3.

³¹ Idem

Marlene Rosa Nogueira refere-se à cartografia do lazer³² na cidade do Rio de Janeiro considerando ser possível pensar no estabelecimento de modelos de lazer que poderiam ser consumidos. As intervenções urbanas no espaço do centro carioca provocam uma transformação rápida e traumática para as classes populares. Já em Fortaleza constata-se uma diluição dos divertimentos populares no meio das artérias principais da cidade, em locais reservados a passeios familiares e praças públicas. Certamente que essa aproximação exigiu da imprensa, das autoridades policiais e demais instituições uma vigilância sobre seresteiros, salões de “arrasta-pés”, criando uma atmosfera sempre ameaçadora para o roteiro de lazer “civilizado” das classes abastardas.

É possível afirmar que mesmo com todo este “cerco” às diversões populares, as autoridades fortalezenses utilizaram procedimentos multiformes no estabelecimento de condutas, neste caso, a ordem estabelecida e os costumes populares conviveram num processo de constante reinvenção cultural de forma a ajustar os interesses das duas partes em conflito.

5.2 Festas Religiosas

As tradições católicas influenciaram na condução política do Estado em Fortaleza. Cabe lembrar que o interventor Menezes Pimentel era um homem de inteira vinculação com os católicos, sua chegada ao poder se deve ao empenho e manobra de deputados da ala católica cearense que militavam na política nacional e que respaldaram o nome de Menezes junto ao Palácio do Catete. Além disso, o jornal **O Nordeste** pertencia a Arquidiocese de Fortaleza, cuja tiragem permitia aos católicos se gabarem de ser o periódico mais lido no Estado. Muitas campanhas, denúncias e reportagens feitas pelo periódico foram solicitadas e atendidas pelos órgãos repressores, o que demonstrava sua força política na cidade.

³² Inspirado no trabalho de Fexix Gatari e Suely Rolnik. **Micropolítica-Cartografia do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986. In: SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **“O Lazer...”** op.cit. capítulo III, item 3.5. A autora comenta que ocorreu um verdadeiro espetáculo de investimentos na demolição do Rio de Janeiro em tempo recorde, com 800 operários no trabalho diuturno, com um entulho medindo cerca de 1500 metros cúbicos por dia. Construía-se a Avenida Central, representante da simulação republicana da modernidade, que em breve espaço de tempo estruturaria uma nova mercadoria: a diversão em níveis variados. Enfim, a Avenida era o caminho da Civilização. Ver. p.283-284,288-289.

Preocupada com os costumes, a Igreja estabeleceu no aspecto religioso, uma tensa relação com outras crenças, principalmente aquelas que envolviam rituais indígenas e afro-brasileiros. A prática do “catimbó”*, por exemplo, se apresentava como uma discrepância à hegemonia dos católicos, uma frouxidão nas relações sociais, cuja consequência se transfigurava numa articulada vigilância do cotidiano das classes populares.

Vistos como reféns de sua própria “supertição”, os pobres eram avaliados como insanos e essencialmente desprovidos de regulação, de uma catequese, daí resultando um discurso que desqualificaria outras crenças pelo argumento do fetiche. Acompanhando o leque de intolerâncias temos alguns casos nesta linha de abordagem sobre a religiosidade popular:

*“Andava ontem, cerca da 1 hora, promovendo grande algazarra no bairro Otavio Bonfim, um grupo de beberrões, entre os quais até meninos. Vinham vindos de um Congo e ainda traziam as roupas enfeitadas, caras pintadas, espelhos nos chapéus, espadins e quanta **burudanga** há que faz parte daquele espetáculo fetichista.*

...

Todo esse escarceu se acabou quando apareceu a policia, isto é, um policial: o guarda civico de n. 133. Na ocasião mesma em que os arruaceiros acabavam de se prover de mais aguardente, o mantenedor da ordem abocou o primeiro que saia da mercearia e lhe deu ordem de prisão. Os outros beberrões protestaram. O guarda, porem, foi enérgico

* Feitiçaria, despacho, baixo espiritismo. IN: GIRÃO, Raimundo. *Vocabulário.....op.cit.* p. 137. Já Alvarenga define o catimbó como “um culto religioso popular, de formação nacional, freqüente no Nordeste e Norte brasileiros. Com a Pagelança (Amazônica, Maranhão e Norte do Piauí) e o Candomblé-de-Caboclo (Bahia), o Catimbó forma um grupo de religiões populares intimamente aparentadas, em que se fundem elementos tomados à feitiçaria afro-brasileira, ao catolicismo, ao espiritismo e principalmente, as reminiscências de costumes ameríndios, que constituem a sua parte principal.” Cf. ALVARENGA, Oneyda Apud CARLINI, Álvaro. *Cachimbo e Maracá: o Catimbó da Missão (1938)*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, Acervo Histórico Discoteca Oneyda Alvarenga, Centenário de Nascimento de Mário de Andrade, 1993, p.57.

com eles e todos, sem mais delongas, foram cambiados à delegacia do 1º distrito.

...

Foram apreendidas três espadas, bastante grandes e luzidias, o estandarte, vários cacetes e todas as fantasias, que eram de variadas côres e enfeites. Essas fantasias, feitas com um chitão muito grosso e em forma de macacão, eram completadas com gorros, espelhos e espadas como é do ritual dos congos. O boi, feito de madeira e coberto de chitão, chegou à Delegacia aos pedaços, mas assim mesmo vai para o fogo se é que já não foi.

Ontem pela manhã, quando estivemos na repartição policial do 1º distrito, ainda encontramos metidos nos xadrezes, os perturbadores da ordem, nos seus trajos cabalísticos. Um deles, o José Xavier da Silva, era o mais pandego... esteve nos explicando que a brincadeira do dia anterior não tivera nada de mal. Fôra, mesmo, coisa de religião, em que a policia não devia ter intervindo. Nesse ponto, vale a pena reproduzir, aqui, as palavrinhas ditas pelo José Xavier:

- “ Tomara que o ‘Rei das Campinas castigue aos nossos malfeitores’”

Os malfeitores eram, nem mais nem menos, do que os homens da policia, e o “Rei das Campinas” era a divindade deles.

...

Os meliantes foram soltos ontem ao meio dia.”³³

A descrição do flagrante, mais que detalhada, denota preconceitos culturais. Primeiro, a roupa utilizada pelas pessoas não passava de “burundangas”, uma mistura de

³³ CONGOS, BOI, MACUMBA E DESORDEM. O REI DOS CAMPINAS OS VINGARÁ. *O Estado*, Fortaleza, 24 dez. 1937. p.4.

coisas imprestáveis e repugnantes. Em segundo, o ato é representado como fetichista, numa tentativa de desqualificar a religiosidade popular, considerando-a subserviente e ilusória. Cabe frisar que a estigmatização é um dispositivo importante para o exercício do controle social.

Os movimentos e os gestos eram vistos como atos “selvagens”, carentes de sensatez, ignorantes, sem noção de limites e o que é pior, malignos e macabros. Esta idéia rotula a religião como prática de “arruaceiro”. Tal associação permite o enquadramento da maioria das práticas religiosas populares como atos que merecem a ação repressora da polícia. Assim, é possível percebermos o esforço da repressão para enquadrar os praticantes nas normas estabelecidas pelo poder.

A prisão dos praticantes é tida como exemplar e indiscutivelmente justa. O boi de madeira, mesmo aos pedaços, foi saudosamente condenado à fogueira, numa tentativa de demonstração simbólica da punição pela destruição da memória da cultura popular. Os fragmentos do boi podem ser vistos, metaforicamente, como as ruínas, os escombros de um grupo “supersticioso” e “frívolo”, sem raízes na formação católica.

Na documentação judiciária também se percebe que na prática policial há um tratamento desrespeitoso em relação à religiosidade popular. Além de reprimir, a polícia se comporta como indiferente ao universo simbólico dos rituais, por isso é importante estar atento para os filtros lingüísticos, culturais e burocráticos que constituem um inquérito ou processo.

“Em função disso, é necessário para o historiador trabalhar com o descompasso entre as crenças dos Delegados e Juizes e as dos acusados e indiciados, o que faz vir à tona uma série de informações importantes, uma vez que a obrigação de fazer

com que o depoente fale, faz com que tudo (ou quase tudo) que é falado fique registrado.”³⁴

Em um inquérito administrativo que apurou contravenções policiais de um inspetor, observa-se a construção de uma teia de fatos esclarecedores de como a polícia tentava desconstruir a memória da cultura popular. O referido inspetor é acusado de se apossar de objetos roubados por “gatunos”. Ao longo de suas 49 folhas, o inquérito traz a questão da ação policial em os ambientes pobres. A questão da intervenção na religiosidade popular é verificada no relatório do inquérito, onde o escrivão conclui que o inspetor acusado - Artur Bezerra Neto - já fora flagrado por furto:

*“ Ao tempo em que Artur ainda dirigia serviços na secção de investigações , de uma gaveta da mēsa de seu trabalho, foram retiradas algumas garrafas de cerveja pertencentes à uma porção de bebidas apreendidas no Pirambú, numa casa onde realizava secção de catimbó. ”*³⁵

Os cuidados com rituais afro-brasileiros reforçam a vontade católica branca e ocidental de estabelecer uma força consensual. Em Fortaleza, a tendência foi de um combate a estes rituais nos bairros periféricos e distantes do raio de ação do poder religioso oficial. Esta questão demonstra que os costumes populares sofreriam um tratamento de conotação delituosa, ao estilo de um Estado controlador dos costumes sociais. Aqui, a lei prescrevia o costume, afinando um certo discurso jurídico punitivo sobre aquilo que se considerava como abusivo às tradições cearences. A partir desse tipo de constatação é possível indagar em que medida esta faceta do controle social conseguiu penetrar na vida cotidiana das classes populares que se identificavam com tais crenças e as praticavam.

O combate às chamadas credices ou superstições populares reforçava a visão que se tinha dos pobres como uma população ingênua e escravizada por “exploradores da boa fé”.

³⁴ CARVALHO, Antonio Carlos Duarte de. “Conflitos Entre um Médiun e a Justiça (1930-1940): Discussão sobre as Possibilidades da Utilização do Documento Judiciário na Pesquisa Histórica”. In: **Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História (Universidade Estadual Paulista), Assis, SP-Brasil, 1993, p.35.**

³⁵ Inquérito Policial instaurado em 11 mai. 1940.

Era necessário demonstrar que este desvio religioso não se coadunava com as finalidades do Estado Novo de corrigir velhos erros, extirpar velhos vícios e libertar o povo das tradições e credences. A Igreja Católica reforçava este objetivo da representação política do regime de regenerar os costumes. Ela fomentava a intolerância, colocando a questão nos parâmetros de um combate maniqueísta entre o bem e o mal. No Estado laico, a prática tanto do chamado “baixo” quanto do “alto” espiritismo eram confinados à ilegalidade.

A falta de assistência médica e de dinheiro impelia os pobres a recorrerem aos remédios caseiros, elaborados por uma oralidade oriunda das comunidades indígenas. Era comum encontrar assistência espiritual, emocional e médica entre os “curandeiros” dos bairros, estes - vinculados às várias tendências religiosas - eram figuras prestadoras de um serviço de complexas atividades, que eram minuciosamente descritas pelo Departamento de Cultura, Divulgação e Propaganda:

*“... as celebres velhas que ganham dinheiro com o Responso de S. Antônio, os falsos dentistas, falsos médicos e, principalmente, as improvisadas e criminosas parteiras, que ministram às infelizes clientes tóxicos e beberagens letais a título de abortivos e remédios para seus males interinos.”*³⁶

Muitas e na maioria das vezes estas práticas eram enquadradas no crime de exercício ilegal da profissão, encaradas como transgressoras da lei e das determinações das autoridades. Consideravam-se esses grupos como “núcleos parasitários e anti-sociais”, merecedores de extinção. Mesmo assim, pesquisas realizadas percebem que o Estado neste período não conseguia estabelecer domínio de ação na área da saúde. Na verdade, como constata Carvalho, havia um embate entre medicina erudita (estatal e privada) e os agentes populares de medicina (curandeiros, benzedeiros, farmacêuticos, etc).

“Isto fica evidente quando analisamos a Legislação Penal, que até final da década de 1930 era muito imprecisa quando

³⁶ FEITICEIROS E CHARLATÃES (DEPARTAMENTO DE CULTURA, DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA), *O Estado*, Fortaleza, 17 fev. 1939, p.12.

abordava o delito de '*prática ilegal de medicina*', dificultando a ação das autoridades encarregadas da repressão a essas práticas, e que foi alterada em 1940 (com o novo Código Penal) para que se conseguisse enquadrar plenamente, dentro da lei, os agentes populares de medicina.³⁷

Os líderes da macumba, do catimbó, dos xangôs e dos candomblés eram considerados espertalhões desocupados, indivíduos inescrupulosos e ávidos do ganho rápido e fácil. Na realidade, a polícia tinha interesse em melhor decodificar as práticas religiosas perniciosas e ameaçadoras aos costumes da população pobre. Aqui cabe uma distinção a ser considerada no período.

“A tendência à criação de federações, uniões e institutos nos anos 30 para proteger os espíritas ‘autênticos’ da perseguição policial, apontada por Yvonne Maggie (1986:77), trouxe como consequência uma perseguição total aos ‘falsos’ espíritas. Outro aspecto interessante, apontado por David Hess (1987:44), é o papel de destaque que ocupam intelectuais e personalidades espíritas na tentativa de enfatizar a natureza científica do espiritismo em contraposição ao misticismo das religiões afro-brasileiras (umbanda, candomblé, etc).³⁸

Foi possível perceber que em alguns jornais era comum apresentar de forma aberta e tolerante a presença de alguns “ocultistas” na cidade, de formação comparada aos astrônomos, baseado em estudos profundos, percorridos pelos países da América do Sul, Europa e Ásia. Hospedado na Pensão Sobral, um famoso “ocultista” era representado em anúncio do jornal, no qual constava horários de consulta e uma “tabela” de preços.³⁹

³⁷ CARVALHO, Antonio Carlos Duarte de. *Conflitos...* Op.cit. p.34.

³⁸ Idem p.40

³⁹ Cartomancia 10 \$ 000; Consulta 5 \$ 000; Chiromancia 20 \$ 000. Cf. *O Estado*, 22 abr. 1941, p.2.

Portanto, neste patamar, as investidas policiais e as argumentações nos autos de uma peça judiciária exploravam este discernimento entre “baixo” e “alto” espiritismo como forma de estabelecer as fronteiras da tolerância religiosa.

“O § 41 Curandeirismo e baixo espiritismo, do livro ‘Polícia Política Preventiva’ do Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais, da Polícia Civil do Distrito Federal, refere-se a informações sobre curandeirismo e baixo espiritismo. Notícias sobre a prática de ritos afros-brasileiros, macumbas, etc. Informações sobre se são conhecidos e merecedores de credulidade os curandeiros, ‘pais de Santo’ etc. Quer isto dizer que a P.C. do Distrito Federal, organizando um Programa para Organização e Realizações dos referidos inquéritos, tem por muito interesse os informes sobre a feitiçaria.”⁴⁰

Solicitava-se empenho da população em cooperar com a polícia na prática da denúncia. As reportagens da imprensa eram consideradas importantes para o combate ao “curandeirismo”. Jornalistas se embrenhavam em bairros pobres e afastados, colhendo informações, oferecendo pistas à polícia sobre como e quem desenvolviam as atividades de macumba, catimbó, candomblé e demais práticas. Descobrir um núcleo de culto afro-brasileiro significava desvendar o sub-mundo do cotidiano das classes populares de Fortaleza. As seguidas campanhas de coação neste aspecto tinham amplo e irrestrito apoio da imprensa, que ostentando fotografias dos flagrados em delito, numa estampada exposição das pessoas em páginas policiais, e a elas se referiam com comentários pejorativos.

Muitas vezes, colhidas e checadas todas informações, a polícia infiltrava-se nos ambientes do rito como um “paciente”, inventando dores ou qualquer outro problema para ser submetido a cura. Os inspetores Santana e Horácio participaram de um flagrante na casa da “Velha Baiana”, “chefe” de um candomblé na Praça S. Sebastião.

⁴⁰ FEITIÇARIA, *Unitário*, Fortaleza, 04 mar.1940, p.3.

“Santana, protestando certa dor de ‘espinhela caída’, aventurou-se a penetrar o outro, procurando ver o livro de S. Cipriano.

A velha não deu pela coisa, e foi logo pondo em cena toda a ‘medicina’ dos pajés.

No melhor das funções, quando os ‘espíritos maus’ já davam o fora, entra o Horácio e tudo foi de águas abaixo.”⁴¹

O resultado foi a prisão de nada menos de 15 pessoas, encaminhadas para a DOPS e fichadas como pertencentes à malandragem de catimbozeiros. O jornal sugeria como castigo duas semanas de trabalho nas construções públicas, lembrando a discussão do trabalho como algo dignificador, condição de cidadania.

O universo popular arraigado às crenças afro-ameríndias do Brasil sugere pensar num cotidiano dinâmico e tenso no interior dos bairros pobres. Muitos “ajustes de contas” eram feitos recorrendo a intervenções dos representantes de tais crenças. Descoberta de traições conjugais, pedidos de proteção contra perseguições e demais trabalhos. Tais práticas desafiavam as autoridades no seu trabalho de manutenção da ordem e do controle social. Do lado do Estado, a repressão a tais práticas significava quebra da influência das lideranças religiosas no seio da população.⁴²

Não é por acaso que as campanhas falavam de uma limpeza na credulidade pública, no extermínio de uma casta de indivíduos que infestavam e perturbavam os subúrbios. Era comum os policiais levarem os praticantes para delegacia com toda indumentária e materiais usados nos ritos, numa clara intenção de considerar tal “equipamento exótico” como prova cabal do crime. Assim ocorreu no bairro Paiol da Pólvora, onde, três

⁴¹ CATIMBOZEIROS NAS GARRAS DA POLICIA, *O Estado*, Fortaleza, 17 jan. 1941, p.6.

⁴² Nunca é demais lembrar que no caso do Ceará a religiosidade indígena já fora alvo de perseguições, principalmente a partir da colonização portuguesa em que os pajés, enquanto líderes religiosos sofreriam forte oposição dos catequisadores jesuítas, pois além de impor um poder religioso, os pajés gozavam de uma autoridade política através do controle das informações sigilosas obtidas por confissões de membros da tribo. Cf: RONAERT, Eduardo. “Catequese e aldeamento.” In: SOUSA, Simone(org). *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.

policiais – Eudes, Herculano e Santana – cercaram a casa de Maria Nazaré e obrigaram todos a comparecerem à D.O.P.S imediatamente ao ato da prisão:

“E o Santana entrou mesmo e gritou para a negrada que gingava naquele ‘lero-lero’ Satânico: ‘Tá tudo preso, cambada. Vai tudo assim mesmo p’ra delegacia’.

E a ‘negrada’ do ‘candomblé’ foi conduzida para a D.O.P.S como estava vestido.

Objetos Apreendidos

Na busca dada no antro da ‘macumba’, os policiais apreenderam o seguinte: Santos amarrados com fitas, areia do cemitério, casco de Kágado (apropriado para amores clandestinos, segundo declararam), diversas orações fortes, pós do Pará chamados ‘tipi’ e principalmente, medalhas, etc.”⁴³

No Açude João Lopes, nas imediações do Otávio Bonfim houve inúmeras investigações de como atuavam os catimbozeiros. Considerado como um bairro perigoso e “paraíso da macumba”, este tipo de espaço era seletivamente avaliado pelas autoridades, pois se partia do pressuposto de que no seu interior habitavam a “escória da plebe imbecilizada pela falta de trabalho”. Tal constatação distinguia quem eram os “verdadeiros” construtores da cidade, aqueles operários que realmente mereciam confiabilidade. Durante o mês de abril de 1941 foram realizadas neste bairro as prisões de “Maria duas Tranças”, Maria Galeguinha, Paulo Oliveira e do “Índio Antenor Vasconcelos”. Aqui a “devassa nas supertições” realizada pela polícia ganhava eco.

Foi neste contexto que a D.O.P.S. investigou Maria Cipriano de Moura, vulgarmente conhecida por “Maria duas Tranças”. Acusada de praticar cura através de danças “satânicas” e uso de “defumadores enfeitados”, Maria tornara-se uma ameaça por já ter conquistado uma clientela considerável. A polícia atuou com o padrão já esboçado

⁴³UM MARIDO DISPUTADO E UMA ESPOSA EM MAOS LENÇÕES, *O Estado*, Fortaleza, 28 mar. 1941, p.6.

anteriormente, através da prática de “espionagem”, forjando um investigador como paciente, reclamando de dor na perna.

“Maria duas Tranças” receitou um banho na perna do paciente para duas horas da tarde. Por volta das 13 horas a polícia cercou a casa e deu voz de prisão a ela, a Raimundo Rodrigues, seu marido e a um amigo da família, considerados como cúmplices. Os policiais confiscaram terços, pratos, defumadores, pólvora, sarro de cachimbo, cabelo, livros bíblicos, coroas, inúmeras raízes e cascas de pau.⁴⁴ Na delegacia Maria é descrita pela reportagem como criatura “repelente”, de aparência deformada. Seu marido foi considerado um tipo perfeito e acabado daqueles que não gostam de “fazer força”, um vagabundo casado com uma pseudodoutora, um quadro ideal de malandragem em família.

Um dos agravantes desta “promiscuidade” nas classes populares era a relação dos rituais com o jogo de bicho. Havia a denúncia de que os rituais eram usados para oferecerem resultados do jogo do bicho. Na rua Barão de Aracati, na Vila Zoraide foi realizada a conhecida “blitz-krieg” policial, a famosa invasão nos “antros” demoníacos, conseguindo prender a dona da casa, bem como inúmeros charutos “D.Carlos”, uma imagem de chumbo de S.Cipriano amarrada com uma fita, o livro “A tentação de Sto. Antão”, um revolver calibre 22, imitação “Bull-dog” e duas orações fortes para o jogo do bicho.⁴⁵

A “oração” para auxílio no acerto do jogo de bicho era endereçada a S. Vicente Ferrer e dizia mais ou menos o seguinte:

“São Vicente Ferrer vós fostes aonde estava seu pai, entre grilhões de ferro sem poder sair com o vosso poder assim permita que no dia de hoje vós haveis de mostrar a milhar e a centena do bicho que tem de dar aqui na combuca antes do galo cantar.....Assim como as águas correm para o mar assim

⁴⁴ NO MUNDO DOS CATIMBÓS O REPÓRTER TEM O QUE FAZER, *O Estado*, Fortaleza, 01 abr. 1941, p.7.

⁴⁵ A ‘PAGELANÇA’ ESTÁ EM CONTAS COM A POLÍCIA, *Idem*, 02 abr.1941, p.8.

corra o animal com a milhar para onde eu estiver sem descansar.”⁴⁶

A oração segue num misto de louvação ao poder de clarividência de Deus com a estranha presença dos três cavaleiros do inferno, ambos reverenciados como condutores da milhar e centena do bicho. Tratava-se de uma prova conduzida à delegacia por policiais, que reprimiam indiscriminadamente estes rituais, portanto o documento – oração – era duvidoso no que se refere ao seu conteúdo que pode ter sido manipulado pelos populares. O que é preciso reter nestas considerações é a relação estabelecida entre rituais afro-ameríndios com jogo do bicho, ambos esteriotipados como nefastos em relação à conduta das classes populares.

Como já foi ressaltado anteriormente, muitas denúncias partiam da própria população que freqüentava a macumba e o catimbó. Depois que “Maria duas Tranças” foi presa surgiram queixas à D.O.P.S. de antigos “pacientes”, que frustrados pelo tratamento indicado passaram a depor contra os líderes religiosos. D. Antônia Pereira, por exemplo, levou seu marido alcoólatra para ser “curado” pela catimbozeira, mas ela

*“fez com que ele tudo perdesse, até mesmo uma bodeguinha e, para finalizar a queixa, o marido terminou abandonando-a.”*⁴⁷

“Doca”, outro queixoso, disse que sua saúde passou a ficar debilitada depois de ter descoberto que seu retrato estaria sob o domínio da catimbozeira. As razões dos dramas privados recaíam sobre as “rezas fortes” de macumbeiros, numa demonstração de arrependimento da população em querer solucionar seus problemas através de uma “auto-sugestão imbecilizada”, fora dos trâmites legais, reforçando e de certa forma legitimando, o trabalho de “saneamento” religioso da polícia. O jornal dizia não estar de acordo com as supertições dos queixosos, porém considerava válida a razão delituosa das queixas.

⁴⁶ Idem

⁴⁷NOVAMENTE NO CARTAZ ‘MARIA DUAS TRANÇAS’, Idem, 04/04/1941, p.4.

Era dessa forma que a polícia justificava sua ação repressora, envolvendo as atividades catimbozeiras numa atmosfera maligna, como causadoras de todos os males de casamentos desfeitos, loucuras repentinas, desaparecimentos de pessoas e objetos. Antes de considerar um elemento constitutivo da cultura popular cearense, a polícia tratava a macumba e o catimbó como formas de vida avessas ao mundo do trabalho. Mas esses combates não conseguiam por fim a essas práticas. É preciso, portanto, considerar as sutis relações estabelecidas nas formas de sobrevivência das classes populares frente às práticas repressoras.

É o que tentaremos mostrar no capítulo seguinte.

**SEGUNDA PARTE:
ESTRATÉGIAS DE
SOBREVIVÊNCIA**

Capítulo 6

RESISTÊNCIA PASSIVA

Algumas situações vividas pelas classes populares em Fortaleza podem sugerir, três formas de inserção social: 1) **a resistência passiva**, onde há cumplicidade de populares na atividade policial - apoiar circunstancialmente uma autoridade policial ou qualquer outro membro que detenha influência política que traga benefícios no jogo da sobrevivência; colaboração de indivíduos nas sub-delegacias dos bairros através de participações em investigações e capturas. Essas são atividades ilegais, porém usuais e recorrentes; 2) **a negociação**, onde o infrator pondera e negocia com a autoridade policial; 3) **a resistência radicalizada**, na qual há reação à prisão, defesa e solidariedade entre os pobres em casos de discriminação social, queixas contra abuso de poder da polícia, casos de insubordinação e conflitos entre moradores e policiais. Especialmente este último item será analisado no capítulo seguinte.

6.1 Cumplicidades

Ler inquéritos e processos judiciais é se movimentar em um labirinto. Cruzar e analisar afirmações de testemunhos, advogados e juízes é uma atividade complexa, cujo desafio se localiza no entendimento da persuasão das falas. Foi justamente neste momento que tentei analisar como as classes populares fazem valer suas estratégias. Um inquérito ou processo é recoberto de pressões, eles traduzem um jogo político de inúmeras alianças, revelam também como os pobres tiram proveito de várias situações.

“neste sentido, a leitura de cada processo é sempre uma baforada de ar fresco, de vida, de surpresa, baforada esta

que pode vir em forma de carta de amor, de xingamento, de ironia, ou, menos poeticamente, de violência policial.”¹

As instituições repressoras em Fortaleza não tinham estrutura suficiente para compor um quadro de funcionários que desse conta do número de ocorrências, principalmente nas áreas mais empobrecidas da cidade. Nestas atividades, os próprios populares “auxiliavam” os policiais em diligências e investigações, criando-se oportunidades de informações preciosas para a polícia.

No popular subúrbio de Barro Vermelho ocorreu um fato interessante que convém destacar seus nuances políticos e jurídicos. Um famoso advogado local, o Sr. Autran Nunes – hoje nome de bairro da cidade - enviou um pedido ao Secretário de Segurança Pública no sentido de afastar do cargo de sub-inspetor de Barro Vermelho o Sr. Severino Ataíde. As acusações contra o sub-inspetor estavam associadas aos procedimentos de representação legal do advogado, coletando vários testemunhos para depois formalizar uma argumentação. Uma série de denúncias pesou sobre o acusado e algumas delas merecem destaque.

O sub-inspetor foi acusado de proteção a desordeiros que praticavam atos de intimidação aos habitantes do bairro. O advogado denuncia que uma mocinha fora obrigada a abrir a porta de sua casa tarde da noite e, sob a mira de um, revolver forçada a fazer café para Tabajara Juvêncio de Queiroz, que segundo o advogado era um:

*“...elemento conhecidíssimo pelas suas arruaças, pelo seu constante estado de embriagues e ainda por ser comunista fichado, cujas idéias não esconde...”*²

Em seguida, de acordo com autos do inquérito, o sub-inspetor atendeu o pedido da denunciante e conduziu o acusado para casa de forma displicente, permitindo que ele fizesse vários disparos em via pública, sem ser feita qualquer apreensão da arma.

¹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.33.

² *Inquérito Instaurado* em 20 mar de 1940.

Outra denúncia é sobre a “jogatina desenfreada” de baralho que se procedia no bairro, onde o sub-inspetor aceitava suborno dos participantes para consentir a continuação de tal contravenção. Além disso, é assinalado o funcionamento de dois a três sambas aos sábados até alta madrugada, regada a muita cachaça. Neste aspecto pesa sob o sub-inspetor o fato de ele cobrar:

“...15\$000 de cada um dos promotores dos sambas, e que essa renda, reverte em seu benefício. Fácil será a verificação disso, na secção expedidora de tais licenças, fazendo-se em confronto entre as festas havidas e as licenciadas por essa Secretaria.”³

Espancamentos em via pública e conduta pervertida complementam o leque de denúncias ao sub-inspetor. O que estava ocorrendo de fato era uma demonstração de forças e influência política do advogado e da autoridade policial. O primeiro era antigo morador do local e se dizia amigo de uma população de quase 7000 habitantes, na maioria pobres, inclusive tal advogado se gabava de ter nada menos do que 200 afilhados no bairro.⁴ Ao segundo era garantida a posição de “intocável”, por ser protegido do Prefeito Municipal, que lhe garantia o cargo. E a população, como pensava? É aqui onde reside a questão da cumplicidade como dispositivo estratégico de sobrevivência.

Na realidade, a maioria das testemunhas endossa as intervenções da autoridade policial. A moradora da casa onde ocorria a jogatina de baralho confirma sua postura de não consentir e compactuar com tal prática, se dirigindo ao sub-inspetor como uma pessoa que tomou severas providências moralizadoras, ameaçando de punição os que quisessem continuar. Ademais ela ainda abona qualquer conduta de desvio moral do policial, afirmando que:

“...ao seu modo de proceder, não só público como particularmente, nada tem a declarar contra esse

³ Idem

⁴ Idem, ibidem

cidadão, visto como, até hoje, o mesmo tem cumprido os seus deveres, não constando portanto, nenhum ato que venha sobremodo, desrespeitar a moral de sua autoridade ou melhor das famílias deste bairro.”⁵

Outro que assevera a boa conduta do sub-inspetor é o Sr. Raimundo Ferreira Neves, mais conhecido por “Raimundo Pedreiro”, organizador dos sambas referidos no bairro. Este depoimento confirma o fato de as licenças:

“...independentemente de talões ou recibos, eram pagas ao Sr. Sub-Inspector Severino Ataíde; que relativamente à conduta do referido Sub-inspetor,....nada tem a informar porquanto não tem nenhum conhecimento de haver o mesmo praticado qualquer ato que desrespeite a sua moral(dele Severino) ou, ainda, das famílias residentes neste bairro...”⁶

Este mesmo testemunho é realizado pelo Sr. Raimundo Ferreira da Cunha, que tem também por costume realizar festas dançantes na sede do clube de futebol daquele bairro, as quais afirmou nunca ter pago nenhuma importância para o sub-inspetor. Enfim, as testemunhas, mesmo a mocinha que teve sua casa invadida por um homem desconhecido, manteve o cuidado de não acusar o sub-inspetor, assim, criou-se um elo discursivo próprio de uma população que vivia sob a ameaça de perseguições.

Como se percebe, o apoio ao sub-inspetor mostra a existência de uma rede complexa de cumplicidades, especialmente porque o Bairro estava sendo disputado por forças bem mais influentes do que a modesta vida dos pobres, pois no meio deste fogo cruzado, o sub-inspetor gozava de uma proteção política do prefeito da cidade, figura que detinha certo poder de mando. Neste sentido, haveria uma inclinação da população em apóia-los, portanto, o mais provável era que a opção temporária recaísse sob o representante da polícia. Romper

⁵ Idem

⁶ Idem

ou obstruir o jogo de vai-e-vem de favores era arriscar demasiadamente da conta, não seria interessante a população desguarnecer este espaço do “Forte” da cidade em que viviam.

A cumplicidade, neste caso é fruto de uma leitura não só afetiva e moral, mas complementada por uma postura racional de clara sobrevivência dos mais fracos dentro deste processo social de lutas. O resultado do inquérito demonstrou que na queda de braço política o advogado Autran Nunes venceu a disputa, pressionou as autoridades policiais, forçou a renúncia do sub-inspetor e conseguiu afastá-lo de suas funções. Esta situação representou alguma unanimidade dentro daquela comunidade? Pelos autos do inquérito, conclui-se que não houve consenso neste aspecto. Na verdade, este caso demonstrou que a cultura política dos pobres não é pautada numa fidelidade ideológica revolucionária e autônoma ou a partir da dominação cultural exclusiva das elites, mas produzida na circunstância, em conquistas provisórias, pois as chances de melhorias eram buscadas nas cumplicidades, no aprendizado de ir se apropriando de situações que lhe dessem margem de força no enfrentamento das relações de poder.

“por mais que as classes dominantes apregoem o próprio gênio, os pobres, estúpidos e desvalorizados membros das classes aviltadas merecem ao menos que se reconheça seu talento, que nada fica a dever ao da elite, para elaborar teorias em benefício de si mesmos”⁷

Interessante notar que os colaboradores da polícia não tinham reconhecimento formal. Na luz do dia, na legalidade jurídica, os “ajudantes” da polícia eram colocados na clandestinidade, os próprios jornais são testemunhos das práticas de “auxílio” à polícia por parte de populares, criticando-os através de matérias enfáticas que denunciavam esta prática abusiva:

⁷ GENOVESE Apud FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores...* op.cit. p.36.

“Há, aqui em Fortaleza, muitos e muitos indivíduos que gostam de se arvorar do título de agente de polícia, afim de fazerem, pelas areias, um luminoso farol.”⁸

O conteúdo da matéria apenas confirma uma prática usual em locais de ausência policial, nos areais da cidade, cuja metáfora do *farol luminoso* é usada como reflexo do olho do poder, cujos efeitos práticos eram usados com certo aproveitamento nas investigações e detenções de populares. Cabe lembrar também que esta luminosidade sugere a idéia de influência social dos pobres nas malhas do poder. Apesar de ser um jogo perigoso, os populares apostavam numa forma de inserção social e política, mesmo que para isso tivesse que “trair a classe”. A traição era filtrada nas circunstâncias, a população iria avaliar em que medida o denunciante prejudicaria os códigos e regras das relações de convivência nos bairros. Este risco era inevitável, porém sedutor, pois dependendo da situação, o denunciante poderia tornar-se uma referência de proteção, um aliado da própria população em casos que envolvessem perseguições policiais, enfim o “agente policial” na comunidade poderia aliviar ou amenizar investidas policiais no bairro. Essa era uma conduta que exigia muita perspicácia, só entrava aquele que quisesse pagar para ver, portanto, a incerteza fazia parte do cotidiano desta população.

Além da investigação e captura de “suspeitos” os colaboradores da polícia cometiam arbitrariedades, efetuando prisões. Nestes casos exacerbados de ilegalidade explícita era o Estado que deveria intervir para manter uma aparência de isenção, prendendo os pseudos policiais. O vendedor ambulante Sebastião de Castro Alves foi denunciado à Delegacia de Capturas como um verdadeiro algoz:

“Sebastião de Castro Alves – por cujo motivo já conta com inúmeras entradas na Delegacia de Investigações e Capturas – andava bancando autoridade e, como das

⁸ AGENTE POLICIAL À ‘ASCLEPIADES’, *O Estado*, Fortaleza, 10 mai.1939, p.12.(Grifos nossos)

vezes anteriores, abusando das suas falsas prerrogativas, querendo prender 'Gregos e Troianos'."⁹

Verifica-se que mais uma vez a polícia estaria agindo em relação a um indivíduo reincidente, de vida pregressa desaconselhável, justificando assim a justeza da medida. Detido e conduzido à Delegacia, Sebastião representaria a quebra de um pacto velado entre polícia e populares. O fato era resultado de um desequilíbrio entre a tolerância por parte da comunidade e a perda de confiança por parte da polícia. Apesar disso, muitos outros colaboradores campeavam as fronteiras da (i)legalidade. Havia tensa convivência entre repressão e convivência e a adesão ao regime significava garantia de alguns privilégios. Porém, era necessário não apenas aderir, mas fundamentalmente negociar, não radicalizar, ponderar e construir instrumentos de defesa.

6.2 A Negociação

O levantamento realizado nas fontes demonstrou uma densidade numérica maior nos casos de negociação entre pobres e o regime. A qualidade destes dados também revelaram a existência de “barganha” dos pobres na luta pela sobrevivência. Neste caso, os riscos eram enfrentados com uma margem maior de possibilidades de sucesso, mas sem garantias absolutas de vitórias.

As negociações são perpassadas por iniciativas tanto individuais como coletivas, veiculadas pela imprensa, através de publicação de notas, abaixo assinado, solicitação de serviços, pedidos de reparos morais, envio de cartas à imprensa, enfim elas representavam as maneiras como as classes populares se dirigiam às autoridades.

Casos interessantes de negociação podem metamorfosear-se em astúcias reveladoras de resistência. O caso do funcionário dos correios Leonidas Rocha ilustra esta questão:

⁹ Idem

“O FATO DE ONTEM

Ontem á tarde, exatamente áquela hora, o mensageiro Leonidas poz-se nas proximidades do mercado de carne, depois de ter ingerido copos e copos de cerveja, que o deixaram tonto e com as pernas a tremilicar. Colocou-se defronte do mercado de carne e.....ensaiou logo uma variedade de atos obcenos e indecorosos.

Nos bondes, autos e veiculos da Praia de Iracema e demais suburbios, os passageiros, ao passarem por aquele local, eram obrigados a assistir, cabisbaixos a cenas de cabaret, interpretadas da maneira mais cinica possivel pelo “indefectivel” Leonidas.....

INTERVEM A POLICIA

Diante de tais atos, o guarda nº 107 tomou as providencias que se faziam necessárias, conduzindo o funcionario postal para o xadrez da 2º Delegacia.

Aí, o funcionario dos Telegrafos declarou que não podia ser detido, porquanto estava de serviço, com varios telegramas urgentes para entregar.

Embora seu estado não permitisse aquele serviço, o funcionario adeantou mais que não se curvava absolutamente á autoridade, querendo provocar uma discussão.

Diante dessa acintosa declaração o inspetor Tavares procurou acalma-lo e imediatamente comunicou o fato á Diretoria dos Telegrafos, pedindo-lhe que enviasse um funcionario para substituir o mensageiro, afim de que não fosse prejudicado o serviço telegrafico.

.....

QUERENDO COMPLICAR O INSPETOR

O “melofito” Leonidas ao verificar que a Diretoria dos Telegrafos atendera prontamente ao pedido do inspetor Tavares, asseverou, interroga-lo pelo colega que lhe pediu os telegramas, que entregara aos mesmos ao inspetor Tavares, procurando, assim, complicar aquela autoridade. Dada a busca no vestuário daquele funcionário, nada foi possível encontrar, porquanto o mesmo tendo ido ao “water-close” da Delegacia rasgava toda a papelada telegráfica que tinha em seu poder, conforme ponde o reporter verificar pessoalmente.

INQUERITO A RESPEITO

A 2º Delegacia, em vista do ocorrido, vai abrir inquerito sobre o fato.”¹⁰

Qual foi o álibi do mensageiro para ponderar sobre sua prisão? O uso da categoria do trabalho é a mais provável argumentação. Ele alegou estar trabalhando, portanto, exercendo uma atividade que lhe credenciava como cidadão trabalhador. Fazer uso dessa condição significava minimizar o ato de bebedeira. Ele apostou na sua responsabilidade profissional, ou seja, a da entrega de “telegramas urgentes”, indispensáveis ao sucesso do trabalho dos telégrafos, portanto ele assevera sua importância na função de fazer circular as informações.

Importante destacar é a maneira de como o indivíduo se apresenta no conflito. Percebe-se que há um jogo político de intensa vitalidade. Talvez isto demonstre que pessoas desprovidas de direito, liberdade ou condição financeira favorável passem a fazer do cotidiano uma arte de improvisar.¹¹

¹⁰ PROEZAS DO “SEU” LEONIDAS: QUERIA TRANSFORMAR A VIA PÚBLICA EM CABARET. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 02 nov. 1937. p.7-8.

¹¹ “Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que “fazer com”. Nessas estratégias de combatentes existe uma

É possível que o mensageiro, detido na delegacia, acusado de provocar desordem pública tenha dado um golpe de destreza e alegria no momento em que destruiu os telegramas no “water-close”. Este comportamento de simulação/dissimulação demonstra algum indicativo do repertório de ação que as classes populares estabelecem e aprendem.

Casos típicos de atmosfera negociadora poderia se transformar em manifestação de uma consciência política de resistência. Na realidade, em algumas situações, as fronteiras entre negociação e resistência eram tênues, eram movimentos que se metamorfoseavam. Um exemplo desta passagem pode ser vislumbrado no caso em que envolveu as lavadeiras de um bairro suburbano de Fortaleza.

As lavadeiras do açude João Lopes foram até ao jornal **Correio do Ceará** fazer um apelo às autoridades de Fortaleza para a garantia do direito ao trabalho, pois o proprietário do açude, o Sr. Olavo Irineu, além de proibir a lavagem de roupas estaria instalando cercas no local. Isso foi o bastante para que uma comissão formada por 10 trabalhadoras fosse negociar no interior da redação do jornal a situação que afligia mais de 500 lavadeiras que aguardavam do lado de fora do periódico.

Interessante perceber que um dos argumentos utilizados pelas lavadeiras era o do costume construído historicamente por processos de pactos e acordos entre direito de propriedade e direito ao trabalho. Por força desta experiência, as lavadeiras insistiam em lutar e garantir o sustento de sua forma de vida, assim como deixa claro o depoimento de D. Maria Luiza da Silva de 70 anos de idade:

“ Não vejo razão para a medida,..pois há mais de 50 anos que lavo roupa no Açude João Lopes, desde os primeiros tempos de sua construção pelo velho João Lopes, que lhe deu o nome. Nunca houve nenhuma

arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor. Destreza tática e alegria de uma técnica.” Cf. CERTEAU, Michel de. **A invenção...** op.cit. p.79.

proibição neste sentido. Sempre tivemos a nossa liberdade, e dali que extraímos diariamente o nosso pão. São mais de 500 lavadeiras que estão prejudicadas pela medida do Sr. Olavo, os trabalhos de cerca estão adiantados e há mais de uma semana que não lavamos roupas nem mesmo os animais poderão beber no açude”.¹²

A movimentação das lavadeiras surtiu um certo efeito, pelos menos forçou a visita, no dia seguinte, do proprietário do açude na redação do jornal para dar suas explicações. Segundo seus esclarecimentos, a proibição da lavagem de roupas estaria estabelecida para o interior do lago, argumentando que a água estava imprestável, a ponto de morrerem vários peixes. Entretanto, esta justificativa não impediu por completo a utilização do local pelas lavadeiras, forçando o proprietário a conceder algum tipo de direito:

*“...afirma o nosso visitante, consentirei que as lavadeiras exerçam ali os seus misteres, desde que a lavagem seja fora das águas do açude.”*¹³

Ameaçadas de perderem o trabalho, as lavadeiras perceberam que sua estratégia seria pautada pela iniciativa de tornar pública a injustiça, alimentando o caso com uma dose de sensibilização da opinião pública. A negociação requeria apoio político, neste aspecto, as lavadeiras tiveram clara idéia de colocar o jornal como intermediário da questão, apelando para a força da tradição de ocupação do açude. O certo é que este caso não se revestiu de um confronto aberto, mas deixou margem para que o impasse fosse encaminhado com ponderação.

¹² PROIBIDA A LAVAGEM DE ROUPA NO AÇUDE JOÃO LOPES, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 25 jul. 1940, p.6.

¹³ EXPLICA-SE O PROPRIETÁRIO DO AÇUDE JOÃO LOPES, *Idem*, 26 jul. 1940, p.6.

A experiência social das lavadeiras permitiu a incorporação de suas atividades numa cultura: o ato de lavar se transformou num uso e costume, passível de ser regulamentado por lei.¹⁴

As lavadeiras perceberam que o proprietário do açude ameaçaria suas necessidades de lavar, sobreviver, interagir e destruiria a autoridade deste ofício conquistado através dos costumes apreendidos numa dinâmica do processo histórico de suas vidas.

A intensa propaganda que veiculava a justiça social como um dos pilares do regime ficou sob um questionamento devido aos inúmeros casos tencionados e negociados na esfera da imprensa, onde as questões matriciais do direito social à propriedade e a moradia eram extremamente dificultadas quando se tratava de membros pertencentes às classes populares. Sem advogados, sem assistência jurídica e sem amparo institucional, estes membros se aventuravam nas complexas tramas da jurisprudência, negociando direitos sociais com uma noção menos sofisticada, mas com argumentos oriundos da cultura e experiência de sua classe social. Perpassa nesta constatação a natureza provisória e aberta que se estabelece nas relações de dominação, na troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, enfim, este diálogo, longe de ser uma relação servil, demonstra uma vitalidade e aprendizado no vivido.¹⁵

A questão do direito à moradia para os pobres nem sempre obedecia a uma pressão organizada e articulada coletivamente. Por falta de canais eficientes de ligação da população com o governo, as classes populares esperavam qualquer chance de expor seus problemas, e foi isso o que ocorreu com o caso do fruteiro João Lopes da Silva.

Nos areais do bairro Otavio Bonfim, precisamente na rua da Madama, nas proximidades da Praça S. Sebastião, o fruteiro João Lopes interceptou o repórter do **Correio**

¹⁴ THOMPSON, E.P. *Costumes...* op.cit. p.15. Thompson ressalta que os costumes tendem a ter um fluxo contínuo, não apresentam identidade com inalterações, os costumes não são consensos, mas provocam mudanças. “Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra ‘tradição’, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. Essa é a razão pela qual precisamos ter cuidado quanto a generalizações como ‘cultura popular’”. Cf, Idem, pp.16-17.

¹⁵ Ver THOMPSON, E.P. *A Miséria...* op.cit.

do Ceará que por ali andava, a fim de reclamar e apelar para que o prefeito lhe garantisse moradia. Inicialmente o vendedor apresenta sua “biografia” social, dizendo-se ser viúvo, pai de sete filhos menores e morador de um casebre, que construira ao longo de sofridos cinco anos. Era vendedor ambulante de frutas, mas teve que modificar completamente sua vida por causa da morte de sua mulher, falecida em consequência de um parto duplo. Daí em diante o drama se complica, suas atividades de sustento da família ficaria reduzida à venda de bananas na porta de sua própria casa, sua preocupação maior era não abandonar os sete filhos pequenos.

Logo após esta exposição João Lopes toca na questão central que lhe afligia: o despejo, a perda da moradia. Neste aspecto João explica ao repórter que:

“Em dias da semana passada, apareceu em minha casa um engenheiro da Prefeitura Municipal que me intimou a demolir minha casa dentro do espaço de uma semana. É que a Prefeitura Municipal iniciou aqui os serviços de calçamento, e como minha habitação não se encontrava dentro do alinhamento da rua, deve ser retirada do local.”¹⁶

Esta situação deixou o fruteiro sem opções, pois não dispunha de recursos para executar a obra, não tinha para onde ir e nem tinha condições de sair à procura de outra moradia. Sua angústia maior era a impossibilidade de recorrer a quem quer que fosse. Acreditou que sua única chance era dirigir-se pessoalmente ao prefeito municipal, o que fez na presença da imprensa de seu bairro, pedindo uma solução:

“ ‘...apelar para o dr. Raimundo Araripe, prefeito municipal de Fortaleza, no sentido de que o prazo da intimação que recebi seja prorrogado por mais alguns dias, ou, por outra, que me seja favorecido um auxílio

¹⁶ AMEAÇADO DE FICAR EM DESABRIGO COM 7 FILHOS MENORES, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 17 set. 1940, p. 6.

qualquer por parte da edilidade. A construção de meu casebre está por mais de 600\$000. Ademais, com essa mudança o meu pequeno negocio será grandemente prejudicado, não só em virtude da diferença do ponto como também pela sua paralização por alguns dias. É justo, portanto, a favor das criancinhas que estão ameaçadas de ficar em desabrigo e privadas de sua alimentação. É com o pequeno produto de minhas vendas que sustento minha família' – concluiu o fruteiro João Lopes da Silva.”¹⁷

É curioso observar que nos discursos e ações implementadas sobre o progresso material na cidade estes dramas “anônimos” são suprimidos, principalmente em um período em que a propaganda do governo deu ênfase do imaginário da harmonia entre o homem e o espaço. As reformas urbanas eram respostas aos desejos de uma elite ávida de viver numa cidade “bela” e de trafegar por ruas largas e pavimentadas. O Sr. João, evidentemente não era usuário beneficiado pelas reformas.

O trecho embelezado da cidade não ultrapassava os areais, a pavimentação era privilégio de poucos, mas nem por isso deixava de ser almejada por outros. Neste sentido, os moradores do então distante bairro de Porongaba negociaram a possibilidade da inclusão dos serviços de pavimentação em suas ruas e praças. Os moradores organizaram uma matéria jornalística previamente solicitada com a presença de um repórter do **Correio do Ceará**.

“A praça da Matriz, no coração da povoação, onde se encontra edificada a estação de Estrada de ferro de Baturité, está coberta ainda, em parte, pelo mais tremendo areial.

Os moradores dali informaram a reportagem que, há tempos, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, deu inicio

¹⁷ Idem

aos trabalhos de pavimentação das ruas principais daquela povoação, deixando, entretanto, a obra em meio caminho."¹⁸

O direito à beleza nos espaços públicos era uma clara manifestação dos moradores pelos arrabaldes fortalezentes de reivindicar não só infra-estrutura, mas embelezamento do espaço. Articulado a este direito os moradores de Porongaba lembravam as autoridades das obras inacabadas, sinal do descaso com que eram tratados os habitantes dos subúrbios da cidade. A população destes espaços tentava negociar, de qualquer maneira, um mínimo de serviço:

*"Queremos fazer um apelo por intermédio do Correio do Ceará, à sub-prefeita daqui, d. Laura Frota, no sentido de que ela interceda juntamente ao dr. Raimundo Araripe, pedindo para que a pavimentação de nossa praça principal seja ao menos ultimada, já que não se quer cuidar agora do traçado urbanístico de outras ruas de Porongaba."*¹⁹

Na medida em que as terras urbanas eram valorizadas desencadeavam-se processos de despejos e as mais variadas formas de especulações. O Sr. Francisco Joaquim de Oliveira, residente em Messejana teve que enfrentar o desamparo jurídico e se lançar na negociação pelos seus direitos de serviços prestados em propriedade alheia. Depois de residir por mais de quarenta anos como aforador de um terreno localizado no bairro da Piedade, o Sr. Francisco viu-se na contingência de ter que abandonar o local e obrigado a receber uma indenização irrisória por todas as benfeitorias que tinha realizado.

Na negociação, o Sr. Francisco pediu ao procurador das aludidas terras aforadas uma importância de quatro contos de réis pelos benefícios feitos por quase meio século de

¹⁸ CALÇAMENTO PARA A PRAÇA DA MATRIZ, EM PORONGABA, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 10 jan. 1940, p.6.

¹⁹ *Idem*

trabalho. O resultado não satisfez o antigo morador, que se indignou pela forma como foi tratado:

“Acontece, porém, ter recebido, apenas, um conto de réis por tudo o que fez, incluindo ainda, um pequeno botequim no arrolamento de bens indenizáveis. O botequim em questão é a única fonte de subsistência de Francisco Oliveira, que se encontra, assim, desamparado na avançada idade de setenta anos.

O velhinho reclama, apenas, a devolução de sua ‘barraquinha para poder continuar a viver’ segundo nos declarou em sua linguagem simples de homem do povo.”²⁰

Casos como esses só vem confirmar a existência quase que exclusiva da imprensa como espaço de denúncia e possibilidade de negociação. É preciso lembrar, entretanto, que muitas vezes estas publicações não eram iniciativas exclusivas dos jornais, mas referendadas numa veiculação de cartas, memoriais e demais escritos enviados por indivíduos ou grupos maiores de interessados em negociar. Este cruzamento de cartas com a imprensa sugere pensar nas oportunidades surgidas na busca de barganhas.

Interessante salientar que nem sempre as autoridades locais eram acionadas para o encaminhamento das demandas populares. Como uma cartada decisiva, os pobres apelavam para uma negociação direta com o presidente Getúlio Vargas.²¹ Esta também foi a opção realizada por estudantes pobres do liceu cearense, ameaçados de interromper seus estudos por falta de um curso colegial noturno.

²⁰ QUER, APENAS, A DEVOLUÇÃO DE SEU BOTEQUIM, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 27 jun. 1940, p. 7.

²¹ Baseado em cartas e processos administrativos existentes no Fundo da Secretaria da Presidência da República (1930-65) do Arquivo Nacional foi que Luiz Ferreira desenvolveu sua interessante pesquisa sobre a manifestação de pessoas comuns através de cartas que funcionavam como um “efetivo e eficiente canal de comunicação” entre governo central e população. “Ao escreverem o que pensavam, as pessoas comuns no primeiro governo de Vargas nos deixaram, por meio da Secretaria da Presidência, um valioso artefato cultural. Por ele, o historiador pode compreender como os trabalhadores receberam e reagiram ao projeto político do Estado varguista.” Cf. FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores....op.cit.* p.23.

A situação de pobreza das famílias empurrava os jovens para os mais variados tipos de posições no mercado de trabalho, deixando considerável parte da festejada e idealizada juventude do regime privada de oportunidades para sua formação intelectual. Querendo evitar um destino mais desastroso, jovens pobres do liceu cearense redigiram um memorial ao chefe da nação, expondo sua situação angustiosa:

“Rapazes pobres, co-reponsáveis por nossas próprias subsistências, e assim, impossibilitados de estudar, senão após a labuta cotidiana, arcando com as dificuldades inerentes aos que estudam e são pobres, pagando VINTE E CINCO CRUZEIROS mensais, conseguimos terminar o CURSO ginásial pelo governo do Estado.”²²

Neste período havia ocorrido uma reforma no ensino que dividiu o secundário nos ciclos ginásial e colegial. Até então, a passagem para o colegial era intermediada por um curso chamado de “pré noturno”, de características e equivalências didáticas ao curso ginásial, onde o estudante ainda era obrigado a desembolsar mensalmente a quantia de oitenta cruzeiros. O fato é que o “pré” fora suprido do novo ensino secundário, e que segundo argumento usado no memorial não haveria verba para a manutenção de um curso colegial noturno, deixando os estudantes “4º anistas” impossibilitados de freqüentarem o curso.

“...ficando assim o estudante pobre do Ceará que trabalha e não pode pagar, por mês CEM CRUZEIROS, um curso noturno particular, impossibilitado de estudar logo atinja o 4º Ano ginásial.

A situação angustiosa não é apenas nossa, é de toda mocidade conterrânea pobre.”²³

²²QUEREM UM CURSO COLEGIAL NOTURNO: OS ESTUDANTES POBRES DO LICEU, AMEAÇADOS DE INTERROMPER OS SEUS ESTUDOS, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 11 mar. 1943, p.4.

²³ Idem

Geralmente, estes Liceus são lembrados e vangloriados pela formação de ilustres personalidades: governadores, secretários, ministros, presidentes, advogados, médicos, farmacêuticos, agrônomos, literatos, escritores, filósofos, historiadores e toda uma rede de pessoas “bem sucedida”, muitas vezes oriundas de classes sociais mais abastadas. Aos estudantes pobres estava vetado o direito de se inserir neste plantel de “notáveis”.

Apelando ao Presidente da República, os estudantes reforçavam estrategicamente a imagem de Getúlio como “defensor legítimo das aspirações e direitos desta geração que será o Brasil de amanhã” e solicitam, em síntese: a criação e oficialização de um curso noturno colegial no Liceu, assim como já ocorria com o ginásial; isenção da taxa de sua matrícula; estabelecimento de mensalidades módicas, inferiores às dos colégios particulares, usando ainda uma subvenção do Governo Estadual, proporcional à mensalidade cobrada.²⁴ Assim, as cinquenta e três assinaturas que seguiam o memorial lançavam suas esperanças na sensibilidade e deferimento do presidente, num oportuno uso da imagem do “Pai dos Pobres” em seu proveito. Infelizmente não soubemos o desfecho desta solicitação.

O interessante nestas manifestações é como as pessoas comuns se apropriavam da doutrina do Estado Novo – o trabalho, o bem-estar, o progresso, etc – e contra-argumentavam com base nestes mesmos princípios para exigirem inclusão social. O consentimento ou não das demandas sociais por parte do governo seria fruto de uma negociação, a qual incluía um “afago” ao governo, um reforço ao mito de Vargas para cobrar do Estado melhoria de vida. Estas atitudes não podem ser reduzidas a conformismo ou resignação.

Como afirmou Jorge Ferreira, percebendo os limites impostos e selecionando a legislação estado-novista em benefício próprio, ao mesmo tempo que deixavam de lado todo o aparato coercitivo e excludente, os personagens apropriavam-se das mensagens dominantes e criavam estratégias de vida que as usavam para avançar. Procuravam, na verdade, ‘se virar’ em um quadro econômico e social de grandes dificuldades.²⁵

²⁴ Idem

²⁵ FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores....op.cit.* p. 35.

Solicitar a intervenção da Prefeitura Municipal na regularização do preço dos alimentos era um recurso importante. A população era muito atenta aos prejuízos repassados a seu bolso e conseqüentemente ao seu minguado orçamento. Os pronunciamentos pediam a volta da fiscalização na venda dos peixes, alimento abundante nestas terras e que foi paulatinamente saindo do cardápio das classes populares.

No jornal **Unitário** registramos o seguinte comentário:

“...os pobres ainda podiam ‘enganar’ o estomago com tal comida, mas hoje em dia, os pescadores alem de explorar os fregueses, não levam a mercadoria ao mercado. Vendem na pela rua. O preço estabelecido pela Prefeitura para um quilo de peixe era de 3\$000, entretanto, estão vendendo á média de 6\$000.”²⁶

Observa-se que os pescadores, mesmo sendo pobres como os humildes consumidores, não eram poupados da crítica de especuladores da economia popular, deixando claro que as situações eram vividas de formas diversas.²⁷

As populações moradoras dos subúrbios sabiam exatamente estabelecer um diálogo com as autoridades do regime sem que isso implicasse necessariamente uma relação de submissão. Aquilo que afetava diretamente ao seu cotidiano era cuidadosamente encaminhado como problema a ser solucionado. Os transportes dos subúrbios, por exemplo, eram tratados com certa dose de crítica. Insistentemente, os moradores enviavam notas aos redatores de jornais reclamando das péssimas condições dos transportes para os subúrbios:

“A não ser para os bairros centrais, como Benfica, Aldeiota, Praia de Iracema (e isso não são todos

²⁶ PEDIDOS E PROTESTOS, **Unitário**, Fortaleza, 11 set. 1940, p.3.

²⁷ THOMPSON, E.P. **A Miséria...** op.cit.

os veículos), as linha para os subúrbios são servidos por carros velhos, quase imprestáveis.”²⁸

Os Inspetores de Trânsito eram cobrados para usarem de suas autoridades para assim pressionarem os proprietários de veículos no sentido de retirarem ou consertarem a “frota” danificada. Solicitar melhores serviços era uma maneira de, indiretamente, criticar o privilégio dado aos bairros “nobres”, reafirmando sutilmente que os pobres não pertenciam, na prática, à nação una, harmônica e feliz.

Os trens suburbanos também não escapavam das reclamações. Passageiros dos bairros Floresta, Barro Vermelho e Soure expunham as péssimas condições destes meios de transporte. Questionavam porque só havia um carro para transportar passageiros e o restante destinado a cargas, deixando a maioria a fazer o percurso em pé. A situação é agravada quando o passageiro simples é praticamente obrigado a comprar passagem de “primeira classe”, mas na realidade viajava de segunda ou terceira:

“...porque só um carro é insuficiente para passageiros de lá, e ainda mais o referido carro de primeira está com 3 ou 4 cadeiras quebradas, causando quedas desastradas. Os que não quiserem viajar em pé ou nas plataformas (o que é proibido) tem que comprar passagem de primeira e viajar de segunda.”²⁹

Esta troca de primeira para segunda classe provocava uma irritação, pois mostrava o engodo em relação à igualdade de direitos de se transportar “dignamente”. A população dos subúrbios além de solicitar mais trens, pedia tratamento justo, pois uma viagem nestas condições deixava clara a diferenciação social, visto que mesmo num simples percurso o pobre não era preterido.

²⁸ AINDA SOBRE AS LINHAS DE OMNIBUS DOS SUBÚRBIOS, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 08 jan. 1939, p.6.

²⁹ SOBRE O TRANSPORTE NOS TRENS, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 07 abr. 1940, p.4.

Um ano depois deste episódio lá estavam novamente os moradores destes subúrbios, incluindo o de Mondubim, apelando ao Sr. Diretor da Rede de Viação Cearense (RVC) para que o mesmo revogasse a decisão de suspender o tráfego daquela linha no horário do almoço. Uma das argumentações do apelo demonstra uma sutil mudança de estratégia, desta vez os moradores destacavam a importância deste transporte para o pobre, enaltecendo a “eficiência” dos vagões ferroviários no “progresso” destes bairros, porém ressaltavam que acima de tudo estava a boa vontade dos seus moradores em lutarem por significativas melhorias. Nota-se que diferente do primeiro apelo citado anteriormente, o tom desta vez é mais conciliador, tentando com isso garantir simpatia das autoridades no processo de negociação.

Falava-se das virtudes climáticas e da importância do bairro Mondubim na cura de enfermidades respiratórias, como um “paraíso” de clima ameno. Na verdade, a medida de suspensão foi alardeada e considerada como uma ameaça de desaparecimento desses bairros:

“Agora, com a supressão dos trens a hora do almoço fica tacitamente lavrada, a sentença de despovoamento das vilas e burgos marginais da estrada férrea, de vez que os seus moradores não dispõem de vastos recursos para conduzir se diuturnamente em automóvel nem, em sua mor parte, de verba que lhes garanta a refeição citadina.”³⁰

O apelo ganha contornos dramáticos. Cogitava-se da possibilidade de abandono generalizado desses lugares por parte de sua população, falava-se em “atrofiamento e morte” do bairro, pois se por ventura fossem instalados ônibus nas precaríssimas condições das rodovias, na certa, haveria concretas possibilidades de acidentes. Por outro lado, os moradores também usaram o argumento do lucro para barganharem o serviço, seduzindo o administrador para a manutenção do tradicional sistema de condução:

³⁰ O CASO DOS TRENS SUBURBANOS , *O Estado*, Fortaleza, 09 ago. 1941, p.7.

“ as 40.000 a 50.000 pessoas que mensalmente viajam nos carros da R.V.C., fonte de renda apreciável e que acreditamos poder manter, sem desequilíbrio, o tráfego dos comboios suburbanos.

Moradores do Mondubim.”³¹

Cinco dias após o apelo, a R.V.C. veio a público notificar, via imprensa, que a medida tinha sido suprimida, segundo os termos da nota da instituição:

“A Administração da Rêde de Viação Cearense faz publico que, tendo em vista as medidas impostas pelo Governo e relativas a restrição no consumo de gasolina, devendo por isso ser suprimidas as linhas de ônibus para localidades servidas por estradas de ferro, - resolveu tornar sem efeito a supressão dos trens S-1, S-6, e S-3, S-4, que correm entre Central e Soure e Central e Mondubim, os quais serão mantidos.”³²

Esta, com certeza, foi uma demonstração da dura e desamparada realidade cotidiana dos pobres, vivida em meio a perdas. Mas algumas conquistas selavam a trajetória de lutas sociais que muitas vezes se escondem por traz de estatísticas e que são suprimidas na macro análise da história. O aprendizado político das classes populares era enriquecido com estas experiências, longe de partidos, sindicatos, associações, mas que sabiamente não dispensava nenhum apoio institucional para negociar suas questões.

O aumento nos preços dos transportes era um sério motivo de mobilização das populações do subúrbio. Os usuários moradores da linha de ônibus dos bairros Colégio-Damas sentiram-se prejudicados em seus interesses pela elevação do valor nas passagens pela empresa São José de Ribamar, a qual infringira uma portaria recente do Coordenador da Mobilização Econômica. Uma comissão, representando os moradores destes bairros, se

³¹ Idem

³² SERÃO MANTIDOS OS TRENS DE MONDUBIM E SOURE, *O Estado*, Fortaleza, 14 ago. 1941, p.5.

dirigiu ao jornal **Correio do Ceará** com o objetivo de divulgarem a elaboração e entrega de um telegrama ao Sr. Interventor Federal, solicitando medidas enérgicas que impedissem a referida majoração.

“Exmo. Sr. Interventor Federal

Moradores subúrbio Colégio-Damas – lutando falta quase absoluta transporte vg surpreendidos grande e injustificavel aumento passagens imposta pela Empresa José de Ribamar vg flagrante desrespeito recente portaria Coordenador vg vem com a devida vênia a presença Vossencia solicitarem imediatas providencias sentido cessar tal medida de vez que nos bairros atingidos injusto aumento passagens vg desprovidos transporte outra natureza vg são habitados sua maioria pobres operários e auxiliares do comercio que necessitam obedecer horário sob pena de prejuizo próprio e da industria nacional e que nesta hora por que atravessa o pais necessitam auxilio imediato governo pt. Assim esperam espirito justiça vossencia que tal esbulho aos seus direitos não terá continuação.”³³

O conteúdo deste telegrama confirma as dificuldades do Estado em estabelecer uma fiscalização no alto custo de vida da população mais pobre. Além disso, os moradores utilizavam o argumento da importância social e econômica do operário na construção da riqueza da nação. Alegavam que tal importância não poderia ser ignorada por injunções privadas e injustas de empresários inescrupulosos. Em tese, eles estavam dando uma demonstração de nacionalidade e, neste sentido, a contrapartida exigida do governo seria uma intervenção exemplar do Estado em defesa dos moradores.

³³ APELAM PARA O INTERVENTOR OS MORADORES DE ‘DAMAS’ E ‘COLÉGIO’, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 02 dez. 1943, p.6.

Quase vinte e quatro horas depois a empresa tornou sem efeito a sua decisão em majorar os preços e os usuários puderam comemorar o feito.³⁴ Como agradecimento oficial os moradores voltaram ao mesmo jornal e em forma de telegrama manifestaram sua satisfação e vibração pelo gesto do Interventor. Vitórias como essas sinalizam para uma clara consciência das classes populares a respeito de seus direitos e enfrentavam os representantes do poder econômico, ao mesmo tempo em que cobravam as promessas do regime na defesa de seus interesses, tentando tirar proveito da intervenção do Estado nas tensões sociais.

Outras conquistas foram realizadas através do uso da imprensa. A população dos bairros de São Gerardo, Urubu, Açude João Lopes e Jacarecanga foram beneficiadas com a pavimentação da rua Pe. Anchieta, que comunicava esses bairros entre si. Esta foi mais uma demanda expressa na coluna Tribuna do Povo do jornal **O Estado**; o resultado foi a garantia do serviço pela Administração Municipal, atendendo aos apelos da população através de insistentes manifestações. O Prefeito, em conversas com um repórter do jornal, ficou sabendo da solicitação dos moradores, dando em seguida, liberdade ao periódico para que fosse publicada sua autorização oficial visando o início das obras.³⁵ Assim, estas conquistas pontuais constituíam-se em formas políticas de enfrentar a exclusão social.

Os problemas de infra-estrutura urbana nos subúrbios se agravavam e desencadeavam um processo de abandono por parte das autoridades. No já citado bairro Arraial Moura Brasil os moradores através de abaixo assinado reclamavam de falta de escoamento das águas caídas pelas torrentes chuvas em Fortaleza. Tudo foi agravado por um aterramento feito pelo Sr. Francisco Gonçalves, na Vila Formosa, que impedia a passagem das águas. Os moradores não titubearam e incluíram o descaso das autoridades com suas obrigações e ao mesmo tempo criticaram a impunidade observada no caso do aterramento, solicitando assim, providências para o caso:

*“Estamos certos de que o Sr. Prefeito não
deixará no olvido a reclamação a que nos referimos.*

³⁴ NENHUMA MAJORAÇÃO NO PREÇO DAS PASSAGENS PARA ‘ITAOCA’ E ‘COLÉGIO’, **Correio do Ceará**, Fortaleza, 03 dez. 1943, p.5; AGRADECEM OS MORADORES DE ‘DAMAS’ E ‘COLÉGIO’, 06 dez. 1943, p.3.

³⁵ UMA VITÓRIA DA TRIBUNA DO POVO, **O Estado**, Fortaleza, 26 set. 1941, p.4.

*Moradores do bairro.*³⁶

Algumas reivindicações seguiam um ritmo cadenciado, intercalando a exposição e gravidade dos problemas com o reconhecimento à sensibilidade do governo em encaminhar soluções. Geralmente, as razões de ser de uma solicitação eram tangenciadas por um problema provocado por terceiros – um comerciante avaro e inescrupuloso, um proprietário de terras autoritário, um policial arbitrário – para depois ser cobrada a proteção do governo.

Outras solicitações usavam a intermediação e influência política do jornal para resolver problemas sociais. Nestes casos observa-se um trabalho de sensibilização dos moradores, usando a retórica sedutora do sofrimento e “falta de sorte” dos pobres. A exposição dos problemas dos moradores da Lagoa do Tauape é um exemplo apropriado neste aspecto. Reclamando do excesso de água no local, os moradores se dirigiam ao redator do jornal sobre a questão da moradia nos recantos de pobreza da cidade:

*“Cria-nos, Sr. Redator, que mina água no chão de nossas casinhas e assim vivemos com centenas de crianças que começam já a sentir os efeitos da humidade em nossas vivendas. Adquirimos terrenos pagáveis a prestações mensais, construindo pequenas casinhas de taipa, que afinal para nós representam uma aspiração velha – um pouso para nossa família – e eis que o destino, sempre caprichoso, quer nos expulsar de onde, com franqueza, já não podemos sair.”*³⁷

Com certa prudência cobrava-se justiça social. Além de expor o fenômeno do excesso da água, os moradores lembravam que a moradia fora resultado de pagamento mensal, portanto, tentaram usar um argumento contrafactual, solicitando um tratamento adequado a estas condições.

³⁶ O ARRAIAL MOURA BRASIL ALAGADO, Idem, 10 mar. 1939, p.8.

³⁷ CONTRA O ‘EXCESSO DA GUA’, O Povo, Fortaleza, 11 abr. 1939, p.7.

Mesmo nestas circunstâncias difíceis, os moradores não radicalizaram suas posições. A questão foi posta solicitando solução através do jornal, veículo que cotidianamente poderia dar mais “fôlego” às demandas do bairro, aja vista as repetidas reivindicações que eram publicadas em edições posteriores. Na realidade, usar o jornal não significava confrontar o governo, ao contrário, esse era um expediente que as classes populares não poderiam deixar de lançar mão, pois eram sabedoras dos limites políticos e institucionais de suas barganhas. A arte da política solicitava, neste sentido, a aliança com parceiros circunstanciais e um certo “afago” no tratamento com as autoridades.

“O Povo faça-se de nosso advogado, vá olhar as nossas casas no Jardim América.

Estamos certos de que o Dr. Raimundo Araripe não lhe recusará um pedido nesse sentido e terá V.S. a oportunidade de receber a gratidão eterna de todos nós.

A totalidade dos moradores do Jardim América.”³⁸

Mantinha-se uma sabia distância ética da imprensa, pois era através dela que também se produziam esteriótipos, estigmas e uma pejorativa avaliação do comportamento das classes populares. Estas “ofensas” também foram objeto de reclamações e vez por outra solicitava-se ponderação nas matérias. Um caso interessante ocorreu na divulgação, por um jornal local, de uma briga entre dois times de futebol de subúrbio: o Dragão do Mar x Palestra.

O jornal utilizou uma narrativa generalizante e estigmatizadora, afirmando que os jogadores destes times eram dados à prática da desordem e provocadores de “sururu”. Isso foi o suficiente para o diretor do Dragão do Mar lançar uma carta pedindo reparação na forma como a matéria apresentou seus jogadores e a própria reputação do time.

³⁸ Idem

“...os componentes do Dragão do Mar ... jamais se deram à prática de desordens ou agressão a quem quer que seja, venho, muito respeitosamente, como representante e responsável único pela disciplina do time...encarecer de V.S. se digne de retificar a nota em apreço. Este meu gesto é unicamente inspirado no conhecimento que tenho de V.S. que conhece de perto, os humildes trabalhadores da estiva cearense como homens pacatos, respeitadores da ordem e sobretudo cumpridores de seus deveres.”³⁹

Não se pode desconsiderar este pedido retificador, pois ele contém um elemento importante de luta pela construção de uma imagem mais digna por parte das classes populares que procuravam denunciar os esteriótipos. Verifica-se a ênfase no comportamento pacato dos estivadores para ressaltar o equívoco do jornal. Este aspecto demonstra que o perfil de indivíduo cumpridor dos deveres é acionado no momento em que a imprensa associa o lazer dos pobres com desordem, deixando implícito que o estivador vivia em mundo inferior, inteiramente desprezível para os padrões da cidade “civilizada”.

A “dignidade” da classe social compõe o artefato substancial na argumentação das estratégias de sobrevivência. Solicitar reparos de imagem é antes de tudo reconstruir o discurso pejorativo, invertendo uma imagem negativa, usando os pressupostos socialmente aceitáveis dos comportamentos. O conteúdo da carta do time Dragão do Mar demonstra uma vontade de acordo, uma retificação pública em troca de agradecimento.

“Com a divulgação daquela nota ficaram os estivadores cearenses numa situação embaraçosa de contraventores da ordem. Queira V.S. ouvir-nos e muito saberemos agradecer.

....

³⁹ SURURÚ SUBURBANO DE SENSAÇÃO, *Unitário*, Fortaleza, 22 abr.1939, p.3.

*Às ordens de V.S. fica o criado ato. Obg.
Silvestre Vieira Ramos*⁴⁰

O fato político tinha sido criado, o jornal ficara na obrigação de se pronunciar. Uma briga de jogadores desdobrou-se em questão política, enfim o jornal ficou sabendo que sua imagem sobre os pobres não seria construída numa única via, mas teria a resposta de setores populares muito atentos aos mecanismos de dominação e que certamente sabiam “jogar” nestas circunstâncias.

Resta uma última forma de inserção social: uma outra forma de resistência em situações-limite. Nestas circunstâncias eram quebrados os laços de tolerância em relação à dominação: ações populares resultaram em enfretamento com o poder público ou qualquer outra instância que ofendia a dignidade social dos mais dominados. Nestes casos houve confronto direto, para fazer valer os direitos sociais, havendo, então, uma postura mais radicalizada.

⁴⁰ Idem

CAPÍTULO 7

Resistência Radicalizada

Em outras situações podem ser demonstradas posturas de consciência de direitos entre as classes populares. O discurso estigmatizado de órgãos defensores da lógica do conformismo e da completa docilidade das classes populares durante o Estado Novo pode ser contestado pelo viés da vida cotidiana, principalmente na abordagem de De Certeau e Thompson..

Apesar de termos uma consistente historiografia que procura definir os contornos básicos do controle social do Estado neste período, isto não significa que os mecanismos e eficácias destes empreendimentos se realizassem em sua plenitude. Na realidade, é preciso relativizar os efeitos da tentativa de racionalização da vida das classes populares com seus efetivos meios de mobilização, dando atenção agora aos confrontos abertos e deflagrados pelos empobrecidos, criando defesas para sua sobrevivência e sugerindo situações de solidariedade.

“Esteve neste jornal o Sr. Venancio José do Nascimento, vendedor de gerimuns, o qual vem apresentar queixa por nosso intermedio contra o administrador do Mercado de Cereais.

Adeantou-nos que, tendo pago a um dos fiscais encarregado o imposto daquelas frutas, foi depois intimado, por outro fiscal, a pagar, de novo, o mesmo imposto, deante do que apelou para o administrador do Mercado.

Esse funcionário, entretanto, ao invés de fazer justiça, tentou foi forçá-lo áquela bi-tributação indébita, em atitude ameaçadora.

Por fim, como o pobre vendedor se recusasse a pagar o que, sem direito lhe era exigido, o administrador procurou tomar à força 3 gerimuns, o que não fez devido à intervenção do trabalhador Artur Freire. O Sr. Venancio José do Nascimento, por intermédio deste jornal, leva o caso ao conhecimento do prefeito, de quem espera providencias no sentido de que não se repitam tais abusos e explorações.”¹

Esse caso mostra descontentamento e capacidade de denúncia em situações de exploração de setores mais amplos das classes populares. Há outros casos que anunciam protestos contra o preço do pão e as más condições de vida. São casos que expressam conflitos envolvendo uma coletividade mais mobilizada, apesar de terem, aparentemente, um alcance limitado.

“Ontem, vieram até a nossa redação vários moradores e proprietarios dos terrenos marginais do correjo que passa nos fundos do “Cortume Cearence” e vai desaguar à Praia do Pirambú. Trouxeram-nos aqueles conterraneos uma reclamação às autoridades competentes, afim de que a saúde dos habitantes daquela zona não continue seriamente ameaçada com as imundicies que o “curtume” deita no riacho acima aludido.

....

Efetivamente, num injustificavel desprezo pela saude de seus semelhantes, os responsaveis pelo “curtume” fazem lançar ao correjo toda sorte de materia organica em decomposição, oriundos estas de raspas de peles,

¹AMEAÇADO DE PAGAR O MESMO IMPOSTO DUAS VEZES: UM APELO AO PREFEITO. *Correio do Ceará*, Fortaleza, 04 abr, 1938. p.4

couros e dos pedaços de carne que estas aderem, quando o animal é abatido.

Os restos putridos lançados ao riacho inutilizam a água do corrente e produzem uma fedentina insuportável.

Ai está a queixa, esperando-se da autoridade competente uma providência pronta e eficaz porque não é só a saúde dos praianos que periclita, mas de todos os que, ignorantes do ocorrido – permitem a lavagem de roupas nas águas sujas do regato. Só ontem 80 lavadeiras exerciam, o seu mister impregnando as roupas daquela água infecta e profundamente prejudicial.²

É possível fazer uma leitura da rede de solidariedade que se estabelece em fatos como esses. Os moradores do Pirambu - hoje bairro pobre e gigantesco - que se incluíam neste protesto contra o que hoje se caracterizaria como poluição ambiental tinham em comum a luta por melhores condições de vida e de trabalho. Fazer valer este protesto pela imprensa representa uma ação popular. Esta referência tem suas peculiaridades.³

Um protesto de moradores do Pirambu de certo não mudou a face perversa da segregação social, mas ativou o poder de negociação de seus direitos. A solidariedade nestas questões de grupos maiores não ocorre mediante uma racionalidade, ela é fruto da ocasião.⁴

² SERIO PERIGO, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 05 dez 1937. p.2.

³ E.P. Thompson apresenta três características da ação popular: a primeira é a tradição anônima. O autor afirma que "...toda resistência aberta e identificada ao poder vigente pode resultar em retaliação imediata – perda da casa, emprego, arrendamento..." A proximidade entre as pessoas em espaços menores, onde haja rápida identificação dos atos, proporciona uma atitude obscura no embate com o poder local. A segunda característica é o contrateatro. É uma linguagem simbólica usada pelos plebeus para comunicarem sua ameaça, isto pode ocorrer através de músicas de insulto aos governantes. Este comportamento prefere o uso indireto da crítica. A terceira característica é a capacidade da ação direta rápida. Esta característica diz respeito à procura de êxitos imediatos, a ação não pode esperar a chegada da repressão, ela precisa ganhar sucesso, mesmo que por alguns momentos. Cf. THOMPSON, E.P. *Costumes ...* op.cit. p. 64-65-66.

⁴ Esta ocasião poderia estar composta por certo anonimato, elemento raro numa cidade onde a proximidade entre as pessoas era um entrave para se exercer qualquer denúncia sem represálias. Portanto, estas ações populares significavam importante recurso para fazer valer os direitos sociais. Neste aspecto, Thompson lembra que os historiadores mal começaram a avaliar o volume de violência anônima na Inglaterra do século XVIII, principalmente através das cartas anônimas ameaçadoras. Estas cartas faziam parte do contrateatro dos pobres, faziam as autoridades lembrarem de seus deveres. Cf. Idem.

De onde menos se espera pode surgir uma ação de enfrentamento entre, por exemplo, os poderosos industriais, auxiliados pela polícia e do outro lado os trabalhadores, prontos para deflagrarem movimentos, que apesar de expressamente proibidos pela legislação, ganhavam entusiásticas adesões. Este fenômeno pode ser observado na greve realizada por trabalhadores de uma fábrica de bolo em Fortaleza.

Um operário, Luiz Pacó de Oliveira, foi detido pela polícia como suspeito de furto de um relógio de 300\$000, do Sr. Paulo Elpidio de Menezes, proprietário da referida fábrica de bolo. Sucede que momentos depois da prisão compareceu ali Miguel Serafim Ferreira, operário e colega de trabalho do acusado, exigindo a liberdade do companheiro. Consternado pela injusta acusação, Miguel mobiliza o resto da categoria para juntos pressionarem a soltura do colega.

“...naquela ocasião, regressou fulo de raiva e insinuou os outros a formarem greve contra o dr. Paulo Elpidio, e afastaram-se todos da fabrica.”⁵

A reação do industrial fora imediata, denunciando o movimento à Delegacia de Investigações e Capturas no sentido de providenciar a prisão do repentino líder Miguel Serafim. Com a colaboração do Inspetor Aristides, a polícia recolheu o grevista ao xadrez da referida Delegacia.

Meteórica, mas absolutamente significativa esta mobilização dos operários desfaz qualquer referência apologética do regime à harmonia entre patrões e empregados. Os trabalhadores demonstraram que havia uma reação contra a arrogância patronal de tratar a classe como potencialmente delituosa. Acima de qualquer coisa os operários tencionavam entre outras coisas, “limpar” o nome da classe, exigindo um mínimo de confiança dos patrões.

A greve, expediente duramente reprimido no período foi utilizada para exigir justiça social. Visto por este ângulo de análise podemos considerar que mesmo no regime de

⁵ MIGUEL SERAFIM É DE CIRCO: ABORRECIDO, TENTOU FAZER GREVE E FOI PARAR NO XADREZ, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 08 jan. 1939, p.3.

cerceamento das liberdades políticas os trabalhadores não temeram a tão famigerada ação policial, desconsiderando no momento do ato de solidariedade toda propaganda ideológica sobre a docilidade dirigida às classes populares.

Entre as classes populares deste período talvez não encontremos uma definição formal do que seja justiça,⁶ mas de maneira prática ela vai vivenciando uma noção de direito que legitima uma defesa espontânea de suas demandas, cria uma espécie de ideologia defensiva.⁷

“Trabalhava Francisco Pereira de Lima, como engraxate, no “Café Glória”. De certo tempo para cá, o caboclo á custa de sub-alimentação e miseria, começou a sofrer crises lipotímicas, desfalecimentos, vertigens e “zum-zum” nos ouvidos – essa musica estranha e muito conhecida de todos os párias.

A assistencia, parece, socorreu o mulato, por uma ou duas vezes. E devido á sua doença, que dia a dia o deprimia e exgotava, foi o engraxate Francisco Pereira de Lima doente contestou. Mas, para que teimar, se o “bilhete azul” foi dado imediatamente?

Todavia, um recurso restava ao engraxate: provar que, efetivamente, não sofria de molestia passivel de contagio. E foi o que fez. Ontem, ele entrou nesta redação, explicou-nos seu caso e nos exibiu um atestado de que não sofre de molestia contagiosa, firmado pelo dr. Amadeu Furtado.⁸

⁶ As classes populares em geral eram conscientes das realizações e benefícios materiais do Estado Novo em relação à Primeira Republica, mas não vacilavam em cobrar a efetivação da justiça social no seu cotidiano. “O clamor por justiça não surge como o efeito espetacular da propaganda política, desenvolvendo nos trabalhadores uma suposta ‘falsa consciência’, mas está vinculado ao emprego, ao salário, ao bem-estar dos filhos, enfim, a uma vida melhor. Cf. FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores...* op.cit. p.43.

⁷ THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p.90.

⁸ O ENGRAXATE NÃO SOFRE DE MOLESTIA CONTAGIOSA, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 15 out 1937. p.5.

As classes populares no processo de sobrevivência em Fortaleza transitavam no domínio de espaços vigiados, nos quais geralmente desenvolveram-se situações conflituosas. As informações contidas nos jornais até aqui estão perpassadas por uma filtragem, por isso é importante ficar alerta aos significados das falas. Relatar o caso de um pobre engraxate, doente e desesperado pode ter apenas um efeito de furo jornalístico, sem muito reconhecimento social para o jornal, mas para os pobres de fundamental importância no processo de luta por dignidade na vida cotidiana.

O engraxate Francisco Pereira para ter direito à subsistência fez uso da troca de informações, usou a legitimidade da medicina para combater a discriminação e expôs publicamente seu descontentamento. Este momento para o engraxate era a chance de se vingar da intolerância do gerente do café, Francisco tinha consciência do “perigo” de não trabalhar, ele iria fazer parte do segmento social dos “sem identidade”.

Como afirma Maria Helena Capelato, no “paraíso do trabalhador”, havia uma legião importante dos “sem trabalho” que, além das dificuldades materiais, vivenciava a situação indigna de seus integrantes serem considerados “não cidadãos”, portanto, “não-brasileiros”. Estar fora da sociedade “unida e harmônica” significa não existir, ou pior, ser considerado perigoso ou inimigo. Nesse contexto, a sentença de morte era preferível à miséria acompanhada da exclusão social.⁹

Casos de insubordinação à repressão policial também indicam a existência de um código legal e de outro lado um código popular não-escrito. A repressão à vadiagem muitas vezes demonstrava uma tensão entre a racionalidade da lei e uma certa conduta moral dos populares. As bases desta observação vêm das tramas cotidianas veiculadas em matérias policiais diárias nos jornais. É aqui onde a reflexão se impõe nos confrontos fragmentados, no interior da improvisação das classes populares. Revoltas contra os métodos policiais, indignação contra arbitrariedades, contestações e intrigas entre populares e a repressão estabeleciam fronteiras da legitimidade da lei formal.

⁹ CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões...* op.cit. p.183.

“ Verificou-se às 16 horas de ontem, no Café Rex, á rua Barão do Rio Branco, esquina com Guilherme Rocha, séria desordem em que estiveram envolvidos um “chauffeur” e o proprietário daquele estabelecimento, que dista apenas alguns metros da Praça do Ferreira.

O FATO

A’ hora acima citada entrou no Café o “chauffeur” Francisco Lopes da Silva, o qual, depois de fazer uma despeza de quatrocentos réis, chamou para a sua companhia três elementos sujos e descalços.

Vendo-os á mesa, o proprietário do Café mandou lhes dizer que ali não era permitida a permanencia de pessoas naquele estado.

Foi o bastante para que Francisco Lopes, que no momento recebia em níquel, do garçom, o troco de 20 mil réis, que havia dado para retirar sua despeza, saísse com uma série de desaforos contra o proprietário do estabelecimento. Não satisfeito com isso, atirou ainda sobre o mesmo todo o dinheiro que havia recebido, isto é, 19\$600, pulando e gritando exaltadamente.

ATTITUDE REPROVAVEL

Vendo o freguez naquela atitude hostil, o proprietário da casa, que foi atingido pelas moedas atiradas, lançou mão de alguns copos de vidro e atirou-os sobre o “chauffeur” ferindo-o. Estabeleceu-se aí a confusão, havendo correrias e aglomerações.

O “chauffeur” ferido, saiu ás carreiras, perseguido sempre pelo proprietario, o qual gritava que prendessem o desordeiro.

PRESO O "CHAUFFEUR"

Coube a um guarda conduzir á 2ª Delegacia o valente guiador, o qual foi á Assistência afim de receber curativos nos ferimentos que são de natureza leve.

EM LIBERDADE

O "chauffeur" foi posto em liberdade, após ter recebido uma serie de conselhos da autoridade policial.

NOVO DISTURBIO

Mas Francisco Lopes estava sequioso para tirar uma desfôrra do proprietário do "Rex".

E, logo que saiu da Delegacia, dirigiu-se novamente ao Café. Pedindo ao garçon uma chicara, jogou-a . E repetiu a façanha por mais duas vezes.

No momento, regressava de sua residencia o proprietario da casa, o qual mandou um guarda prender o turbulento e levá-lo novamente á policia.

O DESORDEIRO

Francisco Lopes da Silva, o "chauffeur" desordeiro, conta 29 anos de idade, é casado, reside na estrada nova do Matadouro Modelo s/ numero. É muito conhecido na policia, em cujos xadrezes costuma hospedar- se por desordens ocasionadas quase sempre por embriaguez.

O PROPRIETARIO DO CAFÉ

Chama-se Artur Costa o proprietario do Café Rex. Conta 42 anos de idade, é casado, reside nesta capital, e é cidadão de bons precedentes.¹⁰

É preciso observar que ações individuais respondem a anseios de grupos. Não apontam para grandes transformações, até porque elas sabem dos limites que se impõem no

¹⁰ PROVOCOU DESORDENS NO CAFÉ REX . *O Povo*, Fortaleza, 07 out 1937. p8.

momento do ato. Mas, muitas vezes, uma discussão pode virar protesto, desdobrando-se em conflitos anteriormente não previstos.¹¹

O episódio do “chauffeur” traz a questão social para o imaginário de cidade controlada. O centro de uma cidade como Fortaleza foi por muito tempo o termômetro do conflito entre civilidade e hábitos “selvagens”. A referência ao centro é hierárquica, obedece a classificações discriminatórias. Ele tornou-se cartão de visitas, assim, os indivíduos sujos e descalços eram alvos prediletos da reação de comerciantes, policiais e mantenedores da ordem em geral. Afastar estas figuras do cenário principal significava torná-lo moderno e civilizado, o espaço da harmonia. Um longo processo de deslocamento dos empobrecidos do centro de Fortaleza provocou inúmeros atritos, configurando um jogo de recuos e avanços na disputa pelo espaço.

O conflito do “chauffeur” com o comerciante é emblemático, ele se estabelece a partir da noção do sujo e descalço como elemento indesejável ao bom convívio do café. A atitude de jogar as moedas dentro do estabelecimento fez do “chauffeur” um indivíduo contestador, que faz pouco caso do dinheiro, elemento de exclusão dos pobres. Ele demonstrou estar indignado com a forma segregadora de atender as pessoas. A atitude teve caráter político, pois expressou um ato teatral, de luta contra as “aparências” de harmonia social.

Ao contrário do que se pode pensar a respeito de uma sociedade desmobilizada do período, as fontes apontam para uma vitalidade política no social. Percebe-se que as classes populares agiam com vigor, denunciavam e desafiavam as ameaças lançadas por policiais, apesar de todas as pressões, elas não ficavam em silêncio. Vez por outra os jornais eram obrigados a publicarem situações de reações populares.

¹¹ Thompson, ao refletir sobre a cultura plebéia na Inglaterra do século XVII e XVIII afirma que muitas vezes o protesto plebeu não tinha outro objetivo senão o de desafiar a segurança hegemônica da gentry (grupo social distinto da nobreza e que determinava os padrões de poder local), retirar poder de suas mistificações simbólicas, ou até simplesmente blasfemar. Era uma briga pela “aparência”, porém o resultado da briga podia ter consequências materiais – no modo como era administrada a Lei dos Pobres, nas medidas consideradas necessárias pela gentry em tempos de preços elevados. Ver. THOMPSON, Edward P. *Costumes...op.cit.* p. 71.

“O Sr. Pedro Augusto Pereira, de 27 anos de idade, casado, natural de Cascavel, capataz do Porto e residente nesta capital em São João do Tauape, rua Parangaba n.60, há alguns dias queixou se á policia do 2ºdistrito contra o guarda civil n.383, João Candido Ramalho.

A queixa foi formulada pelo fato de ter o referido guarda civil insistido em manter numa festa familiar uma mulher da vida airada, que outras pessoas queriam mandar para fora. O guarda 383, tendo conhecimento da queixa, jurou vingar-se de Pedro Augusto Pereira, e ontem se lhe afigurou propicia uma ocasião para executar um perverso plano.

Sem motivo fundado, prendeu o homem, espancando-o e rasgando-lhe a roupa.

No momento, o policial agressor se achava acompanhado de alguns colegas de farda.

Varias pessoas intervieram quando já Pedro Augusto sofrêra, entre outros ferimentos um profundo golpe a “casse-tête” na cabeça.

.....

Na 2ª Delegacia, fomos informados de que o guarda 383 é atrabiliario e reincidente em atos da natureza que agora noticiamos.¹²

A paz social, imagem fundante do Estado Novo era abalada nestes casos. A maneira de atuar dos órgãos repressores contradizia a retórica do Estado como protetor dos pobres, que na verdade não conseguiam ter em seu precário cotidiano um tratamento digno. Embora os formadores de opinião tentassem imputar culpas à “selvageria” das classes

¹² UM POLICIAL PERVERSO E DESCONHECEDOR DE SEUS DEVERES, *O Estado*, Fortaleza, 30 nov 1937. p.7.

populares, era na própria ação repressora que as instituições estabeleciam o terror e a exclusão social na cidade.

“O exercício puro e simples do terror, implantado pelo Estado, através e com a polícia, representava a prova incontestável de que tudo apregoado pelo Estado tornara-se verdadeiro: as crises, o perigo comunista, a ganância anticristã dos liberais, a inadaptabilidade dos estrangeiros, as conspirações contra o povo brasileiro, a ameaça internacional da política do Komintern, os maus hábitos, ou tudo aquilo que fosse apontado como causador de algum dano.”¹³

Deste modo, as ameaças e os abusos de poder significam experiências marcantes na formação da memória de resistência dos pobres.

As queixas contra abusos da atividade policial realizavam-se num clima de muita tensão. O ato de denunciar se revestia, às vezes, de ações corajosas, pois havia sempre o perigo da retaliação rondando o cotidiano da população. Este perigo se explica a partir do próprio delineamento urbano da cidade. Fortaleza está longe de ser comparada às grandes metrópoles, de enormes contingentes populacionais, aqui ainda não predominava nesta cidade a impessoalidade e anonimato característico dos grandes centros, os passos dos indivíduos ainda poderiam ser identificados com certa facilidade. Portanto, um guarda poderia identificar e perseguir indivíduos que tivessem denunciando pela imprensa a truculência da polícia. Assim, atuar como denunciante neste palco representava muito risco.

Nestes casos, tanto a credibilidade como a legitimidade do denunciante entrava em questão. Geralmente, o que se apreende nessas situações é a contraposição da palavra das pessoas pobres, sem prestígio social e econômico com a “respaldada” fala dos órgãos responsáveis pela ordem pública. Era clara a tentativa de se desautorizar a procedência da

¹³ CANCELLI, Elizabeth. *O mundo...* op.cit. p.26.

denúncia; nos processos e inquéritos o testemunho de muitos era questionado por advogados, delegados, promotores e juizes, que de uma forma geral, incluíam em seus argumentos a condição e o agravamento do acusado ser um desordeiro, uma meretriz, um comunista, enfim pessoas de “maus” costumes. Porém, pela insistência, as classes populares conseguiam desfazer essa imagem estigmatizada desse grupo social.

Outras denúncias também comprovavam a cobrança da população por melhores condições de vida, formulando reclamações contra comerciantes especuladores e inescrupulosos. Era comum encontrar protestos através de cartas e abaixo assinado, combatendo o alto preço da carne, a desobediência de açougueiros em relação à tabela de preços fixada pela Prefeitura, pela falta de conservação adequada do produto, bem como pelo tratamento moroso e discriminador no atendimento ao consumidor mais pobre. Os moradores do Arraial Moura Brasil e da rua Pero Coelho queixavam-se abertamente na imprensa sobre este abuso.

“A Prefeitura devia designar um fiscal com o fim de castigar o referido desrespeitador das leis municipais, bem como, obriga-lo a atender, com a mesma presteza, a todos os freguezes, quer ricos ou pobres.”¹⁴

De outra forma, grupos de trabalhadores vinham a público estabelecer resistência política de maneira mais organizada. Este foi o caso dos pescadores da Colônia Z-1 que se dirigiram à imprensa com mais de cem trabalhadores para protestar contra os atravessadores no abastecimento de peixe da cidade e apelar para que a Secretaria de Segurança e a Prefeitura Municipal reconsiderassem as determinações a respeito do referido produto.

Na realidade, a política de abastecimento era em geral, deficitária, principalmente pela falta de fiscalização dos abusos praticados por intermediários e atravessadores, que inflacionavam o valor dos alimentos e tornavam produtores e consumidores os maiores

¹⁴ AÇOGUEIRO “CAMARADA”, *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 20 jan 1939, p.2.

prejudicados. Nestes casos, o governo querendo proteger o consumidor prejudicou os pescadores com o novo sistema de vendas.

“Com o sistema anterior, de venda livre, quando a jangada chegava cedo, ainda lhe era possível libertar-se do intermediário, vendendo, diretamente ao consumidor, parte de sua pescaria ou toda ela.

Agora, o pescador é obrigado a vender o peixe ao intermediário!¹⁵

Acrescente-se a isso o fato do pescador ter ainda que salgar o peixe e de ser obrigado a enfrentar calotes praticados pelos atravessadores através das relações de compra a “fiado”, deixando os pescadores sem pagamento. Definitivamente, a exploração tinha contornos desumanos, os atravessadores aproveitavam-se da situação de esgotamento físico da intensa jornada dos trabalhadores do mar, os quais não teriam condições de se dirigir ao mercado vender seu peixe.

A mobilização dos pescadores indica uma postura crítica à falta de um entreposto do peixe na praia, que centralizasse a produção das jangadas, que pudesse ser distribuída pelos próprios pescadores, com instalações adequadas de armazenamento, deixando o contato livre e direto entre pescador e consumidor.

No referido protesto, os pescadores “invadiram” a redação do jornal e registraram sua queixa, numa atitude que demonstrava unidade e organização, expediente importante na conquista de capital político dos pobres nesta conjuntura desfavorável.

A cidade passou por um processo especulativo no que se refere ao terreno urbano: muitas famílias pobres eram afastadas das zonas nobres devido à especulação imobiliária que possibilitava o enriquecimento dos proprietários. Entretanto, esta situação não ocorreu numa

¹⁵ QUEIXAM-SE OS PESCADORES, *O Povo*, Fortaleza, 10 abr 1939, p.1.

realidade sem conflitos, alguns casos apontam para o uso do confronto direto e organizado de moradores.

Cerca de 350 pessoas residentes no Alto da Paz, na rua Barão de Aratanha estiveram ameaçadas de despejo por parte de um alemão proprietário das terras. Residentes ali há mais de 25 anos, os moradores do Alto da Paz começaram a ser importunados por um alemão que, desde 1937, dizia ser o dono do terreno. A partir deste momento, o pretense proprietário passou a cobrar de cada morador certa mensalidade referente aos palmos de terra ocupados pelas casas. Desprotegidos juridicamente, os moradores foram a cada ano cumprindo com a “obrigação” de pagar as mensalidades, que por sinal eram cobradas por um procurador antipatizado pela população do local.

Os moradores, no início, aceitaram esse encargo, pois a ameaça de expulsão ainda não tinha se concretizado. Com o passar dos anos o terreno valorizou-se e fez com que o alemão - chamado de “galego” pelos moradores - iniciasse o despejo arbitrariamente. Indignado, um morador esboçou uma atitude de revolta e desencadeou posteriormente uma reação coletiva.

“Trata-se do Sr. Francisco Barbosa Viana que, em consequência do seu ato, chegou até a ser espancado em sua própria residência, ao lado de sua esposa e filhos..., sendo afinal, expulso da casa que lhe pertence. Agora, o alemão quer desalojar os pobres moradores, dando, neste sentido, ordem ao seu procurador que, dizendo-se autorizado, está intimando todos a se retirarem, sem direito a qualquer indenização.”¹⁶

Infelizmente as informações das fontes não registraram as consequências jurídicas de direito e posse da propriedade. O que se sabe é referente à mobilização dos moradores, que num ato de ataque foram a público convocar representantes do governo para solucionar o

¹⁶ REVOLTANTE AMEAÇA DE UM PROPRIETÁRIO ALEMÃO CONTRA NUMEROSAS FAMÍLIAS CEARENSES! *Correio do Ceará*, Fortaleza, 04 mar 1942, p.6.

impasse. Neste sentido, é interessante frisar que à frente da liderança dos moradores estavam 50 mulheres que ocuparam a redação do jornal e encaminharam suas questões, inclusive com apresentação de lista de moradores que contavam com mais de 30 anos de residência fixa.

Os trabalhadores estavam atentos para o tema da legitimidade dos sindicatos, na representação fiel de seus interesses, onde muitas vezes a diretoria nem sempre era portadora de respaldo para divulgar acordos com o patronato. Essa questão pode ser percebida no caso que envolveu os operários das padarias de Fortaleza.

Em nota divulgada pela imprensa o delegado Regional do Trabalho desautorizou o acordo que teria sido feito entre industriais e operários de panificação, extinguindo o trabalho noturno nas padarias. O jornal **O Povo**, divulgador da notícia, se posicionara totalmente contrário a esse acordo, argumentando que Fortaleza ficaria sem abastecimento de pão pela manhã.

Em forma de apoio aos reparos do jornal, uma numerosa comissão de padeiros se dirigiu à redação para confirmar e denunciar a ilegitimidade do acordo. Os trabalhadores frisaram que este acordo não teria credibilidade, fora realizado à revelia da grande maioria, tendo à frente apenas o interventor do Sindicato dos Trabalhadores em Padarias e os panificadores, portanto, sem nenhuma consulta ao restante da categoria. Os argumentos dos trabalhadores se referiam aos efeitos ameaçadores do desemprego.

“as turmas de padeiros que exercem suas atividades à noite são diferentes das turmas diurnas. Extinto que fosse o trabalho noturno, numerosos operários perderiam imediatamente os seus empregos, sendo de notar que vários deles já estavam recebendo o ‘aviso prévio’ em tal sentido.”¹⁷

¹⁷ NÃO QUERIAM A MODIFICAÇÃO NO HORÁRIO DAS PADARIAS, **O Povo**, Fortaleza, 23 jan 1943, p.6.

Foram denunciadas também as péssimas condições do serviço noturno, inclusive que os salários deste horário seriam idênticos aos trabalhadores diurnos, apesar da lei proteger o serviço noturno. Aproveitando-se do apoio do jornal, os trabalhadores resolveram trazer a público o desenfreado processo de mais-valia desencadeado nas relações de trabalho, afirmando que inúmeros trabalhadores faziam hora extra sem receber nenhum acréscimo salarial. Além disso, os salários vigentes nas padarias raramente iam além do mínimo fixado em lei,

“...bastando citar que há mestres-padeiros percebendo apenas 210 cruzeiros mensais!”¹⁸

Ficou demonstrado que os sindicatos oficializados pelo regime não representavam os reais interesses da categoria. Os trabalhadores desnudaram a nebulosa situação que envolvia suas condições de trabalho, fizeram muito mais do que o delegado regional do trabalho, puseram em questão o discurso da legitimidade do regime, detalharam as artimanhas da exploração da mão-de-obra e desautorizaram, não por decreto, mas por experiência vivida, um acordo espúrio, inteiramente recoberto de armadilhas e sem respaldo político.

As resistências das classes populares são dados que certamente entram em desalinho com a apregoada imagem cristã dos pobres cearences, povo apegado à fé e muito “pacífico”. Este raciocínio pressupõe apontar em direção às mudanças ocorridas neste processo. Se considerarmos a importância destes embates, iremos perceber que não há uma aceitação pacífica dos projetos do Estado Novo. Nesta análise, é fundamental não tomar o fato social como refém de uma conjuntura mental de longa duração, negando a idéia de processo, de movimento e mudança. O tradicionalismo católico e o conservadorismo político que caracterizavam a política cearense contribuíram para a aceitação da política do Estado Novo. Mas tal aceitação não foi nem total nem resignada. É preciso levar em conta que os espaços de sobrevivência de meretrizes, desempregados e “desordeiros” em geral não poderiam ser tomados como algo desprezível, ao contrário, fazem parte de experiências de conflitos que ocorrem no interior de um tenso processo de controle social, mostrando que a

¹⁸ Idem

história se reconstrói a cada passo e que os sujeitos que nela atuam inventam e reinventam formas de luta para atingir seus alvos.

7.1 Permanências e Mudanças

O descompasso entre a política do Estado e o cotidiano das classes populares produziu lutas, não só nesse período. Cabe lembrar que o Estado Republicano Brasileiro sempre fez cumprir sua função de fiscalizar e policiar a ordem pública, zelando assim pelos interesses das classes proprietárias. A agitação do movimento operário no início do século XX, resultou em regulamentação do trabalho baseada na prática da violência.

Como mostra Esmeralda B. Bolsonaro, o Estado policial atingira durante a República Velha sua forma plena na repressão ao movimento operário. No discurso do Estado, escorado em larga medida na tendência a negar a existência da questão social, a greve estaria sistematicamente presente como ameaça à propriedade e à ordem pública.¹⁹

Na perspectiva dos governantes, a mobilização operária antes de ser uma manifestação da contradição entre capital e trabalho, representava para o Estado o perigo exclusivo da subversão de “bandidos” e “intrusos” agitadores no seio do trabalhador brasileiro, bem notadamente os anarquistas.

Quando se estuda a capacidade do Estado de submeter as classes populares no Brasil ao seu controle, costuma-se estabelecer como marco de referência os anos da década de 1910 e 1920, que se instala uma ação policial de forma mais sofisticada.

Esmeralda considera que neste período, a rigor, a postura policlesca do Estado tornar-se-ia mais sofisticada, uma vez que o legislativo e o Judiciário constituir-se-iam ao longo da história da classe operária, em verdadeiras camisas de força. O Estado estaria, então,

¹⁹ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. “Um sólido anzol de aço: Estado e ação operária na República Velha”. IN: *Revista ADUSP, São Paulo, n°10, p.47, junho de 1997.*

dando curso a um continuísmo melhor elaborado de sua prática policial, uma vez que o mesmo permitia um certo grau de aquiescência do trabalhador.²⁰

O Estado, a partir de 1930, introduziu novos mecanismos de controle social mas aprimorou esta tendência policialesca. Algumas razões confirmam este processo.

Em primeiro lugar, as promessas de justiça social patrocinada pelo Estado não se efetivou nos parâmetros da igualdade, pois o que se verificou foi uma tutela formal dos pobres e a definição de direitos restritos, que implicaram no controle sindical. A justiça social não beneficiou a população como um todo porque dela permaneceram excluídos os desempregados que eram muito numerosos. Além disso, o controle da ordem introduziu mecanismos de repressão mais eficientes. Neste sentido, a dominação social e a exclusão de muitos elementos das classes populares mostra a continuidade de um longo processo de discriminação e injustiça em relação às classes populares. A truculência policial em Fortaleza confirma a ação do Estado para impedir o comportamento contestador dos pobres. As formas de resistências das classes populares continuava demonstrando que a questão social não se resolvia com política, mas também com polícia, apesar de todas as inovações introduzidas.

As formas de controle implementadas no Estado Novo não eliminaram recursos antigos de dominação. A surra, a humilhação, o amedrontamento e as ameaças verificadas na leitura das fontes são práticas remanescentes de uma Fortaleza dos “coronéis”, dos castigos impostos numa “terra sem lei”. Não é por acaso que o aparato policial se impunha como instrumento arbitrário; os pobres continuavam sendo vítimas de repressão e é aqui que se revela a face perversa do Novo Estado. Lembramos que o policial envolvido num caso mencionado anteriormente resolveu seu problema através do famoso ajuste de contas, expediente usual em pendengas que expunham o “prestígio” do ofendido. Esta “violência fardada” sugere pensar o tema da pacificação social através do monopólio das armas pelo Estado e a conseqüente violência institucionalizada.

²⁰ Idem, p. 48

É no momento do conflito que se define a dimensão das mudanças ao nível da consciência política. O Estado Novo trabalhava numa linha de cooptação política direcionada por um discurso sobre a ideologia do trabalho. Já ao nível do cotidiano das classes populares a aprendizagem política se dava num terreno menos formal. Muitas vezes, a população conseguia avanços políticos em lutas pontuais, ocorridas no cotidiano, onde o enfrentamento das autoridades significava ganhos na luta contra o poder repressor. O tema da arbitrariedade e do abuso de poder repercutem com muita frequência e peculiaridade na atuação de delegados e sub-delegados de bairros pobres. Sem dúvida, este era um campo de batalha propício a combates significativos.

Tais considerações sugerem pensar o conceito de cultura a partir de E.P. Thompson, na tentativa de se decodificar o complexo comportamento das classes populares. Seus estudos concentram-se na importância da experiência social dos indivíduos no cotidiano. O autor tenta retomar o “fazer-se” da classe na direção de seu mundo específico, sem tomar como sujeitos autônomos, livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações sociais determinadas como necessidades, interesses e antagonismos. Trata da consciência e cultura dos trabalhadores revelando a complexidade das relações sociais.

Como desdobramento do conceito de cultura de Thompson surge o termo “experiência social”. Sua riqueza epistemológica passa pela possibilidade de explorar os pontos de disjunção entre estrutura e processo, indo além da exploração do trabalho; demonstra que as pessoas não se expressam apenas por pensamentos, mas também por sentimentos, na cultura; articula a contradição de classes a uma luta acerca de valores. Em cada conflito manifesta-se conflito de interesses e necessidades afetivas, que o transformam ao explicar a mudança social; resgata a questão moral como elemento da contradição para além da material, introduzindo os valores como elementos importantes a serem considerados.²¹

É nesta perspectiva que se pode fazer a leitura de um inquérito que tem como vítima um trabalhador da rede ferroviária cearense e como acusado o subdelegado Ademar

²¹ THOMPSON, E.P. Apud FENELON, Dea Ribeiro. *Trabalho e História Social: História de Classes ou História do Povo?* São Paulo, mimeo, 1989

Nunes Batista. Desde o início, a postura da vítima é bastante clara em relação ao abuso de poder da autoridade policial: atos arbitrários foram denunciados com vigor pelos envolvidos. A crítica à autoridade sempre foi feita pela população de modo a esvaziá-la de legitimidade. Os depoimentos, na maioria das vezes, seguiam por um caminho crítico em relação às experiências cotidianas marcadas pela arbitrariedade policial, aliciamento e tentativa de suborno.

A vítima²², o Sr. Raimundo Rodrigues de Oliveira afirma no auto de perguntas que:

*“cerca das quinze(15) horas saiu da sua residência com destino a um botequim ...que ali chegando notou a presença do sargento Ademar...o declarante comprou o que necessitava e ficou ali, sem saber que sua presença causou-se algum prejuízo, quando foi interrogado pelo sargento Ademar com as seguintes perguntas: ‘O que o Senhor quer, não já comprou? Retire-se’, ao que o respondente declarou apenas ‘sim senhor vou me retirar’”.*¹⁰⁰

Observe-se que o ambiente do botequim, apesar de ser espaço típico para conversas e diversões populares sofre interferências em sua rotina, pois a presença do subdelegado ameaçando o direito de ir e vir da vítima demonstra toda força de poder da autoridade policial nestes locais.¹⁰¹ A vítima, obedeceu às ordens do subdelegado, como relata em seu depoimento:

²² Formalmente este foi o autor da queixa perante a Secretaria de Polícia e Segurança Pública, entretanto na medida em que as denúncias iam surgindo, outras pessoas engrossavam os argumentos, resultando assim numa coletivização da resistência.

¹⁰⁰ **Inquérito Instaurado** em 14 jun. 1939.

¹⁰¹ Os valores burgueses de civilização – o arrivismo, o autoritarismo dos costumes e a nova ética do trabalho – servem de referência para atuação da polícia do Rio de Janeiro nos finais do século XIX em vigiar botequins, ruas e espaços populares como lugares produtores de ociosidade e costumes desordeiros. Resulta deste confronto a coexistência de uma cultura popular vigorosa e insubmissa no contexto de um mercado capitalista de trabalho em formação. Ver. CHALHOUB, Sidney. **Trabalho ...** op.cit.

“...ao sair do botequim ouviu quando o sargento perguntou aos presentes, quem era o declarante, obtendo a resposta de que se tratava de um irmão do Clovis (um rapaz que embriagado não se porta bem); que o sargento Ademar após saber que o declarante era irmão de Clovis, apressou-se em alcançá-lo; que com gestos bruscos, intimou-o a ir com ele sargento Ademar até a casa deste, no que foi o sargento Ademar atendido; que ao chegar a residência do sargento este armou-se de um mosquetão e mandou que o declarante entrasse; que diante da atitude do sargento, recusou-se a entrar, sendo o suficiente para que nesse momento fosse agredido pelo sargento esmurrando-o, produzindo-lhe abundante derramamento de sangue...que invocando o socorro do Sr Herminho Pereira Lima, visinho do sargento Ademar, este declarou nada poder fazer, de vês que se tratava de uma autoridade...”¹⁰²

A partir deste fato as declarações passaram a ser enfáticas contra a postura arbitrária do policial. É aqui que se constrói uma rede de solidariedade em relação ao caso do trabalhador Raimundo Rodrigues. Inúmeras vítimas resolveram sair do silêncio e aproveitaram a formalização de um inquérito para participarem como denunciadores das atrocidades praticadas pelo subdelegado. Espancamento em público, intimidação por meio de força bélica, vítimas de aborto ocasionado por pressão psicológica do subdelegado, tortura através do uso de palmatória, subornos e outras peripécias constituíram as revoltosas queixas da população. Os depoimentos seguiram a linha de questionamento sobre a legitimidade da autoridade policial.

Um vendedor de carnes de gado aproveitou a chance do inquérito e lançou sua indignação contra situação de abandono em que se encontrava o pobre:

¹⁰² Inquérito Instaurado...op.cit.

“... esse gesto do sargento Ademar é quase geralmente exercido contra os pobres indefesos deste distrito aos quais o mesmo sargento trata com desprezo trazendo todos debaixo de uma opressão horrível.”¹⁰³

A declaração deste vendedor de carnes destaca uma questão interessante: a dos pobres indefesos. De certa forma ele resume a condição do pobre frente à justiça e às instituições que muitas vezes bradavam aos quatro cantos serem seus defensores. Aliás, o ícone emblemático do carisma de Getúlio Vargas era sua condição de ser “pai dos pobres”, imagem que pode ser aqui discutida. Longe dos benefícios prometidos por Vargas essas classes conheciam o Estado mais como um indiferente “padrastrô” do que como benevolente pai. No exame desta questão tudo leva a crer que as mudanças ocorridas no pós-30 em relação à questão social partiram dos de cima, sem contemplar de maneira mais efetiva os interesses dos de “baixo”.

As promessas de melhores condições de vida aos pobres através de aumento no pagamento salarial, igual representatividade para as classes populares através de seus sindicatos e a garantia de igualdade social representam mudanças que mostram seus limites na permanência da exclusão de muitos elementos das classes populares e na continuidade da repressão.

A população denunciava as práticas de perseguição, sugerindo assim uma qualidade de participação na defesa dos direitos sociais que muitas vezes o Estado Novo não garantia. É através deste nível de inserção popular que se obtém resultados compensatórios nas questões sobre a dignidade, proporcionando maior auto-estima neste cenário excludente. Neste sentido, um dado interessante é que as denúncias relatadas no inquérito acima citado foram formalizadas e encaminhadas ao Cap. Secretário de Polícia e Segurança Pública, entretanto não foi possível descobrir qualquer existência de punição imputada ao sargento Ademar.

¹⁰³ Idem

Para concluir, é preciso reafirmar que a ação cotidiana não pode ser analisada como um dado estático, mas como um processo multiforme de atitudes em conflito. As variadas tentativas do Estado Novo de controlar os impulsos desordeiros esbarraram numa constante reformulação de “fazeres”. Este mergulho na coexistência do controle social com as estratégias de sobrevivência apresenta um leque de questões reveladoras de como se desmistificar a falácia de Brasil harmonioso, conciliador e justo. O caso de Fortaleza mostra bem os limites da justiça social introduzida pelo Estado Novo.

Conclusão

O problema central deste trabalho foi articular inúmeros casos aparentemente dispersos e repensá-los enquanto instituintes de um processo que mostra o controle, o conflito, a harmonia e a resistência, de modo que as tensões sociais também pudessem ser percebidas no ambiente externo às instituições - associações, sindicatos e partidos. Esta tarefa tornou-se mais complexa quando nos detivemos num regime que teve sua imagem construída e atrelada aos pobres e à justiça social.

Sem dúvida, trabalhar neste campo significa enfrentar o desafio de penetrar no cotidiano das classes populares para entender as estratégias de controle social, bem como as diferentes formas de resistência ao controle. Neste aspecto, importa, evidentemente, não negligenciar as potencialidades e fraquezas de ambos: do controle social e das estratégias de sobrevivência.

Dessa análise foi possível concluir que o Estado Novo em Fortaleza encontrou uma predisposição política para sua implantação, pela existência de uma classe dominante que colaborou na afirmação de novas formas de controle aos sindicatos de trabalhadores nos anos 1930. Neste caso, cabe reconhecer o peso que intelectuais e militantes conservadores tiveram na formação de uma rede de poder que se articulou nas esferas da religião, da repressão, do judiciário, da educação, da cultura e de todo o aparato institucional composto e influenciado por membros desta força política.

Por outro lado, a anti-cidade, os lugares freqüentados e habitados pelos considerados sujos e maltrapilhos pulsava uma latente vontade de sobreviver, onde a precariedade do dia-a-dia transformava-os em jogadores contumazes na luta pela sobrevivência. A cidade não lhes era estranha, embora parte dela não lhes pertencesse. Essa luta resultou numa escala de conflitos, que põem em cheque a imagem de harmonia e da paz social, elementos chaves do discurso do regime.

Os territórios da cidade foram demarcados pelos usos que deles fizeram as diferentes classes sociais. A preocupação do poder público em estabelecer previamente limites ao trânsito pelos lugares demonstrou uma articulação da racionalização da vida urbana com os preceitos da ordem pública, que ocultou a crescente especulação imobiliária e as políticas de disciplinarização nas formas de morar, vestir, andar, enfim, de viver das classes populares na cidade. A cidade-mapa, planejada e idealizada se impôs com suas referências estéticas ancoradas no surto de urbanização e embelezamento do período, com o discurso do progresso e da harmonia social como pano de fundo.

Para garantir este projeto aparelhou-se a polícia, modernizando-a e monitorando-a com maior eficiência. Entretanto, esta mudança não impediu práticas antigas de aliciamento, tortura física e psicológica, ameaças, humilhações e todo um leque de métodos desrespeitadores dos direitos humanos. A cidade policiada, além de se constituir numa utopia da ordem burguesa, era no caso de Fortaleza, uma realidade acrescida da represália e da intimidação, muito comuns em cidades dominadas por redes de poder domesticadas, onde o apadrinhamento credenciava e negligenciava determinadas intervenções arbitrárias.

O combate ao comportamento desviante das classes populares pressupunha uma sistemática vigilância ao vizinho, era a partir deste patrulhamento que as políticas de controle social do período tentavam formar uma consciência moral em torno do desajustado social, daquele que não conseguia sair do ócio, da insolência, da vida ébria, da libertinagem, das superstições religiosas demoníacas, do jogo do bicho, do ajustamento do comportamento da mulher, que representavam a desordem social. Regenerar, neste sentido, era absorver os ditames de uma ordem estatal e religiosa pautada nos bons costumes, na obediência, na docilização dos corpos e das mentes, desintoxicando os vícios adquiridos na experiência da classe social e incentivando práticas de exercícios físicos disciplinados e saudáveis, gestos de “civilidade” e participação em programações cívicas.

As práticas de inserção política das classes populares demonstraram o dinamismo das suas ações em situações de enfrentamento que mostram um leque de alternativas. A análise das ações permitiu compreender os significados das mobilizações populares. Para tanto, levamos em conta, os elementos da cultura dessas classes, suas vivências, os limites de

suas forças no embate com o poder público, seus códigos morais e éticos e seus costumes em situações que motivavam uma resposta ora de adesão, outra de resistência.

As formas de adesão e de resistência mostram que as classes populares não teriam condições de vitórias absolutas em suas demandas, mas que havia certa margem de espaço para conquistar direitos sociais. Entregues a sua sorte, essas classes sociais não detinham prestígio junto à imprensa ou no meio jurídico, mas utilizavam esses espaços para defender alguns de seus interesses e tirar proveito para denunciar, exigir retratação pública, solicitar serviços e demais ações.

Estas maneiras de inserção envolviam uma postura de cumplicidade. As classes populares sabiam dos riscos de perda, porém, não se comportavam como passivas; elas entravam na luta avançando e recuando em suas decisões. Nesse vai-e-vem iam percebendo suas chances e limites, mas acima de tudo estavam dispostas a barganhar e a lutar de forma mais radical quando necessário.

O comportamento de resistência aberta serviu de reflexão para repensar qualquer idéia de mera resignação dessas classes neste período. O movimento de mobilização social chamou o poder público e demais esferas dominantes para o embate, implícito ou explícito. Situações extremas de desrespeito aos direitos sociais conduziram as classes populares a radicalizar posições, partindo para o confronto direto.

Mesmo com todo trabalho de cooptação política do Estado Novo e de sua propaganda em torno da justiça social não podemos afirmar que o regime obteve sucesso total pois, muitas vezes tal imagem foi desmentida por cenas protagonizadas pelas mesmas classes tidas como as de apoio incontestes ao regime. Tal descompasso não foi resultado de casos isolados, mas de uma insatisfação crescente com a desigualdade social, colocando em questão retóricas sem consistências.

Finalmente, é importante ressaltar que tais ações não significaram rompimento com as formas tradicionais de fazer política e de convivência social, elas devem ser entendidas num movimento de permanências e mudanças, principalmente se formos

suas forças no embate com o poder público, seus códigos morais e éticos e seus costumes em situações que motivavam uma resposta ora de adesão, outra de resistência.

As formas de adesão e de resistência mostram que as classes populares não teriam condições de vitórias absolutas em suas demandas, mas que havia certa margem de espaço para conquistar direitos sociais. Entregues a sua sorte, essas classes sociais não detinham prestígio junto à imprensa ou no meio jurídico, mas utilizavam esses espaços para defender alguns de seus interesses e tirar proveito para denunciar, exigir retratação pública, solicitar serviços e demais ações.

Estas maneiras de inserção envolviam uma postura de cumplicidade. As classes populares sabiam dos riscos de perda, porém, não se comportavam como passivas; elas entravam na luta avançando e recuando em suas decisões. Nesse vai-e-vem iam percebendo suas chances e limites, mas acima de tudo estavam dispostas a barganhar e a lutar de forma mais radical quando necessário.

O comportamento de resistência aberta serviu de reflexão para repensar qualquer idéia de mera resignação dessas classes neste período. O movimento de mobilização social chamou o poder público e demais esferas dominantes para o embate, implícito ou explícito. Situações extremas de desrespeito aos direitos sociais conduziram as classes populares a radicalizar posições, partindo para o confronto direto.

Mesmo com todo trabalho de cooptação política do Estado Novo e de sua propaganda em torno da justiça social não podemos afirmar que o regime obteve sucesso total pois, muitas vezes tal imagem foi desmentida por cenas protagonizadas pelas mesmas classes tidas como as de apoio incontestado ao regime. Tal descompasso não foi resultado de casos isolados, mas de uma insatisfação crescente com a desigualdade social, colocando em questão retóricas sem consistências.

Finalmente, é importante ressaltar que tais ações não significaram rompimento com as formas tradicionais de fazer política e de convivência social, elas devem ser entendidas num movimento de permanências e mudanças, principalmente se formos

considerar as relações de poder estabelecidas nesta região do país, onde as tentativas de modernização da vida urbana e das relações sociais esbarravam em formas arraigadas de gestão política e relacionamento social avessas a transformação.

FONTES

Fontes Hemerográficas:

Acesso: Setor da hemeroteca da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel

Jornais:

- 1- Correio do Ceará
- 2- Gazeta de Notícias
- 3- O Estado
- 4- O Nordeste
- 5- O Povo
- 6- Unitário

Relatório de Governo

Acesso: Arquivo Público do Ceará

Anuário Estatístico do Brasil. Movimento da População, Ano VI, 1941-1945. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946.

Censo Demográfico : população e habitação. IBGE, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico, 1950.

Acesso: IBGE-CE

Fontes Judiciais: inquéritos e processos

Acesso: Arquivo Público do Ceará

Delegacia do 1º Distrito

Delegacia do 2º Distrito

Delegacia da Ordem Política e Social

Delegacia de Investigação e Capturas

Cartório Criminal da 5ª Vara

Cartório Criminal da 2ª Vara

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. "Pensando a cidade no Brasil do passado". In: SILVA, José Borzacchiello da, COSTA, Maria Clélia Lustosa, DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Org). **A Cidade e o Urbano**. Fortaleza: EUFC, 1997
- ALVARENGA, Oneyda Apud CARLINI, Álvaro. **Cachimbo e Maracá: o Catimbó da Missão (1938)**. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, Acervo Histórico Discoteca Oneyda Alvarenga, Centenário de Nascimento de Mário de Andrade, 1993.
- ARAÚJO F.º, Francisco C. **Problemas Sociais da Alimentação**. São Paulo, 1945. (mimeo.).
- ARAÚJO, Erick Assis de. **Conservadorismo e Desordem na Cidade de Fortaleza (1940-45)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Dissertação de Mestrado, 1985.
- BAKHTIN, Mikail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BARROSO, José Parsifal. **Uma História da Política do Ceará (1889-1954)**. Fortaleza: BNB, 1984.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, Ática, 1991.
- BOSI, Ecléa. **Cultura de Massa e Cultura Popular**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CAMARGO, Aspásia. "Federalismo e Identidade Nacional." In: SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge e PINEIRO, Paulo Sérgio (orgs). **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- CANCELLI, Elizabeth. **O Mundo da Violência: a polícia da era Vargas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- _____. **Multidões em Cena**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- _____. “Estado Novo: Novas Histórias”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs) **Representações: Contribuição a um Debate Transdisciplinar**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/ do Mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- CARONE, Edgar. **A República Nova (1930/1934)**. São Paulo: DIFEL, 1974.
- _____. **A República Nova (1930/1937)**. São Paulo: DIFEL, 1974.
- _____. **O Estado Novo (1937/1945)**, São Paulo: DIFEL, 1976.
- CARVALHO, Antonio Carlos Duarte de. “Conflitos Entre um Mèdium e a Justiça (1930-1940): Discussão sobre as Possibilidades da Utilização do Documento Judiciário na Pesquisa Histórica”. In: **Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História (Universidade Estadual Paulista)**, Assis- SP, 1993.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Cia das Letras, 1983.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **História dos Nossos Gestos**. São Paulo: EDUSP/Editora Italiana Ltda, 1987.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. **As Encruzilhadas do Labirinto**. Vol 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CASTRO, Liberal de. “Cartografia e Planejamento Urbano”. In: **A Administração Lúcio Alcântara**, março 1979/maio 1982.
- CESARINO JR, A.I. A Família como objeto do Direito Social. In: **Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**, 1 (3): novembro 1934.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. “‘Cultura Popular’: revisando um conceito historiográfico”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, nº16, 1995.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural (Entre Práticas e Representações)**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil/DIFEL, 1988.

- CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
- CUSSON, Maurice. Desvio. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- DA SILVA, José Borzacchiello. **Movimentos Sociais Populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica**. São Paulo: USP, 1986. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia da FFLCH, Universidade de São Paulo, 1986.
- MATTA, Roberto da. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do Povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DE CERTAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DE DECCA, Edgar. **O Nascimento das Fábricas**. São Paulo: Brasiliense, col. Tudo é História, 1988.
- DE DECCA, Edgar. **O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **Indústria, Trabalho e Cotidiano: Brasil – 1889 a 1930**. São Paulo: Contexto, 1991.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A Vida fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. **O Ardil Totalitário: ou a outra face na construção do Estado Novo**. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, Deptº de História, mimeo, 1990.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador (Uma história dos costumes)**, Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- FARIA, Antônio Augusto, BARROS, Edgar Luiz de. **Getúlio Vargas e sua época**. São Paulo: Global, 1993.
- FARIAS, Damião Duque de. **Em Defesa da Ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)**. São Paulo: HICITEC-HISTÓRIA SOCIAL, USP, 1998.
- FAUSTO, Boris(org). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, t.3, v.3, 6ª ed, 1996.
- _____. **A Revolução de 1930**, São Paulo: Brasiliense, 1970.

- _____. **Crime e Cotidiano. A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FENELON, Dea Ribeiro. **Trabalho e História Social: História de Classes ou História do Povo?** São Paulo, mimeo, 1989.
- FERREIRA, Brasília Carlos. **Trabalhadores, Sindicatos, Cidadania: os trabalhadores na Era Vargas**. São Paulo: Estudos e edições Ad Hominem, Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.
- FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FERREIRA, Jorge Luiz. "A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas", **Estudos Históricos** 3,6 (1990): 180-95.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Vozes: Petrópolis-RJ, 2000.
- FREITAG, Bárbara. **Intinerários de Antígona: a questão da moralidade**. Campinas-SP: Papyrus, 1992.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001.
- GARCIA, Nelson John. **Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política**. São Paulo: Loyola, 1982.
- GATARRI, Fexix, ROLNIK, Suely. **Micropolítica-Cartografia do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GENOVESE, Eugene. **A Terra Prometida; o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- GIRÃO, Raimundo, FILHO, Ant^o Martins. **O Ceará**. Fortaleza: ed. Fortaleza, 1945.
- _____. "Plano de Urbanização de Fortaleza: subsídios para sua História". In: **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v.57, 1993.
- _____. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: BNB, 1979.
- _____. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947. (Col.História do Ceará, n.12).
- _____. **Vocabulário Popular Cearense**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

- GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- IANNI, Otávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- JOFFRÉ, Gabriel Ramón. **A Cidade Ordenada: intervenção urbana e projeto político na Hispano-América: Lima na segunda metade do século XIX**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, PROLAM/Universidade de São Paulo, 1997.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. "A História de Fortaleza através da Imprensa e dos depoimentos dos Idosos." In: **Trajetos: Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, v.1, nº1**. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2001, p.45-60.
- KOWARICK, Lúcio (org) **As Lutas Sociais e a Cidade**. São Paulo: passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma Cidade na Transição. Santos: 1870-1913**. Santos-São Paulo: HUCITEC/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- LEAL, Vinicius Barros. Dom Lustosa e a Política Cearense. IN: **Revista do Instituto do Ceará**, vol.101, tomo CI, Ano CI, 1987.
- LEFEBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. Campinas: Papyrus, 1986.
- LINHARES, Maria Yedda L. (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade dos chaminés**. São Paulo: Marco Zero/ Universidade de Brasília, 1988.
- LOPES, Marciano. **A Fortaleza dos Anos 40**. Fortaleza: Tipoprogresso, 1986.
- LOYOLA, Maria Andréa. **Os sindicatos e o PTB: Estudo de um caso em Minas Gerais**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- MAFFESOLI, Michel. **O Conhecimento Comum**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaco: Cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.
- MANGABEIRA, Wilma. "Lembranças de Moscouzinho (1943-1964): Estudo de um conjunto residencial operário", **Dados 32-2** (1989): 225-240.

- MARQUES, Regina Elizabeth do Rego Barros. **Urbanização, Dependência e Classes Sociais: o caso de Fortaleza**. Fortaleza: UFC, 1986. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 1986.
- MARTINS, José de Souza de. **Vergonha e Decoro na Vida Cotidiana da Metrôpole**. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- MATTA, Roberto da e SOÁREZ, Elena. **Águias, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- MIRANDA, Júlia. **O Poder e a Fé: o discurso e prática católica no início dos anos de 1930**. Fortaleza: Edições UFC, 1987.
- MONTENEGRO, F.ABELARDO. **Os Partidos Políticos do Ceará**. Fortaleza: EDUFC, 1980.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Integralismo no Ceará: variações ideológicas**. Fortaleza: Imprensa oficial, 1986.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. **O Trono e o Altar: vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará(1817-1978)**. Fortaleza: BNB, 1992.
- MOTA, Aroldo. **História política do Ceará –1930-45**. Fortaleza: Sttylus Comunicações, 1989.
- MOTA, Haroldo. **História Política do Ceará (1930-45)**. Fortaleza: Sttylus Comunicações, 1989.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. “Um sólido anzol de aço: Estado e ação operária na República Velha”. IN: **Revista ADUSP, São Paulo, nº10, p.47**, junho de 1997.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Meninos e Meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha”. IN: **Revista Brasileira de História** : São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, v.19, nº37, p.94, 1999.
- MUNAKATA, K. **A Legislação Trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- NEVES, Berenice Abreu de Castro. **Do Mar ao Museu: A saga da jangada São Pedro**. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.
- NEVES, Frederico Castro. “Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol.5, nº 29.
- _____. **A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza,Ce: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

- NOBRE, Geraldo. **Ceará: energia e progresso**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1981.
- _____. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense Ltda, 1975.
- OLIVEIRA, José Cláudio de. **As Polícias Militares e a Segurança Interna (subsídios para a História da PMCe)**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1979.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi et all. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, , 1982.
- ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PARENTE, Josênio Camelo. **A fé e a Razão na Política: Conservadorismo e Modernidade das Elites Cearences**. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.
- _____. **Os Camisas Verdes no Poder: a Igreja e o Integralismo no Ceará**. Fortaleza: EDUFC, 1986.
- PAULO, Heloisa Helena de Jesus. “O DIP e a Juventude – Ideologia e Propaganda Estatal (1933-1945)”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, nº 14, Instituições, mar/ago. 1987.
- PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil (Entre o povo e a Nação)**. São Paulo: Ática, 1990.
- PÉLASSY, Dominique. **Le Signe Nazi**. Paris, Fayard, 1983.
- PERALTA, Inez Garbuio. “História e semiótica do espaço urbano”. IN: **Revista de Estudos Universitários, v.4, nº 8**, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). 1990.
- PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os Pobres da Cidade: vida e trabalho – 1820-1920**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “A Renovação da Historiografia e o tema da Vida Cotidiana: desfazendo alguns equívocos.” IN: MAUCH, Cláudia (org). **Porto Alegre na Virada do Século 19: cultura e sociedade**. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: EDUFRS/ULBRA/EDUNISINOS, 1994.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio(org). **Crime, Violência e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- PINTO, Maria Inez Machado Borges Pinto. **Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- PONTE, Sebastião Rogério da. **Fortaleza Belle Époque: Reformas Urbanas e Controle Social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda, 1993.
- PRADO JR. Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- RAGO, Margareth. "Prazer e Perdição: a representação da cidade nos anos vinte." IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, v.7, nº 13, 1987.
- RAGO, Margareth, MOREIRA, Eduardo F.P. **Que é Taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, Col. Primeiros Passos, 1987.
- RIBEIRO, Saboya. "Memorial Justificativo do Plano Diretor para a cidade de Fortaleza". In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Fortaleza: V.57, 1943.
- ROLNIK, Raquel. **O Que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SÁ, Adisia. "Os meios de comunicação de massa e os grupos dominantes no Ceará". In: **Revista de Comunicação Social e Biblioteconomia**, v.12, nº1/2, Fortaleza: Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, 1982, p.1-17.
- SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge, PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs). **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Corpo e História. In: **Cadernos de Subjetividade**, PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 1996, p. 246.
- SCHWARZMAN, Simon et alli. **Tempos Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **O Lazer, a contraface do dever: As Linguagens do poder na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República**. Tese de Doutorado defendida na FFLCH da USP, orientada pela Profª Drª Vera Lúcia Amaral Ferlini, 1995(exemplar xerografado).
- SOUSA, Simone(org). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1989.
- _____. **Interventorias no Ceará: Política e Sociedade (1930-35)**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: PUC, 1982.
- THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____ **A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros. (uma crítica ao pensamento de Althusser).** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____ **Costumes em Comum: estudos sobre Cultura Popular Tradicional** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____ **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador et al. **Vida Urbana: a evolução do cotidiano da cidade brasileira.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

VICTOR, Hugo. **Chefes de Polícia do Ceará.** Fortaleza: Tipografia Minerva, 1943.

VIDAL, Rodrigo. A Cidade e seu território através do ordenamento urbano em Santiago do Chile. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).** São Paulo: nº 14, Fev/1997, p. 184.

WEFFOR, Francisco. **Classes Populares e Política,** Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

WOLFE, Joel. "Pai dos pobres" ou "Mãe dos ricos"?: Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. **Revista Brasileira de História, Brasil 1954-1964,** São Paulo, Marco Zero, v.14, n.27, p.27-59, 1994.